



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado Interinstitucional (MINTER) em Museologia e Patrimônio
UNIRIO/UFPE

GERENCIAMENTO DE RISCOS:

*Preservação do acervo da Coleção Especial –
Obras Raras – Biblioteca da Faculdade de
Direito do Recife*

Erinaldo dos Santos Vilaça Júnior

UNIRIO/MAST– RJ, dezembro de 2021



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC

GERENCIAMENTO DE RISCOS:

Preservação do acervo da Coleção Especial – Obras Raras – Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife

Erinaldo dos Santos Vilaça Júnior,

Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio

*Linha de Pesquisa 2 – Museologia Patrimônio Integral Desenvolvimento
Sustentável*

Dissertação de **Mestrado Mestrado Interinstitucional MINTER** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio, no âmbito do Acordo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Orientador: Professor Doutor Marcus Granato

UNIRIO/MAST – RJ, dezembro de 2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

GERENCIAMENTO DE RISCOS:***Preservação do acervo da Coleção Especial – Obras Raras – Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife***

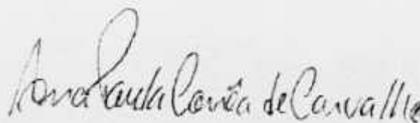
Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por:



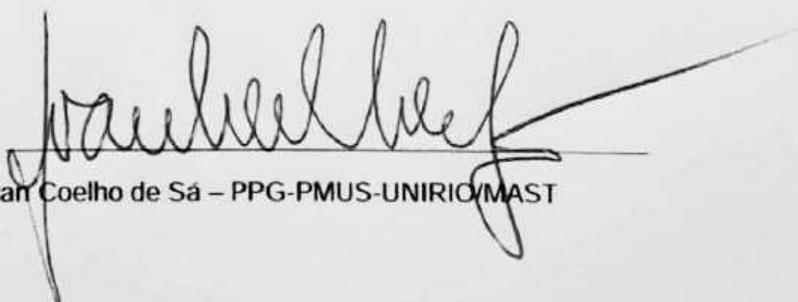
Prof. Dr. _____

Marcus Granato (Orientador) – PPG-PMUS-UNIRIO/MAST



Profa. Dra. _____

Ana Paula Corrêa de Carvalho - UFRJ



Prof. Dr. _____

Ivan Coelho de Sá – PPG-PMUS-UNIRIO/MAST

V696g Vilaça Junior, Erinaldo dos Santos.
Gerenciamento de riscos: preservação do acervo da Coleção Especial
Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife / Erinaldo dos
Santos Vilaça Junior. — Rio de Janeiro, 2021.
xii, 213 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato.

Dissertação (mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de
Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins
– MAST, Rio de Janeiro, 2021.

1. Museologia. 2. Patrimônio. 3. Conservação preventiva. I. Granato,
Marcus. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Museu de
Astronomia e Ciências Afins. Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio. IV. Título.

CDU: 069.01

A Maria Tereza do Vale Cabral, Severino Alves Cabral, Erinaldo dos Santos Vilaça
in memoriam



...todos os livros são importantes, não há livros que não contenham um significado, que não forneçam uma informação, uma pista para conhecer um aspecto da vida humana, do que pensaram e pensam, sonharam e sonham homens e mulheres para suas próprias vidas ou para a humanidade. Do que foram capazes de conceber e expressar com sensibilidade, ciência e saber ou como violência, dominação, preconceito, ódio. Neste sentido, ainda, mais que o fetiche do livro raro, deve ser posto em relevo seu significado como livro fonte, como livro documento, cuja existência já manifesta em determinado estágio social (BERNARDES, 2007, p. 11-12).

AGRADECIMENTOS

Bem antes de dar início a esta pesquisa eu já sabia como iria agradecer, principalmente a quem agradecer.

Certa vez um ilustre professor me disse que não imaginava como pequenos gestos poderiam fazer grandes mudanças na vida das pessoas. Por isso, meus agradecimentos são aos pequenos gestos de todas as pessoas que me incentivaram e ajudaram durante toda trajetória de elaboração desse trabalho que não foi fácil, mas com certeza, muito compensador e gratificante.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcus Granato pela paciência, generosidade e sábias orientações.

A Profa. Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho e ao Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá membros da banca examinadora pelas pertinentes, enriquecedoras e fundamentais orientações na qualificação contribuindo para o melhor desenvolvimento da dissertação.

Agradeço a minha mãe Severina dos Santos Cabral Vilaça, a minha tia Esmeralda, a minha irmã Simone Vilaça, a minha esposa, namorada e amiga Andreia, pela paciência, compreensão e estar sempre ao meu lado, ao meu filho Emanuel, a Juninho, a Evandro Bento, a Mani Galindo, Maria José dos Santos, Maria das Neves Sales. Sebastião Sales e Maria José (*in memoriam*) todos os familiares e amigos presentes em minha vida e àqueles que estão em outro plano mas que continuam em meu coração.

Aos professores do PPG-PMUS/UNIRIO/MAST: Tereza Scheiner, Helena Uzeda, Diana Farjala e Marcus Granato.

A Profa. Dra. Emanuela Ribeiro e ao Prof. Dr. Bruno Araújo (UFPE).

Aos amigos da Coordenação de Infraestrutura Finanças e Compras da Faculdade de Direito do Recife: Jonathan Félix, Jonatas Nascimento, Mariana Fontes, Sandro Bezerra, Herivelto José da Silva e Clarissa Santiago.

Aos amigos da Biblioteca da FDR: Karine Vilela, Lígia Rodrigues, Wagner Carvalho, Jefferson Nazareno.

Aos amigos da Coordenação Administrativa e Laboratório de Informática da FDR: Rony Nascimento e Henrique Arruda.

Aos amigos do Laboratório de Conservação e Restauro da FDR: Angélica Borges e Gerard Moura.

A amiga da Escolaridade da FDR: Luciene Barros

As amigas do Arquivo da FDR: Ingrid Rique e Elivanda Pereira.

Aos amigos do Apoio Logístico da FDR: Eurico Barbosa e Valdemir Manoel

Aos amigos da turma do MINTER: Wagner Carvalho, Mariana Azevedo, Charles Martins, Denis Feitosa, Tiago Valle, Vilckma Oliveira, Anselmo Mendonça, Kássia Soares, Maria Luciana Neves, Rafaela Tenório, Diana Souza e Nikolas Nascimento.

“ Porque a vida caminha e o caminhar cria o passado, é preciso quem se importe em coleccionar esta magnífica criação da humanidade que é sua própria história”.

J. Folch i Torres, 1953

RESUMO

VILAÇA JÚNIOR, Erinaldo dos Santos. Gerenciamento de Riscos: Preservação do acervo da **Coleção Especial – Obras Raras – Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife**. Mestrado (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2021: 213p. Orientador: Marcus Granato.

A presente dissertação torna-se fruto dos estudos no âmbito da Museologia sobre ações de preservação do patrimônio cultural significativas e necessárias para a manutenção e permanência de bens culturais, como os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, etc., para as gerações presente e futuras, corroboradas por instituições nacionais e internacionais através de documentos patrimoniais utilizados de forma estratégica. Foi traçado um panorama da Conservação Preventiva onde abordamos aspectos históricos, conceituais, sua evolução e desdobramentos que levaram autores e entidades a contribuírem para a criação de normas e métodos que visassem combater de forma sistemática e contínua os riscos e danos que os agentes de degradação podem provocar aos bens culturais. Nesse contexto, nosso principal objetivo foi estudar o gerenciamento de riscos como ferramenta complementar de gestão para conter, mitigar ou estabilizar os riscos relacionados a acervos bibliográficos, e, a partir das análises e informações coletadas, compreendemos quais fatores influenciam na conservação dos bens culturais em particular os acervos bibliográficos como o nosso objeto de estudo: A Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, é acervo constituído por um notável repertório de obras raras e valiosas que representam parte significativa da memória histórica e cultural do Recife, de Pernambuco e do Brasil. Estão relacionados, além de livros, folhetos, manuscritos e periódicos, datados dos séculos XVI ao XX, nas mais diversas áreas de conhecimento como Filosofia, História, Religião, Política, Sociologia, Literatura, Geografia, Botânica, Matemática e obviamente na área do Direito. Os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa incluíram a busca e análise de fontes de pesquisa primárias e secundárias, o registro fotográfico identificando o antes e o depois onde as ações de combate aos riscos surtiram efeito, foram parcialmente eficazes ou ineficazes. Foram realizadas também entrevistas com profissionais relacionados ao acervo mencionado e que nos repassaram informações importantes e pertinentes sobre o nosso objeto de estudo e as ações desenvolvidas para combater os riscos que cercam o acervo da CESP. Por fim, cada risco foi analisado individualmente, seguindo as etapas do processo de gerenciamento de riscos, onde foram observadas as causas dos riscos relacionados ao acervo em questão, as consequências acarretadas pelos danos, as ações implementadas, seguidas dos resultados e propostas que ajudem na tomada de decisão, priorizando as demandas mais urgentes e, desta forma, servindo como mais uma contribuição para a preservação do patrimônio cultural da Faculdade de Direito do Recife.

Palavras-chave: Museologia, Patrimônio, Conservação Preventiva, Gerenciamento de Riscos, Coleção Especial, Obras Raras.

ABSTRACT

VILAÇA JÚNIOR, Erinaldo dos Santos. Gerenciamento de Riscos: Preservação do acervo da **Coleção Especial – Obras Raras – Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife**. Mestrado (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2021: 213p. Orientador: Marcus Granato

This dissertation is the result of studies in the scope of Museology on actions for the preservation of cultural heritage that are significant and necessary for the maintenance and permanence of cultural assets, such as museum, bibliographic, archival collections, etc., for present and future generations, supported by national and international institutions through heritage documents used strategically. An overview of Preventive Conservation was drawn, where we approached historical and conceptual aspects, its evolution and developments that led authors and entities to contribute to the creation of norms and methods that aimed to systematically and continuously combat the risks and damages that agents of degradation can provoke cultural goods. In this context, our main objective was to study risk management as a complementary management tool to contain, mitigate or stabilize risks related to bibliographic collections, and, from the analysis and information collected, we understand which factors influence the conservation of cultural assets in particularly the bibliographic collections as our object of study: The Special Collection – Rare Works – of the Recife Faculty of Law Library, is a collection consisting of a remarkable repertoire of rare and valuable works that represent a significant part of Recife's historical and cultural memory, Pernambuco and Brazil. In addition to books, leaflets, manuscripts and periodicals, dating from the 16th to the 20th centuries, they are listed in the most diverse areas of knowledge such as Philosophy, History, Religion, Politics, Sociology, Literature, Geography, Botany, Mathematics and obviously in the area of Law. The methods used to develop the research included the search and analysis of primary and secondary research sources, the photographic record identifying the before and after where the actions to combat the risks had an effect, were partially effective or ineffective. Interviews were also carried out with professionals related to the aforementioned collection, who provided us with important and pertinent information about our object of study and the actions taken to combat the risks surrounding CESP's collection. Finally, each risk was analyzed individually, following the steps of the risk management process, where the causes of risks related to the collection in question were observed, the consequences caused by the damage, the actions implemented, followed by the results and proposals that help in the decision-making, prioritizing the most urgent demands and, in this way, serving as yet another contribution to the preservation of the Recife Faculty of Law's cultural heritage.

Keywords: Museology, Heritage, Preventive Conservation, Risk Management, Special Collection, Rare Works.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Planilha demonstrando o valor alocado ao Centro de Ciências Jurídicas no ano de 2020	38
Figura 2. Mosteiro de São Bento em Olinda, primeiro endereço do Curso de Direito	46
Figura 3. Prefeitura de Olinda – Antigo Palácio dos Governadores, segundo endereço do Curso de Direito	47
Figura 4. Prédio do Largo do Hospício, “O Pardieiro”, terceiro endereço do Curso de Direito, já com o nome de Faculdade de Direito do Recife	48
Figura 5. Igreja do Divino Espírito Santo/Colégio dos Jesuítas – Quarto endereço da Faculdade de Direito do Recife.....	49
Figura 6. Palácio da Faculdade de Direito do Recife, endereço definitivo em 1911	51
Figura 7. Escultura da fachada principal da FDR, obra do escultor Charles Perron, O Gênio ladeado pela Ciência e o Direito	52
Figura 8. Laboratório de Conservação e Restauro da FDR – LABOR	58
Figura 9. Capa do Correio Braziliense de Hippolito José C. Pereira de 1808	64
Figura 10. Lombada e Folha de rosto do Correio Braziliense	65
Figura 11. Capa e folha do livro de presença da FDR com assinatura do Imperador D. Pedro II quando de sua visita a FDR em dezembro de 1859	65
Figura 12. Folha do Inventário da Biblioteca do Curso Jurídico de Olinda assinada pelo bispo D. Thomas de Noronha (em destaque)	66
Figura 13. Bloco A do Anexo II da Faculdade de Direito do Recife	68
Figura 14. Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas (agosto de 1946 a agosto de 1959)	68
Figura 15. Segundo mezanino da Biblioteca da FDR, desocupado em razão da reforma no teto	69
Figura 16. Museu Histórico Nacional, criado em 1922, berço do Curso Técnico em Museus.	87
Figura 17. Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON – Laboratório criado pela professora Violeta Cheniaux	89
Figura 18. Representação gráfica dos vários atores que colaboram com o processo de preservação	97
Figura 19. Exemplo de estrutura analítica de riscos	102
Figura 20. Exemplo de matriz de probabilidade de impacto	106
Figura 21. Exemplo de matriz SWOT	111
Figura 22. Quadro de caracterização dos objetos proposto por Barbara Appelbaum	116

Figura 23. Representação gráfica do ciclo do gerenciamento de riscos	118
Figura 24. Representação gráfica do cálculo da magnitude do risco	119
Figura 25. Escala com valores de Magnitude de Riscos de acordo com nível de prioridade.	120
Figura 26. Representação gráfica da tipificação dos riscos quanto sua frequência e intensidade segundo Robert Waller	121
Figura 27. Representação gráfica da formação do genérico por Robert Waller	122
Figura 28. Representação gráfica da fórmula proposta por Robert Waller para a magnitude do risco	122
Figura 29. Representação gráfica dos fatores climáticos e fenômenos decorrentes influenciando na preservação do acervo da CESP	124
Figura 30. Planta baixa da FDR em destaque os 3 pisos da CESP(térreo,1º e 2ºmezanino).....	125
Figura 31. Representação gráfica das camadas envoltórias	125
Figura 32. Camadas envoltórias em fotos	126
Figura 33. Fluxo da ações tomadas no enfrentamento dos riscos na FDR	127
Figura 34. Matriz SWOT. Análise sobre as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da CESP	128
Figura 35. Estantes com livros na CESP (Sala Gláucio Veiga) protegidas por lonas devido a infiltrações	129
Figura 36. Sala Gláucio Veiga sem infiltrações após reparo em sua cúpula	129
Figura 37. Fachada posterior da FDR com andaimes montados para a obra da 5ª etapa .	130
Figura 38. Vazamentos e goteiras na CESP	130
Figura 39. Livros encharcados em consequência de vazamentos no telhado da CESP ...	131
Figura 40. Equipe da empresa Engemaia executando serviço de poda na Praça Adolpho Cirne	132
Figura 41. Planta da área externa da FDR – Praça Adolpho Cirne	132
Figura 42. Ventilador de parede próximo a estante de livros, lâmpada fluorescente com reator e fiação exposta, quadro de distribuição em local inadequado, tomada instalada em estante de livros, eletrodutos subdimensionados, quadro de disjuntores ultrapassados, luminárias sem proteção	134
Figura 43. Quadros de disjuntores novos, disjuntores identificados e seus respectivos circuitos, fiação e eletrodutos novos, lâmpada tubular de LED	135
Figura 44. Subestação de 225 KVA localizada no subsolo da FDR	136
Figura 45. Treinamento em combate a princípios de incêndios com funcionários da FDR e terceirizados	137
Figura 46. Ninhos de pombos no piso das varandas das janelas da CESP	138
Figura 47. Espículas instaladas nas paredes das varandas da CESP	139

Figura 48. Linhas de nylon instaladas no piso das varandas das janelas da CESP	139
Figura 49. Parede de corredor da FDR suja por excrementos de morcegos	140
Figura 50. Linha de nylon instaladas paralelas em toda extensão do corredor	140
Figura 51. Rato encontrado morto na sala da Coordenação de Infraestrutura e armadilha no almoxarifado na Coordenação de Infraestrutura	141
Figura 52. Exemplo de <i>Lepisma saccharina</i> conhecida como <i>silverfish</i> (peixinho de prata).....	142
Figura 53. Cupim de madeira seca (<i>Cryptotemes</i> e <i>Kalotemes</i>)	143
Figura 54. Cupim subterrâneo (<i>Reticulitemes</i> , <i>Captotemes</i> e <i>Macrotemes</i>)	143
Figura 55. <i>Lasioderma serricone</i>	144
Figura 56. <i>Stegobium paniceum</i>	144
Figura 57. Amostras de <i>Stegobium paniceum</i> , cupins e seus excrementos encontrados na CESP	144
Figura 58. Seguranças armados da empresa TKS, cancela automática de entrada dos servidores, modelo de TAG instalada no para-brisa dos veículos, dispositivo de leitura biométrica da CESP, monitor na recepção da FDR com visualização das câmeras	148
Figura 59. Janelas abertas durante o dia, iluminando e ventilando a CESP	151
Figura 60. Sílica em gel utilizada para absorver o excesso de umidade na CESP	155
Figura 61. Carvão ativado usado nas estantes da CESP para retirar odores	155
Figura 62. Exposição promovida pela Coordenação da Biblioteca da FDR mostrando livros danificados	156
Figura 63. Carrinhos utilizados na movimentação dos livros da FDR	158
Figura 64. Reunião entre a Coordenação de Infraestrutura, Coordenação da Biblioteca, o arquiteto e fiscal da obra Jorge Passos e engenheiros da JME	158
Figura 65. Funcionários do LABOR e equipe da LISERVE responsáveis pela higienização e acondicionamento dos livros da CESP finalizando os trabalhos	159
Figura 66. Scanner planetário da Biblioteca utilizado para digitalização dos livros	160

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Síntese das Análises dos Riscos – Agentes de Deterioração da CESP.	162
---	-----

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AHS – Aluno Hora Semanal

ARAAFU – Association des Restaurateurs d’Art et d’Archaeologie de Formation Universitaire
– Associação de Restauradores de Arte e Arqueologia de Formação Universitária

AS/NZS – Norma Australiana Neozelandesa

BANDEPE – Banco de Pernambuco

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CCH – Centro de Ciências Humanas e Sociais

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas

CECOR – Centro de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis

CESP – Coleção Especial

CHDM – Carga Horária Docente Ministrada

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIK – Centralni Institut Konzervatorski Srbije

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Física

EAR – Estrutura Analítica de Riscos

ECCO – European Confederation of Conservator-Restorer’s Organizations – Confederação Europeia de Organizações de Conservadores-Restauradores

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco

FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GCI – Getty Conservation Institute – Instituto Getty de Conservação

HGE – Hospital Geral do Exército

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

ICN –

ICOM – International Council of Museums – Conselho Internacional de Museus

ICR – Istituto Centrale per il Restauro – Instituto Central para o Restauro

IIC – International Institute for the Conservation of Historic and Artistic Works – Instituto Internacional de Conservação de Obras Históricas e Artísticas

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPCR – Instituto Português de Conservação e Restauro

ISO – International Organization Standardization – Organização Internacional de Padronização

LACICOR – Laboratório de Ciência da Conservação

LADEX – Laboratório de Desenvolvimento de Exposições

MEC – Ministério da Educação

MHN – Museu Histórico Nacional

MINTER – Mestrado Interinstitucional

MODALOC – Modelo de Alocação de Recursos

NUCLEM – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Museologia, Patrimônio e Turismo

NUPRECON – Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais

OIM – Oficina Internacional de Museus

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPG-MUS – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento Orçamento e Finanças

RCE – Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed – Agência Holandesa de Patrimônio Cultural

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESU – Secretaria de Educação Superior

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats – Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças

TED – Termo de Execução Descentralizada

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNINTER – Centro Universitário Internacional

URB – Recife – Autarquia de Urbanização do Recife

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	9
1.1. Patrimônio e Museologia	9
1.2. Documento e Preservação	17
1.2.1. Documento na Museologia	19
1.2.2. Documentação	20
1.2.3. Documentação na Museologia	22
1.3. Cartas Patrimoniais	26
1.4. Preservação, Conservação e Restauração	29
1.5. Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural	39
2. A FAULDADE DE DIREITO DO RECIFE E SEU ACERVO BIBLIOGRÁFICO	45
2.1. Breve Histórico	45
2.2. As Políticas de Preservação da Faculdade de Direito do Recife	53
2.3. A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife	60
3. O GERENCIAMENTO DE RISCOS: CONTRIBUIÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	73
3.1. Risco: Conceito	73
3.2. CONSERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: Breve Histórico Aspectos Relevantes	78
4. O GERENCIAMENTO DE RISCOS: CONCEITOS E METODOLOGIAS – O CASO DA COLEÇÃO ESPECIAL – OBRAS RARAS – DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE	100
4.1. Avaliação de Probabilidade e Impacto dos Riscos	103
4.2. Aspectos da Análise Qualitativa do Risco	103

4.3.	Matriz de Probabilidade e Impacto	105
4.4.	Avaliação dos Dados sobre Risco	106
4.5.	Classificação dos Riscos do Projeto	107
4.6.	Análise SWOT	109
4.7.	Gestão de Riscos e os Stakeholders	111
4.8.	O Gerenciamento de Riscos na Esfera do Patrimônio Cultural	113
4.9.	A Valoração dos Bens Culturais e os Métodos de Gerenciamento de Riscos	114
4.10.	O Método ABC	117
4.11.	O Gerenciamento de Riscos: soluções e propostas, o caso da Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife	123
4.11.1.	Estabelecendo o Contexto	124
4.11.2.	Identificação os Riscos e Ações Emergenciais	126
4.11.3.	O Risco Água	128
4.11.4.	O Risco Fogo	133
4.11.5.	O Risco Pragas	138
4.11.6.	O Risco Furto	146
4.11.7.	O Risco Temperatura Inadequada	148
4.11.8.	O Risco – Radiação Ultravioleta (UV) e Infravermelha (IV)	149
4.11.9.	O Risco Poluentes	151
4.11.9.1.	Limpeza do Espaço da CESP	152
4.11.9.2.	Higienização dos Livros	153
4.11.10.	O Risco Umidade Relativa Inadequada	153
4.11.11.	O Risco Forças Físicas	156
4.11.12.	O Risco Dissociação	159
4.12.	Resumo das Análises dos Riscos e Ações Desenvolvidas	160
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
	REFERÊNCIAS	174
	APÊNDICES	187

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Considerados os mais antigos registros pictográficos realizados pelo ser humano, os desenhos rupestres em cavernas representam a materialização de seus pensamentos, conhecimentos, memórias e ações, sendo assim as primeiras provas da passagem da oralidade para a escrita que, ao longo dos anos, evoluiu de encontro a suportes de vários tipos de materiais. Suportes que encontraram abrigo em diversas instituições criadas com a finalidade de preservar a memória e a cultura das civilizações.

Le Goff (1990) descreve a criação de “instituições-memória” por reis, sendo “arquivos, bibliotecas, museus” a partir de evidências históricas nas quais:

Zimrilin (cerca de 1782-59 a. C) faz de seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Râs Shamra, na Síria, as escavações de edifício dos arquivos reais de Ougarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a. C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal em Nínive. Na época helenística brilham a grande biblioteca de Pergamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação de Ptolomeu (LE GOFF, 1990, p. 375).

A memória foi registrada por longo período em pedra e mármore, no mundo greco-romano, e “as inscrições acumulavam-se e obrigavam essas civilizações a um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança” (LE GOFF 1990, p. 374).

O “Documento/monumento”¹ a que se refere Goody citado por Le Goff tem duas funções principais:

Uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro e a segunda, ao assegurar a passagem da esfera auditiva à usual, permite a reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas (GOODY, 1977b, p. 78 *apud* LE GOFF, 1990, p. 374).

E segundo Le Goff:

...outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofa, pele, como na Rússia antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga, como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel) (LE GOFF, 1990, p. 374).

¹ Documento/monumento se refere às estelas (placas em pedra, madeira ou faiança com inscrições e imagens) e obeliscos construídos pelos reis para “imortalizar seus feitos através de representações figuradas, acompanhadas de uma inscrição” (LE GOFF, 1990, p. 373).

O papel, forma evolutiva do suporte, que conhecemos hoje e elemento construtivo do livro, está presente em quase todas as ações da vida cotidiana e desde o seu surgimento até os dias atuais somam-se quase dois mil anos (SPINELLI JÚNIOR, 1997 *apud* CONCEIÇÃO, 2013, p. 17). Contudo:

A vida útil do papel é limitada, e por causa desta característica inerente ao suporte do papel, tem-se dado grande importância aos processos de preservação. Devido à falta de perenidade do papel, que o define como uma matéria orgânica e o caracteriza com uma vida útil restringida, faz-se necessário utilizar os recursos da conservação para preservar a forma física e o conteúdo intelectual que se encontra nos documentos que utilizam o papel como suporte (CONCEIÇÃO, 2013, p. 17).

Instituições como bibliotecas, arquivos e museus têm como principal missão adquirir, catalogar, salvaguardar, preservar e dar acesso aos acervos para a produção intelectual. Tanto o Museu quanto a Biblioteca ... “possibilitam o encontro do sujeito com os objetos, de modo a permitir a construção de narrativas por meio de rememoração e da presentificação de fatos, servindo de pontos de referência na reconstrução do que chamamos de memória” (LOSS, 2019, p. 40). O Museu ainda apresenta um aspecto de função mais ligado ao público visitante que é a comunicação, especialmente através de suas exposições.

A falta ou as precárias formas de preservação desses acervos podem estar relacionadas às faltas de recursos, desconhecimento técnico, falta de políticas públicas e até a falta de conscientização e valorização do acervo contido nesses espaços.

A conservação preventiva desponta na década de 1980, avança e se acentua na década de 1990, se desenvolvendo mais rapidamente e passando a investigar não somente os agentes de deterioração dos acervos bibliográficos, mas também formas de diminuir os riscos (SPINELLI; PEDERSOLI JR., 2010) de degradação relacionados. A pesquisa aqui realizada se insere nesta parte da Conservação.

A preservação de acervos bibliográficos e museológicos pode ser alcançada mediante estudos de probabilidade e antecipação de problemas, atividades encontradas no gerenciamento de riscos, que é uma ferramenta que se pode fazer uso em qualquer modalidade de atividade e tem se mostrado eficiente no auxílio de tomadas de decisões, no que diz respeito à preservação de bens abrigados em museus, bibliotecas, arquivos e instituições semelhantes.

A partir dessa perspectiva tratamos como objetivo geral de nosso trabalho a pesquisa de metodologias de gerenciamento de risco propostas por “entidades de fundo patrimonial e museológico” (LIMA, 2016, p. 4) em âmbito nacional, como o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e a Biblioteca Nacional - BN, e internacional, como o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*/Centro Internacional para Estudos de

Preservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM, o *Canadian Conservation Institute*/Instituto Canadense de Conservação - CCI , com o respaldo de normas como a AS/NZS 4360:2004, Australiana e Neozelandesa.

Constituíram os objetivos específicos o levantamento e a análise da legislação nacional relativa à segurança e preservação de bens móveis e imóveis tombados e as políticas públicas no âmbito da cultura, o estudo de metodologias de gerenciamento de risco em âmbitos nacional e internacional e a seleção daqueles mais adequadas ao estudo de caso, trazendo para a realidade do acervo da CESP as práticas e métodos utilizados para a conservação do patrimônio cultural, levando em consideração as especificidades do prédio histórico tombado pelo IPHAN, o seu entorno, e o ambiente propriamente em que se encontra o acervo em questão.

Temos em nosso objeto de estudo uma particularidade, a Coleção Especial – Obras Raras está inserida, ou melhor, está abrigada em um outro patrimônio que é o prédio da Faculdade de Direito do Recife,² ambos compartilhando importância histórica e cultural e merecida atenção no que diz respeito à conservação. A CESP pertence ao universo das bibliotecas universitárias sendo:

... vistas como suportes à produção de conhecimento, devem portanto, assumir uma política de preservação dos acervos raros, visto que, por meio desta documentação, desenvolvem-se pesquisas que trazem benefícios para o futuro e se resgatam elementos da história cultural de um povo (TEIXEIRA; VIAN, 2018, p. 1).

De forma que, nesta perspectiva, esta pesquisa analisou as fraquezas e potencialidades para um estudo sobre o gerenciamento de riscos aplicado à Coleção Especial – Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife.

Os métodos empregados para o desenvolvimento da pesquisa mostraram os caminhos a serem percorridos, através dos pontos de vista que nos propiciaram subsídios para montarmos nossas estratégias de desenvolvimento e chegar ao objetivo aqui definido.

Em primeiro momento, a pesquisa contemplou um levantamento de fontes secundárias que apresentou de forma teórica o que se encontra na literatura em relação ao tema escolhido. Como pesquisa entende-se o “procedimento de fabricação de conhecimento e de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrada de todo processo reconstrutivo de conhecimento” (DEMO, 2000, p. 20 *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 42).

² Em 06/08/1980, o edifício foi registrado no Livros Históricos (nº 480) e das Belas Artes (nº 544) através do processo 970-T-78/SPHAN no qual originou seu tombamento em ata publicada no D.O.U em 04/08/1980.

Do ponto de vista da sua natureza, a pesquisa foi do tipo aplicada, pois objetivou gerar conhecimento para aplicação prática dirigido à solução de problemas específicos e sugerir quais tipos de ações seriam adequadas, dentro de um plano de gestão de risco, viável para a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, haja vista a falta de recursos que estão passando as Instituições Federais de Ensino Superior e as peculiaridades da edificação tombada pelo IPHAN onde se situa o acervo.

Do ponto de vista de seu objetivo, a pesquisa foi do tipo descritiva, na qual fizemos uso de entrevistas com funcionários da Biblioteca da FDR e do Laboratório de Conservação e Restauro (LABOR), afim de descobrir que tipos de ações vem sendo implementadas na preservação do patrimônio da FDR. Foram selecionados dois funcionários para entrevista, obedecendo o critério de experiência e conhecimento na área de conservação e restauro em acervo bibliográfico. Ambos são Mestres em suas áreas específicas, ao trabalho desenvolvido no acervo objeto de nosso estudo, e pelo testemunho de alguns eventos ocorridos na CESP que danificaram vários de seus exemplares.

A entrevistada 1 é bibliotecária e trabalha na Biblioteca, que compreende o acervo circulante (empréstimos), e a Coleção Especial – (Obras Raras e Hemeroteca).

A entrevistada 2 é técnica em restauro e trabalha no Laboratório de Conservação e Restauro (LABOR).

As entrevistas foram concedidas através de correio eletrônico e aplicativo devido ao distanciamento social imposto pela pandemia do corona vírus, na ocasião foram enviados questionários para os entrevistados que, após responderem, retornaram pelos meios citados anteriormente.

Bastante importante foi a observação *in loco*, a fim de coletar dados, registrar fotos sobre o ambiente onde se encontram as coleções, identificar os pontos de risco para depois analisá-los, classificá-los, interpretá-los e propor a formulação de um programa de gerenciamento de risco dentro da realidade administrativa da instituição.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa foi do tipo exploratória, pois procurou-se obter as informações sobre o objeto em estudo a partir de dados que serviram “expressamente para o propósito da pesquisa” (O’LEARY, 2019, p.291), chamados de fontes primárias e material já publicado, chamados de fontes secundárias, ou seja, “dados que existem independente do projeto de pesquisa” (O’LEARY, 2019, p. 343) presentes principalmente em livros, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, anais de eventos, normas nacionais e internacionais, sites de entidades de Preservação e Conservação ligados à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Trata-se de um estudo de caso que seria, segundo O'Leary, o método de estudo de elementos do nosso tecido social mediante descrição e análise abrangentes de só uma situação ou um caso; por exemplo, um estudo detalhado de um indivíduo, cenário, grupo, episódio ou evento (O'LEARY, 2019, p. 280).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa foi do tipo qualitativa, pois foi fundamentalmente interpretativa, favorecendo a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo com o nosso objeto de estudo. Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O ambiente considerado foi a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, onde estamos familiarizados, pois trata-se do local de trabalho do mestrando há 8 anos. Os métodos descritos foram o meio que nos levou a refletir e analisar os dados produzidos na pesquisa de forma a propor soluções eficientes e economicamente viáveis para a implantação de um sistema de gerenciamento de risco para a Coleção Especial da Biblioteca da FDR.

A dissertação apresenta quatro capítulos, o primeiro inicia-se analisando e refletindo sobre a relação do objeto de estudo com a Museologia, em abordagem teórica, discutindo e definindo conceitos importantes para o desenvolvimento da pesquisa como: patrimônio, patrimônio cultural, material e imaterial, patrimonialização, coleções, memória, conservação, restauração e conservação preventiva.

Em seguida, o segundo capítulo foi estruturado com um breve contexto histórico sobre a trajetória da Faculdade de Direito do Recife, sua Biblioteca e a importância de ambas como patrimônios históricos/culturais. Serão apresentadas e problematizadas as políticas públicas voltadas à cultura no Brasil e as políticas administrativas que são aplicadas na FDR para a conservação/restauração do patrimônio, em especial no foco das Bibliotecas Universitárias.

No terceiro capítulo, o risco é conceituado e tratado sob a ótica de instituições que protegem o patrimônio cultural e utiliza a documentação patrimonial e a conservação preventiva como estratégia de preservação. Buscamos traçar uma trajetória em ordem cronológica da evolução da Conservação Preventiva, fora e dentro do Brasil, além da importância do primeiro curso nacional em Museologia.

O quarto capítulo destinamos ao estudo de caso da CESP - Obras Raras. Onde foram discutidos os tipos de agentes de deterioração de acervos bibliográficos e as medidas protetivas, preventivas e de contenção desses agentes, seguidas por instituições que abrigam esse tipo de bens culturais no âmbito nacional e internacional, além de equipamentos que auxiliam no combate à destruição de acervos bibliográficos.

Foram analisadas as fraquezas e potencialidades, incluindo a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e revisão dos riscos, favorecendo a identificação de ações prioritárias e emergenciais mais eficientes.

Finalmente, será apresentada uma síntese dos estudos de modo a proporcionar subsídios para uma futura proposta de um plano de gerenciamento de riscos para Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife de modo a contribuir de forma considerável para a preservação do acervo.

CAPÍTULO 1

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1.1 - Patrimônio e Museologia

A palavra patrimônio está historicamente associada ou à noção do sagrado, como a veneração de certas obras inspirando um sentimento de propriedade coletiva, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família, designando um bem transmitido de pai para filho, de geração em geração (BABELON; CHASTEL, 1994).

O termo patrimônio vem da palavra latina *patrimonium* (era republicana romana, 510 a.C. – 27 d.C.) e tinha o significado da transmissão de bens e heranças dos pais para filhos, ou seja, era um conjunto de objetos e tradições deixados pelo *pater familias* ao seu herdeiro primogênito que assumiria todas as funções e prerrogativas na vida social e religiosa (LIMA, 2012). E segundo Choay (2014, p. 11), “estava ligada à estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”.

Outro momento relevante sobre o significado da palavra patrimônio surge no contexto da Revolução Francesa no final do século XVIII. O Patrimônio assume um caráter coletivo, público, acessível a todo cidadão, diferente da condição do patrimônio pertencente ao agente individual romano. A partir dos atos jurídicos da Constituinte em 2 de outubro de 1789, os bens do clero, dos emigrantes e da Coroa foram colocados à disposição da nação (CHOAY, 2014). Assim a “Revolução transferiu o entendimento para o âmbito de um ‘novo senhor’ e sob forma grupal: o agente coletivo emanando da nova figura do Estado francês, representando a nação, ‘o povo’, determinando caráter de ordem nacional para o Patrimônio” (LIMA, 2012, p. 34).

Para entender a noção de patrimônio a historiadora Françoise Choay explica o termo monumento e sua relação com o afetivo e a associação com a conservação:

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer, ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2006, p. 17).

A Associação de Interpretação do Patrimônio de Quebec através de seu Comitê de Terminologia definiu patrimônio em julho de 1980, citado na Declaração de Deschambault de 1982 como:

O conjunto de criações e produtos combinados da natureza e do homem, que constituem a estrutura de nossa existência no tempo e no espaço. Uma realidade, um bem com dimensão coletiva e uma riqueza transmissível que favorece o reconhecimento e a pertença (DECLARAÇÃO DE DESCHAMBAULT, 1982, tradução nossa³).

Segundo o *International Council of Sites and Monuments* (ICOMOS) – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, a noção de patrimônio proposta nesta Declaração:

... visa abranger muito mais do que edifícios construídos em um passado mais ou menos distante. Temporariamente, em primeiro lugar, o patrimônio não tem limites nem para o passado nem para o futuro. Aproveitamos a herança de ontem e construímos a de amanhã, sendo a cultura essencialmente dinâmica, constantemente renovada e enriquecida (ICOMOS, 1982, tradução nossa⁴).

O Patrimônio seria, portanto, “o conjunto dos bens identificados pelo homem, a partir de sua relação com o meio-ambiente e com outros homens, e a própria interpretação que ele faz dessas relações” (BRUNO, 1996, p. 19 *apud* HENRIQUES; DOBEDEI, 2011, p. 2), e “um patrimônio só se manifesta como tal quando é necessário pensar e defendê-lo” (BABELON; CHASTEL, 1994, p. 141, tradução nossa⁵).

Na Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, a chamada Conferência de Nara, ocorrida naquela cidade japonesa em novembro de 1994, a “diversidade cultural e de patrimônios” é reconhecida como “uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade” (CONFERÊNCIA DE NARA, p. 1). Ao conceber o patrimônio como um elemento no qual e mediante o qual se expressam valores tangíveis e intangíveis, a Conferência de Nara recomenda que a conservação dos bens patrimoniais privilegie essas duas dimensões patrimoniais.

O patrimônio não é apenas das instituições e sim das pessoas que se apropriam dele, que atribuem valores, simbolismos, emoções para que seja preservado e transmitido.

Todas as categorias de patrimônio estão interligadas demasiadamente com a vida, a história e a memória dos indivíduos e suas relações afetivas, por isso antes de decretar um patrimônio, é imprescindível ouvir as narrativas da comunidade, saber de suas memórias e de suas construções identitárias, caso contrário, serão apenas monumentos, prédios, lugares sem vida, sem sentido e significado. Esses aspectos chamados por Scheiner (2004) de

³ “L’ensemble des créations et des produits conjugués de la nature et de l’homme, qui constituent le cadre de notre existence dans le temps et dans l’espace. Une réalité, une propriété à dimension collective et une richesse transmissible qui favorisent une reconnaissance et une appartenance”

⁴ ... veut couvrir beaucoup plus que les édifices construits dans un passé plus ou moins lointain. Temporellement d’abord, le patrimoine n’a pas de limite ni vers le passé, ni vers l’avenir. Nous utilisons le patrimoine d’hier et bâtissons celui de demain, la culture étant essentiellement dynamique, sans cesse renouvelée et enrichie.

⁵ Um patrimoine ne se manifeste comme tel que lorsqu’il faut songer à le défendre.

padrões não-conscientes de identificação de referências culturais, tangíveis e intangíveis levar-nos-iam a identificar com maior facilidade o componente afetivo do patrimônio como instância representacional de sentidos simbólicos do corpo social.

Ainda, segundo Scheiner (2004), o caráter dual do patrimônio é:

Revelado na sua potência de atuar simultaneamente como espaço de organização de sentidos, catalisador de representações de todos os planos do real; e como instância mítica, capaz de provocar associações entre o 'real presente' e um real imaginado – existente num espaço ou tempo não-presente (anterior ou mesmo futuro). Esta potência é mais conhecida no processo de recuperação simbólica de um tempo anterior, idealizado e muitas vezes até mesmo sacralizado – tendo em vista a valorização de certos acontecimentos por parte do corpo social. São momentos míticos da trajetória de determinados grupos sociais, seja porque foram momentos instauradores de uma realidade ainda vivida pelo grupo, seja por que simbolizam instâncias icônicas da sua trajetória (SCHEINER, 2004, p.133).

Antes de entrarmos na identificação de patrimônio cultural, pesquisamos em dicionário e encontramos a seguinte definição de cultura:

... conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade. Como ações sociais seguem um padrão determinado no espaço. Compreendem as crenças, valores, instituições, regras morais que permeiam e identificam uma sociedade. Explicam e dá sentido à cosmologia social. É a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período (HOLANDA, 2000, p. 197).

Segundo Morgado, no campo das Ciências Sociais de forma resumida, pode-se afirmar que cultura:

Simboliza tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que lhe confere uma identidade dentro do grupo a que pertence. É um conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva. Não existindo culturas superiores, nem inferiores pois a cultura é relativa, designando-se em sociologia por relativismo cultural, ou seja, apesar de existir entre muitas sociedades traços comuns, há valores e normas diferentes que lhes confere padrões culturais distintos (MORGADO, 2014, p. 1).

Portanto as conquistas adaptativas transmitidas que forjam a identidade dos grupos sociais ao longo dos séculos, bem como seu modo específico de viver e sobreviver são consideradas patrimônio cultural (CLARK, 1985, p. 79 *apud* SANTOS, 2016, p.34).

O patrimônio cultural é o resultado da capacidade de criar e refletir, é o processo de criação de cultura e transformação da realidade. É toda produção social das pessoas, inclusive a relação delas com o meio ambiente e envolve diversidade cultural (HENRIQUES; DOBEDEI, 2011, p. 1).

O Bem Cultural segundo Lima:

é uma atribuição de valor, um juízo elaborado pelo campo cultural que o consigna como elemento possuidor de caráter diferencial. E ao distingui-lo deste modo, torna-o especial e em posição de destaque perante os demais objetos da mesma natureza, emprestando-lhe sentido de excepcionalidade” (LIMA, 2008, p. 36).

A Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado foi um tratado internacional organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Assinado em 14 de maio de 1954, define no Artigo I bem cultural como:

- a) . os bens, móveis ou imóveis, que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte, ou de história, religiosos ou seculares, os lugares que oferecem interesse arqueológico, os grupos de edificações que, em vista de seu conjunto, apresentem um elevado interesse histórico ou artístico, as obras de arte, manuscritos, livros e outros objetos de interesse histórico, artístico ou arqueológico, bem como as coleções científicas e as coleções importantes de livros, de arquivos, ou de reproduções dos bens acima definidos;
- b) os edifícios cuja finalidade principal e real seja a de conservar e expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a), tais como os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos, bem como os abrigos destinados a proteger, em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos na alínea (a). (UNESCO, 1954, p. 2)

Passados dez anos, a Recomendação de Paris de 1964 considera os bens culturais:

Os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais (UNESCO, 1964, p. 2, grifo nosso).

A UNESCO também promoveu em 1972 a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural na qual os países membros deveriam ser responsáveis pela proteção do seu patrimônio cultural, artístico e natural. Nela são considerados patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 2).

Na Declaração do México de 1985 considera-se que:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 4, grifo nosso).

O conceito de Patrimônio Cultural Material considerado por Granato e Campos como objeto de interesse da conservação está relacionado:

... aqueles objetos/monumentos que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam desse conjunto. O que os diferencia dos demais, na moderna concepção pelo viés da Museologia, inclui a noção de comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da conservação têm em comum sua natureza simbólica, são símbolos e todos têm o potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais (GRANATO; CAMPOS, 2013, p. 1).

A importância desses bens culturais é reafirmada por Pinheiro e Granato pois:

São o produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos. Reconhecendo essa importância, faz-se mister transmitir da melhor maneira possível esse patrimônio cultural às gerações futuras. Nesse sentido, se inserem os conceitos de preservação, conservação e restauração desses bens (PINHEIRO, GRANATO, 2012, p. 26).

A noção de patrimônio evoluiu, ou melhor, alargou-se e percebeu-se um extenso movimento no sentido de ampliar seu conceito e incorporar bens de tipologias mais diversas em período mais recente, como o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T).

Segundo Granato e Araújo, o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia constitui o:

Conjunto tangível e intangível relacionado à C&T, a que se atribuem valores que justificam a sua preservação para as futuras gerações. Inclui o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além dos saberes, das práticas de ensino e pesquisa, e de todos aqueles artefatos e espécimes que são testemunhos dos processos científicos, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, considerando documentos em suporte papel (arquivísticos e bibliográficos), instrumentos científicos, máquinas, montagens, coleções científicas de natureza diversa como arqueológicas, etnográficas, biológicas, além de construções arquitetônicas

produzidas com funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos (laboratórios, observatórios, paisagens e jardins) (GRANATO; SANTOS, 2015, p. 79-80 *apud* GRANATO; ARAÚJO, 2017, p. 241).

Durante o II Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia entre os dias 26 e 29 de novembro de 2013 ocorrido no Centro de Tecnologia e Geociência da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no qual foi discutido a preservação desse Patrimônio através de palestras, mesas-redondas e apresentação de trabalhos de pesquisa foi exposto que:

O Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia abrange um conjunto gigantesco de equipamentos, amostras, documentos, livros, materiais didáticos, apostilas, réplicas, entre outros objetos utilizados em atividades de pesquisa e de ensino em diversos níveis de escolaridade. Trata-se de acervo que retrata os diversos estágios da construção do conhecimento científico e tecnológico no Brasil e, mais ainda, simboliza a própria sociedade contemporânea (ANAIS DO II SEMINÁRIO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2013, np).

E também que o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia:

Infelizmente, são objetos cuja relevância cultural apenas recentemente tem sido valorizada, posto que, durante muito tempo, estes objetos foram identificados apenas pelo seu valor funcional ou educacional imediato, ou seja, o seu valor de uso. Assim, a maior parte deste acervo tem permanecido invisível em laboratórios, depósitos de inservíveis ou gabinetes particulares (ANAIS DO II SEMINÁRIO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2013, np).

A perda de artefatos que poderiam constituir esse Patrimônio, proveniente do descarte sem critério, constitui lacuna na construção de narrativas pela História sobre o desenvolvimento da ciência e de sua trajetória nas instituições. Segundo Dominique Poulot:

com o passar do tempo, e com sua obsolescência, os instrumentos técnicos ou científicos que se multiplicam pelos laboratórios são descartados. [...] testemunhos obsoletos da evolução tecnológica e científica, bastante específicos. Todos esses objetos foram condenados, pois foram ultrapassados por novos modos de trabalho e dispositivos valorados como melhores e mais eficazes. [...] Dessa forma, a destruição e a reciclagem constituem o primeiro destino de objetos científicos e técnicos obsoletos (POULOT, 2017, p. 107, 110).

E “a medida que novas tecnologias superam antigos equipamentos, estes são abandonados ou preteridos. Uma vez encontrada uma solução, ou uma inovação para um problema de pesquisa, o ‘peso inútil’ é colocado de lado” (ARAÚJO; GRANATO, 2017, p. 234).

O esquecimento e o conseqüente desaparecimento dos objetos que habitam laboratórios das universidades e centros de pesquisas que contribuíram nos processos

científicos de desenvolvimento científico e tecnológico poderiam dar lugar a sua visibilidade se fossem patrimonializados ou musealizados. A análise feita sobre o campo das Ciências é de que os cientistas costumam vislumbrar o futuro e tendem a esquecer ou não dar valor a dados já ultrapassados. O observado é que, à medida que os equipamentos e as práticas evoluem no âmbito científico, a tendência é deixar de lado e em desuso os instrumentos obsoletos (ARAÚJO; GRANATO, 2017).

O conceito de PCC&T está ligado aos objetos, práticas, documentos e espaços produzidos pelo homem que se tornaram testemunho dos processos científicos de desenvolvimento tecnológico e esse patrimônio foi mais recentemente definido pela Carta do Rio de Janeiro de 2017, elaborada a partir do seminário “Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia: construindo políticas para novos patrimônios”, ocorrido no Museu de Astronomia e Ciências Afins e contou com a participação de profissionais de diversas instituições, inclusive do MAST, da UNIRIO e da UFPE, que assinaram o documento (ARAÚJO, 2019).

A Carta do Rio de Janeiro de 2017 é uma estratégia encontrada através de documentos patrimoniais com vistas a destacar a necessidade da salvaguarda do PCC&T. Nela está exposto em seus artigos o que consideramos ser, até o momento, a mais completa identificação e definição do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia que:

1. ...constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural.
2. O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia inclui artefatos, construções humanas e paisagens naturais, locais de observação do céu noturno, observatórios astronômicos e geofísicos, estações meteorológicas e agronômicas, laboratórios, museus, inclusive jardins botânicos e zoológicos, e locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experimentos, conservar coleções científicas, propiciar aprendizagem e o intercâmbio de ideias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados.
3. São objetos de significação cultural da ciência e da tecnologia as coleções científicas de todas as áreas do conhecimento (Saúde, Humanidades, Engenharias, Ciências Exatas, Biológicas, Linguagens Artísticas, Comunicação e Informação, etc.), instrumentos científicos de todos os tipos, máquinas e montagens, cadernos de laboratório, cadernos de campo, livros, fotografias, entre outros tipos de documentos, públicos e privados, relacionados aos processos de construção do conhecimento científico e tecnológico.
4. Fazem parte do patrimônio cultural intangível da ciência e da tecnologia as dinâmicas desenvolvidas para as atividades científicas e de incremento tecnológico em laboratórios, as práticas de ensino e pesquisa, o saber-fazer científico, entre outros.

5. O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia possui áreas de intersecção com diversos outros recortes patrimoniais, como, por exemplo, o patrimônio industrial, o patrimônio ferroviário, arqueológico, paleontológico, do ensino, entre outros. Estas zonas de contato possibilitam perceber a amplitude da cultura científica na sociedade contemporânea, reforçando a necessidade do seu reconhecimento e preservação (CARTA DO RIO DE JANEIRO DE 2017, np).

A patrimonialização e a musealização dessas materialidades garantiriam sua preservação. A patrimonialização “[...] é o reconhecimento (objeto comum) como um objeto de patrimônio” (DAVALLON, 1995, p. 159, tradução nossa⁶), ou seja, reconhecer seu valor patrimonial. E o segundo conceito consiste no processo em que objetos ou conjuntos deles são separados dos demais e de seu contexto original onde atendiam a suas funções, para serem estudados, transformados em documentos representativos de uma realidade de que são testemunhas; serão atribuídos valores e significados relacionados à sua trajetória, materialidade, função e todos os outros aspectos importantes na sua existência. Com isso, a musealização garante a preservação e dá visibilidade aos objetos, às práticas, ensino, produção e, no âmbito da Ciência e Tecnologia, torna-se processo singular que, segundo pesquisas já realizadas (ARAÚJO; GRANATO, 2017), é responsável pelo salvamento da materialidade mais antiga que ainda existe no país. O processo de musealização pode se dar dentro do próprio museu ou *in situ*, onde os objetos cumpriram suas funções para as quais foram criados. Assim, o museu é a instituição imprescindível para preservação e inclusão nos debates sobre o tema do PCC&T (ARAÚJO; GRANATO, 2017).

Segundo Lima (2014, p. 4345), “Musealização e Patrimonialização são processos gestados por estatutos de perfil impostos, reconhecidos e aplicados por instâncias culturais personificadas como agentes especializados e institucionalizados para trato do tema”.

Ainda sobre os conceitos acima apresentados, Davallon distingue musealização da patrimonialização pois:

Trata-se em ambos os casos numa mudança de status do objeto, mas enquanto na primeira ação o objeto torna-se, na prática, um objeto de uma instituição, na segunda ação, ele é um direito de representação, sem prejuízo para o reconhecimento, por acordo entre os membros de um grupo social (DAVALLON, 1995, p. 159, tradução livre⁷).

Segundo Davallon (2002), o processo de patrimonialização passa pelas seguintes etapas: 1) A descoberta do objeto como um achado; 2) Certificação da origem do objeto; 3) Estabelecer a existência do mundo de origem; 4) A representação do mundo de origem pelo

⁶ [...] “est la reconnaissance d’ un objet (um objet ordinaire) em tant qu’ objet de patrimonaine”.

⁷ “Il s’agit dans les deux cas d’un changement de statut social de l’objet, toutefois dans le premier, c’est en tant qu’il deviant, en pratique, l’objet d’une institution; alors que dans le second, il est, em droit de représentation, l’objet d’une reconnaissance par accord des membres d’une groupe social”.

objeto; 5) A celebração do “achado” do objeto através de sua exposição e 6) A obrigação de transmitir às gerações futuras⁸ (DAVALLON, 2002, s. p., grifo do autor, tradução nossa).

Abordaremos a seguir os conceitos de documento e documentação pois entendemos que se trata de elementos importantes durante os processos de patrimonialização e musealização dos bens culturais.

Para Chagas (1994) um objeto torna-se documento ou um bem cultural a partir do:

... momento em que sobre ele lancemos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc (CHAGAS, 1994, p. 35).

Ainda segundo este autor:

... os documentos são representações de memória e estão articulados à ideia de preservação. Ao se constituir um documento, de imediato se coloca, com esta constituição a necessidade de preservá-lo. Ao longo do tempo essa necessidade exige permanente confirmação (CHAGAS, 1994, p. 38).

1.2 - Documento e Preservação

A passagem da cultura oral para a escrita ocorreu em consequência da necessidade humana de registrar, preservar e comunicar os atos, conhecimentos, sentimentos... (CARNEIRO FILHO *et al.*, 2019, p. 12).

Le Goff (1990) descreve a criação de “instituições-memória” por reis, sendo “arquivos, bibliotecas, museus” a partir de evidências históricas nas quais:

Zimrilin (cerca de 1782-59 a. C) faz de seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Râs Shamra, na Síria, as escavações de edifício dos arquivos reais de Ougarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a. C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal em Nínive. Na época helenística brilham a grande biblioteca de Pergamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação de Ptolomeu (LE GOFF, 1990, p. 375).

⁸ 1) La découverte de l'objet comme trouvaille; 2) La certification de l'origine de l'objet; 3) L'établissement de l'existence du monde d'origine; 4) La représentation du monde d'origine par l'objet; 5) La célébration de la «trouvaille» de l'objet par son exposition; 6) L'obligation de transmettre aux générations futures.

A memória foi registrada por longo período em pedra e mármore, no mundo greco-romano, e “as inscrições acumulavam-se e obrigavam essas civilizações a um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança” (LE GOFF, 1990, p. 374).

O “Documento/monumento”⁹ a que se refere Goody citado por Le Goff tem duas funções principais:

Uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro e a segunda, ao assegurar a passagem da esfera auditiva à usual, permite a reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas (GOODY, 1977b, p. 78 *apud* LE GOFF, 1990, p. 374).

A ideia comum de documento remete a um papel ou um conjunto de papéis para a comprovação de algo. Pensando um pouco mais adiante, já neste século, entenderíamos que “essa definição associa o conceito de documento à noção de registro, mas é insuficiente diante dos documentos produzidos por tecnologia digital e que atualizam antigas confusões entre documentos e não-documentos” (SMIT, 2008, p. 11).

Estudos especializados (da museologia, da ciência da informação...) apresentam conceito bem mais amplo de documento. Paul Otlet (considerado o pai da ciência da informação) conceituou-o como “o meio de transmitir dados informativos ao conhecimento dos interessados, afastados no tempo e no espaço, ou cujo espírito discursivo tem necessidade de que lhe sejam mostrados os vínculos inteligíveis das coisas” (2018, p. 33).

Para Padilha – na obra “Coleção Estudos Museológicos” – documento:

É qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte, que possui registro de informação. O documento pode representar uma pessoa, um fato, uma cultura, um contexto, entre outros. Ele se caracteriza como algo que prova, legitima, testemunha e que constitui de elementos de informação. (PADILHA, 2014, p. 13).

Portanto, documento é um meio para informar, proporcionar conhecimento, cujos suportes podem ser diversos. Na História podemos identificar inúmeros exemplos de suporte utilizados para registrar o pensamento, as emoções, o mundo exterior: desde as pinturas rupestres nas cavernas, passando pelas tabuinhas da escrita cuneiforme mesopotâmicas, até as mais atuais formas virtuais de informação.

⁹ Documento/monumento se refere às estelas (placas em pedra, madeira ou faiança com inscrições e imagens) e obeliscos construídos pelos reis para “imortalizar seus feitos através de representações figuradas, acompanhadas de uma inscrição” (LE GOFF, 1990, p. 373).

Frisa-se que a ideia de documento como “algo que prova, legitima, testemunha” não pode ser confundida com verdade absoluta. “Os documentos têm em comum com a palavra a possibilidade de não exprimir a verdade” (OTLET, 2018, p. 62). Eles podem apresentar informações intencionalmente manipuladas, conduzindo seu leitor ao erro. Podem apresentar características espontâneas que proporcionem interpretações equivocadas, ou ainda serem objetos de análises falhas. Segundo Padilha:

Ao ser pesquisado, o documento permite a extração das informações intrínsecas e extrínsecas, ao mesmo tempo que novos usos e significados podem ser construídos. O documento é suporte que evidencia algo a alguém e que, ao passar por um processo técnico específico, manifesta seu potencial informativo. Ele é o meio que nos traz a informação e, assim, permite que o indivíduo produza conhecimentos diversos (PADILHA, 2014, p. 13)

Ser suporte de evidência não significa ser verdade. Um trabalho especializado tende a identificar informações significativas registradas diretamente no documento (no suporte), ou ainda no contexto em que ele foi produzido, no local em que foi armazenado, nas interferências que sofreu até a sua chegada ao espaço e tempo atual. Essas informações possibilitam a construção de conhecimentos.

1.2.1 - Documento na Museologia

Os documentos, via de regra, não são criados para registrar a história ou para fazer parte de acervos museológicos, eles são produzidos para usos sociais específicos. Porém, suas características poderão influenciar as “possibilidades de uso e de salvaguarda posterior. A origem, o formato e a sua funcionalidade são fatores que, muitas vezes, determinam se ele será documento de arquivo, biblioteca ou museu” (PADILHA, 2014, p. 13).

No campo da Museologia, o documento está na categoria de patrimônio, uma vez que “Um Museu, por definição, na sua missão e objetivos, prevê a salvaguarda de seus objetos, as coleções, pelas práticas documentais que se aliam à preservação da história dos seus itens musealizados” (BRITO; LIMA, 2019 p. 7).

Na Museologia, assim como em outros campos, documento também pertence à categoria de testemunho, prova. Um objeto “musealizado pela caracterização de evidência material seja considerado fonte primária de informação, passando, então, a ter valor irrefutável na interpretação do campo museológico ao ser considerado como objeto testemunho, objeto documento” (BRITO; LIMA, 2019 p. 9).

As representações musealizadas, consideradas na categoria de documentos, passam a ser “dotadas de valor de prova, ressaltando-lhes o caráter de documento primário que lhes

é próprio, conseqüentemente, imprimindo relevância a tais fontes de consulta para pesquisas e para a produção do conhecimento” (LIMA, 2012, p. 41)

No âmbito da Museologia, documento pode ser identificado ainda na tradicional categoria de registro. Por exemplo, o projeto de Pesquisa Termos e Conceitos da Museologia, sediado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), trabalha, entre outros, com documentos patrimoniais. Alguns desses documentos são objetos de estudo neste trabalho, aqueles que mencionam a documentação. Os elementos de informação, (independente do suporte) no cotidiano de diversas instituições, entre elas no Museu, precisam ser armazenados, agrupados, tratados, recuperados, documentados. Nesse contexto, se insere o tema central da pesquisa desta dissertação.

1.2.2 - Documentação

O termo documentação, *lato sensu*, remete a ideia de levantamento de informações sobre um determinado assunto. O uso corriqueiro do vocábulo acaba por mascarar a amplitude de seu conceito. Segundo Guinchat e Menou (1994, p. 28) “fazer documentação não significa armazenar de forma lógica um certo número de documentos. A documentação é memória, seleção de ideias, reagrupamento de noções e de conceitos, síntese de dados”. Mais que uma prática, a Documentação é considerada uma disciplina, que tem o objetivo de “tratar a informação para fins de recuperação” (TÁLAMO, 2001, p.42). Convencionou-se diferenciar os termos “Documentação” para designar a disciplina e “documentação” para conjunto de técnicas para tratamento da informação (ORTEGA, 2009, p. 60).

Para ilustrar esta situação, a obra ‘O que é Documentação’, de Suzanne Briet, parte de três pontos em busca dessa definição: “documentação-técnica, documentação-profissão e documentação-instituição” (BRIET, 2016, p. 44). Segundo esta autora, a teoria da Documentação começa a se desenvolver no século XIX, “corresponde ao avanço das ciências históricas e ao progresso da técnica” (BRIET, 2016, p.4). Porém, alguns autores defendem que a Documentação remonta a Idade Antiga e teve um importante salto a partir da Idade Média, quando houve uma demanda por ferramentas de recuperação de coleções provocada pela difusão da impressão de livros (SIQUEIRA, 2010).

Um estudo sobre a teoria da Documentação estaria incompleto sem mencionar Paul Otlet, autor do clássico *Traité de Documentation* (Tratado da Documentação) de 1934. Rayward afirma que “Otlet cunhou o termo ‘documentação’ já em 1903” (RAYWARD, 2018, p. xvii, grifo do autor). Para Otlet, o papel da Documentação organizada era fornecer informações: “1° universais quanto ao seu objeto; 2° corretas e verdadeiras; 3° completas; 4° rápidas; 5° atualizadas; 6° fáceis de obter; 7° reunidas antecipadamente e preparadas para

serem comunicadas; 8° colocadas à disposição do maior número possível” (OTLET, 2018, p. 5). Resumindo, “Construir o contato ‘entre a elaboração do pensamento e o registro dos conhecimentos” (OTLET, 2018, p. 582, grifo do autor). Fontoura (2012) afirma que a Documentação, como proposta por Otlet, teria o ambicioso objetivo de criar um “Repositório Bibliográfico Universal” que abrigasse o registro de “documentos mantidos em acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos distribuídos nos mais diversos países” (FONTOURA, 2012, p. 27).

A Documentação seria formada por sete partes, a saber: documento, biblioteca, bibliografia, arquivo documentário, arquivo administrativo, arquivo histórico, coleções museográficas, enciclopédia e outros documentos (exceto bibliográficos e gráficos) (OTLET, 2018).

Portanto, percebe-se o âmbito não somente no suporte da informação, mas também nas instituições que abrigam estes suportes. Chagas (1994) reitera que a Documentação, assim como a Museologia, sofre com o estigma de ter uma abordagem que “fixa o objeto de estudo das áreas citadas nos aspectos institucionais” (CHAGAS, 1994, p. 31). Como historicamente está relacionada com a popularização do livro, a área da Documentação é atrelada à Biblioteconomia, mas esta é voltada para a Educação, enquanto a Documentação é para a disseminação do conhecimento (SIQUEIRA, 2010).

Briet (2016) afirma que apesar da Documentação ser considerada um importante fator para produtividade da pesquisa científica, a maior parte das publicações dos serviços de documentação não tratam da disciplina em si, mas de outros campos. Relata ainda a dificuldade de localizar material relevante para a especialidade. Otlet já apontava que “As teorias se apoiam muitas vezes em dados incompletos, vagos, muito mais descobertos ao acaso do que escolhidos” (OTLET, 2018, p. 33).

Jéssica Siqueira (2010) alega que o termo Documentação também é pouco difundido, em comparação com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. A autora teoriza a razão de tal lacuna:

(...) a Ciência da Informação também tomou como base elementos da Biblioteconomia Especializada e da Documentação. Enquanto a primeira estava muito atrelada aos aspectos sociológicos (herança da Escola de Chicago, 1930) e institucionais; a segunda foi praticamente substituída nos EUA pela Ciência da Informação, difundindo-se pela Europa (SIQUEIRA, 2010, p.60).

Cristina Dotta Ortega corrobora com esta colocação, ao afirmar que “O surgimento da linha predominantemente estadunidense de Ciência da Informação na metade do século XX conduziu o interesse dos pesquisadores para uma abordagem sobre informação, de tal modo

ampla, que acabou por gerar indefinição e ambiguidade” (ORTEGA, 2009, p.60-61). Tal situação pode ser a explicação do entendimento raso que o termo documentação remete usualmente.

Apesar do cenário difuso, remontando às origens da Documentação como disciplina, fica o ideal de Otlet de que esta fosse um fomento para a cooperação entre os povos. Sylvie Fayet-Scribe, ao mencionar a obra de Suzanne Briet, que foi discípula do trabalho de Otlet, afirma que:

Para Suzanne Briet ontem, como para inúmeros profissionais de hoje, trata-se de democratizar para cada cidadão o aprendizado e o manejo dos instrumentos de informação: ela vê a documentação e sua utilização tanto como metodologias individuais do trabalho intelectual, como também uma organização coletiva da gestão da informação. (FAYET-SCRIBE, 2016, p. 62).

A aplicação da Documentação como processo de inserção por registro para efetivar a titulação de um bem patrimonial (Lima, 2016) é um exemplo do sucesso do trabalho de Otlet. Mais que listar os bens patrimoniais, sejam de natureza material ou imaterial, este é um processo que demanda a colaboração entre comunidade, profissionais e instituições especializadas. Paul Otlet ficaria satisfeito.

1.2.3 - Documentação na Museologia

Como mencionado, Otlet afirmou que as coleções museográficas fazem parte da Documentação. Este autor defende que “A biblioteca, o museu e o arquivo deviam ser todos vistos como aspectos de uma única organização documentária” (RAYWARD, 2018, p. xiv). Apesar de descrever os museus como “armazéns da natureza e da civilização” (OTLET, 2018, p. 554), Otlet dedicou parte do Tratado da Documentação para abordar os aspectos institucionais do museu e a relação com a disciplina Documentação.

Para Stránský, a Museologia possui o papel científico de possibilitar “a criação sistemática dos acervos documentários no caráter especializado, que assim pode se tornar fonte para as disciplinas científicas existentes e a outras a surgir” (STRÁNSKÝ, 1965, p. 26-27). Assim, Stránský nesta definição faz uma ponte entre as disciplinas da Museologia e da Documentação.

A Documentação Museológica compreende, segundo Lima (2013):

a elaboração da informação voltada ao conhecimento do acervo (objeto/exemplar/espécime/território e, também, o registro da manifestação cultural intangível); o seu manejo à disseminação dos conhecimentos que lhes são pertinentes, em ambiente interno e externo ao museu, em qualquer

circunstância pela qual passam as coleções agregando informação à sua existência museológica (LIMA, 2013, p. 8).

Para Fernanda Camargo-Moro a documentação museológica seria o:

- (1) Processo de organização dos diversos elementos de identificação do acervo; 2) conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por fim a pesquisa, reunião, descrição e utilização dos documentos sobre as coleções (CAMARGO-MORO, 1986, p. 239 *apud* SANTOS, 2010, p. 162).

Portanto, o objetivo da Documentação em um museu não é simplesmente de localizar o artefato no acervo da instituição, mas “constituir uma base ampla de informações” (BARBUY, 2008, p. 36-37). Esta base tanto alimentaria as pesquisas na instituição, quanto se alimentaria de pesquisas sobre o museu ou seu acervo. Claro que as atividades práticas de documentação são parte importante da Documentação Museológica, mas não deve ser encarada como a mais relevante e “deve ocorrer sempre dentro de uma abordagem museológica” (FERREZ, 1994, p.73).

Ainda segundo Helena Ferrez (1994, p. 65 *apud* SANTOS, 2010, p. 162) a documentação museológica além de um conjunto de informações sobre cada um dos objetos da coleção é também: “(...) um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, (...), as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento”.

Portanto, “a documentação museológica sistematiza as informações sobre os objetos que constituem os acervos de museus” (SANTOS; GRANATO, 2015, p. 143) e contempla:

O desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam sua administração. Essas informações deverão ser registradas por escrito ou inseridas no sistema informatizado de documentação do museu, devendo ser acessíveis aos funcionários, pesquisadores e ao público em geral. Com uma documentação eficiente, o museu poderá facilitar o desenvolvimento dos seguintes processos: políticas de acervo; cuidado e prestação de contas em relação ao acervo; acesso interpretação e utilização do acervo; pesquisa do acervo (COMITÊ DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM – CIDOC), 2014, p. 19 *apud* SANTOS; GRANATO, 2015, p. 144).

Considerando que a documentação de museu faz parte de um processo que visa preservar um patrimônio, consistindo em estratégia de proteção, a musealização para Loureiro estaria definida como:

um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas, às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso

privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2011, p. 156 *apud* SANTOS; GRANATO, 2015, p. 145, grifo nosso).

Esta abordagem também deve ser percebida fora da instituição museu. A titulação patrimonial ou patrimonialização, como mencionado, é um exemplo da aplicação da Documentação no campo da Museologia. Percebe-se a importância da aplicação da Documentação para legitimar o patrimônio. Sobre esta relação, Lima (2016) afirma que:

A titulação patrimonial atribuída ao bem se efetiva a partir da aplicação da Documentação como processo de inserção por registro, ato que no cenário tem o poder de iniciar e executar a forma simbólica de consagração e, ao mesmo tempo, tomá-lo sob sua proteção. Inventários culturais e listas de bens disseminados (atualmente na internet) confirmam publicamente a nova condição simbólica (LIMA, 2016, p. 8).

O Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) são exemplos de instâncias de consagração em âmbito nacional e internacional para a promoção e proteção do patrimônio cultural (LIMA, 2016). Essas duas instituições dispõem recomendações ou, no caso do IPHAN em território brasileiro, instrumentos legais para este fim. Deste modo, esses dois órgãos orientam as ações de instituições locais do patrimônio cultural, tal como, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).

A FUNDARPE em seu site, por exemplo, divulga a lista dos bens tombados, ou seja, instituídos como patrimônio cultural material de Pernambuco, bem como o inventário e o registro dos bens culturais imateriais. O inventário é compreendido como “uma das principais ferramentas para a identificação e documentação de bens culturais sob a perspectiva da atual política de valorização do patrimônio imaterial, originada pelo decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000” (PERNAMBUCO, 2020).

No âmbito internacional, a UNESCO enuncia documentos patrimoniais a saber:

Preâmbulos – documentos que não serão adotados a partir de uma Conferência Geral, mas por conferências internacionais realizadas entre Estados. Esses instrumentos assumirão, portanto, a forma de acordos internacionais (recomendações aos Estados Membros).

Convenções – são adotadas através de uma Conferência Geral e preparadas de acordo com um procedimento pré-estabelecido (Regras de Procedimento), definindo regras que os Estados se comprometem a cumprir. Estão sujeitas à ratificação e aceitação dos Estados.

Recomendações – documentos em que, numa Conferência Geral, formula-se princípios e normas em torno de determinada questão em particular e convida-se os Estados Membros a tomarem medidas em conformidade com tais princípios. Não são sujeitos à ratificação e os Estados Membros são convidados a aplicá-las.

Declarações – instrumentos formais e solenes, apropriados para raras ocasiões, quando princípios de grande importância são enunciados, como a Declaração de Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948. Estes documentos também não são sujeitos à ratificação dos Estados Membros (UNESCO, 1945 *apud* GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018, p. 211-212).

Em um universo de objetos em que o surgimento de novas tipologias de patrimônio como por exemplo de Ciência e Tecnologia (C&T) apresenta características próprias, sua musealização no que diz respeito à documentação, “trata-se de um tema ainda pouco estudado” (SANTOS; GRANATO, 2015, p. 146).

Segundo Santos e Granato:

Normalmente, as normas e procedimentos aos quais estão submetidos os acervos históricos dos museus são estendidos aos objetos científicos e técnicos e/ou tecnológicos. Estes, todavia, apresentam especificidades que deveriam estar contempladas em um sistema organizacional voltados para eles (SANTOS; GRANATO, 2015, p. 146).

Essas especificidades transformam-se em dificuldades como por exemplo: a “definição de objeto de C&T e definição de quais objetos de C&T serão alvo da políticas de preservação” (SANTOS; GRANATO, 2015, p. 146), “a necessidade de elaboração de manuais de documentação museológica especificamente voltados para os acervos de C&T” (SANTOS; GRANATO, 2018, p. 5846), quando da descrição desses objetos, alguns de grandes dimensões “compostos de inúmeras peças e chegando muitas vezes a ocupar grandes espaços” (SANTOS; GRANATO, 2018, p. 5850), dificultando a compreensão desses objetos devido ao excesso de detalhes (SANTOS; GRANATO, 2018).

Outra dificuldade apontada pelos autores acima citados está no registro dos objetos de C&T de forma incompleta ou imprecisa, levando a interpretações equivocadas dos mesmos (SANTOS; GRANATO, 2018).

Sob duas perspectivas integradas, Lima entende como registro:

o que se nomeou como inscrição, ou a mensagem virtual que se afirma estar contida no objeto material de uso museológico, aguardando a leitura a ser realizada pelo sujeito cultural/grupos sociais/sociedade, enfim, aquilo que o Museu representa. E o nome dado ao [...] procedimento técnico que faz a Documentação na sua metodologia, executando a atividade de Registrar (LIMA, 2008, p. 39).

Outra questão que está sempre presente com relação aos objetos de C&T são os descartes frequentes e sem critérios pelas instituições detentoras desses equipamentos e instrumentos ocasionados pela constante necessidade de atualização. “Por esta razão, este

aspecto está sempre presente quando nos referimos à documentação para acervos de C&T” (SANTOS; GRANATO, 2015, p. 147).

A problemática até aqui descrita sobre os objetos de C&T revela a necessidade de “desenvolver um modelo documental específico para essa tipologia de acervo” (SANTOS; GRANATO, 2018, p. 5862).

Percebemos a relevância da compreensão e da aplicação da Documentação no campo da Museologia. Tal fato foi demonstrado tanto por Otlet ao incluir as coleções museográficas como parte da Documentação, como o uso das ferramentas documentárias (livros de tombo, fichas catalográficas etc.) nas instituições museu ou ainda na aplicação da documentação para instituir um patrimônio.

A seguir, serão abordados documentos que se relacionam de forma intrínseca com os bens culturais, as denominadas cartas patrimoniais, que permitem verificar como conceitos e procedimentos relacionados à preservação se modificam no decorrer do tempo e se relacionam também com o local onde são elaborados.

1.3 - Cartas Patrimoniais

Neste contexto, podemos citar as Cartas Patrimoniais, que podem ser definidas como recomendações de diversas instâncias de consagração com o objetivo de preservação do patrimônio cultural. Elas “representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos, às vezes globais, às vezes locais” (CURY, 2004, p.7).

Considerado o primeiro documento internacional que tratou da questão patrimonial, a Carta de Atenas de 1931 redigida durante a Conferência dos Especialistas para a Proteção e Conservação de Monumentos de Arte e História tem exposto em seus princípios resumidos a necessidade de cooperação internacional para a proteção do patrimônio; a importância da conservação, manutenção e restauração dos monumentos históricos; proclamação dos princípios e técnicas para restauração; recomendação para o respeito ao ambiente do entorno dos monumentos e a necessidade de criação de sistemas de documentação, difusão e ação educativa (Carta de Atenas, 1931).

Considerados documentos estratégicos para a preservação do patrimônio as Carta Patrimoniais são documentos que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, (LIMA, 2016, p. 5) que destacam:

(...)o conjunto relativo às normas/procedimentos para tratamento do tema patrimônio, quer seja indicando a interpretação conceitual como o exercício prático e oriundo das instâncias especializadas; exemplos: ICOM, Conselho Internacional de Museus; ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus; IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, entre outras entidades (Lima, 2014, p. 4349 *apud* LIMA, 2016, p. 5).

As Cartas Patrimoniais fazem parte de um conjunto de documentos patrimoniais a saber:

textos normativos -- Convenções, Recomendações, Declarações, Cartas, Compromissos, Normas e similares – representando a produção internacional e ou nacional que, em especial, destaca o conjunto relativo às normas / procedimentos para tratamento do tema patrimônio, quer seja indicando a interpretação conceitual como o exercício prático e oriundos das instâncias especializadas tais como ICOM – Conselho Internacional de Museus; ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre outras entidades. (LIMA, 2009, p. 2457).

Segundo Granato, Ribeiro e Araújo, as Cartas Patrimoniais objetivam orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção aos bens culturais (2018, p.207), e de acordo com Kühl:

As chamadas cartas patrimoniais são documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação (KÜHL, 2010, p.287 *apud* GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018, p. 207).

Ainda segundo Kühl:

As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. Antes de tudo, não têm a pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com absoluto rigor, nem de expor toda a fundamentação teórica do período. As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral (KÜHL, 2010, p. 2).

Apesar da grande lacuna existente até que fosse reconhecido pelas “instâncias de legitimação” (BOURDIEU, 2007, p.119) nos documentos patrimoniais o aspecto imaterial/intangível dos bens, não podemos negar a “referência indissociável material/imaterial, tangível/intangível na qual se estabelece a interdependência entre os contextos da materialidade e imaterialidade” (LIMA, 2016, p.12) nos objetos.

Corroborou para esse entendimento o Decreto – Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que instituiu o tombamento no Brasil e as definições de museu construídas desde a fundação do ICOM em 1946, onde o centro da face material no quadro patrimonial e museológico permaneceu por um longo período no âmbito nacional e internacional (LIMA, 2016) e que estabelece como patrimônio:

...o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, p. 1).

Outra definição de patrimônio que acompanha esse discurso é:

[...] conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo homem, materiais ou imateriais sem limite de tempo nem de espaço, que seriam simplesmente herdados de ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes de gerações futuras. O patrimônio é um bem público na qual a preservação deve ser assegurada pelas coletividades (DESVALÉES; MAIRESSE, 2013, p. 74.).

No âmbito nacional, segundo Santos (2016), após os Manifestos dos Modernistas¹⁰ é incorporada à Constituição de 1934 referência ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esta Carta Magna:

trazia dispositivos que previam o incentivo à cultura e a proteção ao interesse histórico e ao patrimônio artístico do país [...] apontada como uma inovação à época, pois fazia uma referência, mesmo que um tanto quanto restrita, aos direitos culturais (SILVA, 2015, p.21 *apud* SANTOS, 2016, p. 37).

As Recomendações de Atenas tiveram grande repercussão internacional e forneceram as bases para o documento de Veneza. A Carta de Veneza (documento-base do ICOMOS) é fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964. Nela, o patrimônio histórico foi reconhecido como um tesouro universal, cuja importância não é limitada a um local ou região, sendo responsabilidade de todos preservá-lo, e reconheceu os monumentos e outros bens culturais como veículos da mensagem espiritual do passado e como testemunhos valiosos de tradições seculares, enfatizando que são mais do que simples documentos informativos e englobam uma variedade de aspectos afetivos, sociais, políticos, simbólicos e memorialistas.

¹⁰ Os principais manifestos modernistas foram publicados nas revistas porta-vozes dos diferentes grupos. Foi este o caso do "Manifesto antropofágico", de Oswald de Andrade, publicado na Revista de Antropofagia em maio de 1928, e do "Manifesto de Cataguases", publicado em Verde em novembro de 1927. Houve ainda um "Manifesto regionalista", esboçado no 1º Congresso Regionalista do Nordeste, realizado em Recife em 1926. al da Rádio Nacional. Já Candido Mota Filho assumiu a direção do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/ArteECultura/RevistasEManifestos>. Acesso em: 6 de jan. 2021.

Percebemos que as Cartas Patrimoniais trazem a ideia de transmissão de bens materiais e imateriais através da valorização da preservação, portanto a Patrimonialização de um bem está atrelada à necessidade de sua Preservação, conceito mais amplo que envolve a Conservação: “E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar” (LIMA, 2012, p. 34).

1.4 - Preservação, Conservação e Restauração

A conservação tem seus primeiros registros no século XIX com bases científicas, a partir de estudos sobre os papiros de Pompéia e desenvolvimento de técnicas para conservar objetos arqueológicos por Sir Humphrey Davy e C. J. Thomson respectivamente e a criação de um laboratório de conservação no Museu Real de Berlim por Friedrich Rathgen (GRANATO; CAMPOS, 2013).

Os primeiros teóricos da conservação surgem no séc. XIX, na Inglaterra, após a Revolução Industrial, e na França, após as Guerras Napoleônicas. John Ruskin, inglês e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc francês, aparecem com ideias opostas a respeito da restauração dos monumentos. (GRANATO; CAMPOS, 2013).

Enquanto Ruskin defendia o ruinismo, ou seja, era avesso a qualquer restauração de um edifício histórico, Viollet-le-Duc era grande entusiasta da restauração dos monumentos e acreditava que os prédios deveriam ser restaurados seguindo o padrão original da construção. Também defendia a documentação a respeito das intervenções executadas nas edificações e a pesquisa detalhada sobre o bem restaurado (GRANATO; CAMPOS, 2013), princípios encontrados nas cartas patrimoniais como sugere a Carta de Atenas para que o Escritório Internacional de Museus “consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos” (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 5).

É na Carta de Veneza, citada anteriormente, em que: “A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 3). Ainda nesta mesma Carta recomenda-se que:

Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa sob forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação (CARTA DE VENEZA, 1964, p.4).

Entre as vertentes extremas de Ruskin e Viollet-le-Duc aparece Camilo Boito, arquiteto italiano que sugere princípios aceitos até os dias atuais como por exemplo: diferenciar as partes históricas das novas partes reconstruídas, fazer a menor intervenção nas edificações, entre outros (GRANATO; CAMPOS, 2013). Percebe-se esse pensamento no Artigo 12º da Carta de Veneza onde recomenda-se que “Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 3)

Boito ainda propõe em 1884 no Congresso de Engenheiros e Arquitetos em Roma outros princípios para restauro arqueológico entre os quais a conservação para se evitar a restauração e o acréscimo de partes destacadas da edificação, processo chamado de *anastilose*. Esses princípios também encontramos na Carta de Atenas que preconiza que “quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados, cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis” (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 3).

Assim como Boito, Giovannoni, Beltrami entre outros teóricos têm na Teoria do Restauro Científico seus pensamentos evoluídos. Tal teoria defende a conservação antes da restauração e a documentação como evidência das intervenções. Por causa das divergências e críticas que essas teorias geraram, tentou-se normatizar as teorias e práticas da conservação através de documentos elaborados em consenso por instituições e especialistas na área. Esses documentos foram chamados de Cartas Patrimoniais (GRANATO; CAMPOS, 2013), já conceituados e exemplificados anteriormente.

Vários Documentos Patrimoniais destacam as bibliotecas, arquivos e museus como bens culturais e recomendam sua preservação, como exemplo temos a Recomendação de Paris de 1964 que considera:

Os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais (UNESCO, 1964, p. 2, grifo nosso).

As bibliotecas, museus e arquivos, chamados de “heterotopias acumulativas de tempo” (FOUCAULT, 1986, p.6) e “lugares de memória” (NORA, 1993, p.9), são considerados: “Patrimônio cultural na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história, e portando, capaz de definir sua identidade” (GONÇALVES, 2015, p. 213) e por isso “defender, preservar e lutar pelo

reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo” (GONÇALVES, 2015, p. 213).

“Uma das maiores preocupações das instituições que abrigam acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos é a preservação visando disponibilizá-los para acesso, pesquisa e deleite às gerações atuais e futuras” (MACHADO, 2015, p.10). E o estado de conservação dos elementos desses acervos “está intrinsecamente ligado ao material no qual foi elaborado, na técnica construtiva e na trajetória das condições de armazenagem e exposição” (GHIONI; TEIXEIRA, 2012, p.15).

Os diversos tipos de materiais constitutivos dos bens culturais e as ações que serão tomadas para sua preservação irão implicar na participação de várias disciplinas e suas contribuições. Esse universo inter, trans e multidisciplinar é, justamente, o que cada disciplina e sua singularidade irá compor e dialogar para o processo de preservação. As disciplinas irão se comunicar e contribuir para a preservação do tipo de bem cultural que se quer proteger, seja no aspecto objetivo quando se trata das ciências exatas, seja no aspecto subjetivo e abstrato quando tratamos das ciências humanas nas quais aparecem as atribuições de valores dos bens (PINHEIRO; GRANATO, 2012).

Araújo corrobora com o exposto acima quando afirma que:

A necessidade do homem em propagar e manter a condição original de objetos de arte, documentos e outros artefatos como herança cultural às gerações presentes e futuras, resultou uma série de atividades capazes de proporcionar a longevidade do objeto, visando o retardamento da deterioração e impedindo desgastes no ambiente através das técnicas de salvaguarda. Essas atividades interagem um com as outras, permitindo-nos entender um olhar dinâmico e interdisciplinar nos procedimentos de preservação, conservação e restauro da obra (ARAÚJO, 2014, p. 13, grifo nosso).

A carta de Cabo Frio salienta que:

O processo de preservação, por sua complexidade, demanda um concurso interdisciplinar e uma ação interinstitucional. Para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural e natural, faz-se necessária a apropriação de métodos específicos e de novas técnicas disponíveis (CARTA DE CABO FRIO, 1989, p.2, grifo nosso).

O termo interdisciplinaridade surge no século XX, porém já na Filosofia antiga se apresentava como ideia fundamental da ciência unificada, síntese e integração do conhecimento como valores filosóficos, sociais, educacionais e pessoais (GALVÃO; PASQUALUCCI; SILVA, 2014, p. 3). E a relação de reciprocidade e integração disciplinar pode ajudar no diálogo de diferentes conteúdos (FAZENDA, 2006 apud LIMA; AMARAL; LIMA, 2019, p.48).

Constatamos também referência à interdisciplinaridade na primeira carta patrimonial, a de Atenas de 1931, onde em seu 1º Artigo recomenda que: “A colaboração em cada país dos conservadores de monumentos e dos arquitetos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais para a obtenção de métodos aplicáveis em casos diferentes” (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 3). Destacamos um pensamento bem avançado já neste documento no que diz respeito à integração de várias disciplinas dialogando para a conservação dos monumentos.

O conhecimento e o auxílio de profissionais de áreas distintas juntamente com os aspectos constituintes dos mais diferentes objetos e suas trajetórias históricas irão contribuir de forma eficaz para aplicação das ações de preservação, conservação e restauração (PINHEIRO; GRANATO, 2012). Como a conservação é uma atividade complexa, pode envolver profissionais de muitas áreas distintas trabalhando para o mesmo objetivo (VIÑAS, 2005, p. 9) e utilizar-se de métodos técnicos-científicos, numa perspectiva interdisciplinar, que reduza o ritmo tanto quanto possível de um processo de degradação (SPINELLI, 1997).

Segundo Pinheiro e Granato, preservação:

[...] consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem (GRANATO; PINHEIRO, 2012, p. 31).

Em 2015, a Recomendação da UNESCO reconhece e afirma que:

a preservação, os estudo e a transmissão do patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, em condições móveis e imóveis, são de grande importância para as sociedades, para o diálogo intercultural entre os povos, para a coesão social, e para o desenvolvimento sustentável (Recomendação UNESCO – Proteção dos Museus e Coleções, 2015, p.1, grifo nosso).

Segundo Mattos (*apud* SANTOS, 2010, p. 32-33) a preservação seria:

(...) toda a ação que se direciona a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes com informação. (...) A preservação abrange a conservação preventiva, a conservação e a restauração. Numa escala em que partimos do macro em direção ao micro, após a preservação podemos localizar a conservação preventiva que vai atuar principalmente no ambiente e nas condições de guarda das coleções. A seguir a conservação propriamente dita que já atinge o objeto de uma forma pontual, mas visando a sua estabilização. Por fim a restauração que se caracteriza pela intervenção nas obras.

O Código de Ética do Conservador-Restaurador também entende a:

...preservação de modo abrangente, compreendendo todas as ações que visam retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso dos bens culturais. Conservação-restauração seria o conjunto de práticas específicas, destinadas a estabilizar o bem cultural sob a forma física em que se encontra, ou, no máximo, recuperando os elementos que o tornem compreensível e utilizável, caso tenha deixado de sê-lo. Por conservação preventiva designamos o conjunto de ações não-interventivas que visam prevenir e/ou retardar os danos sofridos, minimizando o processo de degradação dos bens culturais (CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR, 2005, p. 3).

Apesar do fato que “a morte atinge tanto as obras como os seres” (CARTA DE ATENAS, 1933, p.5), procedimentos e técnicas de conservação preventiva podem ser aplicados em acervos, proporcionando maior estabilidade no processo de degradação e, em casos extremos, a restauração é empregada para recompor a integridade física do objeto. Conservação preventiva que Choay classificou como a tutela e as medidas tomadas para a salvaguarda do Patrimônio Nacionalizado contra a destruição causada pelo vandalismo durante a Revolução Francesa (CHOAY, 2014) e que não foi “[...] nem uma ficção, nem uma aparência. Essa experiência durou seis anos e determinou, a longo prazo, a evolução da conservação monumental em França” (CHOAY, 2014, p. 122).

A história da conservação preventiva está indissociavelmente ligada à história da conservação e restauração, bem como à produção de bens patrimoniais e ao desejo dos mecenas e artistas de que suas obras durassem para a posteridade. (FERNÁNDEZ, 2013, p. 29, tradução nossa¹¹).

A conservação preventiva, de acordo com Araújo (2014, p. 14), “tem como objetivo prevenir o surgimento do dano, visando garantir a durabilidade dos acervos e posteriormente contribuindo para a economia de custos e autenticidade do acervo”. Nela estariam diretamente envolvidas atividades como: “avaliação, pesquisa, tratamento ambiental e estrutural, investigação científica com o propósito de desacelerar futuras deteriorações” (ARAÚJO, 2014, p. 14).

Já a conservação estaria ligada aos meios a serem utilizados para resguardar e manter a integridade física dos objetos com importância cultural, histórica, artística e científica. E como os bens materiais estão em processo de degradação, a conservação teria como objetivo prolongar o tempo de ‘vida’ desses objetos para que as futuras gerações tenham acesso a essa documentação (GRANATO; PINHEIRO, 2012).

¹¹ La historia de la conservación preventiva está indisolublemente unida a la historia de la conservación y la restauración, así como a la producción de bienes patrimoniales y el deseo de mecenas y artistas de que sus obras perduren para la posteridad. FERNÁNDEZ, I. M. G. Historia de la conservación preventiva. **Ge – conservación**, Madrid, v.1, n. 5, p. 27 – 41, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274089601_Historia_de_la_Conservacion_Preventiva_Parte_I. Acesso em: 02 out. 2020.

Matero (2000 *apud* PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 33) conceitua conservação:

... como uma disciplina híbrida dedicada a salvaguardar o patrimônio cultural pela observação e análise da evolução, deterioração e manutenção da cultura material; conduzindo pesquisas para determinar a causa, o efeito e a solução dos problemas; e direcionando intervenções preventivas e remediações para manter a integridade e a qualidade do bem cultural.

“A degradação de um objeto é um processo natural de envelhecimento e resultante de reações que ocorrem em sua estrutura na busca de um equilíbrio físico-químico com o ambiente” (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 15), por isso a conservação e a restauração objetivam aumentar o tempo de vida desses objetos permitindo que as gerações futuras tenham acesso à esses selecionados documentos (PINHEIRO; GRANATO, 2012).

A restauração para Pinheiro e Granato:

Inclui-se como um procedimento extremo de conservação, quando o objeto possui importância tal que mereça todo o investimento necessário a uma abordagem conscienciosa. Por esta razão, determina interferência profunda no objeto, realizada após pesquisa detalhada, tanto técnica quanto histórica, do artefato a ser restaurado (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 33-34).

A Carta de Burra – Austrália toma de empréstimo um conceito de restauração ao estabelecer que “restauração será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido” (CARTA DE BURRA, 1980, p. 1). No entanto, na contemporaneidade, a ideia de conhecimento de um estado anterior foi descartada, já que só se pode ter acesso e conhecer o objeto em seu momento presente. Ainda em seus artigos 13º e 14º preconiza que:

Art. 14º - A restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem. Ela se baseia no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, sejam materiais, documentais ou outros, e deve parar onde começa a hipótese (CARTA DE BURRA, 1980, p. 3).

Contudo, os procedimentos de conservação, segundo Teixeira e Ghizoni:

devem ter prioridade sobre o de restauração, que só deverá ser realizada quando for estritamente necessária. A manutenção das características originais da obra deve ser uma constante preocupação, buscando a intervenção mínima e, dentro do possível, o restabelecimento de sua integridade física e estética (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 15).

Os processos de deterioração, inerentes aos objetos somados a outros fatores como sua materialidade e o meio ambiente são desafios constantes na prática de preservação. Quando tratamos de acervo bibliográfico, o papel é a principal matéria constituinte dos livros,

“seu processo de desgaste é lento e gradual a partir de pequenas ações do tempo e da falta de conservação, percebido quando o dano se agrava a ponto de se tornar um perigo para o restante do acervo” (NATIONAL PRESERVATION OFFICE – THE BRITISH LIBRARY, p. 87).

A humanidade convive com catástrofes, como terremotos, maremotos, enchentes e incêndios desde sua existência. Nesse contexto, as bibliotecas também são vítimas desses acontecimentos nos quais são perdidos todos os acervos ou parte deles.

O fogo e a água são fatores de deterioração de acervos bibliográficos que acometem bibliotecas desde a sua criação, seja de forma acidental, criminosa ou por algum fenômeno da natureza. Ao longo da História, nações perderam não apenas vidas como também suas memórias para o fogo e a água.

Matthew Battles em sua obra “A Conturbada História das Bibliotecas” (2003) logo em sua folha de rosto, descreve que a Biblioteca:

...sempre foi o local mais apropriado para conservar e destruir livros em grande escala. Reunidas num único edifício, publicações das mais diversas origens acabam sendo alvo fácil para ódios políticos ou ainda vítimas passivas de guerras e de acidentes naturais. Assim, a história das bibliotecas, vista em seu conjunto, tem pouca semelhança com a placidez de um salão de leitura. Envolve desfechos violentos e interrupções abruptas, disputas e estratégias. É uma história conturbada (BATTLES, 2003).

As bibliotecas, (MARTINS, 1998, p. 71 *apud* LEIPNITZ, 2009, p. 19) existiram antes dos livros, porque na Antiguidade havia placas de argila (suporte mineral), rolos de papiro (suporte vegetal) e pergaminhos constituídos de peles de animais.

A biblioteca não se trata apenas de um depósito bibliográfico e:

... especialmente uma tão vasta - não é um mero repositório de curiosidades. É um mundo a um só tempo completo e incompletável, cheio de segredos. Ela está submetida a um regime de mudanças e ciclos que contrastam com a permanência insinuada por suas longas fileiras ordenadas de livros. Arrastados pelo desejo de leitores, os livros vão entrando e saindo das bibliotecas, num movimento semelhante ao das marés (BATTLES, 2003, p. 11).

Condições econômicas, sociais e políticas contribuíram para o surgimento das bibliotecas, pois quando um país conquistava mais riqueza, mais recursos, incentivava a produção cultural, aumentando com isso, os registros em volumes e o interesse por locais que abrigassem esses registros (ARAÚJO, 2005 *apud* LEIPNITZ, 2009, p. 18).

Na Idade Média, três tipos de biblioteca marcaram a história: as bibliotecas monacais ou dos mosteiros, as bibliotecas das universidades e as particulares, onde a nobreza constituiu acervos privados (LEIPNITZ, 2009, p.20).

As primeiras bibliotecas no Brasil foram criadas pelas ordens Jesuítas, que já em meados de 1549 tinham o objetivo de catequizar índios e colonos (ARAÚJO, 2005 *apud* LEIPNITZ, 2009, p. 19). A Corte Portuguesa trouxe para o Brasil em 1810, o acervo de sua Biblioteca Real, que teria passado por um terremoto e um incêndio em 1755, antes de atravessar o oceano Atlântico (LEIPNITZ, 2009). Esse acervo originaria a atual Biblioteca Nacional.

Infelizmente não podemos prever quando e como catástrofes acontecerão, porém podemos promover atitudes, através de planos de gestão, que possam colaborar para evitar, mitigar e, caso aconteça dano a algum item ou coleções inteiras, possamos agir de forma técnica e imediata para que não se perca o suporte da informação, os objetos, no caso dos museus clássicos, os livros, no caso das bibliotecas, ambos suportes fundamentais do patrimônio cultural de uma sociedade e referências importantes para a construção da memória.

Os danos causados às coleções das bibliotecas podem variar em grau de degradação, podendo ser imperceptíveis a olho nu e de forma silenciosa levar à perda de páginas ou de todo o livro. Como por exemplo, o manuseio incorreto ou infestação de pragas e a luminosidade.

Nesta dissertação, como já mencionado, o foco do estudo se debruça sobre modelos de gerenciamento de risco, em especial seguindo recomendações técnicas do IBRAM, de normas como a NBR, a Australiana, a Neozelandesa e de institutos como o *Canadian Conservation Institute* (CCI). Como e por que implementar o gerenciamento de risco, como mecanismo preventivo para a conservação e preservação, de Coleções Especiais, são duas indagações que nos levam a explicações distintas.

A primeira pergunta nos levaria ao âmbito das Políticas Públicas e a discorrer sobre quais e se existem recursos destinados à preservação dos patrimônios públicos. No caso de estudo desta dissertação, ressalta-se a questão de como a administração da Faculdade de Direito do Recife - FDR direciona os recursos, haja vista ser um edifício centenário que se mantém em funcionamento e requer manutenção estrutural, elétrica, hidráulica, além de aquisições de bens de consumo e permanente responsáveis pelo funcionamento administrativo e acadêmico.

Não existe nenhum programa ou projeto nos quais a FDR e os prédios históricos estejam inscritos para o recebimento de recursos específicos por parte da UFPE.

A Faculdade de Direito do Recife dispõe de duas fontes de recursos que são repassados para cobrir suas despesas. Uma delas é o repasse de verbas pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE) dos Cursos de

Especialização em Direito, onde um percentual das mensalidades pagas pelos alunos é repassado aos departamentos e diretoria do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ – FDR).

A outra forma é através do modelo de alocação de recursos (Modaloc) construído pela Pró-Reitoria de Planejamento Orçamento e Finanças (PROPLAN), que contempla coleta, análise e validação dos dados da UFPE. São recursos destinados ao atendimento de demandas de materiais de consumo e prestação de serviços. Esse modelo utiliza como base de cálculo para a alocação de recursos orçamentários três variáveis de cada departamento: carga horária docente ministrada (CHDM), aluno hora semanal (AHS) (graduação e pós-graduação) e trabalhos publicados (PROPLAN – UFPE).

A descentralização dos recursos para o Modaloc é feita para as Unidades Gestoras com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Assim, os recursos são alocados aos departamentos via Sistema Siafi por meio das diretorias do Centro que os gerenciam. A descentralização atende à disponibilidade orçamentária, sendo as parcelas subsequentes condicionadas à prestação de contas resumida dos recursos anteriormente disponibilizados (PROPLAN – UFPE).

A Figura 1, a seguir, mostra o quantitativo dos Modalocs disponibilizados pela PROPLAN a alguns Centros da UFPE no ano de 2020, em destaque para o CCJ.

Analisando os valores, percebemos que são recursos ínfimos para um prédio histórico de 110 anos em plena atividade e que necessita de cuidados contínuos.

Figura 1 - Planilha demonstrando o valor alocado (em destaque) ao Centro de Ciências Jurídicas – CCJ – no anos de 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS

PROPLAN
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS

CENTRO	DEPARTAMENTO	ALOCACÃO TOTAL	1ª PARCELA				2ª PARCELA				3ª PARCELA				4ª PARCELA				SUPLEMENTAR POR SOLICITAÇÃO
			3390.30	3390.39	3390.30	3390.39	3390.30	3390.39	3390.30	3390.39	3390.30	3390.39	3390.30	3390.39	3390.30	3390.39			
CAA	NÚCLEO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAA	19.105	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	2.388	6.368
CAA	NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO - CAA	21.538	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	2.692	7.179
CAA	NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES - CAA	41.192	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	5.149	13.731
CAA	NÚCLEO DE GESTÃO - CAA	14.417	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	1.802	4.806
CAA	NÚCLEO DE TECNOLOGIA - CAA	62.745	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	7.843	20.915
CAA	NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CAA	20.667	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	2.583	6.889
DIRETORIA	CAA	179.663	22.458	59.888															
CAV	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE - CAV	19.340	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	1.293	3.447
CAV	NÚCLEO DE ENFERMAGEM - CAV	12.333	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	1.542	4.111
CAV	NÚCLEO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CAV	11.538	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	3.846
CAV	NÚCLEO DE NUTRIÇÃO - CAV	7.349	919	919	919	919	919	919	919	919	919	919	919	919	919	919	919	919	2.450
CAV	NÚCLEO DE SAÚDE COLETIVA - CAV	7.849	981	981	981	981	981	981	981	981	981	981	981	981	981	981	981	981	2.616
DIRETORIA	CAV	123.958	15.495	41.319															
CAC	DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO	16.245	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	2.031	5.415
CAC	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17.065	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	2.133	5.688
CAC	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	20.000	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	6.667
CAC	DEPARTAMENTO DE DESIGN	10.655	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	1.332	3.552
CAC	DEPARTAMENTO DE EXPRESSÃO GRÁFICA	11.364	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	1.420	3.788
CAC	DEPARTAMENTO DE LETRAS	26.340	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	3.292	8.780
CAC	DEPARTAMENTO DE MÚSICA	11.536	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	1.442	3.845
CAC	DEPARTAMENTO TEORIA DA ARTE E EXPRESSÃO ARTÍSTICA	11.437	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	1.430	3.812
DIRETORIA	CAC	124.641	15.500	41.547															
CB	DEPARTAMENTO DE ANATOMIA	13.784	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	1.723	4.595
CB	DEPARTAMENTO DE ANTIBIÓTIÇOS	15.752	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	1.969	5.251
CB	DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E RADIOBIOLOGIA	21.098	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	2.637	7.033
CB	DEPARTAMENTO DE BIQUÍMICA	27.332	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	9.111
CB	DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA	24.096	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	8.032
CB	DEPARTAMENTO DE GENÉTICA	15.038	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	1.880	5.013
CB	DEPARTAMENTO DE HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA	13.651	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	4.550
CB	DEPARTAMENTO DE MICROLOGIA	10.608	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	2.326	6.203
CB	DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA	10.458	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	6.153
CB	DEPARTAMENTO FISIOLOGIA E FARMACOLOGIA	16.281	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	2.035	5.427
DIRETORIA	CB	184.099	23.012	61.366															
CCEN	DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA	15.487	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	1.936	5.162
CCEN	DEPARTAMENTO DE FÍSICA	70.214	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	8.777	23.405
CCEN	DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA	25.481	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	3.185	8.494
CCEN	DEPARTAMENTO DE QUÍMICA FUNDAMENTAL	55.478	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	6.935	18.493
DIRETORIA	CCEN	83.330	10.416	27.777															
CCJ	DEPARTAMENTO DA TEORIA GERAL DO DIREITO E DIREITO PRIVADO	5.786	723	723	723	723	723	723	723	723	723	723	723	723	723	723	723	723	1.929
CCJ	DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO ESPECIALIZADO	6.237	780	780	780	780	780	780	780	780	780	780	780	780	780	780	780	780	2.079
CCJ	DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO GERAL E PROCESSUAL	6.220	778	778	778	778	778	778	778	778	778	778	778	778	778	778	778	778	2.073
DIRETORIA	CCJ	36.487	4.561	12.162															

Fonte: PROPLAN - UFPE

A segunda pergunta nos levaria à justificativa da importância de se preservar o acervo da CESP - Obras Raras, que representa patrimônio histórico/cultural relacionado aos primeiros cursos de Direito do Brasil.

Nas palavras de Humberto João Carneiro Filho, docente da disciplina Direito do Consumidor do Curso de Direito da FDR e coordenador do projeto de extensão “Memória Acadêmica:

O Arquivo e a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife constituem-se relevantes espaços de guarda e preservação da memória institucional, individual e coletiva da sociedade brasileira, assim como do ensino jurídico pátrio. São privilegiados e simbólicos “lugares de memória” – na expressão de Pierre Nora – ao possibilitarem a articulação entre as produções oficiais e outros textos arquivados nas estantes com os anseios de reconstrução e conhecimento do passado e mesmo do presente: memórias de grupos, pessoas, instituições e, ainda, da própria identidade do nosso país (CARENIRO FILHO et al, 2019, p. 7, grifo nosso).

Dessa forma, observamos que a necessidade e importância de preservação tanto da Biblioteca de Obras raras quanto do prédio que a abriga constituem grande desafio no âmbito da administração pública.

1.5 - Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural

O Manual de Políticas Públicas do SEBRAE do estado de Minas Gerais de 2008 descreve Políticas Públicas como a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público.

Matias-Pereira (2012), citado por Carvalho (2016, p. 45), afirma que as políticas públicas compreendem todas as ações de governo, ao passo que espelham um conjunto de disposições, medidas e procedimentos que refletem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais, no que se refere às tarefas de interesse público.

No texto de nossa Constituição de 5 de outubro de 1988, no art.37, foi dada relevância aos valores éticos e morais, principalmente quanto à exigência do cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, princípios estes que norteiam a gestão pública.

De uma forma geral, as políticas públicas são permeadas pelos campos da Economia, Administração, do Direito e das Ciências Sociais. As políticas públicas que mais se aproximam da vida cotidiana são as políticas sociais, comumente organizadas em políticas públicas setoriais, como por exemplo: saúde, educação, cultura etc.

A preocupação com a proteção de patrimônios históricos vem de longa data. Segundo o IPHAN (1980), o primeiro registro de alguma iniciativa visando a proteção de monumentos históricos remonta ao século XVIII, quando o Conde das Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, D. André de Melo e Castro, envia uma carta ao Governador de Pernambuco no dia 5 de abril de 1742, após saber de suas intenções a respeito das construções que foram deixadas pelos holandeses:

Pelo que respeito aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que as haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que e, pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania (SPHAN, 1980, p.31).

Porém, “a proteção ao patrimônio cultural brasileiro antes da criação de uma entidade no âmbito federal, deu-se pontualmente através de ações e leis isoladas” (MICHELON; MACHADO JR.; GONZÁLEZ, 2012, p. 18), como por exemplo o alvará de 1721 em que o rei Dom João V protege os acervos de arte antiga e os monumentos existentes no território brasileiro (MICHELON; MACHADO JR.; GONZÁLEZ, 2012).

Destaca-se no alvará o seguinte trecho:

Ainda que em parte esteja arruinado e, da mesma sorte, as estátuas, mármores e cipós em que, estiveram esculpidos algumas figuras, ou tiveram letreiros (...), ou lâminas, ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreiros ou caracteres; com outrossim medalhas ou moedas que mostrarem ser daqueles tempos até o Reinado do Senhor Dom Sebastião, nem encubram ou ocultem algumas das sobreditas cousas (ANDRADE, 1987, p. 66 *apud* MICHELON; MACHADO JR.; GONZÁLEZ, 2012, p. 18).

Apesar do desejo de preservação defendido pelo Conde das Galveias e compartilhado por outros, tal anseio percorreu um longo caminho até se transformar em lei. Segundo Sundström (2019), nenhum aspecto relacionado à proteção e/ou preservação do patrimônio histórico cultural foi abordado na Constituição do Império de 1824, nem na Constituição da República de 1891.

No entanto, várias foram as tentativas, ao longo do tempo. Projetos como os do professor Alberto Childe, nos anos de 1920 e 1923, levados à Câmara Federal, contemplando a proteção de bens arqueológicos não obtiveram aprovação. Também um projeto de lei apresentado por Augusto de Lima (representante do estado de Minas Gerais na Câmara Federal) que propunha a proibição do comércio internacional de obras de arte não foi aprovado (SUNDSTRÖM, 2019).

Alguns estados como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco iniciaram mais uma tentativa para promover a proteção do patrimônio nacional defendendo uma lei que inibia o comércio de antiguidades, mas também sem êxito quanto à aprovação do Parlamento Nacional (SUNDSTRÖM, 2019). Esses mesmos estados em 1926, 1927 e 1928, respectivamente, criaram suas Inspetorias de Monumentos Históricos (POZZER, 2011).

Nos anos de 1930 e 1934, duas foram as tentativas do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinto para consolidar como lei, a proteção do patrimônio pelo Estado, porém como outros projetos anteriores, foram arquivadas. Ainda em 1934, foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, órgão desativado em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), (POZZER, 2011, p. 61). Entretanto, o Decreto Presidencial nº 22.928, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1933, no qual a cidade de Ouro Preto foi tombada como Monumento Nacional, pode ser considerado o marco legal das políticas públicas brasileiras, no que se refere à proteção do patrimônio (POZZER, 2011).

Em 1937, é aprovado o decreto Lei nº 25, de 30 de novembro, sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, elaborado por Gustavo Capanema¹², então ministro da Educação. Em seu artigo 1º, é descrito o que se compreende como patrimônio:

Constitui o patrimônio histórico artístico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nos anos que se seguiram, entre 1950 e 1960, o SPHAN continuou o trabalho de determinar e organizar o tombamento, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BISPO, 2011).

Durante o período ditatorial, do início dos anos 1964 até meados de 1985, ocorreram mudanças nas políticas para a área da cultura. As políticas culturais empreendidas durante o regime militar caracterizaram-se por uma forte centralização no Conselho Federal de Cultura, uma maior institucionalização e abrangência em escala nacional das instituições que surgiram nos períodos anteriores (BISPO, 2011).

A partir da Constituição de 1988, o patrimônio cultural fica sob competência comum da União, dos estados e dos 5570 municípios brasileiros, com responsabilidades e funções. Observa-se um crescimento de conselhos municipais de patrimônio cultural e uma ampliação no número de bens e modos de fazer registrados em todos os níveis. A forma e interpretação do patrimônio e a participação popular nas decisões se consolidaram com a Constituição (ALMEIDA, 2017).

A Constituição Federal atual prevê no art. 215 que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, ou seja, de 04 anos de previsão orçamentária, visando o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que conduzem, entre outros, à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

O art. 216 da Constituição descreve os bens que constituem patrimônio cultural brasileiro como aqueles de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

¹² Gustavo Capanema ficou a frente do Ministério da Educação e Saúde (MES) de 1934 até 1945, órgão criado por Getúlio Vargas em seu primeiro ano de governo em 1930. E sua gestão, o ministro Capanema levou para o MES, nomes como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Manuel Bandeira entre outros. Inserido no MES, estava o Departamento Nacional de Ensino, criado em 1931 ao qual estavam subordinados, museus, bibliotecas e escolas de artes (BISPO, 2011).

- I - as formas de expressões;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Também no § 1º do art. 216 descreve-se o dever do Poder Público, com a colaboração da comunidade, na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, entre outras formas de acautelamento e preservação.

“O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras” (IPHAN, 2019, p.1). O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. Segundo esse Decreto, o Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e sua conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Sob a tutela do IPHAN, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais, estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos.

Estrategicamente o tombamento, como já citado, tem a função de proteger o bem, porém, a sua manutenção, quando nos referimos à prédios e acervos necessitam de ações preventivas para evitar sua degradação.

O histórico das políticas públicas demonstra uma intenção para a preservação do patrimônio cultural, já que se tratam de mecanismos para tal, contudo, no que se refere aos prédios históricos e acervos das Instituições Federais de Ensino Superior em particular a UFPE que tem a Faculdade de Direito do Recife como um dos pilares de sua origem, na prática não percebemos uma efetiva destinação de recursos para atender às demandas desse patrimônio. E, analisando as reformas pelas quais o palácio da FDR passou, constatamos que essas obras sempre foram executadas com recursos advindos de emendas parlamentares, termos de execução descentralizado, campanha para arrecadar fundos, doações etc, meios quase sempre concedidos através de influência política.

Por outro lado, de forma otimista, podemos observar que há muitas direções que se pode caminhar para congregar e reunir interesses públicos e privados levando à construção de parcerias que tragam benefícios às partes envolvidas e assim consolidar uma realidade já presente nas áreas de tecnologias.

CAPÍTULO 2

A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE E SEU ACERVO BIBLIOGRÁFICO

2. A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE E SEU ACERVO BIBLIOGRÁFICO

2.1 - Breve Histórico

A partir deste breve contexto relacionado à proteção do patrimônio cultural no país, passaremos a abordar a faculdade de Direito do Recife, em seus aspectos de constituição, do acervo relacionado e suas políticas de preservação.

A criação das Faculdades de Direito do Brasil deve-se ao paulista de Santos, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo ¹³(1774-1847) quando estava ministro da justiça em 1827 (SANTOS, 2016) através do decreto de 11 de agosto deste mesmo ano (BEVILAQUA, 1977). Antes porém, quando foi deputado pela Assembleia Constituinte em 1823, pelo Rio Grande do Sul (SANTOS, 2016, p. 47), apresentou um projeto de criação de uma universidade em São Paulo e este não foi aprovado, devido a divergências políticas entre as províncias (BORBA, 2006). Em pronunciamento na sessão da Assembleia do dia 14 de junho de 1823 evidencia seu desejo:

Proponho que, no Império do Brasil, se crie, quanto antes, uma universidade pelo menos, para assunto da qual parece dever ser preferida a cidade de S. Paulo, pelas vantagens naturais, e razões de conveniência geral. Que, na faculdade de Direito Civil que será, sem dúvida, uma das que comporá a nova universidade, em vez de multiplicadas cadeiras de Direito romano, se substituam duas, uma de Direito Público Constitucional, outra de Economia Política (BEVILAQUA, 1977, p. 12).

A Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil que sancionou a Carta Imperial de D. Pedro I e que criou os Cursos Jurídicos no Brasil decretou:

- 1º- Haverão (sic) duas universidades, uma na cidade de S. Paulo e outra na de Olinda; nas quais se ensinarão todas as ciências e belas-letas.
- 2º- Estatutos próprios regularão o número e ordenados dos professores, a ordem e arranjo dos estudos.
- 3º- Em tempo competente, e designarão os fundos precisos a ambos os estabelecimentos.
- 4º- Entretanto haverá, desde já, um curso jurídico na cidade de S. Paulo, para qual o Governo convocará mestres idôneos, os quais se governarão, provisoriamente, pelos estatutos da Universidade de Coimbra, com aquelas alterações e mudanças, que eles, em mesa presidida, pelo vice-reitor, julgarem adequadas às circunstâncias e luzes do século.
- 5º- Sua Majestade, o imperador, escolherá dentre os mestres um para servir, inteiramente, de vice-reitor (BEVILAQUA, 1977, p. 12).

A fundação das Faculdades de Direito do Brasil (São Paulo e Olinda) deve ser compreendida e explicada mais como ato político que ato pedagógico. A partir da fundação

¹³ Seu busto se encontra no topo de um pórtico no centro da lateral oeste da FD, na praça Adolfo Cirne, acompanhada de placa em bronze onde se lê: "Visc. DE S. Leopoldo (J. F. Fernandes Pinheiro) – Fundação das Faculdades de Direito no Brasil – Carta de Lei de 11 de agosto de 1827" (SANTOS, 2016, p. 47).

dos Cursos Jurídicos, pretendeu-se completar nossa independência. Da autonomia política, passaríamos à autonomia intelectual.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo, ministro referendário desta lei, escreveu em suas memórias (BEVILAQUA, 1977 *apud* FONSECA, 2013, p. 17):

Ao tempo deste meu ministério pertence o ato, que reputo o mais glorioso da minha carreira política, e que penetrou-me do mais íntimo júbilo, que pode sentir o homem público no desempenho de suas funções. Refiro-me à instalação dos dois cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda, consagração definitiva da ideia, que eu aventara na Assembleia Constituinte na sessão de 14 de junho (BEVILAQUA, 1977, p. 19-20).

A instalação do Curso Jurídico de Olinda ocorreu em 15 de maio de 1828, no mosteiro de São Bento, e o de São Paulo em 1 de março, no convento de São Francisco. (BEVILAQUA, 1977, p. 23). Nas dependências cedidas pelos monges beneditinos iniciaram-se as aulas no dia 2 de junho do mesmo ano. Nessa época, havia quarenta e um estudantes oriundos de vários estados brasileiros e de outros países como Angola e Portugal, matriculados após terem sido aprovados nos exames preparatórios e nove disciplinas ministradas por nove professores titulares e quatro professores substitutos. Em 1832 formou-se a primeira turma de bacharéis em Ciências Jurídicas (UFPE).

A Figura 2, a seguir, apresenta uma imagem atual do Mosteiro de São Bento em Olinda, primeiro endereço do Curso de Direito.

Figura 2 - Mosteiro de São Bento em Olinda, primeiro endereço do Curso de Direito



Fonte: Diário de Pernambuco

Em 1848, os Cursos Jurídicos e Sociais de Olinda foram transferidos para o Palácio dos Governadores, hoje, ocupado pela Prefeitura de Olinda. A Figura 3, a seguir apresenta imagem atual da Prefeitura de Olinda, antigo Palácio dos Governadores, segundo endereço do Curso de Direito.

Figura 3 - Prefeitura de Olinda - Antigo Palácio dos Governadores, segundo endereço do Curso de Direito



Foto: Erinaldo Vilaça, 2020

Em 1654, passam a ocupar um velho casarão com instalações inadequadas, que foi chamado de velho pardieiro, na Rua Visconde de Camaragibe, hoje Rua do Hospício, onde está localizado o Hospital Geral do Exército (HGE). Nele, os Cursos Jurídicos e Sociais permaneceram por 30 anos e foi onde estudaram Castro Alves e Tobias Barreto, e onde floresceu a Escola do Recife¹⁴ (SANTOS, 2016). A Figura 4, a seguir, apresenta imagem do Prédio do Largo do Hospício, “O Pardieiro”, terceiro endereço do Curso de Direito, já com o nome de Faculdade de Direito do Recife.

¹⁴ Escola do Recife, foi um movimento de caráter sociológico e cultural que tomou lugar nas dependências da Faculdade de Direito do Recife, atualmente, unidade da Universidade Federal de Pernambuco. Escola do Recife ou Geração de 1871, contribuiu para a confecção intelectual brasileira nos temas da sociologia, da antropologia, crítica literária e estética. Seus postulados foram a valorização da mestiçagem no Brasil, resultado do cruzamento de raças; a valorização do homem brasileiro e a investigação do caráter nacional, sempre em debate com correntes teóricas europeias, o positivismo, o evolucionismo e talvez o marxismo. As figuras importantes do movimento foram Tobias Barreto, Sílvio Romero, Artur Orlando, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Faelante da Câmara, Urbano Santos da Costa Araújo, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higino Duarte Pereira, Araripe Júnior, Gumercindo Bessa, João Carneiro de Souza Bandeira e João Maurício Adeodato. Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Persona78/78Jarbas.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

Figura 4 - Prédio do Largo do Hospício, 'O Pardieiro', terceiro endereço do Curso de Direito, já com o nome de Faculdade de Direito do Recife



Fonte: Revista Analisando em Ciência da Informação, 2016, p.605

Em 1882, os Cursos Jurídicos e Sociais passaram a adotar um novo endereço, o Convento dos Jesuítas, anexo à Igreja do Divino Espírito Santo, na Praça Dezessete, onde permaneceram todo o resto do século XIX e a primeira década do século XX. Hoje, em lugar do prédio, está a Rua do Imperador Pedro II.

Essa igreja teve dois nomes anteriores: antes de 1654 chamou-se Igreja Calvinista dos Franceses e após essa data Igreja Nossa Senhora do Ó. Só a partir de 1855 sob a administração dos padres jesuítas obteve a denominação de Igreja do Divino Espírito Santo (BARBOSA, 2010).

Segundo Barbosa, “com a expulsão dos jesuítas, a Igreja e seu Colégio ficaram abandonados e sujeitos a muitos usos que não o religioso e o educacional’ (BARBOSA, 2010, p. 1) entre os quais:

...estrebria para abrigar os cavalos da guarda do Palácio do Governo e uma série de incontáveis repartições: Tribunal de Relação; Sala de Audiências; Repartição de Vacina; Faculdade de Direito; Correios; depósito do Arsenal de Guerra e até Teatro da Sociedade Dramática Natalense, servindo de palco a própria capela-mor (PIO, 1960, p. 24 *apud* BARBOSA, 2010, p. 1, grifo nosso).

A Figura 5, a seguir, apresenta imagem da Igreja do Divino Espírito Santo/Colégio dos Jesuítas, quarto endereço da Faculdade de Direito do Recife.

Figura 5 - Igreja do Divino Espírito Santo/Colégio dos Jesuítas – Quarto endereço da Faculdade de Direito do Recife



Fonte: FUNDAJ

Em 1877, o Governo Imperial iniciou o procedimento para a construção do edifício próprio da então Faculdade de Direito do Recife, alocando os serviços do engenheiro Luiz Pucci (VEIGA, 1998, p.2).

Em 06 de novembro de 1888, o Ministério dos Negócios do Império comunicava a resolução do Imperador para desapropriar a área, para que se “construa no Edifício (da Faculdade) no terreno limitado pelas ruas Princesa Isabel, Riachuelo, Hospício e Sete de Setembro, reservando-se uma zona do mesmo terreno para ser arborizado” (VEIGA, 1998, p.3). Terreno arenoso, ilhada por camboas e que se denominava Ilha dos Ratos e, nos fins do século XVIII, conhecida como Ilha de Cock (SANTOS, 2016, p. 39).

Em junho de 1889, com a presença do Conde D’Eu, foi lançada a pedra fundamental do novo edifício da Faculdade sendo sua construção concluída em julho de 1911, já sob o governo republicano (UFPE).

Em 16 de março de 1912, com o nome de Faculdade de Direito do Recife, o Curso de Ciências Jurídicas é definitivamente instalado no imponente palácio (UFPE, 2011 *apud*

FONSECA, 2013, p. 18) na Praça Adolfo Cirne, antes conhecida como Jardim da Faculdade ou Parque da Faculdade (FONSECA, 2013, p.28).

O prédio da FDR foi construído por José de Almeida Pernambuco, engenheiro civil e bacharel em direito, no centro de uma área ajardinada, e seu projeto arquitetônico, eclético, com predominância de estilo neo-clássico é de autoria do arquiteto Gustave Varin (UFPE). Possui sistema construtivo misto de tijolos maciços, concreto armado e estrutura metálica importada das aciarias francesas (PASSOS, 2004).

Na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife do ano de 1927, o engenheiro José de Almeida Pernambuco descreve o prédio da FDR da seguinte forma:

O edifício tem a sua fachada principal voltada para o oriente, por que de lá vem a luz e de lá surgiram a philosophia, a arte, a civilização e o Direito: ocupa uma area de 3.600 metros quadrados, tendo a sua fachada principal 20 metros de altura e a posterior, voltada para o ocidente, 43

Destacam-se na fachada principal o corpo ou pavilhão central, com o seu lindo zimbório, ostentando uma coroa principesca, donde pendem guirlandas, tudo apoiado em vigamentos de aço e coberto de ardósias da Ardennes, na Belgica, e nos extremos os pavilhões de ângulos, tendo as suas janellas, por vergas, as architraves de columnas toscanas, supportando arcos plenos que circumscrevem os olhos de boi, ornados de cornucopias cheios de fructos, fazendo sobresahir a ordem jonica pelas suas columnas, dominadas pelas volutas nos capiteis, tendo um grande balanço as cornijas projectando de modo gracioso os seus medalhões, tudo encimado por um frontão curvo, interrompido, ao qual se sobrepõe uma platibanda, e cercado por um zimbório harmonioso, leve, coberto de ardósias e apoiado em vigamento de aço.

Esse monumento é dividido em dois corpos: um, o andar terreo, representando, na phrase de Vitruvio, a simplicidade, a resistência e a dignidade do homem, o outro, o andar superior, representando a delicadeza e os ornamentos da mulher.

No andar terreo , no rez-do-chão, dão accesso ao edificio tres entradas, com a escadaria em blocos unidos de marmore branco de Carrara, seguindo-se o vestibulo, com as suas columnas supportando o tecto todo ornamentado com as paredes de símile-pierre: ahi se acham à esquerda e à direita duas grandes escadas de honra sobre ornatura metalica, em comunicação com o primeiro andar, tendo os degraus em marmore branco da mesma procedência, com seus balcões revestidos de cobre e com os monogrammas F.D. em bronze.

Seguem-se as galerias internas com os pisos de marmore de cor, envolvendo a parte enjardinada, dando entrada para os amphiteatros cujas paredes são revestidas de cortiça para evitar o ruido do exterior, tendo os pisos de xilolitho e bem assim os degraus repousam em ossatura metallica de cimento armado, ostentando em todos os lugares, em todos os cantos, o monograma F.D. ora em marmore, ora em bronze.

A campanilla da torre do relógio, dominando toda a fachada posterior, centralisa a vasta biblioteca, com portas e janellas de carvalho (REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE, 1927, p.192-193).

A Figura 6, a seguir, apresenta imagem do Palácio da Faculdade de Direito (1911), endereço definitivo da FDR.

Figura 6 - Palácio da Faculdade de Direito do Recife, endereço definitivo em 1911



Fonte: FUNDAJ

O imponente palácio da Faculdade de Direito do Recife possui no topo de sua fachada principal três esculturas¹⁵ (Figura 7) simbolicamente representando a Ciência, o Direito cercados pelo Gênio, trabalho realizado pelo estatuário francês Charles Perron que esculpiu as estátuas a partir das formas belíssimas de uma italiana para representar o Direito e de duas francesas que também se deixaram modelar para simbolizar a Ciência e o Gênio (REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE, 1927).

¹⁵ Essas esculturas diferente do que se pode imaginar são ocas, resultado de um tipo de solução encontrada pelos escultores surgida no final do século XIX e se popularizou no século XX. A utilização de metais como o Estanho, Antimônio, Bronze, incluindo o Chumbo para formar uma liga de metal leve e muito maleável começou a ser usado para as esculturas colocadas nos jardins e nas fachadas dos edifícios, numa altura em que estes espaços se adaptavam ao estilo francês. À semelhança da maioria das réplicas em pedra que se importavam para Portugal, os valores plásticos da escultura clássica teriam sido preservados em fundições em chumbo importadas da Inglaterra e Holanda (MENA, 2019).

A fácil reprodução, os baixos custos e a qualidade dos acabamentos que o chumbo permitiam, incentivaram a grande procura deste tipo de obras, algumas tratadas de modo a sugerir materiais nobres como o mármore, como parece ser as esculturas no alto da fachada principal da FDR

Figura 7 - (A, B, C). A(Escultura finalizada do projeto de Charles Perron); B(Fachada principal da FDR, em destaque a escultura de Charles Perron); C(O Gênio ladeado pela Ciência e o Direito)



Fotos: A(Architecture, décoration, ferronnerie, 1908); B, C(Erinaldo Vilaça, 2021)

No decorrer dos seus 193 anos de existência, a Faculdade formou eminentes juristas, estadistas, ensaístas, artistas, sociólogos e políticos como Castro Alves, Tobias Barreto, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Clóvis Bevilacqua, Martins Júnior, Joaquim Nunes Machado, José de Alencar, Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho, Fontes de Miranda, Agamenom Magalhães, Augusto dos Anjos e tantas outras figuras ilustres que por ela passaram e ajudaram a construir a sua história.

Analisamos, segundo pesquisa, que as mudanças de endereços sofridas pela Faculdade e sua biblioteca foram causadas principalmente pela falta de estrutura dos locais pelos quais passaram e das deficiências da própria cidade.

Em Olinda, o Mosteiro de São Bento, quando do início das aulas do Curso em 2 de junho de 1828, estava em precárias condições e a biblioteca ainda não existia (RODRIGUES, 2017).

O diretor interino do Curso Lourenço José Ribeiro escrevia ofícios e cartas para a câmara municipal e jornais solicitando a criação da biblioteca para o Curso de Direito e apontando várias deficiências e a precariedade de se viver em Olinda naquele período: “faltamos, senhores, água, carne e pão”, denunciava em carta enviada a câmara e publicada no Diário de Pernambuco em dezembro de 1829 (RODRIGUES, 2017, p. 52). Na mesma carta, Lourenço José Ribeiro relata as frequentes enchentes, a falta de água potável e médicos para atender aos lentes e estudantes que adoeciam com frequência, registrava também a falta de iluminação pública e de ruas calçadas (RODRIGUES, 2017).

Na lei que criou a Biblioteca do Curso de Direito do Recife de 7 de dezembro de 1830, seu artigo 2º faz referência “ao antigo Palacete do Governo, desocupado e posto em

abandono”, porém, apenas o Curso permaneceu nesse prédio pois não parecia “conveniente gravar a Fazenda Pública com despesas em um edifício que já foi julgado absolutamente arruinado” (RIBEIRO, 1831 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 55).

No Recife, a situação continua a mesma em relação às dependências que abrigaram o Curso de Direito agora já denominado Faculdade de Direito do Recife e sua biblioteca, sempre de formas emergenciais, paliativas e provisórias. Suas atividades peregrinavam por locais que não tinham infraestrutura adequada para o ensino acadêmico. No Largo do Hospício, por exemplo, os prédios estavam velhos e em ruínas, por isso foram apelidados de pardieiros (VEIGA, 1984 *apud* VILELA *et al*, 2011, p. 77).

Também o próprio imperador D. Pedro II em visita a Pernambuco em 1859 se refere às instalações como “quase indecentes e muito acanhadas; ao menos caiem-nas e pintem-nas” (VILELA *et al*, 1911, p. 78).

Concluimos que os problemas elencados acima contribuíram para as mudanças de endereços e estadas em “casas de empréstimos ou imprestáveis” (BEVILAQUA, 2012, p. 403 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 55) pela Faculdade de Direito do Recife até se estabelecer e repousar em seu próprio lar.

2.2 - As Políticas de Preservação da Faculdade de Direito do Recife

Durante a 92ª reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), realizada no dia 21 de julho de 1980 no Rio de Janeiro, para a homologação dos processos de tombamento do prédio da Faculdade de Direito do Recife e do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Mucugê (Bahia), o conselheiro relator Afonso Arinos inicia sua fala com a seguinte afirmação: “Só a literatura sobre as duas faculdades é um monumento da nossa historiografia” (SPHAN, 1980, p.16), referindo-se às duas primeiras Faculdades de Direito fundadas no Brasil, a de São Paulo e a de Olinda. Depois de um breve histórico sobre a Faculdade de Direito do Recife e a necessidade de obras urgentes de reparação do prédio, Afonso Arinos conclui:

A década de 1970 - 1980 foi, no Brasil, dominada, no quadro das Ciências Sociais, pela Economia. O Direito ficou, notória e lamentavelmente esquecido. Os resultados dessa situação para o país podem ser discutidos, embora não pretenda eu fazê-lo aqui. Desejo somente consignar que pequena parte das verbas com que se levantam palácios para bancos e empresas econômicas do Estado, nas lonjuras do Planalto, poderia muito servir para evitar a degradação material das Casas de Direito (SPHAN, 1980a, p.16).

Outro problema enfrentado pelas instituições públicas é o corte dos recursos por parte do governo, o próprio IPHAN sofre desse mal, que ameaça o funcionamento deste órgão segundo declarou Danilo Curado, especialista em Gestão Pública, durante um evento chamado ArchiMemória, que aconteceu na Bahia em 2017, que seria um preparatório para o 27º Congresso Mundial de Arquitetos em 2020, no Rio de Janeiro. Apesar de dificuldades históricas em diferentes esferas, para gerir o vasto patrimônio cultural brasileiro, seja pelos recursos insuficientes, pela ação depredadora de vândalos ou por outros motivos, a situação, segundo profissionais da área, está ficando ainda mais complicada.

Exemplos dessa situação de cortes que interferem na preservação do patrimônio cultural podem ser mencionados. Iniciado em 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, por exemplo, que atende a 20 estados da federação, previa em 2017 orçamento de 250 milhões de reais, mas sofreu contingenciamento de 61%, gerando ainda mais problemas para o setor. No fim de abril de 2019, o governo anunciou o congelamento de 1,7 bilhão de reais dos gastos das universidades, de um total de 49,6 bilhões, o que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios (chamadas de despesas discricionárias¹⁶) e 3,34% do orçamento das universidades federais. Ambos os casos refletem diretamente na preservação do objeto de estudo desta pesquisa.

Segundo a NBR 5674:1999¹⁷, foi constatado em diversos estudos, que os custos anuais envolvidos na operação de manutenção das edificações em uso variam entre 1% e 2% do seu custo inicial. Este valor pode parecer pequeno, porém acumulado ao longo da vida útil das edificações chega a ser equivalente ou até superior ao seu custo de construção.

As reformas implementadas na FDR além de trazer óbvios benefícios ao patrimônio material e imaterial representados pelo Palácio da Praça Adolfo Cirne e seu acervo mostram a importância da manutenção de nossos prédios históricos.

¹⁶ As despesas discricionárias são divididas em duas categorias. A primeira, é o gasto com custeio (ou despesas correntes), utilizado para manter o funcionamento das universidades: são as contas de luz, de água, as bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos básicos para laboratórios e pagamento de funcionários terceirizados. A segunda categoria é a chamada despesa de investimentos (ou de capital) que basicamente custeia obras e compras de equipamentos.

¹⁷ A NBR 5674-1999 é a norma técnica referente a manutenção das edificações validada pela ABNT: A ABNT é o Foro Nacional de Normalização por reconhecimento da sociedade brasileira desde a sua fundação, em 28 de setembro de 1940, e confirmado pelo governo federal por meio de diversos instrumentos legais. Entidade privada e sem fins lucrativos, a ABNT é membro fundador da *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização - ISO), da *Comisión Panamericana de Normas Técnicas* (Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas - Copant) e da *Asociación Mercosur de Normalización* (Associação Mercosul de Normalização - AMN). Desde a sua fundação, é também membro da *International Electrotechnical Commission* (Comissão Eletrotécnica Internacional - IEC). A ABNT é responsável pela elaboração das Normas Brasileiras (ABNT NBR), elaboradas por seus Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE). Disponível em: <http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Para entendermos melhor as várias intervenções realizadas no prédio da Faculdade de Direito do Recife durante seus 110 anos de existência e os meios pelos quais foram obtidos os recursos, faremos um recorte desde seu tombamento realizado pelo IPHAN, presidido na época por Aloísio Magalhães, ex-aluno da FDR, em 11 de agosto de 1980 até os presentes dias. Fizemos uso de informativos da UFPE, da própria FDR e de outras instituições, para obtermos informações suficientes para a construção dessa linha temporal.

Segundo o arquiteto Jorge Passos, responsável pela empresa que vem realizando desde o ano de 1995, através de contratos específicos, com respectivas anotações de responsabilidade técnica, projetos e acompanhamento das obras de conservação e restauração:

O prédio da Faculdade de Direito durante muito tempo manteve sem significativas mudanças a sua estrutura interna, mas na década de 60, a Faculdade foi objeto de obras de reforma das quais resultou na adaptação de seu pavimento semi-enterrado para abrigar novos departamentos (PASSOS, 2007).

Salientamos que a referida área citada acima não foi contemplada no processo de tombamento da FDR, por isso pôde-se fazer modificações de adaptações em seus vãos.

Em 1981, alunos da FDR procuraram o prefeito da cidade do Recife, Gustavo Krause, para pedir apoio na reforma da Faculdade e, no ano seguinte, foi celebrado um convênio para os estudos da restauração do edifício, entre a URB-Recife, IPHAN e UFPE que foram concluídos em 1983 (LEÃO, 2007).

Em setembro de 1983, as obras foram iniciadas, porém em fevereiro de 1984 foram suspensas por falta de verba. Neste mesmo ano, no mês de novembro, com o objetivo de mobilizar e sensibilizar a sociedade para o estado em que se encontrava o prédio da FDR, é lançado o Movimento Pró-Restauração da FDR, e contatos políticos foram retomados para a captação de mais recursos (LEÃO, 2007).

No ano de 1985, o então prefeito do Recife, Joaquim Francisco, juntamente com o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, decidiram assumir as obras da Faculdade de Direito do Recife utilizando incentivo do Banco de Pernambuco (BANDEPE) em convênio com a FUNDARPE. Já no âmbito federal foram alocados recursos através dos Ministérios da Educação e Justiça resultando na reforma da biblioteca, arquivo e conclusão das obras em 1987, onde além das intervenções estruturais, foram substituídos pisos, sistemas elétricos e hidráulicos (LEÃO, 2007).

Em 13 de agosto 2004, foi celebrado o contrato nº 36/2004, que consistiu na elaboração e ordenação dos procedimentos técnicos e reunião dos subsídios teóricos orientadores dos procedimentos para o levantamento e estudo das patologias encontradas no

prédio da Faculdade de Direito do Recife. Os trabalhos foram desenvolvidos entre o período de 13 de agosto a 08 de novembro de 2004. A proposta de restauração através de projeto executivo priorizou os forros, estruturas metálicas dos intradorsos¹⁸ e coberturas, revestimentos das abóbadas, impermeabilização das calhas, platibandas¹⁹ e cornijamentos²⁰, restauração das fachadas, com seus elementos decorativos e esquadrias externas. Esse projeto foi dividido em 4 etapas para facilitar a captação dos recursos necessários à realização da obra. A primeira etapa do trabalho de restauro foi contratada no ano de 2006, sendo concluída em 02 de julho de 2007 (PASSOS, 2004).

Em face da ausência de recursos próprios da UFPE para arcar com a realização das 2ª, 3ª e 4ª etapas da obra de restauro, foram contatadas empresas do setor privado para firmarem convênio e/ou realizarem patrocínios com vistas a contribuir para a restauração do prédio da Faculdade de Direito do Recife, de relevante e incontestável valor histórico (PASSOS, 2004).

Em 2007, um grande movimento é promovido pela FDR, aproveitando a comemoração dos seus 180 anos, e a Faculdade de Direito do Recife lança uma campanha intitulada “O direito passa por aqui”, objetivando a arrecadação de fundos para a melhoria de sua infraestrutura como iluminação, climatização da salas, compra de mobiliário, conservação do acervo da biblioteca, arquivo, anfiteatros e salão nobre, além da troca de forros e coberta. Mais uma vez o desenvolvimento do projeto executivo da obra, orçada em torno de R\$ 3 milhões, ficou sob responsabilidade do arquiteto Jorge Passos, sendo apreciado e aprovado pelo IPHAN (FELIPE, 2007).

O termo de abertura do livro desta campanha é assinado no dia 4 de julho de 2007 pela então diretora Luciana Grassano de Gouvêa Melo que escreve:

A campanha “O Direito Passa Por Aqui” foi lançada nesta data, na Faculdade de Direito do Recife, e visa resgatar e reestabelecer a auto-estima da nossa comunidade, chamando a atenção da sociedade pernambucana e brasileira para a importância de preservar o patrimônio e a memória da Faculdade de Direito do Recife, que este ano completa 180 anos de história. O êxito desta campanha deve-se ao apoio de alunos, ex-alunos, professores, ex-professores, escritórios de advocacia, empresas pois pretendemos registrar neste livro, para que a história desta instituição e desta campanha seja preservada (MELO, 2007).

¹⁸ Superfície interior de um arco ou abóbada.

¹⁹ Resguardo; equipamento de proteção aplicado em construção.

²⁰ Última ordem de pedras salientes, colocadas no alto das paredes de um edifício, e que forma a sua coroação. Disponível em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/intradorso#:~:text=Superf%C3%ADcie%20interior%20de%20um%20arco%20ou%20ab%C3%B3bada>. Acesso em: 12 ago. 2020.

A Campanha recebeu apoio de empresas como Grupo Votorantim, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), SESu/MEC, CHESF, INFRAERO e Grupo João Santos que através da Lei Rouanet poderiam financiar projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura e obterem descontos no Imposto de Renda (FELIPE, 2007). Também foram confeccionados objetos de campanha como bottons, chaveiros, camisas, marcadores de texto e até um selo comemorativo de 180 anos da FDR produzido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que oferecido para quem doasse R\$ 20,00; também foi disponibilizada uma conta institucional em nome da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE) no Banco do Brasil na agência 3613-7, conta corrente nº 230.844-4 para doações (FELIPE, 2007).

Além da reforma propriamente dita da FDR proporcionada pela campanha e parcerias, o financiamento do BNDES aliado ao Ministério da Justiça que, através do seu Conselho Federal Gestor de Fundo de Defesa de Direitos Difusos contribuíram para a criação de dois projetos executados durante os anos de 2010 e 2011 envolvendo a preservação de cerca de 4.125 volumes de obras raras e valiosas. No âmbito do Ministério da Justiça um projeto consistiu na conservação, catalogação e inventário das obras dos Século XVIII ao XX onde foram reunidas na Sala Rui Barbosa. Ao projeto financiado pelo BNDES coube às obras do Século XVI ao XIX reunidas na Sala Gláucio Veiga bem como a criação do Laboratório de Conservação e Restauo (LABOR)(MELO, 2011), ambiente adequado para os procedimentos técnicos necessários com o objetivo de promover a preservação, conservação, restauração e acondicionamento dos volumes do acervo da Coleção de Obras Raras e da Coleção Especial sendo inaugurado em novembro de 2010. Também oferece consultoria e laudos técnicos de conservação nas bibliotecas setoriais do *Campus* da UFPE, programa de estágio supervisionado e práticas curriculares dos cursos de Direito, Museologia, História e Biblioteconomia. O LABOR é formado por três ambientes como mostra a Figura 8 e está localizado estrategicamente bem ao lado da CESP facilitando o acesso e monitoramento do acervo.

Figura 8 - Laboratório de Conservação e Restauro da FDR - LABOR



Fonte: Autor

Somente em 2009, foi realizada a segunda licitação para as etapas 2ª, 3ª e 4ª que foram concluídas em 2014, através de um Termo de Execução Descentralizada (TED)²¹ firmado com o Ministério da Educação (MEC).

Através do Ofício Circular nº 20 do dia 15 de maio de 2017 o ainda diretor da FDR, Professor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti reporta ao Gabinete de todos deputados e senadores de Pernambuco em exercício o seguinte pedido:

Exmo. Sr. Deputado:

1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos para conhecimento de V. Ex.ª: (i) relatório técnico do IPHAN; (ii) relatório fotográfico de danos e (iii) expedientes trocados com a Reitoria da UFPE e com o Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF-PE), acerca da precária situação estrutural em que se encontra o Palácio Histórico da Faculdade de Direito do Recife, prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
2. A aludida edificação, localizada no centro do Recife, Praça Adolpho Cirne, s/n, Boa Vista, pilar fundamental da UFPE e sede do curso jurídico mais antigo do País, juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), vive uma situação dramática no tocante às condições de infraestrutura predial, responsável pelo atendimento de uma comunidade acadêmica de cerca de 1200 alunos e 150 servidores (professores e técnicos).
3. Tais problemas estruturais foram gerados pela insuficiência das ações de manutenção preventiva por parte da Administração Central da UFPE, mas em grande medida, pela descontinuidade do processo de Restauração do Palácio cujas obras finalizaram em 2015, deixando de fora inúmeras áreas como: anfiteatros, partes das fachadas, coberturas, forros, cúpulas, restauração dos ornatos, estruturas metálicas do alpendre, pisos, escadas e halls.
4. Ante o exposto, pedimos apoio político-institucional de V. Ex.ª junto ao Ministério da Educação – MEC e as instâncias do Governo Federal que cuidam de Patrimônio Histórico, a fim de acelerarmos os processos de Restauração do Prédio da Faculdade de Direito do Recife – FDR, de modo a

²¹TED 6289 repassou recursos do Ministério da Educação para a obra de restauro da 1ª parte da 5ª etapa do prédio da Faculdade de Direito do Recife, no valor de R\$ 6.044.632,75.

salvaguardarmos esse bem histórico nacional, de riqueza material e imaterial (CALVACANTI, 2017 np).

Hoje, enquanto está sendo elaborada esta dissertação, a Faculdade de Direito do Recife passa por mais uma obra de restauro. Esta, referente à primeira parte da 5ª etapa, orçada em torno de R\$ 6 milhões, verba liberada pelo Ministério da Educação quando Mendonça Filho estava em sua presidência, que contempla a restauração do anfiteatro B (chamado atualmente de anfiteatro 5), a fachada sudoeste (lado da Rua do Riachuelo), junto com sua torre do relógio e campanário, abóbada e forros sobre os ambientes do acervo da Coleção Especial (CESP) da Biblioteca e esquadrias da fachada noroeste.

A fachada a ser recuperada na atual etapa da obra e os ambientes restantes do primeiro projeto acumulam problemas provenientes da oxidação das ferragens, devido às infiltrações em períodos de chuva, e desprendimento dos elementos decorativos. Isso tem se agravado ao longo dos anos e vem expondo a comunidade universitária a riscos de acidentes. A obra é considerada emergencial e inclui ações de conservação e restauro, beneficiando, ao fim, mais de 1,5 mil alunos da Instituição.

A empresa contratada para a execução da obra foi a JME Engenharia Ltda²² e para a elaboração do projeto executivo e fiscalização da obra foi a Jorge Passos Arquitetura e Restauro Ltda,²³ mediante Processo de Inexigibilidade de Licitação, devido à inviabilidade de competição, nos termos dos artigos 25, inciso II, e 13 inciso IV da Lei nº 8666/1993.

Diante do aqui exposto, concluímos que a UFPE não dispõe de um programa específico e efetivo que destine recursos para manutenção preventiva de seus prédios históricos. As obras pelas quais passou a FDR foram diversas, quase sempre de ordem corretiva, precisando de intervenções de restauro. Também observamos a busca por parcerias público-privadas para a realização das obras devido às recorrentes falta de investimentos para a conservação do patrimônio da FDR/UFPE.

E, apesar da FDR estar passando por mais uma reforma, ainda precisará futuramente de aporte de mais recursos para a 2ª parte da 5ª etapa onde estariam contemplados as escadas principais que dão acesso ao terraço, toda estrutura metálica interna dos dois andares e seus pisos.

²² Empresa vencedora do processo licitatório nº 23076.008550/2018-26. Concorrência 09/2018. Contrato nº 81/2018.

²³Jorge Passos Arquitetura e Restauro, foi fundada no ano de 1991, é uma sociedade empresária limitada, com atuação no âmbito da arquitetura e restauração do Patrimônio Histórico. Seus objetivos sociais são focados na execução de projetos de restauração e conservação, prestação de assessoria, consultoria, peritagem, realização de atividades culturais, estudos, pesquisas, inventários, publicações e cursos, voltados à conservação, restauração, valorização dos monumentos, conjuntos, sítios e proteção de bens de valor histórico e cultural.

2.3 - A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife

A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife é descrita por Vilela *et al* como:

... um lugar de memórias. Depositária da coleção de obras raras e valiosas da Universidade Federal de Pernambuco possui a grande responsabilidade de preservar seu acervo e assim, torná-lo para além da sua materialidade em guardião de objetos valiosos e únicos, personagens de uma época que não voltará. Acervo, que podemos assemelhar a um quebra-cabeça, cujas peças, uma vez montadas nos ajudará a reconstruir o nosso passado histórico (VILELA *et al*, 2011, p. 80).

A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife foi criada três anos após a instituição das Faculdades de Direito do Brasil, em 11 de agosto de 1827. Através do decreto imperial de 7 de dezembro de 1830 no qual se lê:

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute o que Resolve a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de Pernambuco.

Art. 1º. Estabelecer-se-há em Olinda huma Biblioteca Publica.

Art. 2º. Para esta Biblioteca destinar-se-há a parte da casa dos Benedictinos, que for necessaria, ou o antigo Palacete do Governo, desoccupado e posto em abandono, se naquella casa não se poderem accomodar a Biblioteca, e as Aulas do Curso Juridico, fazendo-se á custa da Nação em hum, ou outro edificio, os reparos e arranjos que precisos forem.

Art. 3º. O Governo nomeará hum Biblioethario, e os mais Empregados necessários para a conservação, aceio, e guarda da Biblioteca, arbitrando-lhes Ordenados.

Art. 4º. Abrir-se-há nesta Provincia huma subscrição voluntaria para compra dos Livros, e a Fazenda Publica concorrerá com prestação annuaes para o estanelecimento da mesma Bibliotheca, as quaes entrarão no Orçamento da despeza apresentada á aprovação da Assembléa Geral.

Art. 5º. O Presidente, em Conselho, nomeará huma Comissão de três Negociantes, para receber a subscrição, as obras, que se oferecerem como parte della, a quota da Fazenda Publica, e fazer a compra de Livros, a qual dará conta de tudo, Publicando-a pela Imprensa.

Art. 6º. A Congregação dos Lentes do Curso Juridico remetterá ao Presidente da Provincia huma Relação das melhores obras, e edições, indicando por sua origem as que devem ser sucessivamente compradas.

Art. 7º A mesma Congregação dos Lentes formará os Estatutos da Biblioteca, que dependerão da aprovação do Governo.

(Decreto Imperial de 7 de dezembro de 1830, grifo nosso).

Fundava-se em Olinda uma biblioteca para suprir aos cursos jurídicos, o que muito se deve aos esforços e empenho de Lourenço José Ribeiro (VEIGA, 1984 *apud* VILELA *et al* 2011, p. 75), primeiro diretor interino do *Curso de Sciencias Jurídicas e Sociaes* de Olinda e que tinha grande preocupação a respeito da falta de uma biblioteca para atender aos estudantes. Na “História das ideias da Faculdade de Direito do Recife”, Lourenço, segundo Gláucio Veiga, ainda em 1828 teria enviado um ofício ao poder central nos seguintes termos:

(...) “não há livreria²⁴ pública na Província e muito menos em poder de particulares a quem se compre livros” (VILELA *et al.*, 2011 p. 75). Defensor e cômico da importância da criação de uma biblioteca, Lourenço José Ribeiro enfatiza em ofício de 1829 (...) “tanta falta nos faz [uma biblioteca] e que não há nesta Província, de sorte que os estudantes não sabem a quem recorram para suas dissertações e maior desenvolvimento das matérias que dão nas aulas” (VILELA *et al.*, 2011 p. 74-75).

Gláucio Veiga salienta que a Biblioteca não foi acomodada nem no Mosteiro de São Bento nem no Palácio dos Governadores, por onde passou o curso em Olinda, e sim, no Convento de São Francisco, que começou a funcionar em 1931. Pelos relatos deixados por seus diretores e alunos as instalações não atendiam às expectativas de seus usuários. As reclamações diziam respeito ao acesso, à localização, à falta de livros e ao horário de funcionamento. (BEVILAQUA, 1977 *apud* VILELA *et al.*, 2011, p. 76).

Durante sua peregrinação, o Curso de Sciencia Juridicas e Sociaes juntamente com sua Biblioteca na maioria das vezes ocuparam endereços distintos.

Ao ser transferido para o Casarão do Largo do Hospício no Recife o Curso passa a ser denominado de Faculdade de Direito do Recife em razão do Decreto nº 1386 de 28 de abril de 1854 que em seu Art. 1º previa: “os actuaes Cursos Juridicos serão constituídos em Faculdades de Direito; designando-se cada huma pelo nome da cidade, em que tem, ou possa ter assento” (DECRETO 1386 *apud* VILELA *et al.*, 2011, p. 76), e no mesmo decreto em seu Art. 140 determina que:

em cada Faculdade haverá huma Biblioteca destinada especialmente para o uso dos lentes, e dos alunnos, mas que será franqueada a todas as pessoas, que ali se apresentarem decentemente vestidas. Será formada com preferencia de livros proprios das sciencias que se ensinarem na Faculdade (DECRETO 1386 *apud* VILELA *et al.*, 2011, p.76-77)

A biblioteca da então Faculdade ocupa o prédio ao lado do Casarão destinado ao Colégio das Artes. Com a mudança para o Colégio dos Jesuítas em 1882 a biblioteca é transferida dois anos após para o Convento do Carmo e em 1890 passa a ocupar o mesmo prédio dos jesuítas. E definitivamente, em 1912 ambas FDR e Biblioteca transferem suas atividades para o Palácio na Praça Adolfo Cirne (VILELA *et al.*, 2011).

Foi a partir de aquisições com poucos recursos governamentais, doações populares, heranças conventuais, recebida por essa biblioteca, que a Coleção Especial de Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife foi se constituindo. Fazem parte do seu acervo

²⁴ Naquele período Livreria e Bibliotecas eram palavras sinônimas.

panfletos, manuscritos, periódico, livros e Memórias Históricas²⁵ datados do século XVI ao século XX.

A primeira coleção a compor o acervo da Biblioteca de Direito foi a livraria da Congregação do Oratório, encaminhada ao Curso em virtude da extinção dessa ordem em 9 de dezembro de 1830, dois dias após a lei que criara a biblioteca (RODRIGUES, 2017), ou seja, a biblioteca foi criada sem ter um único livro. Em sua gênese a Biblioteca nada mais era do que a reunião de alfarrábios na maioria de títulos de teologia, inadequados ao ensino do direito e insuficientes para a demanda da época (VILELA *et al*, 2011, p. 80). Ainda segundo Vilela e colaboradores:

a Biblioteca não se limitou a adquirir apenas obras jurídicas, pois com o passar do tempo, seus espaços reuniram um vasto acervo humanista que se perpetua na *Coleção Especial* formada por livros, folhetos, teses, manuscritos e periódicos raros e valiosos representantes de um rico patrimônio cultural (VILELA *et al.*, 2011, p.80-81).

A CESP conta com livros não só em Direito, mas também em outras áreas do conhecimento como: Filosofia, Literatura, História, Geografia, Sociologia, Religião, Belas Artes, Economia, Ciências Naturais e Aplicadas.

É importante definirmos os conceitos de coleção especial e obras raras por que esses termos serão tratados constantemente em nossa pesquisa, porém não aprofundaremos nessa questão haja vista a constante e complexa discussão sobre o caráter do livro raro, precioso e aquele considerado único. Discussão que teve seu início provavelmente na obra de Paul S. Dunkin de 1951 intitulada *How to catalog a rare book*, e até hoje há divergências entre autores, instituições, bibliófilos, curadores de acervos e proprietários de itens avulsos sobre a determinação de raridade e se o livro raro deve ser um item de biblioteca ou de museu (PINHEIRO,2009).

Segundo Pinheiro a resposta para o que viria a ser um livro raro é difícil por causa de dois precedentes:

1. é impossível pré-determinar as características de um livro raro, porque cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas; e
2. é difícil discernir sobre características postas em evidência, quando se tenta provar a raridade de um livro – os argumentos são frágeis, baseados no “inquestionável” pressuposto da antiguidade (PINHEIRO, 2009, p. 31).

²⁵ Relatórios anuais escritos pelos professores da FDR.

Sendo assim, os critérios norteadores sugeridos que podem ser utilizados ou adaptados à realidade de cada instituição pela chefe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Ana Virgínia Pinheiro são: limite histórico; aspectos bibliológicos; valor cultural; pesquisa bibliográfica; características do exemplar (PINHEIRO, 1989).

A Biblioteca da FDR adotou critérios próprios para identificar os itens do acervo e atribuir-lhes *status* de valiosos e/ou raros. Publicado em 2012 em forma de livro estes critérios estabelecem: a cronologia, elementos bibliológicos, elementos extrínsecos ao exemplar, valor cultural e pesquisa bibliográfica, além dos critérios gerais que foram:

Desenvolvidos, adaptados e adotados pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife na identificação de material bibliográfico, iconográfico e também objetos diversos depositados na Biblioteca e dependências da Faculdade que retratam a memória histórico-documental do Curso Jurídico, desde a sua criação (VILELA; RODRIGUES; CARVALHO; VIDAL, 2012, p. 49).

Um conjunto de livros raros constitui uma coleção especial, porém nem toda coleção especial é constituída por livros raros. Uma coleção especial trata-se de formas de registro, segmentadas em coleções distintas, conforme sua materialidade. O conjunto dessas diferentes coleções especiais constitui um acervo especial (ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES, 2003 apud PINHEIRO, 2019, p. 3).

Das obras raras e de grande valor histórico encontradas na CESP, destacam-se alguns volumes da Congregação de São Felipe Neri²⁶, que são Obras de Direito Canônico, Civil, Romano e também de Teologia, datadas de 1571 a 1750; a Prosopopéia de Bento Teixeira²⁷, preciosidade de 1601; a Oração Apodixica aos Scismáticos da Pátria²⁸, de Diogo

²⁶ A criação dos Cursos Jurídicos de Olinda e de São Paulo, pela Lei de 11 de agosto de 1827, constitui importante capítulo da história cultural e política do Brasil Império. Em Olinda, quando as aulas se iniciaram em 1828, não havia biblioteca pública ou livraria. Registrada a falta, começaram as tratativas para a formação de Biblioteca, que foi instituída em 07 de dezembro de 1830. Naquele mesmo ano, em 9 de dezembro, foi extinta a Congregação do Oratório de São Felipe Néri, seus bens nacionalizados e a Livraria encaminhada ao Curso Jurídico. Na Biblioteca de Direito, durante o período (1835-1870), os volumes que pertenceram à antiga Livraria dos Nérios foram descritos como velhos alfarrábios religiosos. VERRI, G. M. W.; RODRIGUES, L. S. S. A memória dos livros dos nérios em pernambuco. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103113>. Acesso em: 21 ago. 2020.

²⁷ Enquanto esteve na prisão em Lisboa, Bento Teixeira (1561 -1618) redigiu o longo poema épico, Prosopopeia, publicado em 1601, que abriu as portas do barroco brasileiro. Seguindo a estrutura camoniana, o autor apresenta o poema em oitavas-heróicas, com 94 estrofes, que exalta as glórias dos Albuquerque, sobretudo do seu protetor Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro Donatário da Capitania de Pernambuco, onde prosperava a cultura da cana-de-açúcar. Bento Teixeira conta a viagem de Jorge, o futuro donatário de Pernambuco, quando retornou a Lisboa, em 1565 e os problemas enfrentados pelo navio em que viajava, quando foi atacado pelos corsários franceses e pelas fortes tempestades que enfrentou, levando a navegação à deriva, da falta de alimentos e de água a bordo e por fim, do socorro recebido e da chegada a Cascais. (MONTEIRO, 1961, pg. 55-58).

²⁸ O livro está citado na Bibliographia Brasiliiana de Rubens Borba de Moraes, v. 1, p. 194, 2010. "Esta Oração constitui um apelo a todos os portugueses para que apoiem D. João IV. É a primeira obra publicada por um brasileiro". Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7441>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Gomes Carneiro de 1641; O Valoroso Lucideno e Triunpho da Liberdade²⁹, de Manoel Calado de 1648; Correio Braziliense³⁰, de Hipólito José da Costa Pereira, de 1808 (Figuras 9 e 10), além de vários documentos históricos como por exemplo o livro de presença assinado pelo Imperador D. Pedro II quando visitou a FDR em 26 de dezembro de 1859 (Figura 11) e o Inventário da Biblioteca do Curso Jurídico de Olinda assinado pelo bispo D. Thomas de Noronha (Figura 12).

Figura 9 - Capa do Correio Braziliense de Hippolito José C. Pereira de 1808

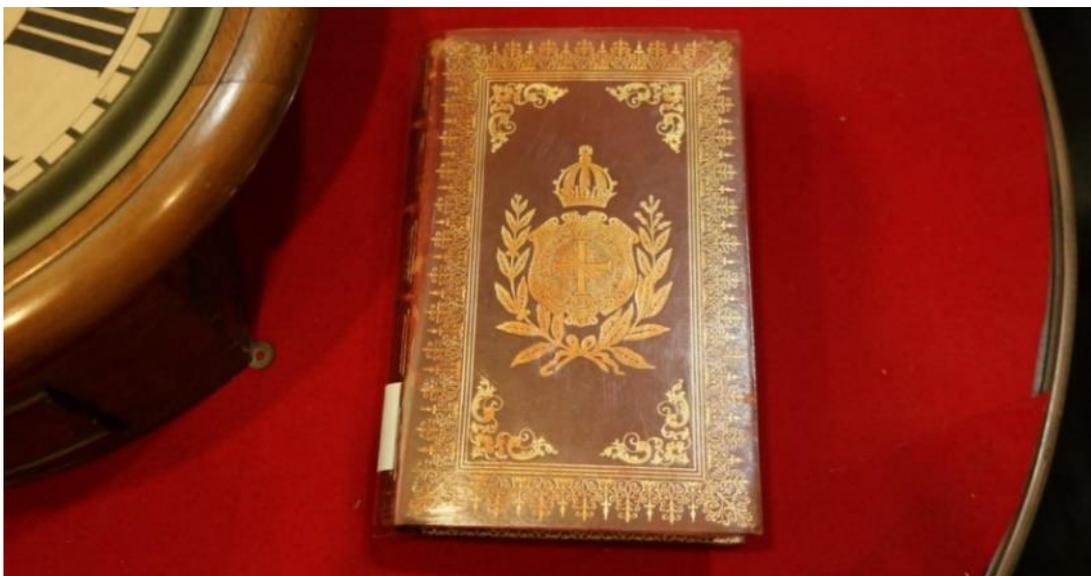
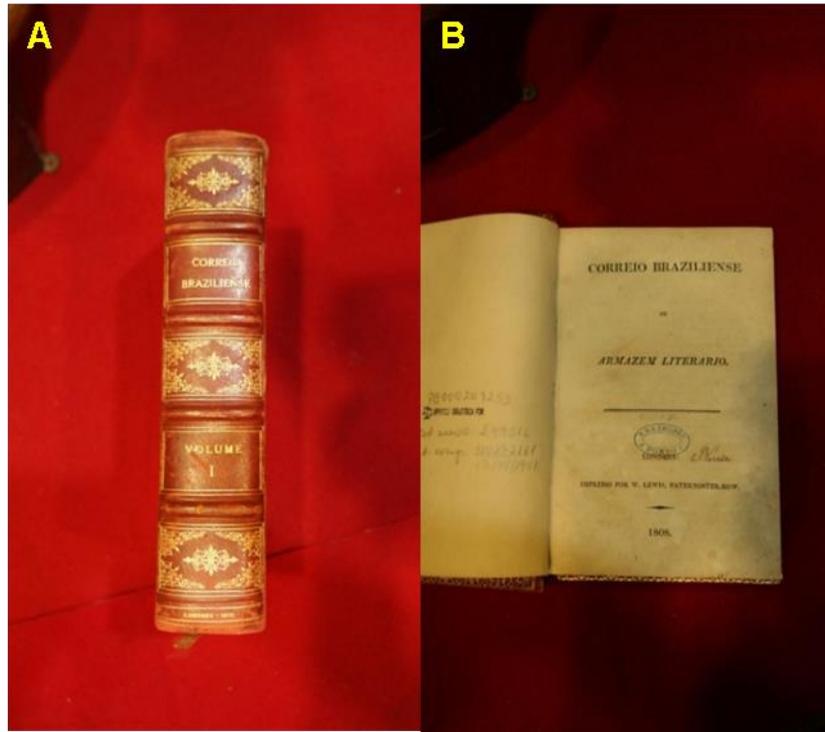


Foto: Wagner Carvalho, 2020

²⁹ Narrativa escrita entre 1645 e 1646, e publicada em 1648, pelo religioso português Manoel Calado do Salvador (1584 - 1654), ainda durante o período de dominação holandesa em Pernambuco (1630 - 1654) (BRITO, 2012).

³⁰ Considerado por alguns estudiosos como primeiro jornal brasileiro, o Correio Braziliense ou Armazem Litterario foi publicado em Londres durante 14 anos (junho de 1808 a dezembro de 1822), num total de 175 números, chegando ao Brasil, pelos tempos de viagem marítima da época, entre 45 a 90 dias depois. O redator do Correio, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774 - 1823), nascido na Colônia de Sacramento pertencente então a Portugal, empreendeu a tarefa de coletar materiais e redigir durante todo o tempo uma publicação que lembra pouco um jornal de nossos dias. Cada número se compunha de um volume, mensal, apresentando em média entre 72 e 140 páginas, embora alguns tenham ultrapassado 200. Era dividido em quatro seções gerais: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciência e, ainda, Miscelânea (que se subdividia em Correspondência e Reflexões). A circulação do Correio era formalmente proibida e perseguida no Brasil e em Portugal, o que não impediu que circulasse, inclusive entre as autoridades. Sua importância e a originalidade, residia em ser um jornal de opinião explícita, que praticava o debate público, defensor das modernas liberdades, em contraponto às tradicionais gazetas de Antigo Regime. Para os pesquisadores atuais trata-se de um enorme e precioso manancial de fontes documentais. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1303>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Figura 10 - (A, B). A(Lombada Correio Braziliense); B(Folha de rosto Correio Braziliense)



Fotos: Wagner Carvalho, 2020

Figura 11 - (A, B). A(Capa do livro de presença da FDR); B(Folha de livro de presença da FDR com assinatura do Imperador D. Pedro II (em destaque) quando de sua visita a FDR em 26 de dezembro de 1859)



Fotos: Wagner Carvalho

Figura 12 - Folha do Inventário da Biblioteca do Curso Jurídico de Olinda assinada pelo bispo D. Thomas de Noronha (em destaque)

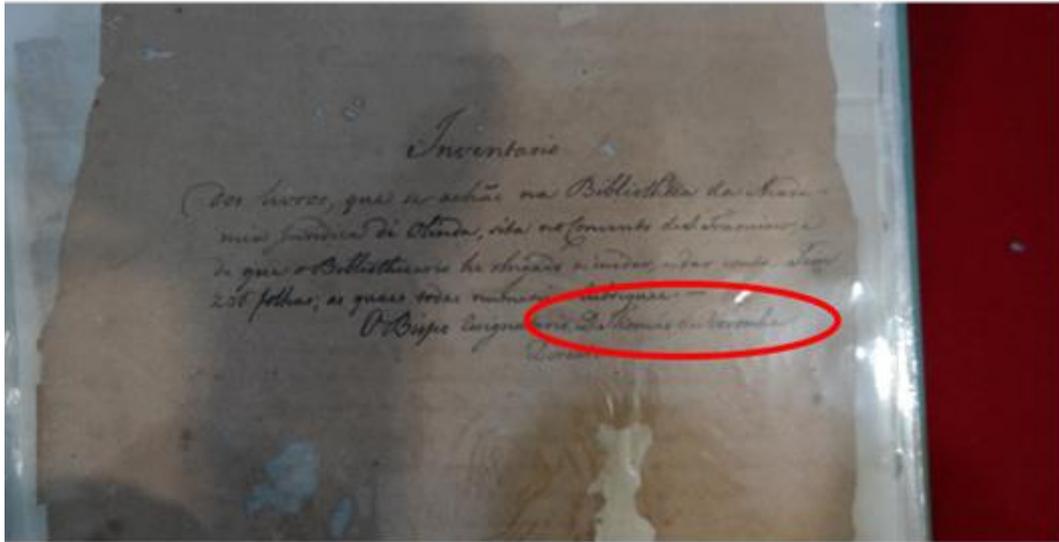


Foto: Wagner Carvalho

Vale salientar que vários livros encontrados na CESP datados a partir do Século XVI têm como características construtivas o papel-trapo no qual era usado como matéria prima trapos brancos de tecidos, principalmente os feitos de linho e cânhamo utilizados por vários séculos para a produção do papel no Ocidente (FRITOLI; KRÜGER; CARVALHO, 2016).

Quanto à encadernação era artigo de luxo sendo comum a partir do Século XVI a utilização de detalhes dourados, decoração com placas de metal, cobertos de veludo, chamalote e de couro trabalhado. Os editores ou tipógrafos vendiam os livros aos livreiros em folhas sem dobrar que por sua vez revendia aos bibliófilos que mandavam encadernar por sua conta e gosto

A Coleção Especial - Obras Raras da Biblioteca da FDR, portanto, é o acervo que acompanha o curso de Direito desde 1830, quando da sua criação. Hoje, está instalada no terceiro pavimento, na fachada sudoeste da edificação, numa ampla sala com área total de 200,19m² dos quais 27,99m² são de salas climatizadas com controle e monitoramento de temperatura, umidade e luminosidade. A Biblioteca conta com mobiliário de ferro (BORGES, 2017). As estantes que abrigam os exemplares servem como estrutura de sustentação para os dois mezaninos que acomodam as obras raras, além do andar térreo. A empresa responsável pela fabricação desse mobiliário foi a Maple & Co Ltda, fundada em Londres no ano de 1841 (BORGES, 2017, p. 88).

Os dois mezaninos citados acima não são do projeto original da construção do prédio da Faculdade de Direito, foram instalados nos anos 80 muito tempo após uma reforma solicitada pelo bibliotecário Edson Nery da Fonseca.

Em sua obra intitulada: *Vão-se os dias e eu fico: memórias e evocações*, de 2009, especificamente no capítulo: “Por que fui trabalhar na Universidade do Recife³¹” Edson Nery conta que “ao assumir a Reitoria da recém criada Universidade do Recife o catedrático de Direito Comercial Joaquim Amazonas procurou modernizar as Bibliotecas Universitárias iniciando pela mais antiga: a da Faculdade de Direito do Recife” (FONSECA, 2009, p. 59).

Em viagem ao Rio de Janeiro, Joaquim Amazonas procurou Lydia de Queiroz Sambaqui³² que indicou o nome de Edson Nery e posteriormente apreciou e aprovou seu projeto integralmente para a modernização e ampliação da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FONSECA, 2009).

A Figura 13, a seguir, mostra o prédio da primeira Reitoria da Universidade do Recife na Rua do Hospício, 619. Hoje abriga o Arquivo e Hemeroteca do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ – UFPE), Anexo II da Faculdade de Direito do Recife.

³¹ A principal referência temporal de criação da Universidade Federal de Pernambuco é o 11 de agosto de 1946, data de fundação da Universidade do Recife (UR). Criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, a UR reunia um conjunto de escolas de nível superior existentes em Pernambuco:

- Faculdade de Direito do Recife (fundada em 1827)
- Escola de Engenharia de Pernambuco (1895)
- Escola de Farmácia (1903)
- Escola de Odontologia (1913)
- Faculdade de Medicina do Recife (1915)
- Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932)
- Faculdade de Filosofia do Recife (1940)

Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/historia>. Acesso em: 12 jan. 2021

³² Lydia de Queiroz Sambaqui é um ícone da Biblioteconomia brasileira, nasceu em Belém (PA) no ano de 1913, graduou-se em Biblioteconomia pelo curso superior da Biblioteca Nacional em 1938 e, em 1942 pelo curso da Columbia University. Durante sua carreira exerceu os cargos de: chefe do serviço de intercâmbio de catalogação da FGV de 1937 a 1953, foi bibliotecária do Ministério da Educação e Saúde entre os anos de 1941 a 1943, foi professora de Catalogação e Classificação nos cursos da Biblioteca Nacional (BN) entre os anos de 1945 a 1954, foi presidente do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) hoje conhecido como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) durante onze anos (1954-1965) e vice-presidente eleita da Federação Internacional de Documentação entre 1959 e 1962 sendo logo em seguida destacada como membro honorário desta mesma instituição. Disponível em: <http://50.ppgci.ibict.br/mulher/lydia-de-queiroz-sambaqui/>. Acesso em 12 jan. 2021.

Figura 13 - Bloco A do Anexo II da Faculdade de Direito do Recife



Fonte: Arquivo - UFPE

O principal articulador da Universidade do Recife - e seu primeiro reitor - o professor Joaquim Amazonas (na Figura 14, a seguir, de terno branco), um dos fundadores da Regional Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil, conhecia em detalhes o perfil de seus pares na Universidade e procurou, através dos concursos e das cátedras, incentivar o interesse pela vida acadêmica e pela incipiente produção científica.

Figura 14 - Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas (agosto de 1946 a agosto de 1959)



Fonte: Arquivo - UFPE

Em 1948, ano que assume a Direção da Biblioteca da Faculdade de Direito e inicia sua reforma, Edson Nery destaca que:

[...] a biblioteca estava em evidente decadência, tanto em matéria de conservação como de atualização, processamento técnicos e utilização do acervo. Não havia mais espaço para as novas aquisições e, por isso, as coleções de revistas nacionais e estrangeiras estavam desatualizadas (FONSECA, 2009, p. 60-61).

E aproveitando o pé direito bastante alto “o espaço foi consideravelmente aumentado com novas galerias de ferro e a construção de duas marquises nas torres laterais da parte posterior do edifício” (FONSECA, 2009, p. 61). As referidas marquises são projetos anteriores aos dois mezaninos de chapa de aço, mencionados anteriormente, que ampliou a Biblioteca em dois andares além do térreo.

A Figura 15, a seguir, apresenta um dos espaços criados com o projeto de ampliação da Biblioteca.

Figura 15 - Segundo mezanino da Biblioteca da FDR desocupado em razão da reforma no teto



Foto: Erinaldo Vilaça, 2020

A reestruturação e organização implementada na Biblioteca foram bastante significativas e mereceram reconhecimento e elogios da bibliotecária assistente da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos Lucille Marsch quando da sua visita em 1950 em seu relatório escreveu que a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife era “the only important research library in Brazil” (FONSECA, 2009).

O professor Luis Delgado, catedrático em Direito Administrativo, em sua coluna diária no Jornal do Commercio de Recife do dia 23 de agosto de 1950 também fez elogio à Biblioteca da FDR (FONSECA, 2009) escrevendo: “o que se vê na biblioteca de nossa Faculdade de Direito, presentemente, não é uma reorganização burocrática: é, visivelmente, um esforço de fazer daquele patrimônio cultural um instrumento de ação e cultura” (DELGADO, 1950, [np] *apud* FONSECA, 2009, p. 62). Na revista carioca O Cruzeiro, Gilberto Freire³³ em sua crônica com o título: Ressureição de uma Biblioteca, também menciona de forma laudativa (FONSECA, 2009) a Biblioteca da FDR após a reforma:

Dá gosto ao visitante que chega hoje à Faculdade de Direito do Recife entrar em sua biblioteca. Os livros parecem chegar às mãos do estudioso com uma alegria de livros que nasceram para ser lidos e não para ser guardados em estantes sepulcrais. O ambiente é de paz estudiosa e não de paz burocrática: a paz das repartições melancolicamente sonolentas. E repartições melancolicamente sonolentas são hoje várias das nossas bibliotecas públicas, oficiais e acadêmicas (FREIRE, 1952, [np] *apud* FONSECA, 2009, p. 62).

Hoje, o corpo de servidores que atua na Biblioteca da FDR é constituído por 6 assistentes administrativos, 8 bibliotecários, entre eles a coordenadora Karine Villela, 2 técnicos em restauro, além de 4 estagiários. Entre as atividades realizadas, estão a desinfecção, catalogação, higienização, acondicionamento e restauro de livros e periódicos.

³³ Sociólogo, antropólogo e escritor, Gilberto de Mello Freyre nasceu no Recife, Pernambuco, no dia 15 de março de 1900, na antiga Estrada dos Afritos (atual Avenida Rosa e Silva), filho do professor e juiz de direito Alfredo Freyre e de Francisca de Mello Freyre.

Estudou o primário e o secundário no Colégio Americano Gilreath, no Recife (1908-1917), onde participou ativamente da sua sociedade literária, sendo redator-chefe do jornal O Lábaro, editado por aquela instituição de ensino.

Gilberto Freyre em 1918, viajou para os Estados Unidos, onde fez seus estudos universitários: bacharelado em Artes Liberais, com especialização em Ciências Políticas e Sociais, na Universidade de Baylor e mestrado e doutorado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, na Universidade de Columbia, onde defendeu a tese Vida Social no Brasil em meados do século XIX.

Considerado um pioneiro da Sociologia no Brasil, foi um dos idealizadores do I Congresso Brasileiro de Regionalismo, do qual resultou a publicação Manifesto regionalista de 1926, contrário à Semana de Arte Moderna de 1922 e valorizando o regionalismo nordestino em confronto com as manifestações da "cultura europeia".

De 1927 a 1930, foi chefe de gabinete do então governador de Pernambuco, Estácio Coimbra.

Em 1933, publicou seu livro mais conhecido Casa-grande & senzala, que iria depois ser publicado em vários países como Argentina (1942); Estados Unidos (1946); França (1952); Portugal (1957); Alemanha e Itália (1965); Venezuela (1977); Hungria e Polônia (1985), entre outros.

Foi eleito deputado federal constituinte, em 1946. Quando deputado, foi autor do projeto que criou o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, hoje Fundação Joaquim Nabuco.

Além de escritor, foi também pintor e jornalista. Dirigiu os jornais recifenses A Província e o Diário de Pernambuco. Colaborou com a revista O Cruzeiro (Rio de Janeiro) e vários periódicos estrangeiros.

Foi membro do Conselho Federal de Cultura desde a sua criação, diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais e presidente do conselho-diretor da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=272. Acesso em: 12 jan. 2021.

Em 2004, com a aquisição de um *scanner* planetário, foi viabilizada a reprodução digital de documentos e, por conseguinte, a melhor conservação do suporte (VILLELA; RODRIGUES; SIEBRA, 2015). Em face a escassez de recursos pelos quais passam as Instituições Federais de Ensino Superior, a FDR por meio de projetos institucionais devidamente planejados, busca estratégias para a preservação de seu acervo e a adequação dos serviços às inovações tecnológicas.

CAPÍTULO 3

O GERENCIAMENTO DE RISCOS: CONTRIBUIÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

3. O Gerenciamento de Riscos: Contribuição para a Preservação do Patrimônio Cultural

3.1. RISCO: Conceito

Na maior parte das atividades de nosso cotidiano, realizamos análises de risco, mesmo sem ter a consciência disso. Todas as nossas decisões envolvem uma análise dos riscos.

Para tratarmos dos fundamentos da análise de risco, é importante que antes alguns conceitos sejam destacados, para depois entendermos a importância desse tipo de análise em qualquer ramo de atividade, em nosso caso, sempre focaremos para as questões que envolverão riscos relacionados ao patrimônio cultural, especificamente os acervos bibliográficos e arquivísticos.

Em sua origem etimológica a palavra risco deriva do latim *resecum*, “o que corta”, está ligada aos perigos marítimos como um arrecife oculto no oceano que pode fender o casco de uma embarcação (GAMBA; SANTOS, 2006). Do Francês *risque* que significa perigo, inconveniente, mais ou menos previsível, do Italiano *risco* ou *rischio* que exprimem em direito marítimo o perigo ligado a um empreendimento e na tradição militar a sorte ou má sorte de um soldado (HOUAISS, 2001, p. 2462). De uma vertente grega bizantina *rizikon* que significava o soldo obtido por um mercenário e derivado do árabe *rizq* significando “ração diária” (ORIGEM DA PALAVRA, 2021, p. 1).

O conceito de risco foi definido em 1654 por Blaise Pascal como sendo ‘A probabilidade da ocorrência de um evento desfavorável’ (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, 2019, p. 12).

Para risco encontramos no dicionário da Língua Portuguesa Houaiss a seguinte definição: A probabilidade de insucesso, de malogro de determinada coisa, em função de acontecimento, eventual, incerto, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados (HOUAISS, 2001, p. 2462).

E segundo Brasiliano (2003) o risco pode ser definido como a condição que aumenta ou diminui o potencial de perdas, ou seja, a condição de segurança ou insegurança é que há maior ou menor chance do perigo concretizar. Dessa forma o risco é uma possibilidade, quer dizer que o acontecimento tem que ser possível de realizar-se. E para Bosa risco:

...é um atributo presente em qualquer tipo de atividade da sociedade humana, laboral ou não, e que a concretização do risco com as suas consequências dependerá das condições ambientais nas quais ele existe e também do processo de conscientização das pessoas envolvidas na referida atividade, fatores esses que podem reduzir as probabilidades de efetivação do risco existente (BOSA, 2019, p. 4).

Quando falamos de risco, estamos tratando de um fenômeno que pode ocorrer em qualquer tipo de atividade que estejamos desenvolvendo, assim, podemos dizer que o risco faz parte de qualquer decisão que tomemos em nossas vidas, nos mais diversos aspectos, como o pessoal e o profissional. Portanto, quando decidimos por algo, temos de ter em mente que o risco está presente nessa decisão e em qualquer outra em nossas vidas, e isso também pode ser estendido para as questões que envolvem tomadas de decisões a grandes empreendimentos, como por exemplo, uma obra de restauro em um prédio histórico tombado. O risco é um fato aleatório, possível, incerto, futuro e que tende a causar perdas ou danos quando se materializa (BOSA, 2020).

No entanto, dependendo do tipo de atividade que esteja em questão, o risco pode ser considerado variável, pois existem atividades de alto risco, outras de médio risco e outras de baixo risco, mas é importante salientar que todas atividades envolvem riscos.

Podemos definir que o risco é um atributo presente em qualquer tipo de atividade da sociedade humana, laboral ou não, e que a concretização com as suas “consequências dependerá das condições ambientais nas quais ele existe e também do processo de conscientização das pessoas envolvidas na referida atividade” (BOSA, 2020, p. 3), fatores esses que podem reduzir as probabilidades de efetivação do risco existente. Quando falamos de risco, tratamos de um fato que tem possibilidade de ocorrer.

Quanto à ocorrência do risco, o que podemos dizer é que, se ele não tem a certeza de ocorrência, mas está presente, devemos considerar que os riscos tem incerteza de se concretizarem em qualquer situação. Portanto, se há certeza absoluta de que o risco vai se concretizar não estamos falando de risco, pois o risco é algo que tem ocorrência de efetivação incerta. O risco deve ocorrer de forma acidental, não pode ser provocado e, caso ocorra, da forma como deve ser, as suas consequências devem ser mitigadas da melhor forma possível, visando ao menor número de sequelas (BOSA, 2020, p. 4).

Os riscos podem ser classificados em voluntários e involuntários. Os voluntários são aqueles relacionados com as atividades sobre as quais temos total consciência de que sua realização envolve. Os involuntários são aqueles relacionados a ocorrências que não dependem de decisões que tenhamos tomado, eles simplesmente estão presentes, podem estar relacionados a fatores da natureza e a fatores ligados à atividades humanas.

De um modo geral, um risco não é um item isolado de um processo. É uma probabilidade de falha que decorre desde um projeto inadequado a uma execução falha. Quando não se avaliam todas as circunstâncias do entorno do local onde serão executadas as atividades, pode-se estar deixando de lado a oportunidade de salvaguardar acervos e vidas. O risco é um fato aleatório, possível, incerto futuro e que tende a causar perdas ou danos

quando se materializa. Independente da atividade realizada, quando pensamos em riscos, sempre devemos ter como postura única em qualquer ramo de atividade a prevenção ou mesmo a eliminação dos riscos.

Vale lembrar que perigo é considerado algo que existe em determinada situação ou ambiente. É importante entender que existem níveis de tolerância quanto à ocorrência dos riscos, o ideal seria a situação em que se tivesse níveis de tolerância zero, ou seja, sem a ocorrência de riscos no processo. Por muitas vezes não há como eliminar 100% dos riscos nos ambientes. Portanto devemos investir de forma organizada e profissional na mitigação deles, a fim de proteger de forma efetiva os bens materiais e a vida das pessoas envolvidas em qualquer que seja o processo (BOSA, 2020).

Os riscos podem ser tolerados, transferidos, tratados ou eliminados (BOSA, 2020, p. 6), é importante salientar que tolerar ou transferir o risco não são medidas interessantes, pois essas atitudes podem trazer graves consequências e impactos aos elementos, ambiente e pessoas envolvidas. Esses impactos podem ser avaliados de forma quantitativa ou qualitativa, e essas informações serão utilizadas em processos de mitigação de riscos, diminuindo a probabilidade de efetivação destes. Tudo que possa impedir ou atenuar os impactos do cenário avaliado é muito importante e essencial no julgamento. E dentro desse contexto devemos dar destaque para o papel da salvaguarda.

Segundo a norma técnica australiana e neozelandesa 4360/2004, o risco pode ser definido como “a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetivos” (AS/NZS 4360:2004, p. 4, tradução nossa), ainda considera que o risco é:

Frequentemente especificado em termos de um evento ou circunstância e as consequências que podem decorrer dele [...] podendo ter um impacto positivo ou negativo e [...] ser medido em termos de combinação das consequências de um evento e sua probabilidade (AS/NZS 4360:2004, p. 4, tradução nossa).

No âmbito dos bens patrimoniais a Recomendação sobre os Bens Culturais Móveis da UNESCO de 1978 define Bens Culturais Móveis como: “todo bem amovível que seja a expressão ou testemunho da criação humana ou da evolução da natureza e que tenha um caráter arqueológico, valor histórico, artístico, científico ou técnico” (RECOMENDAÇÃO SOBRE BENS CULTURAIS MÓVEIS DE 1978, p. 2) nela, identificamos a preocupação em prevenir os riscos aos quais estão sujeitos os bens, práticas de suma importância nas políticas de proteção do patrimônio e conceitua prevenção de riscos como um: “conjunto de medidas para salvaguardar os bens culturais móveis contra todos os riscos aos quais possam estar expostos, incluindo riscos decorrentes de conflitos armados, motins e outras desordens públicas no âmbito da proteção global” (RECOMENDAÇÃO SOBRE BENS CULTURAIS MÓVEIS DE 1978, p. 2). Em seus princípios gerais esse documento adverte que os:

6. Bens culturais móveis estão expostos ao risco de deterioração como resultado de mau armazenamento, exposição, transporte e condições ambientais (iluminação, temperatura e umidade desfavoráveis, poluição do ar), condições que, a longo prazo, podem ter um impacto mais sério do que se foi dano acidental ou vandalismo ocasional. Conseqüentemente, esforços devem ser envidados para obter condições ambientais adequadas, afim de garantir a segurança material do referido bem cultural. Os especialistas responsáveis devem incluir nos inventários informações sobre o estado físico dos objetos e recomendações orientando as condições ambientais necessárias.

7. A prevenção de riscos também envolve o desenvolvimento de técnicas de conservação e oficinas de restauração, bem como a instalação de sistema de proteção eficazes em museus e outras instituições onde são mantidos acervos de bens culturais móveis[...] (RECOMENDAÇÃO SOBRE BENS CULTURAIS MÓVEIS 1978, p. 2-3).

E nas medidas recomendadas para a prevenção dos riscos nos museus e instituições semelhantes contidas nessa Recomendação de 1978 temos o estímulo:

ao reforçar a prevenção de riscos por meio de um sistema global de dispositivo e medidas práticas de segurança; e assegurar a todos os bens culturais móveis condições de armazenamento, exposição e transporte que os protejam contra todas as formas de deterioração e destruição, especialmente calor, luz, umidade, poluição e contra diversos agentes químicos e biológicos, vibrações e choques (RECOMENDAÇÃO SOBRE BENS CULTURAIS MÓVEIS 1978, p. 3).

Na década de 1990 *A Carta del Rischio del Patrimonio Culturale* a partir de experiências vividas com terremotos, especificamente nas cidades de Friuli (1976) e Irpina (1980), eventos que a probabilidade de ocorrência são classificados como riscos emergenciais e catastróficos por Pedersoli (2010), este documento foi elaborado pelo *Istituto Centrale per il Restauro (ICR)* e o *Ministero per i Beni e le Attività Culturali em Roma*, nele, não encontramos explicitamente a conceituação de riscos, porém há uma classificação dos riscos e medidas preventivas e detecção de deterioração de monumentos e obras de arte, modelo de gestão adotado pelo então diretor do ICR Giovanni Urbani em que atendia à evolução das tecnologias da época podia assentar em sistemas de informação geográfica em que a fusão de todos os níveis de conhecimento devidamente estruturados, identificava prioritariamente o risco do patrimônio e o respectivo grau de urgência, ou seja, trata de um “Sistema de Informação Territorial voltado para fornecer aos responsáveis pela proteção do território e à Administração Central ferramentas para apoio às atividades científicas e administrativas” (CARTA DEL RISCHIO DEL PATRIMONIO CULTURALE – ROMA, 1990, p. 1, tradução nossa) para a detecção de deterioração de monumentos e avaliação pontual do estado de conservação de áreas arqueológicas, monumentos e obras de arte. Este documento ainda classifica os riscos em estáticos, relacionados à fenômenos sísmicos, deslizamentos,

inundações, avalanches e vulcânicos; risco ar-ambiente, relativo à poluição e clima e o risco antrópico onde as ameaças ao patrimônio decorre das ações humanas.

Na mesma linha de pensamento no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural a Carta de Cracóvia – Polônia – de 26 de outubro de 2000 não conceitua risco, porém reconhece que a gestão das cidades históricas e do patrimônio cultural precisa “identificar os riscos, antecipar os sistemas de prevenção e criar planos de atuação de emergência” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, p. 4). A Carta de Brasília de 25 de julho de 2010 enfatiza a responsabilidade e participação de todas as instâncias na gestão, valorização e preservação do patrimônio e a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros chamada de Carta de Juiz de Fora de outubro do mesmo ano não cita os riscos, mas os fatores de degradação entre os quais [...] “a poluição atmosférica e sonora, os inconvenientes de trânsito, a construção das áreas livres [...] roubo, vandalismo e ataques ambientais ” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 6-7).

No Método ABC, uma abordagem de gestão de risco para a preservação do patrimônio cultural, publicado pelo *Canadian Conservation Institute* em parceria com o ICCROM, estão mencionadas algumas definições de risco:

Na linguagem cotidiana, risco é "a possibilidade de perda". (Dicionário online Merriam-Webster) A ISO recentemente definiu risco como "o efeito da incerteza sobre os objetivos". (ISO 31000: 2009 / ISO 73: 2009) A *Society for Risk Analysis* nos EUA abandonou as tentativas de uma definição universal curta e adotou seis variações que atendem a diferentes setores. Sua primeira definição, entretanto, afirma que “Risco é a possibilidade de uma ocorrência infeliz” (Society for Risk Analysis, 2015a) Para o método ABC, definimos risco como "a possibilidade de uma perda de valor para o ativo patrimonial" (CCI; ICCROM, 2016, p. 17, tradução nossa³⁴).

Ainda segundo o Método ABC para os ativos patrimoniais:

...o risco é definido como a perda fracionária esperada de valor para o ativo patrimonial por unidade de tempo, por exemplo, % de perda de valor por século. No método ABC, o risco é expresso em uma escala logarítmica de 15 pontos (análoga à escala de magnitude para terremotos) e as medições nesta escala são chamadas de magnitude do risco, abreviada MR (ABC METHOD, 2016, p. 17 tradução nossa).

³⁴ In everyday language, risk is “the possibility of loss.” (Merriam-Webster online dictionary) The ISO recently defined risk as “the effect of uncertainty on objectives.” (ISO 31000:2009 / ISO 73:2009) The Society for Risk Analysis in the USA has abandoned attempts at a universal short definition and adopted six variations that serve different industries. Its first definition, however, states that “Risk is the possibility of an unfortunate occurrence.” (Society for Risk Analysis, 2015a) For the ABC method, we define risk as “the possibility of a loss of value to the heritage asset.”

O conceito de risco que consideramos apropriado e que irá direcionar essa pesquisa será o risco sobre o patrimônio cultural tangível abordados pelas instâncias que estudam e orientam a preservação desses bens que podem perder uma fração ou totalidade de seu valor caso se efetive a ocorrência desses riscos, a mitigação desses eventos é tratada pelo gerenciamento de riscos, ferramenta que utilizará critérios e métodos para auxiliar na tomada de decisões para a preservação do patrimônio cultural.

Tanto a valorização quanto a significância dos bens patrimoniais serão temas abordados quando da análise mais adiante do método ABC citado anteriormente, pois “compreender e articular os valores percebidos em ou atribuídos a um determinado objeto ou acervo por diferentes partes interessadas é, portanto, essencial para otimizar nossas escolhas e ações em relação a esse bem patrimonial” (PEDERSOLI, 2012, p.168).

Antes de entrarmos no tema gerenciamento de riscos propriamente, é importante fazermos um breve histórico da conservação preventiva pois se tratam de práticas e intenções de preservação de bens históricos e culturais anteriores à noção de gerenciamento de riscos, e que são consideradas precursoras da gestão de riscos.

3.2 CONSERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: Breve Histórico e Aspectos Relevantes

Todo artefato, seja ele em museu, biblioteca ou arquivo, natural ou sintético com o passar do tempo está sujeito ao envelhecimento ou degradação que seria o processo natural resultante de reações que ocorrem na estrutura desses objetos na busca de um equilíbrio físico-químico com o ambiente.

Segundo Froner (1995, p. 295) toda degradação é irreversível pois a obra não voltará ao estado original [...] mesmo que possua todas as propriedades físicas e químicas para durar séculos. Esse estado original é considerado por Granato (2003, p. 10) uma alegoria já que não é possível retornar a um momento do passado e nem mesmo recriar esse momento.

Contudo, podemos buscar meios que estacione ou controle a influência dos agentes causadores da degradação dos bens culturais classificados como:

1. Agentes internos, que provém da matéria-prima e dos métodos de confecção;
2. Agentes externos, que ocorrem a partir do uso e dependem do meio ambiente, da guarda, do manuseio, dos materiais constitutivos e das intervenções (FRONER, 1995, p. 295).

Os agentes internos também chamados de intrínsecos como dito anteriormente estão relacionados à fabricação do próprio objeto. Considerando que o objeto de nossa pesquisa se

trata de um acervo bibliográfico, ou seja, suporte papel “constituído de material orgânico, extremamente sensível, finito, passível não apenas de degradação, mas de desaparecimento” (SÁ, 2012, p. 2), devemos levar em consideração a composição do papel como, o tipo de fibra, tipo de encolagem, resíduos químicos não eliminados, partículas metálicas, ou seja, todos os componentes utilizados na confecção do papel, elementos que, em um ambiente sem controle ou estabilização interferem diretamente na principal causa de sua deterioração que corresponde à destruição das moléculas de celulose apresentando como consequência a perda da flexibilidade, o ressecamento, o amarelecimento e o surgimento de manchas e pontos escuros, fenômeno conhecido como acidificação.

Os agentes externos ou extrínsecos são considerados aqueles que podem agir em conjunto ou de forma isolada como forças físicas, furto, vandalismo, pessoas distraídas, incêndio, água, pragas, temperatura e umidade relativa incorretas, contaminantes, radiação e dissociação.

Temperatura e umidade elevadas são comuns em clima tropical, realidade em que nos encontramos. A umidade constitui o vapor de água presente no ar atmosférico sendo o resultado dos fenômenos de evaporação e condensação combinados intrinsecamente relacionados à temperatura ambiental. O caráter higroscópico, independente do seu tipo de fibra, é uma característica comum ao suporte papel absorvendo água de acordo com a taxa de umidade existente no local em que está sendo acondicionado ocasionando sua dilatação e ao perder a umidade sua contração, essa oscilação de umidade e o movimento brusco de contração e dilatação causa o enfraquecimento do papel devido a rupturas em sua estrutura, além disso, a variação de umidade e temperatura proporcionam a proliferação de insetos, fungos e bactérias classificados como agentes biológicos.

A luz natural (solar) e artificiais estão relacionadas ao processo de envelhecimento precoce ou acelerado da celulose classificado como fotodegradação, o que depende de vários fatores associados como faixa de radiação, intensidade da radiação incidente, tempo de exposição e a natureza química do papel.

Os contaminantes estão entre os fatores que além de modificar a estética do acervo promovem sua destruição, entre eles podemos citar a poeira contendo partículas de substâncias químicas cristalinas e amorfas, como terra, areia, fuligem e substâncias provenientes da queima de combustíveis fósseis dos automóveis e indústrias dos centros urbanos.

Água e fogo podem causar danos irreparáveis aos acervos e estão relacionados à desastres naturais como enchentes, descargas atmosféricas etc, comumente classificados como fenômenos periódicos ou raros, e a falta de manutenção predial como o reparo de

telhados e calhas, tubulação de água e drenagem, circuitos elétricos e instalação de equipamentos fora de padrão exigido por normas técnicas.

As ações antrópicas como a introdução de alimentos em áreas de acervos é uma das principais causas do surgimento de roedores e insetos, sendo os mais comuns as traças, baratas, anóbios e cupins. Outros animais bastante presentes em edificações são os pombos e morcegos que danificam os materiais através de seus excrementos, os ratos são os mais nocivos por que atacam diretamente o material orgânico e transmitem doenças para os seres humanos. Além disso, maus tratos e atitudes levam danos irreversíveis aos suportes em papel como riscar, dobrar, escrever, marcar, colocar cliques, grampos metálicos, cola, fitas etc. A falta de qualificação para lidar com o manuseio, transporte, exposição e armazenagem de acervos bibliográficos também estão entre os fatores que causam sua degradação provenientes da ação humana.

O último fator identificado e incorporado à lista dos elementos responsáveis por danos a acervos é a deficiência na identificação e falta de informação sobre objetos do acervo, obsolescência de equipamentos de armazenagem de dados, afastamento de funcionários com conhecimentos específicos e condições inadequadas de armazenagem acabam causando a perda ou extravio de objetos do acervo, esse processo é classificado como dissociação.

Segundo Granato (2003) as ações desses agentes quando percebidas já podem ter comprometido toda a estrutura dos objetos devido aos efeitos invisíveis e acumulativo por um longo período. Por isso a identificação desses fatores faz parte das ações preventivas de conservação que contribuirá para o controle do ambiente criando formas de guarda do acervo dando-lhes melhores condições de preservação e “o especialista em conservação têm o dever de tomar todas as medidas possíveis para prevenir ou reduzir ao mínimo a deterioração das coleções e evitar situações, sejam ativas ou passivas, que possam ter como consequência a deterioração do objeto” (WARD, 2010, p. 9, tradução nossa³⁵).

Para Froner (1995) a conservação de um objeto seja ele monumento, obra de arte, artefato está intimamente ligada à atuação de várias áreas distintas especializadas e em vários níveis de estudo objetivando o prolongamento da vida útil do bem material. Considerando dois fatores fundamentais para preservação desses patrimônios culturais que são o caráter insubstituível e a vulnerabilidade cultural através dos tempos e desta forma, é preciso que:

³⁵ El deber del especialista em conservación consiste em tomar todas las medidas posibles para prevenir o reducir al mínimo el deterioro de las colecciones y evitar situaciones, ya sean activas o passivas, que pudieran tener como consecuencia la deterioración del objetos.

as pesquisas realizadas por áreas de conhecimento específico, seja a história da arte, história da arquitetura, a arqueologia, a etnologia, a antropologia, toda e qualquer disciplina que resgate as informações contidas nas obras, transformando-as em conceitos e ideias;

a documentação científica, que controla, cataloga e mantém organizadas as informações mínimas necessárias à identificação das obras;

o processo de musealização, que ao mesmo tempo possibilita a extroversão e o gerenciamento dos bens patrimoniais;

a área da conservação e restauro, responsável pela preservação material dos acervos (FRONER, 1995, p. 293).

A conservação envolve tomada de decisões que irão afetar o valor do bem cultural no futuro e essa atitude requer previsão de resultados futuros das decisões atuais (WALLER, 2003, p. 24, tradução livre).³⁶

As atividades que dizem respeito à conservação dos bens culturais estão pautadas em vários documentos patrimoniais relevantes que destacam a importância dessas ações como por exemplo a Carta Italiana de Restauro de 1972 e a Carta de Nairobi de 1976 reafirmadas pelo ICOM em seu Código Deontológico de 2006 e pela Carta de Juiz de Fora (2010, p. 7) quando declara a relevância de “todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda de um bem, e que inclui ainda o uso, planejamento, administração e outras ações”. É através da Conservação Preventiva que iremos dar melhores condições de preservação aos acervos.

Violeta Cheniaux compara a Conservação Preventiva a uma guerra onde a estratégia é conhecer como se comporta os fatores de deterioração aos quais ela nomeia de “inimigo” que deve ser contra-atacado com armas objetivando a redução de forma considerável os danos causados pela destruição de coleções de museus constituídas expressivamente de materiais orgânicos e que o profissional de museu deve ter consciência da importância da “adoção de medidas preventivas, com destaque no controle das agressões ambientais, tornando-se portanto, indispensável no exercício cotidiano da museologia” (CHENIAUX, 1996, p. 120).

Em tempos de pandemia podemos fazer uma pertinente comparação entre as vacinas que objetivam prevenir contra o vírus responsável pela Covid19 e a conservação preventiva que visam controlar os agentes de degradação internos e externos para que não tenhamos danos ou perdas definitivas do patrimônio e com ele informações, história, memória e possibilidades de investigação. Ambas também não tem 100% de eficácia no que se destina cada uma delas. Como prevenir é o melhor remédio, os procedimentos de conservação

³⁶ Conservation involves making decisions that will affect the value of cultural property in the future. This will affect of future results of current decisions.

preventiva devem ter prioridade sobre os de conservação interventiva aos bens culturais, ou seja, “as exigências da conservação do objeto a longo prazo devem ter sempre prioridade sobre as vantagens do uso a curto prazo” (WARD, 2010, p. 9, tradução livre)³⁷

Fazendo mais uma comparação entre a medicina e a conservação preventiva podemos dizer que um objeto ou coleção pode ser um paciente avaliado e tratado por vários profissionais. Ambas são atividades complexas que envolvem profissionais de várias áreas distintas trabalhando e empenhados em um mesmo objetivo.

Para a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais a Conservação Preventiva é definida como:

[...] todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deterioração ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência (ABRACOR, 2010, p. 3).

Para Desvallés e Mairesse (2013, p. 81) de forma resumida a Conservação Preventiva é descrita como “o conjunto de medidas e ações que têm por objetivo evitar e minimizar futuras deterioração ou perdas”.

Sabendo-se que é impossível reconstruir a condição original dos bens que sofreram degradação, a Conservação Preventiva visa retardar o envelhecimento pelo qual passam os objetos prolongando assim a vida útil dos mesmos que para Froner e Souza (2008, p. 4) “necessitam de ações conscientes, realizadas por profissionais qualificados que devem reciclar seus conhecimentos constantemente” buscados em outras disciplinas que oferecerão subsídios para a atuação criteriosa na preservação desses bens.

A Conservação Preventiva é tratada como processo holístico por Gaël de Guichen³⁸ quando afirma que:

³⁷ Las exigências de la conservación del objeto a largo plazo deben tener siempre prioridade sobre las ventajas del uso a corto plazo.

³⁸ Gaël de Guichen é um engenheiro químico francês formado na Escola Politécnica de Lausanne em 1966. Ele foi o primeiro responsável pelo projeto de conservação da caverna pré-histórica de Lascaux, na França. De 1969 até sua aposentadoria em 2001, trabalhou no ICCROM na conservação preventiva, primeiro para profissionais e depois para o público em geral. Desde 1984 ele era Assistente do Diretor-Geral. Ele deu palestras e tem ensinado para aumentar a consciência pública sobre a conservação e proteção do patrimônio cultural em mais de 50 países, incluindo a maioria dos países árabes. Entre outros programas, lançou o concurso de imprensa internacional MEDIA SAVE ART, “The City Beneath the City” desenvolvido em 30 países europeus e contribui ativamente para o programa PREMA de 15 anos na África Subsariana e posteriormente para a criação da Ecole du Patrimoine Africain em Porto-Novo, Benin, para o qual criou o fundo EPA. Em 2012-2014 foi diretor científico do programa de conservação preventiva da caverna pré-histórica de Altamira, Espanha. Desde 2010, ele se concentrou na reorganização de estoques em todo o mundo no contexto do programa Re-org desenvolvido pela ICCROM. Atualmente, ele trabalha como consultor e leciona na Itália e no exterior e é assessor do Diretor-Geral do ICCROM.

A conservação preventiva implica mudar a velha mentalidade de modo que o objeto de ontem se torne a coleção de hoje, a sala em edifício, o indivíduo em equipe, o presente no futuro, os profissionais no público no mais amplo sentido da palavra, o segredo em comunicação, e o como no porquê (GUICHEN, 1999, p. 5-6 *apud* FERNÁNDEZ, 2014, p. 7).

Considerando desta forma a importância da participação e engajamento de todos que fazem a instituição seja ela pública ou privada para a aplicação de forma efetiva de uma política de conservação preventiva e que as ações gerenciais, administrativas e operacionais em torno dos objetos ou coleções estejam intimamente interligadas de forma harmônica, ou seja, requer o interesse e vontade da instituição e de todos os envolvidos, sensibilização e treinamento das partes envolvidas, desde o pessoal terceirizado da limpeza e segurança até os funcionários dos níveis operacionais e administrativos devem estar cientes de suas responsabilidades e da importância da conservação dos bens abrigados pela instituição reafirmando que “a conservação preventiva é uma responsabilidade compartilhada” (CASSAR, 2001, p. 38, tradução livre).

Para Froner e Souza (2008) a Conservação Preventiva envolve as ações realizadas para adequar os ambientes macro, médio e micro às características das coleções abrigadas na instituição. O estudo desses ambientes assemelha-se ao diagrama das seis camadas envoltórias proposto por Stefan Michalski que será explicitado mais adiante.

É certo que com o passar dos anos e o desenvolvimento da conservação preventiva e suas ações começaram a se estender a outras tipologias de patrimônio não menos importantes como: Patrimônio de Ciência e Tecnologia, patrimônio natural, sítios históricos, sítios arqueológicos e paleontológicos, patrimônio industrial, etnográfico, bem como patrimônio imaterial. Segundo Fernández:

Todo este patrimônio deve ser objeto de um plano de conservação individualizado que leve em conta o contexto onde se encontra e integre a problemática de todos seus componentes. Se trata de abrir nossas mentes e enfrentar novos desafios, adaptando ferramentas já desenvolvidas para a conservação de acervos de museus, bibliotecas e arquivos (FERNÁNDEZ, 2014, p. 11, tradução nossa).

A Conservação Preventiva, portanto, deve ser uma ferramenta adaptável às condições da instituição sendo flexível na sua aplicabilidade, orientando de forma particular o desenvolvimento de suas próprias diretrizes e planos de conservação, definindo as suas necessidades de infraestrutura, equipamentos e procedimentos a serem seguidos pelos atores que fazem a instituição. No *Framework for the Preservation of Museum Collections*

Wall Chart, publicação do CCI em 1994, encontramos sistematizada os textos de Stefan Michalski que descreve as ferramentas fundamentais da metodologia da conservação preventiva constituindo a base do que posteriormente se desenvolverá como avaliação de riscos (FERNÁNDEZ, 2014; BOJANOSKI, 2018).

Segundo Bojanoski (2018) não há uma data específica do surgimento da conservação preventiva, porém, duas versões reportam à essas práticas como “a escolha cuidadosa dos materiais e das técnicas empregadas na produção artística e em medidas posteriores para evitar ou retardar a degradação” empregadas pelos gregos (MACARRÓN, 2013, p. 9 *apud* BOJANOSKI, 2018, p. 54). Outra versão destaca a importância das doutrinas de John Ruskin nas quais ele defende sua teoria da não intervenção nos monumentos no livro *The Seven Lamps of Architecture* de 1849 podendo ser considerado o prógono da conservação preventiva. Outros acontecimentos ainda no século XIX demonstram o desenvolvimento no Campo da Conservação e sua importância para a preservação dos bens culturais como a inauguração de um dos primeiros laboratórios de restauro em Berlim no ano de 1848 no Altes Museum, uma palestra de Louis Pasteur na Academia de Belas Artes de Paris em 1864 sobre química e física aplicada à arte e o manifesto anti - restauro escrito por William Morris e John Ruskin em agosto de 1877 (FRONER, 2008).

Os desafios enfrentados hoje pelas instituições que abrigam acervos e a problemática no que diz respeito ao controle dos ambientes nos quais estavam os bens culturais vem sendo estudado desde esse século e tiveram grande importância no desenvolvimento do campo da Conservação Preventiva.

Friedrich Rathgen, autor já citado anteriormente nessa pesquisa, escreve um manual direcionado para curadores de museus chamado *The Preservation of Antiquities. A Handbook of Curators*. Nele as ações de conservação preventiva são reconhecidas quando Rathgen recomenda o uso de vitrines para proteger os objetos tanto de origem orgânica como inorgânica da incidência da luz direta durante a exposição e para evitar que os visitantes os tocassem, e também alertava pelo “uso de arame de ferro para prender etiquetas de papelão aos objetos que poderiam oxidar e causar a degradação dos objetos pelo contato” (FERNÁNDEZ, 2013, p. 30, tradução livre).

A importância da climatização dos ambientes dos museus e instituições semelhantes em prol das coleções foi proposta por uma metodologia científica para a conservação desses bens e ficou conhecida como Nova Conservação Científica. Além de Rathgen, Humphrey Day e C. J. Thomson contribuíram para a introdução das primeiras teorias da conservação com base científica (GRANATO; CAMPOS, 2013).

De acordo com Fernández³⁹(2013), dois fatores estão relacionados à Conservação Preventiva e o controle de clima em residências e edifícios públicos no século XX: Um foi o uso de sistema de aquecimento em que eram utilizados dutos por onde passava água quente que era aquecida por uma caldeira onde utilizava carvão mineral como combustível, e o outro fator foi a utilização de lâmpadas de gás para a iluminação.

A fuligem produzida pelas indústrias, veículos e pelo sistema de aquecimento dos prédios e residências contribuiu para o surgimento de outros problemas de conservação inexistentes anteriormente que exigirão novos estudos e soluções no século XX.

Quando essa poluição aguda se combina às condições climáticas os danos podem ser gerados também para a vida humana, citamos aqui o caso do fenômeno chamado “*smog*”, termo derivado da junção das palavras *smoke* (fumaça) e *fog* (névoa), resultado de uma nuvem toxica associada a um nevoeiro decorrente de uma inversão térmica que cobriu a cidade de Londres em 4 de dezembro de 1952 durante cinco dias e causou milhares de mortes e internamentos devido a problemas respiratórios (UNINTER, 2019).

Esses novos fatores pouco a pouco irão se somando fazendo com que as instituições que abrigam bens culturais busquem estratégias para manter o ambiente estável para a preservação de seu patrimônio, como exemplo citamos o Museu de Bellas Artes de Boston que em 1905 estabeleceu parâmetros climáticos onde a umidade relativa estaria a 50% e a temperatura entre 10 e 15,6 C°, neste mesmo ano nos Estados Unidos Stuart Cramer ⁴⁰foi o pioneiro no sistema em que introduzia umidade no ar de suas empresas fabricantes de algodão, resultando no termo ‘ar condicionado’, “sistema que logo se estendera para muitos usos e edifícios, incluindo os museus” (FERNÁNDEZ, 2013, p. 30, tradução nossa).

³⁹ Isabel M. Garcia Fernández es profesora titular de la Universidad Complutense de Madrid. Imparte docencia en la Facultad de Bellas Artes en el Departamento de Pintura y Restauración, en el Grado y Máster de Conservación y Restauración del Patrimonio Cultural. Pertence al grupo de investigación 930420 Técnicas de Documentación, Conservación y Restauración del Patrimonio, validado por la ANEP y la UCM. Doctora en Geografía e Historia por la UCM, se especializó en museología y museografía (M.A. em San Francisco State University) y conservación preventiva (Beca de investigación en el Canadian Conservation Institute), disciplina que fue objeto de su tesis doctoral y de varios trabajos de investigación y publicaciones. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274089601_Historia_de_la_Conservacion_Preventiva_Parte_I. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁴⁰ Stuart Warrem Cramer, nascido em Thomasville – Carolina do Norte – EUA e formado em engenharia contribuiu significativamente para a indústria de moagem de algodão usando suas habilidades de engenharia e invenção, se especializou em projetar e equipar fábricas de algodão durante o boom da produção têxtil nas regiões. Embora tenha começado no algodão, Cramer é mais conhecido pelo papel que desempenhou no desenvolvimento do ar condicionado, termo que ele “cunhou” em 17 de maio de 1906 durante um discurso em Asheville. O ar condicionado consistia em umidificadores e outros dispositivos utilizados para introduzir umidade no ar e desta forma melhorar a eficiência na fiação de algodão reduzindo a quebra do fio, além do benefício adicional de deixar os trabalhadores mais confortáveis. Disponível em: <https://www.ncdcr.gov/blog/2017/01/20/textile-executive-stuart-cramer-and-air-conditioning>. Acesso em 1 abr. 2021.

A partir do momento da criação de espaços responsáveis pela guarda de acervos surge também a necessidade de sua preservação dentro das atividades inerentes à esses espaços.

No início do Século XX o Brasil se destaca na América Latina e até mundialmente quando cria o Curso Técnico destinado aos profissionais em bibliotecas, arquivos e museus em 1922 e o curso de museus em 1932. Segundo Sá (2013, p. 35-36) esses cursos sofreram grande influência da École Nationale Des Chartes e da École Du Louvre, escolas francesas que promoveram os primeiros cursos regulares de formação na área de patrimônio destinados à qualificação de profissionais que trabalhavam com coleções bibliográficas, arquivísticas, arqueológicas e museológicas onde a valorização dessas instituições como órgãos públicos contribuíram para o desenvolvimento de uma política científica para essas entidades.

Tanto a École Des Chartes quanto a École Du Louvre ofereciam em seus currículos disciplinas que foram assimiladas pelos cursos brasileiros entre elas a Classificação de Arquivos e Bibliotecas na qual as metodologias técnicas utilizadas para livros e documentos poderiam ser usadas como parâmetros nos objetos museológicos.

O curso técnico brasileiro era comum à Biblioteca Nacional onde era oferecido o Curso de Biblioteconomia, criado em outubro de 1911 em comemoração dos cem anos da Biblioteca Nacional, ao Arquivo Nacional que oferecia o Curso de Arquivologia, criado seis meses após nesse mesmo ano e ao Museu Histórico Nacional (MHN) idealizado por Gustavo Barroso ⁴¹sendo inaugurado em 1922 através do Decreto nº 15.596 de 2 de agosto na cidade do Rio de Janeiro homenageando os cem anos da Independência do Brasil pelo então presidente Epitácio Pessoa e constituindo um marco para a Museologia brasileira. (ABREU, 1996; SÁ, 2007; SÁ, 2013). Esse curso técnico, também idealizado por Barroso, teria suas disciplinas ministradas pelos profissionais aos técnicos das três instituições citadas anteriormente, por isso, um curso comum a elas.

O que aproximam os cursos franceses dos nacionais em suas propostas principais segundo Sá (2013, p. 46) seria o oferecimento de uma base e uma estrutura cronológica e factual da história de país, sobretudo em temas políticos e administrativos.

⁴¹ Gustavo Dodt Barroso (1888-1959) foi advogado, jornalista, escritor e político eleito deputado pelo Ceará e secretariou o presidente Epitácio Pessoa durante a Conferência de Paz de Versalhes em 1919. Nos campos de Museologia e Patrimônio sua principal atuação está a idealização e direção do Museu Histórico Nacional juntamente com o curso técnico de 1922, e a Inspeção de Monumentos Nacionais de 1934 que promoveu as primeiras ações concretas de restauração dos monumentos históricos e artísticos antecipando-se ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – criado três anos mais tarde (SÁ, 2007; SÁ, 2013).

O nacionalismo estava claro na proposta de Gustavo Barroso em relação à criação do MHN (Figura 16), pois o museu deveria fazer os brasileiros aprender a amar e respeitar a pátria conservando e preservando sua história, para ele:

O Brasil precisa de um museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis. [...] ainda era tempo duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico no qual se pudesse reunir para ensinar o povo a amar os objetos de toda sorte que ele representa (GUSTAVO BARROSO, 1911 apud ABREU, 1996, p. 38).

Figura 16 - Museu Histórico Nacional, criado em 1922, berço do Curso Técnico em Museus



Fonte: Linha do Tempo – COREM 2ª Região, 2015, p. 2

Além do Museu Histórico Nacional, outros museus tiveram sua criação através da participação do Poder Legislativo quando propusera Decretos-Lei e assim deram origem ao:

Museu de Diamantina na cidade de Diamantina em Minas Gerais pela Lei nº 200 de 12 de abril de 1954, Museu Nacional de Imigração e Colonização com sede em Joinville em Santa Catarina pela Lei nº 3.188 de 2 de julho de 1957 e o Museu da Abolição sediado em Recife criado pela Lei nº 3.357 de 22 de dezembro de 1957 (SANTOS, 1996, p. 24).

O Museu Histórico Nacional reformulou o projeto do curso técnico de 1922, que não foi efetivamente concretizado, e implantou o curso de museus em 7 de março de 1932 através do decreto de Getúlio Vargas nº 21.129. Alinhado às propostas dos antigos cursos da

Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional (1911) e o Curso Técnico (1922), o Curso de Museus propunha a formação de profissionais para ocupar o cargo de 3º oficial do Museu sendo as aulas ministradas pelos próprios funcionários.

As décadas que se sucederam os cursos oferecidos pela Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Museu Histórico Nacional foram absorvidos por instituições federais. O Curso de Museus em 1951, que já nascera em 1932 como curso superior, é reconhecido como curso universitário pela Universidade do Brasil transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo absorvido pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). O de Biblioteconomia é reconhecido oficialmente como curso superior em 1962 e em 1969 incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). O de Arquivologia recebeu mandato universitário em 1973 pela UFRJ sendo absorvido quatro anos depois pela FEFIERJ futura Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mudança ocorrida pelo Decreto-Lei 6.655. Esses cursos formaram os alicerces dos atuais cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO - CCH (SÁ, 2007; SÁ, 2013).

Apesar das dificuldades pelas quais passam as universidades públicas, o empenho incansável dos profissionais que compõem o quadro da UNIRIO contribui para o desenvolvimento e estruturação do curso de Museologia, como por exemplo a criação de vários laboratórios como o Laboratório de Desenvolvimento de Exposições (LADEX) idealizados pela professora Tereza Scheiner, juntamente com as professoras Celma Franco e Maria de Lourdes Naylor Rocha com o objetivo de dar suporte às exposições curriculares, começando a funcionar de modo informal nos primeiros anos da década de 1980. No que diz respeito à Conservação Preventiva o primeiro laboratório específico do Brasil foi criado pela professora Violeta Cheniaux, aluna da turma de 1978 do curso de museologia do MHN, chamado de NUPRECON (Figura 17) Violeta Cheniaux desde 1998, o Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais atua com o ensino regular da Conservação Preventiva no Curso de Museologia da UNIRIO desde 8 de julho de 1987 data oficial de sua criação durante a gestão do decano Arno Wehling do CCH foi entre os laboratórios da UNIRIO criado com o objetivo segundo Sá (2007, p. 38) de tornar a formação em museologia não somente mais prática, mas, sobretudo, mais científica. E o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Museologia, Patrimônio e Turismo (NUCLEM) também criado pela professora Tereza Scheiner a partir dos anos 2005, e o Laboratório de Pesquisa em Reserva Técnica (LAPERT) de Cícero Fonseca de Almeida, e o Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS) ainda em fase de implantação.

Figura 17 - Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON – Laboratório criado pela professora Violeta Cheniaux



Fonte: UNIRIO.br

O curso de Museologia da UNIRIO continua formando profissionais e especialistas em museologia, durante sua trajetória seu desenvolvimento vem ampliando na medida em que novos conceitos, técnicas e metodologias compartilhadas com outras áreas de conhecimento traduzem a transdisciplinaridade na Museologia. De forma incansável e perseverante os professores da UNIRIO trabalham para a manutenção e desenvolvimento do curso de Museologia bem como o pioneirismo nos cursos de pós-graduação, tendo criado em 2006 o primeiro mestrado em Museologia do Brasil, aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS – idealizado e coordenado pela professora Tereza Scheiner em convênio com o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST (SÁ, 2007, p. 40) comemorou entre os dias 2 a 5 de agosto de 2021 seu 15º aniversário e os 10 anos do curso de Doutorado com o Simpósio Internacional “Museu, Museologia, Patrimônio, Sociedade: Tendências e Desafios na Atualidade. Em parceria com o MAST, o encontro de forma virtual contou com a participação de professores, especialistas, pesquisadores na área de museu e patrimônio, entidades parceiras, colaboradores e alunos.

A trajetória de pioneirismo da UNIRIO continua quando em 2019 dentro do PPG-PMUS cria o Mestrado Interinstitucional (MINTER) tendo como parceiros o Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tendo em sua principal proposta a qualificação profissional de funcionários desta última na área de

Museologia e Patrimônio para trabalhar com coleções e museus universitários, inserindo-se nesse contexto a Carta do Rio de Janeiro de 2017 na qual é certificada por profissionais e instituições a importância do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e propõe através de suas diretrizes estimular o debate sobre o PCC&T bem como contribuir, incentivar, identificar, preservar e divulgar esse patrimônio.

De grande importância para a Área da Conservação foi o Primeiro Curso de Especialização em Conservação da Escola de Belas Artes de UFRJ que teve a professora Marylka Mendes como responsável pela coordenação e pelo processo de institucionalização deste curso como uma Pós-Graduação em 1988 (CARVALHO, 2018).

Além das Universidades Federais do Rio de Janeiro, as da Bahia e Minas Gerais também se destacam pela introdução de disciplinas de conservação e restauro, esta no Centro de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis (CECOR) e seu Laboratório de Ciência da Conservação (LACICOR), aquela no curso de graduação em Belas Artes.

Segundo Froner e Rosado (2008, p. 17) o CECOR oferece cursos no âmbito internacional apoiados em bases científicas, onde são desenvolvidos aspectos da ação interventiva e da conservação preventiva, e que estão associados a entidades consolidadas como o ICCROM, ICOM, The Getty Conservation Institute e o Smithsonian Foundation.

A sucessão de publicações e eventos ao longo dos anos a nível internacional marcam a história da trajetória e o desenvolvimento da Conservação Preventiva onde destacamos o início da década de 20 até o final dos anos 40 do Século XX com a publicação da revista *Museion* pela Oficina Internacional de Museus (OIM), entidade criada pela Comissão Internacional para a Cooperação Intelectual em 1926 (Sociedade das Nações). Essa revista foi responsável pela publicação de cerca de 40 artigos relacionados à proteção de locais e monumentos durante 15 anos, nela aparece pela primeira vez o conceito de Ciência da Conservação no ano de 1932 na sessão *Muséographie Technique*, segundo Froner (2016) além dessa sessão outras duas continham discussões a respeito do campo historiográfico e epistemológico da Ciência da Conservação onde são debatidos encaminhamentos políticos (*L'Activité de l'Office International des Musées*), marcos legais e regulamentação da profissão do conservador-restaurador e projetos de colaboração entre áreas (*La Conservation de CEuvres d'Art*).

Um marco fundamental para o campo científico da Conservação-Restauração, resultado das ações conjuntas do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, do Escritório Internacional de Museus da Liga das Nações (1919) e das comissões nacionais para cooperação intelectual, foi a Conferência Internacional para o Estudo dos Métodos Científicos Aplicados ao Exame e à Conservação de Obras de Arte de 1930, realizada entre

os dias 13 e 17 de outubro, que contou com a participação de “duzentos diretores de museus, historiadores da arte e cientistas” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 8). Segundo Froner (2015, p. 4), a partir deste encontro é possível demarcar a integração gradual da ciência no âmbito museológico e da gestão pública dos monumentos, bem como o estabelecimento da colaboração entre o conservador-restaurador, o cientista e o curador. E a partir dessa Conferência, realizou-se no ano seguinte o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos (1931) que produziu a Carta de Atenas, o primeiro e mais importante documento no âmbito internacional que levantava princípios e normas gerais para a conservação e restauração de objetos, monumentos e sítios arqueológicos que para Froner (2008, p. 8) representa as bases da conservação moderna. E estudos relacionados ao ambiente dos museus são publicados por P. Coremans (Diretor do Real Instituto do Patrimônio Artístico de Bruxelas); G. Rosemberg (Curador do Museu Nacional de Copenhague); J. MacIntyre (Engenheiro do Escritório de Trabalho HM em Londres) e F.I.G. Rowllins (Assessor Científico da Galeria de Londres). Um ano após é criado o *Department for Conservation and Technical Research* por Edward Forbes (FRONER, 2008; WARD, 2010).

Ainda na década de 30 a Universidade de Harvard através do Museu Fogg de Arte publica em 1932 a revista intitulada *Technical Studies of Fine Arts*; o *Orangery of The Hampton Court Palace* em Londres se torna pioneiro quando instala o primeiro sistema de ar condicionado em museus na Europa em 1934 e em 1939 cria-se em Roma o Instituto Central de Restauro representado por um conselho técnico responsável em verificar a sustentabilidade das condições ambientais para a proteção do patrimônio (FRONER; ROSADO, 2008; FERNÁNDEZ, 2013; POSSAMAI, 2021).

Grande parte dos trabalhos e pesquisas no que se refere à conservação preventiva até o início da 2ª Guerra Mundial estavam limitados ao controle do clima nos ambientes que abrigavam os bens móveis, esse conflito trouxe enorme perdas de vidas humanas mas também acarretou grandes danos ao patrimônio cultural como prédios e monumentos históricos destruídos, pilhados e saqueados durante os confrontos, essas ações e suas consequências foram classificadas como genocídio cultural pela Diretora-Geral da UNESCO Irina Bokova (2009-2017) pois nesse caso além da destruição física dos bens haveria também uma perda cultural e segundo Soares (2018, s/n.) seria uma forma de agredir o inimigo, aniquilando sua cultura e tudo que ela possa representar.

O primeiro ano da década seguinte ao final dessa Segunda Grande Guerra inicia-se com importante representatividade no campo da preservação com a fundação do *Institute for the Conservation of Museum Objects* em Londres que posteriormente se tornou o *International Institute for The Conservation of Historic and Artistic Works* (IIC) que publica a revista *Studies in Conservation*, referência fundamental no campo da conservação e restauração; a criação

do ICCROM responsável pela coordenação de projetos internacionais, cursos, treinamentos e capacitações para profissionais na área de preservação (WARD, 2010; FERNÁNDEZ, 2013). Formação profissional qualificada que estava no centro das discussões desde o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos de 1931 em Roma e nas conferências que se seguiram como a de Madri em 1934 sobre *Architecture et Aménagement des Musées* e a do Cairo em 1937 chamada *Conference Internationale des Fouilles*. Segundo Froner (2016, p.19) todos estes encontros determinaram os campos de estudos da Ciência da Conservação e da Conservação Preventiva.

Em 1955 com o intuito de conhecer os níveis e medidas aplicadas para o controle climático de seus ambientes, o ICOM envia questionários a 64 museus de 11 países que auxiliaram os autores R. Sneyer, R. Organ e F.I.G. Rowlin cinco anos passados a publicarem um informe que serviu de base para um número da revista *Museum* que tratara de Climatologia e Conservação em Museus. E considerada a primeira explicação sistemática dos mecanismos de deterioração o autor Harold J. Plenderleith (curador do laboratório científico do Museu Britânico de Londres) publica sua obra chamada *The Conservation of Antiquities and Works of Art* (WARD, 2010; FERNÁNDEZ, 2013; BOJANOSKI, 2018). Um ano mais tarde os ex consultores da UNESCO Paul Philippot e Cesare Brandi fundam as bases teóricas do ICCROM onde contribuíram com a elaboração dos documentos criados nas convenções (FRONER; ROSADO, 2008).

Na década de 1960 temos a fundação de importantes instituições de relevância internacional como o Instituto Central de Conservação e Restauração de Obras e Objetos de Arte, Arqueologia e Etnologia em 1962 na Espanha e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1965 em Varsóvia na Polônia. Em 1969 o ICOM publica em *Problems of Conservation in Museums* o artigo de Paul Coremans *The Training of Restorers*, que seria apresentado na sétima Conferência Geral do ICOM em Nova York, nele Coremans associa a conservação a parte científica e objetiva destinada a conservar a integridade dos materiais e pede o reconhecimento oficial da profissão (FERNÁNDEZ, 2013; MEURS, 2019).

Os anos 70 inicia-se com a Convenção para Proteção de Patrimônio Mundial Cultural e Natural organizado pela UNESCO especificamente no ano de 1972 onde se dá ênfase a fatores trazidos com a evolução da vida econômica e social também como causadores da destruição do patrimônio além das causas tradicionais de deterioração. Neste mesmo ano o Ministério Italiano da Instrução Pública por meio da circular nº 117 definiu as normas e critérios de intervenção nos bens culturais através da Carta do Restauo. (FERNÁNDEZ, 2013; BOJANOSKI, 2018).

Para Gäel de Guichen os anos entre 1957 e 1977 se constituíram em uma primeira fase no campo da conservação preventiva pois os trabalhos publicados faziam referências e propunham classificação sobre os agentes agressores do patrimônio cultural (BOJANOSKI, 2018, p. 56). As políticas de proteção do patrimônio através da prevenção dos riscos é enfatizada na Recomendação sobre a Proteção de Bens Culturais Móveis de 1978 da UNESCO, nesse contexto um dos livros mais importante sobre a conservação preventiva é o publicado também em 1978 reeditado em 1986 por Garry Thomson (assessor científico da Galeria Nacional de Londres) intitulado *The Museum Environment* onde são descrito “os efeitos da luz, umidade, contaminação do ar sobre os objetos e os meios de controla-los ao máximo” (THOMSON, 1986, s/n, tradução nossa) e informações pertinentes para aqueles que “trabalham no campo da investigação em conservação de forma resumida até então encontrada de forma dispersa e de difícil acesso” (THOMSON, 1986, s/n, tradução nossa). Esta obra não se dirigia apenas “aos conservadores-restauradores mas também a todos aqueles que trabalham no edifício que alberga as coleções, incluindo os arquitetos e os engenheiros” (BENOIT DE TAPOL, 2009, p. 36 *apud* BOJONOSKI, 2018, p. 56). A conservação preventiva baseava-se em evidências científicas, para além das adquiridas pela experiência de todos os responsáveis pela conservação do património, e Thomson sustentava que o principal objetivo da ciência nos museus era a prevenção da deterioração, sugeriu que o controle das condições ambientais pode minimizar os danos aos objetos e retardar sua deterioração.

No último ano dessa década (1979) a UNESCO publica o livro *Conservation standards for works of art in transit and on exhibition* de Nathan Stolow considerado de fundamental referência no estabelecimento de padrão e práticas associadas à exposição, manuseio, embalagem e transporte de obras de arte e objetos de museu no contexto dos requisitos de conservação e preservação (FERNÁNDEZ, 2013).

No segundo ano da década de 80 Philip Ward escreve o artigo *La conservación el porvenir de pasado* na Revista *Museum* considerado um marco na consolidação das disciplinas da conservação preventiva, e dois anos após é publicado o livro *Manual of Curatorship: A Guide to Museum Practice* por John M. A. Thomson dedicado ao funcionamento de um museu e o tratamento dado aos diferentes tipos de coleções (FERNÁNDEZ, 2013).

O *Getty Conservation Institute* (GCI) em parceria com o ICOM em 1986 lançam o livro em espanhol, inglês e francês *La Conservación del Patrimonio: carrera contra reloj* de Philip Ward que escreve sobre as técnicas e conteúdo associados à conservação e seu desenvolvimento no campo da conservação preventiva (FRONER e ROSADO, 2008; FERNÁNDEZ, 2013).

Ao longo dos anos vários importantes trabalhos foram publicados por autores e instituições que tiveram importância de forma significativa nas ações de preservação. Eventos como o III Colóquio Internacional da *Association des Restaurateurs d'Art et d'Archaeologie de Formation Universitaire* (ARAAFU) considerado a primeira reunião europeia sobre conservação preventiva ocorrida em Paris no ano de 1992 e o Congresso em Ottawa (Canadá) em 1994 organizado pelo CCI onde foi discutido os avanços relativos à Conservação Preventiva e teve como consequência a publicação *A Systematic approach to conservation (care) of museum collections with technical appendices*, nela é descrita ferramentas fundamentais da metodologia da conservação preventiva, considerada a base do desenvolvimento da avaliação de riscos, esse mesmo instituto publica o *Framework for the Preservation of Museum Collections Wall Chart* e individualmente temos os trabalhos de Stefan Michalski *A Systematic approach to preservation: description and integration with other museum activities*; de Robert Waller *Conservation risk assessment: a strategy for managing resources for preventive conservation* e de Jonathan Ashley-Smith *Risk Assessment for Object Conservation*, todas versando sobre a elaboração de planos de conservação preventiva para museus e instituições semelhantes de maneira sistemática, identificando os agentes de deterioração e as medidas para combatê-los (FRONER e ROSADO, 2008; FERNÁNDEZ, 2014; BOJANOSKI, 2018).

Os dois anos seguintes são lançados os livros: *Environment Management e Managing Conservation in Museums* de May Cassar e Suzanne Keene respectivamente respaldando a gestão de riscos em museus e o controle do meio ambiente dos museus como prioridade dos gestores e em 1999 a Revista *Museum* dedica um número à conservação preventiva no qual nove artigos tratam da conservação preventiva, exemplos concretos bem como a função e formação do restaurador e educação do público sobre a conservação preventiva (FERNÁNDEZ, 2014; BOJANOSKI, 2018).

No Século XXI o desenvolvimento da teoria e prática da conservação preventiva se consolida definitivamente quando entidades de referência internacional discutem, elaboram documentos e oferecem cursos no campo da conservação preventiva e gestão de riscos para profissionais que trabalham com a preservação de bens culturais.

A Comissão Europeia nos dias 21 e 22 de setembro de 2000 em Vantaa na Finlândia elabora um documento com a participação de membros de 24 países denominado “Na direção de uma estratégia sobre Conservação Preventiva” baseado nas inovações e experiências e desafios comuns entre os membros participantes abordando a conservação preventiva em museus com igual relevância para arquivos, bibliotecas e outras instituições que possuem coleções (INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO – IPCR, 2000) passados dois anos a definição de conservação preventiva como as ações indiretas para

retardar a deterioração do patrimônio cultural e prevenir danos mediante a criação de condições ideais para a sua preservação está presente no documento *“Professional Guidelines”* elaborado pelo *European Confederation of Conservator-Restorer’s Organizations* – ECCO (CASTALDI; CUECO; HUTCHINGS, 2014). Outro documento em forma de guia resultante da participação e experiência de onze museus de nove países da Europa no qual se discutiu o enfoque multidisciplinar e o desenvolvimento de equipes bem como métodos de destaque para o desenvolvimento de redes entre museus e outros institutos com o objetivo de fornecer suporte adicional para a conservação preventiva também organizado pelo ICCROM em 2004 foi denominado de *Teamwork For Preventive Conservation Project* (PUTT; SLADE, 2004).

De forma conjunta o ICCROM, o CCI e o ICN em 2005 inicia um programa para oferecimento do curso “Reduzindo riscos para o Patrimônio Cultural” com o objetivo de desenvolver e difundir o enfoque da gestão de riscos no campo da preservação do patrimônio, e em 2008 um Comitê para a Conservação organizado na XV Conferência Trienal pelo ICOM e CC em Delhi na Índia faz um trabalho de recopilações e sínteses sobre o tema da Conservação Preventiva (FERNÁNDEZ, 2014).

Essas entidades ao longo dos anos vêm somando esforços para divulgar e implementar cursos de níveis técnico, graduação e especialização para qualificar e capacitar profissionais que trabalham em museus, casas históricas, arquivos e bibliotecas. No que diz respeito à formação específica em nível de pós-graduação no campo da conservação o documento de Bolonha resultante de um seminário internacional em novembro de 1998 reconhece e descreve as habilidades do conservador-cientista além de dar ênfase aos aspectos epistemológico e prático da Ciência da Conservação “pois se alimenta das descobertas e procedimentos de outras áreas, ao mesmo tempo em que elabora teorias e métodos aplicáveis apenas a sua prática (FRONER; ROSADO, 2008, p. 20).

O cientista da conservação é definido no documento de Bolonha, redigido um ano após o seminário que lhe deu origem, como aquele:

Formado em uma das disciplinas científicas (ciências naturais), adquirir mais conhecimento em conservação (ética, história, tecnologias antigas, aspectos científicos específicos) que lhe permitam contribuir para o estudo e conservação de patrimônio dentro de uma equipe interdisciplinar (ICCROM-CC, 1999, p. 6, tradução nossa).

O desenvolvimento da conservação preventiva exemplifica a forte influência das ciências, especialmente em relação aos estudos dos processos de deterioração dos bens culturais e essa relação e aproximação estão cada vez mais entrelaçadas com outros campos do saber como as Ciências Exatas – Química, Física, Engenharias, Ciência da Computação;

as Ciências Biológicas – Biologia, Botânica, Ecologia e as Ciências Ambientais; as Ciências Humanas – Filosofia, Ciências Sociais, História, Antropologia, Etnologia, Arqueologia, Arquitetura, Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação, Artes, Conservação-Restauração e Museologia, esta última, expressa de forma intrínseca em sua metodologia as condições necessárias para salvaguardar o patrimônio cultural através de ações fundamentais (musealização) que segundo Sá (2018, p. 17) “se articulam e se completam conferindo um caráter científico ao museu”.

Temos portanto, os princípios científicos aplicados na conservação construindo resultados de forma objetiva e quantificáveis através de exames e análises do meio ambiente, dos agentes de deterioração dos materiais e seus constituintes. Para Ward (2010, p. 29, tradução nossa) a simbiose entre a investigação científica dos materiais e o antigo ofício da restauração precipitou o desenvolvimento da conservação moderna. Os profissionais de várias áreas contribuem com seus conhecimentos para esse desenvolvimento pois de forma integrada combatem os elementos ou fatores que atuam na degradação dos objetos uma vez que esses agentes também agem de forma associada na destruição do patrimônio.

A importância da Ciência da Conservação e o uso de tecnologias para a conservação-restauração de bens culturais é fator primordial para o sucesso das ações em que essa área do conhecimento:

...estuda a natureza material destes bens culturais, desenvolvendo métodos e análise, datação e de avaliação de técnicas e processos de intervenção, possibilitando portanto, materiais e métodos para o entendimento e o tratamento das degradações e suas manifestações, contribuindo ainda para estratégias de conservação preventiva de bens culturais (PRIMEIRA CARTA DE OLINDA DE 2002 – III SIMPÓSIO DE TÉCNICAS AVANÇADAS EM CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS, 2006, p. 7).

Para Froner e Rosado:

A Ciência da Conservação torna-se articuladora da teoria científica das ciências exatas e das humanas, e cada vez mais vem conduzindo pesquisas que envolvem profissionais acadêmicos e de instituições de museus, cujo resultados demonstram que a análise dos vários aspectos – culturais, econômicos, estilísticos, históricos etc. – que um objeto artístico-cultural representa, só é possível através da interdisciplinaridade e do diálogo (FRONER; ROSADO, 2008, p. 21).

A Figura 18 traduz o que Muñoz Viñas (2005, p. 9) classifica como uma complexa atividade na qual diferentes profissionais de áreas distintas colaboram em prol de um objetivo comum que é a conservação do patrimônio.

Figura 18 - Representação gráfica dos vários atores que colaboram no processo de preservação



Fonte: Adaptado: MUÑOZ VIÑAS, 2005, p.11

Hollós e Pedersoli entendem que:

A Ciência da Conservação vem desempenhando nos últimos anos um importante papel ao pesquisar a estrutura físico-química e os mecanismos de deterioração dos suportes físicos e materiais de nossa memória social. Com essas importantes contribuições somos capazes de estruturar com maior precisão as alterações materiais futuras desses objetos e através de ações preventivas e curativas nos anteciparmos à sua perda (HOLLÓS; PEDERSOLI, 2009, p. 75).

Portanto, preservar, conservar, restaurar acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos é dialogar com outros campos do saber, é buscar uma abordagem multidisciplinar - Biologia, História, Química, Física entre outras – tornando desta forma crucial o fornecimento dados confiáveis e precisos que permitam prever as taxas ou velocidades de degradação dos bens culturais e atuar na contenção da ação dos agentes de deterioração⁴² (HOLLÓS; PEDERSOLI, 2009). Para Lima (2013).

⁴² Segundo (PEDERSOLI; SPINELLI, 2010), os agentes de deterioração são: as forças físicas, os criminosos, o fogo, a água, as pragas, os poluentes, a luz e radiação UV e IR, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação. PEDERSOLI, José Luiz Jr; SPINELLI, Jayme. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

Os campos/disciplinas contribuem com suas perspectivas, inclusive, podendo trazer aportes conceituais e/ou metodológicos e agir no campo museológico como aplicação disciplinar, modalidade de ação que em determinadas circunstâncias, conforme os estudos da interdisciplinaridade, pode em perspectiva epistemológica evoluir para a composição interdisciplinar (LIMA, 2013, p. 58).

Hollós e Pedersoli (2009) reafirmam que toda decisão em preservação deve ser tomada baseada em um levantamento interdisciplinar, e reforçam quando:

Os riscos resultantes da composição material dos acervos e do ambiente em que estão inseridos, de seu uso e manuseio, e de seu valor econômico, religioso, político, histórico etc. podem ser identificados, analisados e tratados por meio do uso da metodologia de gerenciamento de riscos. Esta metodologia oferece resultados científica e estatisticamente embasados que contribuem para que conservadores, gestores, cientistas, administradores, em um ambiente interdisciplinar, definam as escolhas e prioridades na tomada de decisão inerente ao processo de gerenciamento de um programa de preservação (PEDERSOLI; HOLLÓS, 2009, p. 73).

Em 2013 entre os dias 16 e 18 de outubro foi realizado pelo ICCROM o Fórum da Ciência da Conservação em Roma onde se reuniram mais de 80 especialistas e envolveu 15 instituições parceiras em todo mundo que participaram de discussões críticas sobre a importância da ciência de servir às necessidades da conservação do patrimônio cultural no mundo inteiro. Essas discussões foram publicadas em um suplemento da revista *Studies in Conservation* em 2015, nele, “alguns autores argumentam que o termo ciência do patrimônio corresponde melhor às estas novas propostas” (IIC/ICCROM, 2015 *apud* BOJANOSKI, 2014, p. 71, grifo nosso).

A incorporação da metodologia do gerenciamento de riscos à conservação preventiva dos bens culturais oferece uma nova plataforma teórica, metodológica e técnica enriquecendo assim, o tratamento dos fatores causadores da deterioração do patrimônio cultural.

CAPÍTULO 4

GERENCIAMENTO DE RISCOS: CONCEITOS E METODOLOGIAS – O CASO DA COLEÇÃO ESPECIAL – OBRAS RARAS – DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

4. - O GERENCIAMENTO DE RISCOS: CONCEITOS E METODOLOGIAS – O CASO DA COLEÇÃO ESPECIAL – OBRAS RARAS – DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

O Gerenciamento de Riscos surgiu nos Estados Unidos no ano de 1963 como técnica a partir da publicação do livro *Risk Management in the Business Enterprise*, dos autores Robert Mehr e Bob Hedges. Estes tiveram como fonte de consulta um trabalho de Henry Fayol⁴³, divulgado em 1916. Portanto, a origem do Gerenciamento de Riscos é a mesma da Administração de Empresas, a qual por sua vez, conduziu aos processos de Qualidade e Produtividade (NAVARRO, 2012).

Observamos que o Gerenciamento de Riscos é uma técnica relativamente nova e sua divulgação e adaptação pelos países variam de acordo com suas necessidades, com as experiências e com a fase de desenvolvimento que esses países passavam. De acordo com Navarro:

No Brasil o seu ingresso deu-se na segunda metade da década de 1970, com aplicação voltada especificamente para área de seguros com vistas à prevenção de riscos em bens patrimoniais, segurados pelas empresas do setor. Desta forma, seus conceitos começaram a se propagar juntamente com os conceitos preventivistas do Mercado Segurador Brasileiro, principalmente no que diz respeito ao risco de incêndio (NAVARRO, 2012, np)

O processo de gerenciamento de riscos não é uma tarefa fácil, pois ele constitui um conjunto de ações que tem por objetivo identificar e mensurar os riscos e traçar estratégias para evitar, mitigar ou transferi-lo. Para realizar uma análise completa são empregadas técnicas bem específicas e conceitos para a quantificação das perdas e danos decorrentes. A avaliação dos riscos deve ser realizada em todos os momentos e etapas dos processos que envolvem qualquer tipo de atividade humana e que os gestores envolvidos tenham total conhecimento das atividades realizadas, desde as mais simples e elementares até as mais complexas, e que os colaboradores tenham consciência da importância de indicar falhas nos processos, mesmo que sejam consideradas mínimas, pois a soma de pequenas falhas pode levar a um efeito dominó, que pode interferir e comprometer todo o sistema envolvido, acontecendo até a efetivação de acidentes mais graves como a perda de vidas humanas.

Para realizar o processo de gerenciamento de riscos de forma completa é necessário também identificar o grau de severidade dos eventos para que, em consonância com a frequência, possamos realizar uma previsão da probabilidade de ocorrência destes e, diante

⁴³ Jules Henri Fayol nasceu em Istambul em 1841, foi umas das primeiras pessoas que analisou a atividade empresarial e as principais atividades que cercam a gestão como o planejamento, o controle, a coordenação, a organização entre outros. Fayol se tornou um teórico clássico da Administração, fundando dessa forma, a Teoria Clássica da Administração (ELAINA, 2013). Disponível em: <https://www.portal-gestao.com/artigos/6886-henri-fayol-pai-da-teoria-cl%C3%A1ssica-da-administra%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 3 mar. 2021.

disso, traçar programas para a prevenção deles, trabalhando sempre de forma integrada com todos os indivíduos que interagem neste processo de ponta a ponta; ou seja, para a correta e eficaz identificação dos riscos, há a necessidade de equipe com competências individuais e coletivas, habilidades e atitudes para atuar no processo de gerenciamento de riscos. Quando estas características estão presentes no grupo envolvido, as chances de materialização de riscos reduzirão drasticamente.

Qualquer que seja a atividade a ser desenvolvida, há a necessidade de realização de um planejamento estratégico, o qual terá como objetivo a realização de uma análise aprofundada da estrutura da atividade, proporcionando a oportunidade de planejar as ações que impactarão o futuro da atividade, como a prevenção de acidentes de trabalho, danos ao meio ambiente e ao patrimônio. Um dos pontos cruciais do planejamento estratégico é o Gerenciamento de Riscos que, para a grande maioria das pessoas, remete somente às questões financeiras, porém além desta questão, é importante considerar fatores operacionais que envolvem os sistemas, as pessoas e o ambiente do entorno onde as atividades são exercidas.

O Gerenciamento de Riscos envolve quatro principais etapas: identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos (GALANTE, 2015, p. 51 *apud* ENNES, 2016, p. 24). O cumprimento dessas etapas é de extrema importância e objetiva garantir uma tomada de decisões mais segura em todos os aspectos.

Quando tratamos de um Plano de Gerenciamento de Riscos onde se “permite identificar, avaliar e administrar as incertezas” (ASSI, 2012, p. 87), estamos considerando como serão tratados os riscos em qualquer tipo de atividade que se deseja implantar. Para tal, algumas premissas devem ser seguidas quando tratamos do processo de Gerenciamento de Riscos de forma eficaz, sendo elas:

- metodologia, que trata como será efetuado o plano de gerenciamento de riscos, ou seja, trata das questões do como fazer essa gestão;
- distribuição de funções, premissa na qual será importante deixar clara qual a função exata de cada um dos sujeitos que está participando do processo para que eventuais erros não ocorram, por exemplo, a sobreposição de funções;
- determinação dos custos, outros aspectos importantes são a definição de custos e a destinação de recursos para a efetiva realização do plano de gerenciamento de riscos;
- definição de um cronograma, há necessidade de um trabalho muito bem concatenado no tempo e no espaço e a questão de um cronograma descrevendo todas as atividades a serem desenvolvidas será de grande ajuda;

- categorização dos riscos, nessa etapa será importante realizar a listagem de todos os riscos envolvidos em uma determinada atividade, os quais deverão ser descritos de forma bastante detalhada, pois, “quanto maior a riqueza de detalhes, maior a possibilidade de sucesso do trabalho de gerenciamento de riscos” (BOSA, 2020, p. 4).

Pode-se lançar mão da utilização de uma Estrutura Analítica de Riscos (EAR) mostrada em detalhes na Figura 19. E pensar nas probabilidades dos riscos e calculá-las, pois, acontecendo a consumação dos riscos haverá impacto na atividade fim bem como em seu entorno.

Para a realização de um adequado plano de gerenciamento de riscos, há a necessidade de uma equipe que trabalhe articulada e que tenha consciência dos passos a serem seguidos, a fim de possibilitar o gerenciamento dos riscos de forma eficaz, evitando, da melhor forma possível, a efetivação dos possíveis danos.

Figura 19 - Exemplo de estrutura analítica de riscos



Fonte: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

Realizando a observação criteriosa da Estrutura Analítica de Riscos, podemos imaginar os riscos para qualquer tipo de atividade que tenhamos em mente e, da mesma forma, poderemos pensar em formas de prevenção ou mitigação dos riscos de uma maneira mais clara e precisa. Portanto, quando pensamos em formular um plano de gerenciamento de riscos, devemos conhecer de forma aprofundada o projeto em questão, para que se possa pensar de forma crítica em todos os riscos envolvidos no desenvolvimento daquela atividade, e, dessa forma, priorizar a qualidade de vida das pessoas e o meio em que estão.

4.1 – Avaliação de Probabilidade e Impacto dos Riscos

O processo de avaliação de probabilidade e impacto dos riscos está relacionado a uma análise qualitativa dos riscos identificados em qualquer tipo de atividade que se esteja analisando. Esse processo visa a priorização dos riscos de acordo com seu efeito potencial (negativo ou positivo) sobre os objetivos de qualquer projeto, devendo ser revisto durante todo o seu ciclo de vida, devendo ser atualizado com possíveis mudanças que possam ocorrer (SANTOS NETO, 2007). Essa tarefa não é fácil de ser realizada, primeiro é importante que tenhamos em mãos uma lista muito bem estruturada dos riscos existentes para determinada atividade. Em seguida, devemos começar o processo de qualificação de tais riscos identificados, por meio da observação das atividades desenvolvidas e da identificação de tendências nos riscos. Depois de identificadas as tendências, deve-se recorrer ao processo de gerenciamento dos riscos e tentar eliminá-las ou, se isso não for possível, reduzi-los ao máximo. A qualidade da informação com a qual estamos trabalhando é fator decisivo para a análise qualitativa dos riscos. Esse processo de qualificação deve ocorrer diariamente e, se houver necessidade, o projeto inicial proposto pode passar por alterações ou até mesmo grandes reestruturações; a qualificação deles deve ocorrer do início ao fim de qualquer projeto de gerenciamento de riscos.

4.2 – Aspectos da Análise Qualitativa do Risco

Devemos pensar quais são os fatores importantes a serem considerados a fim de que possamos visualizar em um esquema geral todos os riscos envolvidos na atividade que se deseja desenvolver, como as etapas elencadas a seguir:

- plano de gerência de risco que seria o trabalho realizado por uma equipe técnica que pensará em todas as possibilidades de evitar ou mitigar o risco, uma vez instalado na atividade proposta;
- identificação dos riscos – os riscos que são identificados dentro do seu processo de qualificação devem ser criteriosamente avaliados e, assim, as consequências desses devem ser analisadas dentro do processo de gerenciamento de riscos;
- estágio de desenvolvimento do projeto – durante o processo de desenvolvimento de um projeto, podemos contar com incertezas, como a existência real de um determinado risco elencado, mas, de um modo geral, no início do projeto muitos riscos não são listados e acabam aparecendo em etapas inclusive finais do processo, fato que requer muita atenção da equipe que trabalha as questões de gerenciamento de riscos;
- tipo de projeto a executar – se estivermos gerenciando um tipo de projeto muito comum, facilmente elencaremos os tipos de riscos associados a ele; já quando tratamos de projeto

inovadores que utilizam técnicas específicas, a questão de qualificação dos riscos fica mais complexa e demanda mais tempo;

- confiabilidade dos dados – os dados coletados para a realização do processo de qualificação dos riscos devem ser confiáveis, obtidos de fontes seguras e seguindo as regras de coletas de dados. As fontes utilizadas para a obtenção dos dados devem ser sistematicamente avaliadas a fim de prezar pela segurança no processo de qualificação dos riscos;

- escala de probabilidade e impacto – são amplamente utilizadas para a realização da avaliação qualitativa dos riscos, com o objetivo de priorizá-los e determinar o conjunto de riscos que merecem atenção.

- hipóteses – podem ser levantadas no processo de identificação de riscos e serem testadas durante o processo de avaliação (BOSA, 2020).

Algumas técnicas são amplamente utilizadas no processo de avaliação qualitativa de riscos, como: probabilidade de risco e impacto, matriz de probabilidade/impacto de risco, teste de hipóteses do projeto e classificação da precisão dos dados obtidos. Esse conjunto de técnicas nos permite ter uma ideia mais próxima da real qualidade do projeto que estamos a desenvolver e nos permitir, por meio desse processo, críticas que permitam reconstruí-lo, sempre com o objetivo de redução extrema dos riscos.

A probabilidade de risco e seus impactos (consequências) podem ser descritos em termos qualitativos como: muito alta, alta, moderada, baixa e muito baixa. Quando trabalhamos com probabilidades e consequências podemos aliar maior confiabilidade ao processo de qualificação dos riscos (BOSA, 2020, p. 7), pois essas variáveis ajudam na rápida identificação dos riscos que devem ser tratados com mais prioridades dentro de uma escala preestabelecida.

É importante que se tenham bem claros os dois conceitos aqui destacados:

Impacto: refere-se às consequências causadas pela efetivação de um evento que pode ser positivo ou negativo afetando os objetivos do projeto (ABNT, 2009).

Probabilidade: seria a chance de ocorrência de um determinado evento relacionado a um tipo de risco (PEDROSO, 2007).

Tendo em mente esses conceitos bem definidos, é possível pensar de forma estratégica a gestão de riscos e almejar projetos que possam ser implementados efetivamente de acordo com um gerenciamento criterioso realizado.

4.3 – Matriz de Probabilidade e Impacto

Quando tratamos sobre a matriz de probabilidade e impacto, estamos tratando de uma técnica amplamente utilizada nos processos que envolvem a gestão de riscos. A função principal dessa matriz é avaliar a importância e a prioridade de cada risco, ou seja, especifica as combinações de probabilidade e impacto que resultam em uma classificação dos níveis de riscos que variam do leve ao gravíssimo (MORAIS, 2012). Esse tipo de técnica está classificado como uma das ferramentas principais para a análise qualitativa dos riscos. O fato de combinar as probabilidades e os possíveis impactos da efetivação de um determinado evento pode ajudar no processo de escolhas dos gestores de uma instituição, os quais terão as atenções voltadas, logicamente, para aqueles riscos que em uma matriz indiquem maior probabilidade e maior extensão de seus impactos. Sendo assim, qualquer projeto por menor que seja deverá sempre contar com esse tipo de matriz, considerando a intenção de preservação e manutenção dos objetos e da qualidade de vida e saúde das pessoas envolvidas.

Esse tipo de matriz é confeccionado combinando dados sobre as probabilidades de ocorrência e impacto de um risco, associados à classificação do risco que estamos tratando. Como comentado anteriormente, riscos que apresentam alta probabilidade e grandes impactos devem chamar a atenção dos dirigentes do projeto, pois medidas de prevenção ou mesmo de mitigação devem ser avaliadas durante o processo de análise dos riscos. Para realizar a classificação dos riscos, existem matrizes e escalas que nos ajudam a julgar as intensidades dos riscos com os quais estamos trabalhando, auxiliando prontamente nos processos de seu gerenciamento eficaz.

A escala de probabilidade de um risco qualquer é confeccionada de forma binária, na qual o caractere 0 (zero) indica nenhuma possibilidade de ocorrência de determinado evento em um certo projeto e o caractere 1 (um) indica a total certeza de que o risco existe para um determinado projeto. Também podem ser utilizadas variáveis intermediárias para auxiliar nesse processo de identificação um risco. Realizar esse trabalho não é uma tarefa confortável, pois na maioria das vezes o corpo de técnicos que vai trabalhar com essas questões não pode lançar mão de uma série de registros históricos da organização, fato que em alguns tipos de projetos pode levar ao aumento da probabilidade de ocorrência de eventos e consequentemente de seus impactos.

Na Figura 20, temos o exemplo de uma matriz de probabilidade e impacto. Deve-se lembrar que valores numéricos também podem ser utilizados.

Figura 20 - Exemplo de matriz de probabilidade e impacto

Probabilidade / Impacto	Sem Impacto	Leve	Médio	Grave	Gravíssimo
Quase certa	Risco Elevado	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Extremo	Risco Extremo
Alta	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Extremo
Média	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Extremo
Baixa	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
Rara	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Elevado

Fonte: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

Junto com o processo de criação de uma matriz de probabilidade de impacto, podemos pensar em testar hipóteses, para isso, devemos sempre ter em mente as consequências no projeto se a hipótese for falsa. Hipóteses alternativas que podem ser verdadeiras devem ser identificadas e suas consequências nos objetivos do projeto devem determinar o grau de prioridade no processo de análise qualitativa de risco (MORAIS, 2012).

Outro aspecto que não deve ser deixado de lado é a precisão dos dados com os quais estamos trabalhando, pois eles irão modelar e dar suporte à tomada de decisão. Para ter confiança nos dados utilizados, é necessário checar os seguintes aspectos: entendimento amplo do risco; dados disponíveis sobre o risco; qualidade dos dados; confiabilidade e integridade dos dados.

A utilização de dados de baixa precisão pode trazer consequências graves para o projeto e seus gestores, bem como para a instituição e seu entorno.

4.4 – Avaliação dos Dados sobre Risco

O processo de avaliação dos dados sobre riscos deve ser realizado para qualquer tipo de atividade que se queira implantar ou manter dentro de uma instituição. Há necessidade de um planejamento constante pensando na prevenção efetiva dos riscos elencados.

Para que os dados coletados em um projeto sejam confiáveis, é necessário seguir uma metodologia adequada e contar com um corpo técnico responsável e com boa formação, no qual os integrantes tenham consciência da consequência de avaliações erradas durante a elaboração do projeto em questão.

Para que essa qualidade de dados seja alcançada, alguns itens devem ser observados: todos os envolvidos no projeto devem ter conhecimento dos seus objetivos, portanto devem ser escritos de forma muito clara a fim de não permitirem interpretações variadas, a equipe que vai participar da implantação do projeto deve ser condizente às suas

necessidades; deve-se levar em consideração não somente questões de formação, mas também as questões de personalidade dos envolvidos. Antes da execução do projeto, o gestor deve ter certeza da existência de um orçamento adequado para a realização de todas as etapas constituintes do processo (BOSA, 2020, p.10)

Além de todos esses aspectos, é de extrema importância que se faça cobrança efetiva para o cumprimento de prazos e que todos os envolvidos no projeto se sintam à vontade para dar sugestões cabíveis e contribuir para o desenvolvimento do projeto, dessa forma, todos os envolvidos devem se sentir pertencentes e com responsabilidade diante da atividade a ser desenvolvida. O desenvolvimento desse processo depende também da capacidade técnica e de agregar pessoas do gerente envolvido, sobre o qual está concentrada grande parte das responsabilidades.

As técnicas de coleta de dados devem ser utilizadas de forma adequada, os profissionais envolvidos devem ser éticos, e não mascarar os resultados obtidos. Lembramos que uma amostra muito reduzida e que não foi pensada de modo criterioso no processo de coleta de dados pode não representar a verdadeira realidade e, quando são realizadas as médias dos dados obtidos, podemos incorrer em erros, pois dados coletados podem elevar a média drasticamente ou baixá-la, fato que pode levar a erros graves no processo de gerenciamento de riscos (BOSA, 2020). Sendo assim, pensar na avaliação criteriosa dos dados que temos em nosso projeto é um passo essencial para seu desenvolvimento e sucesso, com um número de riscos presentes e até a não efetivação de qualquer evento, protegendo assim o setor ou os setores envolvidos na atividade em questão.

4.5 – Classificação dos Riscos do Projeto

O processo de classificação de riscos de um projeto é uma importante etapa, que deve ser realizada de forma criteriosa permitindo, assim, o gerenciamento adequado dos riscos identificados e devidamente classificados.

Os riscos identificados em um determinado projeto podem ser classificados, sendo normalmente denominados de conhecidos, previsíveis e imprevisíveis. Riscos classificados como conhecidos são listados quando se faz uma análise adequada do tipo de atividade a ser desenvolvida no projeto em questão, como falta de orçamento, ausência de pessoal qualificado, dentre outros. Os riscos classificados como previsíveis são aqueles que podem ser diagnosticado a partir da observação da implantação e do desenvolvimento de outros projetos similares, por meio de comparação. E os riscos classificados como imprevisíveis são aqueles que possuem difícil processo de identificação, esse tipo de risco existe e, dependendo de sua intensidade, pode prejudicar gravemente um projeto (BOSA, 2020). Tais riscos podem

ser classificados em internos, relacionados diretamente com a atividade proposta, e externos, quando não podem ser tratados pelos gestores, sendo classificados em previsíveis e imprevisíveis.

O primeiro passo para uma gestão eficiente de riscos é realizar um inventário de todos os tipos de riscos que podem estar presentes no ambiente em questão (BOSA, 2020, p. 3). Também é importante buscar e priorizar o desenvolvimento de um código de conduta na instituição, o qual tem papel na orientação de eventuais riscos que possam se efetivar, ou seja, funcionaria como um auxiliar do plano de ação caso qualquer tipo de risco identificado seja efetivado.

Outro aspecto que merece a devida atenção é a questão da realização de um monitoramento constante dos riscos que foram elencados durante a criação e o desenvolvimento do projeto em questão, deve-se continuamente realizar o monitoramento deles, ter em mente que os riscos existem e têm maior ou menor probabilidade de ocorrência. Diante disso, devemos sempre estar com a atenção voltada no sentido de evitar ou mitigar os riscos.

É importante salientar que todas as causas de possíveis riscos devem ser registradas, mesmo aquelas que por algum motivo achemos que nunca serão aplicáveis de ocorrência.

Algumas providências podem ser tomadas para tornar mais fácil a comunicação entre os envolvidos no processo e facilitar a coleta de informações que podem auxiliar na identificação dos riscos no cenário organizacional (MORAIS, 2012): é importante criar uma forma de comunicação interna na qual os colaboradores sintam-se à vontade para contar o que sabem, o que viram acontecer e em que local acreditam estar as falhas; a criação de um código de ética para o desenvolvimento das atividades também apresenta bons resultados no processo; a comissão de riscos de qualquer empresa deve ser representada em todos os âmbitos; sistematicamente realizar consultas junto aos colaboradores com a finalidade de verificar se estes se sentem à vontade para relatar os problemas que visualizam na instituição; fomentar a criação de uma forma de comunicação que seja transparente e permita aos colaboradores se sentirem à vontade para relatar fatos; deve-se sempre voltar aos objetivos e metas do processo e reavaliá-los a fim de ter uma visão de como está o desenvolvimento do projeto.

Seguindo essas orientações, é possível que o processo de gerenciamento seja mais efetivo e tenha a real participação de todos os envolvidos. Quando as pessoas sentem que fazem parte do processo, esforçam-se e buscam o máximo de resultados positivos.

4.6 - Análise SWOT

Existem várias técnicas utilizadas para os processos de gestão envolvendo pessoas, capital, mercadorias, recursos naturais, patrimônio cultural, dentre outros. Pensando no processo de análise e gestão de riscos, temos também várias técnicas para a realização de análises que podem ajudar na identificação do perfil de determinada instituição, setor, ramo de atividade etc. Dentre essas formas de análise, daremos destaque para a Análise SWOT, que significa: *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* ou FOFA em português (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Essa análise é uma forte aliada no processo de conhecimento profundo do processo, na qual serão levantados vários aspectos do ambiente por meio dos quais pretendemos realizar o processo de gerenciamento de riscos e é “recomendada quando do início do projeto como um estudo geral sobre os riscos envolvidos no empreendimento” (SANTOS NETO, 2007, p. 32.)

A Análise SWOT, também denominada em algumas literaturas como Matriz SWOT, foi criada na década de 1960 por Albert Humphrey, cujo objetivo era realizar a caracterização rápida de diversas empresas. Por meio desse tipo de análise, ele conseguiu rapidez no processo de comparação e caracterização e ainda robustez nos resultados obtidos, de modo que rapidamente a análise se difundiu em diferentes mercados e atualmente é utilizada de forma ampla devido à sua facilidade de aplicação. Devemos lembrar que ainda contamos com mais tecnologia no processo de gerenciamento de muitos dados com a utilização de programas de computadores que podem gerenciar o processo de análise da grande quantidade de informações com que se tem de trabalhar ao mesmo tempo.

A Análise SWOT pode ser utilizada em ambientes internos e externos à empresa, organização, instituição, tendo o potencial de caracterizar os pontos fortes e fracos e também de auxiliar na verificação de possíveis ameaças que possa sofrer (BOSA, 2020, p. 6). Seus principais objetivos são: analisar e sintetizar informações internas e externas da instituição, atividade e processo; identificar os pontos que podem ajudar nos diversos processos de gestão; realizar um levantamento dos riscos e problemas que deverão ser resolvidos de forma prioritária; listar os pontos fortes, fracos e aqueles que devem ser fortalecidos; mostrar o espaço que a atividade em questão tem no mercado; identificar internamente as forças e fraquezas e indicar formas eficazes de trabalhá-las positivamente no ambiente interno, junto com os colaboradores; listar as ameaças e oportunidades externas e lançar um plano de gestão que permita utilizar essas informações em favor do desenvolvimento da instituição. Por ser subjetiva e depender da percepção, conhecimento e habilidade das pessoas que o geraram, o nível de precisão da análise SWOT pode ser baixo. No entanto, pode ser útil em um nível macro quando o projeto se inicia ou no auxílio de tomadas de decisão (SANTOS NETO, 2007, p. 33).

Quando nos referimos ao ambiente interno de uma empresa, estamos pensando em todos os aspectos que a constituem internamente, como os recursos financeiros, humanos e físicos; e quando tratamos do ambiente externo temos variáveis presentes com o controle mais complexo e que exercem sua influência nas organizações, que pode ser monitorado mas pouco controlado pelos gestores, mesmo que tenham grande conhecimento das variáveis presentes.

Um processo adequado de identificação de variáveis internas e externas é de grande importância para o processo de gerenciamento, pois quanto maior o conhecimento dos processos envolvidos, maiores as chances de sucesso em qualquer tipo de trabalho que envolva gestão.

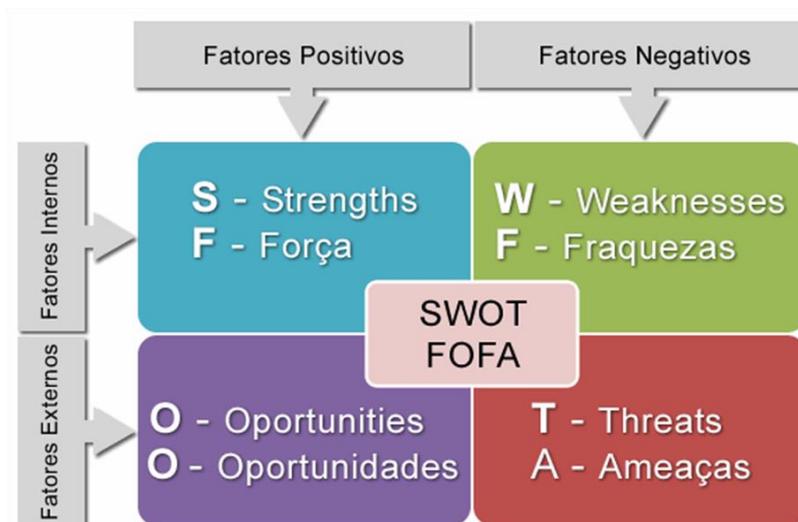
O conhecimento técnico competente e a boa gestão estratégica da atividade que se quer realizar ajudarão de forma substancial na redução de riscos nos diversos ramos de atividades e poderão conseqüentemente prevenir danos à saúde humana e ao ambiente no qual a atividade está inserida.

Essa forma de análise pode ser extrapolada para qualquer tipo de cenário ou ambiente institucional e, nesse momento, podemos pensar em aplicá-la no processo de gerenciamento de riscos.

A análise SWOT envolve a coleta de informações sobre fatores internos e externos que têm ou poderão ter impacto em uma organização. SWOT é um acrônimo, em inglês, que se refere à *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças), no qual as forças seriam os fatores que dão vantagem à empresa sobre suas concorrentes, as fraquezas, os fatores que podem ser prejudiciais se usados contra a empresa por suas concorrentes, as oportunidades, as situações favoráveis que podem trazer vantagem competitiva e as ameaças, as situações não favoráveis que podem afetar negativamente o negócio. (ARAÚJO, 2018, p. 7-8).

Na Figura 21, temos uma matriz SWOT que serve como importante ferramenta para utilização nos mais variados aspectos que envolvem as questões de gerenciamento.

Figura 21 - Exemplo de matriz SWOT



Fonte: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

4.7 – Gestão de Riscos e os Stakeholders

Apesar das expressões ‘gestão de riscos’ e ‘gerenciamento de riscos’ reportarem a uma mesma atividade e seus objetivos comumente utilizadas como sinônimos, a Norma ISO 31000:2009⁴⁴, desenvolvida a partir da norma técnica australiana e neozelandesa AS/NZ 4360:2004, faz uma distinção entre ambas em que “a gestão de riscos refere-se à arquitetura (princípios, estrutura e processo) para gerenciar riscos eficazmente, enquanto que gerenciar riscos refere-se à aplicação dessa arquitetura para riscos específicos” (ABNT-NBR-ISO 31000:2009, p. 6). Para a Norma Técnica Colombiana NTC – ISO 31000, a gestão de riscos são atividades coordenadas para dirigir e controlar a organização em relação ao risco (ICONTEC, 2018, p. 2). A ISO 31000:2009 é a norma internacional para gestão de risco. Ao fornecer princípios e diretrizes abrangentes, esta norma ajuda organizações em suas análises e avaliações de riscos. Seja no âmbito público, privado ou comunitário, o benefício da ISO 31000 poderá ser aplicado, pois ela se aplica à maioria das atividades, incluindo planejamento, operações de gestão e processos de comunicação, ou seja, são adaptáveis

⁴⁴ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Foro Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidade, laboratório e outros). A ABNT NBR ISO 31000 foi elaborada pela Comissão de Estudo Especial de Gestão de Riscos (CEE-63). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 08, de 07.08.2009 a 08.09.2009, com o número de Projeto 63:000.01-001. Esta Norma é uma adoção idêntica, em conteúdo técnico, estrutura e redação, à ISO 31000:2009, que foi elaborada pelo ISO Technical Management Board Working Group on risk management (ISO/TMB/WG), conforme ISO/IEC Guide 21-1:2005. (ABNT-NBR-ISO 31000:2009, p. 4). Disponível em: <https://gestravp.files.wordpress.com/2013/06/iso31000-gestc3a3o-de-riscos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

aos contextos externos e interno da organização. Apesar de todas as organizações gerenciarem riscos de alguma maneira, as recomendações das práticas dessa norma internacional foram desenvolvidas para melhorar as técnicas de gestão e garantir a segurança ao local de trabalho em todos os momentos. A partir da aplicação dos princípios e diretrizes da ISO 31000:2009 a instituição será capaz de melhorar a eficiência operacional, governança e confiança das partes interessadas, minimizando perdas. A expressão “partes interessadas” é citada nas normas AS/NZS ISO 14050, AS/NZS ISO 14004 e NTC 31000, referente à tradução para o termo *stakeholders*, criado pelo filósofo Robert Edward Freeman em 1963 citado em um memorando interno do *Stanford Research Institute* referindo-se à grupos ou indivíduos que influenciam e/ou são influenciados pelo alcance dos objetivos da organização (BOSZCZOWSKI, 2010; CARVALHO, 2013; BEZERRA, 2014). Para a Norma AS/NZS 4360:2004 os *stakeholders* são aquelas pessoas e organizações que podem afetar, serem afetadas, ou perceberem a si mesmas como sendo afetadas por uma decisão, atividade ou risco (AS/NZS 4360:2004, p. 6, tradução livre), sendo assim, a participação dos *stakeholders* permite que a gestão de riscos seja mais informada através de seus conhecimentos, pontos de vista e percepções.

Segundo a ISO 31000:2009, convém que o processo de gestão de riscos seja parte integrante da gestão da instituição, incorporado na cultura e nas práticas e adaptado aos processos administrativos da organização. Além do caráter normativo, o gerenciamento de riscos requer um comportamento cultural dos interessados participantes no processo, tornando-se além de uma política um hábito dentro da instituição na qual está implantada em todos os níveis e etapas sempre em direção de uma melhoria contínua por meio de aprendizagem e experiência.

Em nível nacional e de forma genérica, temos a Instrução Normativa Conjunta do Ministério Público e da Controladoria Geral da União nº 1 de 10 de maio de 2016 que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal que orienta em seu Art. 1º: “Os órgão e entidades do Poder Executivo Federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos aos controles internos, e à governança” (INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA MP/CGU Nº 1 DE 10 DE MAIO DE 2016).

O gerenciamento de riscos ajuda a melhorar o desempenho em várias áreas como saúde, administração, segurança etc., estabelece uma base sólida para a tomada de decisões e incentiva a gestão pró-ativa, podendo ser adaptada “para sua aplicação específica no campo do patrimônio cultural” (PEDERSOLI, 2010, p.9).

4.8 - O Gerenciamento de Riscos na Esfera do Patrimônio Cultural

No âmbito da conservação do patrimônio cultural e seu uso, “o gerenciamento de riscos é uma ferramenta de gestão eficaz para otimizar a tomada de decisões” (PEDERSOLI, 2010, p. 8). Esta ferramenta que foi introduzida há pouco mais de 15 anos neste campo “vem despertando o interesse e aplicação crescente por parte das instituições e profissionais do setor” (PEDERSOLI, 2010, p. 8). Utilizar o processo de gerenciamento para a conservação do patrimônio cultural ainda segundo Pedersoli:

...fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de risco para o patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos (grandes incêndios, enchentes etc.) até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua (enfraquecimento de suportes celulósicos, danos por insetos, corrosão por tintas ferrogálicas etc.). (PEDERSOLI, 2010, p. 8).

O termo gestão, inserido nesse aspecto de preservação do patrimônio cultural, segundo Hernán Olazával (2012, p. 278, tradução livre) ⁴⁵“engloba todas as ações que visam atingir um propósito, inclui o conjunto de ações destinadas a destacar o valor do passado e efetivar o conhecimento, preservação, conservação e divulgação do patrimônio”.

O estabelecimento de prioridades e estratégias no sentido de minimizar e estabilizar os riscos que podem vir a impactar negativamente o patrimônio cultural são elementos utilizados para preservar esse patrimônio para as futuras gerações com a menor perda de valor possível, por isso o gerenciamento de riscos:

É uma metodologia de análise que considera o risco como um fator a ser observado primordialmente, e onde, a partir da vulnerabilidade e do contexto no qual o acervo se encontra, se definem as necessidades de ação sobre ele, particularmente pela ponderação da perda de percentual de perda de seu valor e o que esta perda representa para o valor da coleção (MICHALSKI; PEDERSOLI, 2009 *apud* GRANATO; HANNESCH, 2015, p.220).

As tomadas de decisões, a priorização, a alocação de recursos baseadas nas estimativas científicas e nas estatísticas que fundamentam a probabilidade de ocorrência, da natureza e magnitude de impactos futuros sobre os objetivos da instituição representam segundo Hollós e Pedersoli (2009):

um avanço em relação à abordagem atual da conservação preventiva do patrimônio, permitindo e estimulando o estabelecimento eficaz de prioridades para alocação de recursos a partir de uma visão integrada de todos os

⁴⁵ engloba todas las acciones encaminadas al logro de un propósito, comprende el conjunto de actuaciones destinadas a destacar el valor del pasado y hacer efectivo el conocimiento, preservación, conservación y difusión de patrimonio.

possíveis danos e perdas de valor para o patrimônio (HOLLÓS; PEDERSOLI, 2009, p. 79).

O gerenciamento de riscos dentro da perspectiva da preservação dos bens culturais recebe novos desafios e “variáveis como, por exemplo, a valoração dos acervos, na análise e avaliação das problemáticas de conservação e, sobretudo, na formulação dos planos e projetos de conservação” (DAZA; REGUERA, 2012, p. 242), esse processo tem como objetivo “minimizar a perda de valor dos bens patrimoniais, conforme mensurada em algum momento específico no futuro e a um determinado custo” (PEDERSOLI, 2012, p. 270).

4.9 - A Valoração dos Bens Culturais e os Métodos de Gerenciamento de Riscos

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss, valoração é o ato ou efeito de determinar a qualidade ou valor de algo (HOUAISS, 2001, p. 2826).

A valoração dos objetos ou coleções está relacionada aos processos de avaliação de significância e de priorização nos quais as tomadas de decisões irão se guiar quando das ações de forma eficaz e com subsídios, para a proteção do patrimônio cultural.

Entende-se como priorização o processo que tem o objetivo de “estabelecer categorias de valor para a coleção que possam ser legítimas e, ao mesmo tempo aceitas” (DAZA; REGUERA, 2012, p. 246) e a avaliação de significância é um processo que se originou fora do domínio do patrimônio cultural, mas que hoje é comumente utilizado dentro desse contexto, “trata-se de um processo de pesquisa que revela os múltiplos significados, valores e importâncias representados em um objeto, acervo, sítio ou expressões imaterial da cultura” (BULLOCK, 2012, p. 224).

Entender como um item ou coleção é significativo é entender todo o caminho de pesquisa e compreensão do significado desses objetos constituindo dessa forma sua valoração e sua significância cultural.

O termo significância cultural vem sendo usado por profissionais, pesquisadores e entidades ligados ao campo da conservação para indicar os múltiplos valores atribuídos a objetos, edifícios, paisagens, artefatos etnográficos, objetos de ciência e tecnologia etc. Esse patrimônio possui diferentes significados e usos para diferentes indivíduos e comunidades, devendo não se restringir a uma construção acadêmica e sim por todos aqueles que afetam ou são afetados pelo patrimônio cultural, ou seja, os *stakeholders*.

Através da classificação dos valores de diferentes disciplinas, áreas do conhecimento ou uso, as instâncias ligadas à conservação vêm trabalhando com muitos significados, emoções e funções associados aos bens materiais sob seus cuidados.

Partindo do princípio que é necessário valorar um bem para que se estabeleça prioridade para sua conservação, Alois Riegl, historiador de arte vienense presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, designado em 1902, atribuiu valores em diferentes perspectivas à monumentos em seu livro intitulado *O Culto Moderno dos Monumentos*, de 1903, como parte dos trabalhos para organizar a legislação de conservação de monumentos austríacos (CUNHA, 2006; LIMA, 2014).

Em sua obra, especificamente no segundo capítulo, Reigl classifica os valores dos monumentos em: valor de antiguidade, valor histórico chamado por Choay (2001, p. 169) de valor de “ancianidade”, e valor volúvel ou de memória intencional. No terceiro capítulo são destacados os valores de contemporaneidade entre os quais o autor nomeia valor de uso e valor artístico, este dividindo-se em valor de arte relativo e de novidade.

O documento australiano Carta de Burra de 1980 também faz referência a valoração do patrimônio, quando em seu corpo textual a expressão “significação cultural” é citada 18 vezes conceituada pelo “valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” (CARTA DE BURRA, 1980, p. 1).

Seguindo na linha em que a metodologia sistemática prioriza a tomada de decisão em relação aos tratamentos de conservação, levando em consideração procedimentos técnicos, aspectos filosóficos, suposições e julgamentos de valor inerentes a cada decisão de conservação, a autora Barbara Appelbaum em seu livro *Conservation Treatment Methodology*, de 2007, classifica os valores dos objetos em 13 categorias, entre elas: valor de arte, valor estético, valor histórico, valor de uso/função, valor de pesquisa/ciência, valor educacional, valor de idade, valor de novidade, valor sentimental, valor monetário, valor associativo, valor comemorativo e valor de raridade onde a autora faz um estudo profundo sobre o processo de condução de um tratamento de conservação. Segundo Appelbaum, “não há linhas claras que definam, para todos os tempos e em todos os casos, os limites entre tratamentos de conservação adequados e inadequados” (APPELBAUM, 2010, p. xix, tradução livre) e ainda acrescenta que as diferentes fontes de informações sobre os objetos e seu entorno são cruciais para a tomada de decisões em relação à sua conservação e divide a Metodologia de Tratamento de Conservação em quatro seções abrangentes como podemos visualizar na Figura 22.

Figura 22 - Quadro de caracterização dos objetos proposto por Barbara Appelbaum

	Aspectos materiais	Aspectos não materiais
Informações específicas do objeto	<p>Informação: fenômenos observados e suas interpretações; identificação de materiais, determinação de estrutura.</p> <p>Fonte: objeto.</p> <p>Estratégia: exame físico, análise, imagem, teste.</p>	<p>Informação: História do objeto, valores atuais, futuro projetado.</p> <p>Fonte: Custodiante,, outros.</p> <p>Estratégia: Entrevista, consulta de registros institucionais.</p>
Informações não específicas do objeto	<p>Informação: Métodos de fabricação, propriedades dos materiais, estudos de deterioração.</p> <p>Fonte: História da tecnologia, ciência dos materiais, conhecimento do conservador de objetos semelhantes.</p> <p>Estratégia: Consultar literatura de conservação.</p>	<p>Informação: Informação sobre objetos relacionados, história da arte, informações culturais gerais.</p> <p>Fonte: Profissões afins, conhecimento prévio do conservador.</p> <p>Estratégia: Revisar literatura, consultar profissionais aliados.</p>

Fonte: Adaptado: APPELBAUM, B. 2010, p. 11

Em 2009, foi publicada pelo *Collections Council of Australia* uma abordagem que avaliara a significância de objetos e acervos dos autores Roslyn Russell e Kylie Winkworth, denominada *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*. Neste guia:

A significância define os significados e valores de um item ou coleção do patrimônio cultural por meio de pesquisa e análise e por avaliação em relação a um conjunto padrão de critérios. *Significance 2.0* descreve a teoria, prática e muitas aplicações do conceito de significância na gestão de coleções (RUSSELL; WINKWORTH, 2009, p. 1, tradução livre).

Todos os estudos citados anteriormente convergem para os critérios de valoração qualitativa e priorização no que diz respeito à conservação do patrimônio cultural. O gerenciamento de riscos vem agregar conhecimentos e dar subsídios para fundamentar o processo de gestão dos riscos que afetam acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos bem como a elaboração de um plano de emergência. No Método ABC, que será descrito adiante, a análise é feita quantitativamente através das escalas A, B e C.

4.10 - O Método ABC

O direcionamento do desenvolvimento e disseminação da metodologia do gerenciamento de riscos aplicada ao patrimônio cultural vem sendo trabalhado, ao longo dos anos, em parceria entre o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), o Instituto Canadense de Conservação (CCI), a Agência Holandesa de Patrimônio Cultural (RCE) e o Instituto Central de Conservação da Sérvia (CIK), fazendo parte dos programas de pesquisa, informação e capacitação dessas organizações (PEDERSOLI, 2020).

O resultado dessa parceria foi a elaboração do manual chamado *The ABC Method: A risk management approach to the preservation of cultural heritage* (Método ABC: Uma abordagem de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural). Publicação realizada e aprimorada durante dez anos pelas instituições acima citadas no âmbito do programa do curso *Reducing Risks To Collections*, tendo como autor principal e co-autor Stefan Michalski e José Luiz Pedersoli Júnior respectivamente, que serviu de base para uma versão abreviada chamada Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico, inicialmente em versões nos idiomas inglês e árabe, e posteriormente “traduzida para o português sob os auspícios do Programa Ibermuseus, no âmbito de sua linha de Apoio ao Patrimônio Museológico em Situação de Risco em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” (GUIA DE GESTÃO DE RISCOS PARA O PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO, 2017, p. 5).

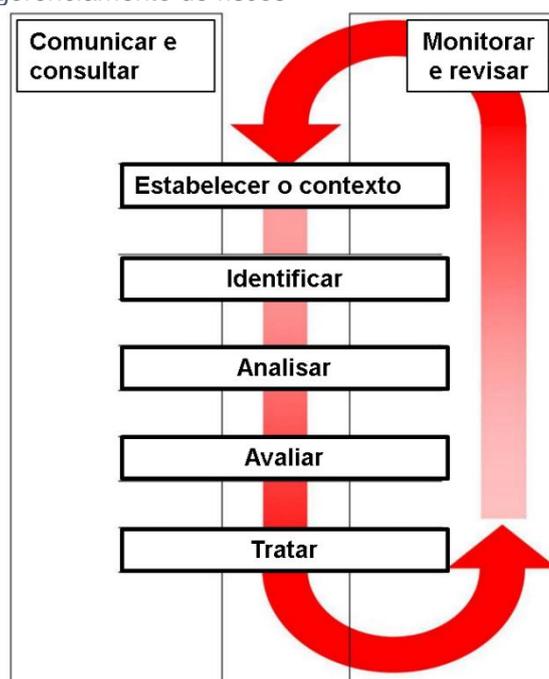
O Método ABC tem como principal objetivo: “avaliar os riscos e processos de deterioração que afetam nosso patrimônio e, em seguida, agir para reduzi-los da forma mais eficaz possível, dados os recursos disponíveis” (ABC METHOD, 2016, p. 8, tradução livre). E segundo o manual, sua construção teve contribuições importantes daqueles participantes dos cursos *Reducing Risks To Collections* que trouxeram seus estudos de caso com exemplos para ilustrar o escopo variável da tomada de decisão baseada em riscos comuns ou mais complexos e:

O restante foi criado considerando como as decisões de preservação comuns podem ser consideradas a partir de uma abordagem baseada em risco. Esperamos que esses exemplos inspirem os usuários a considerar muitas decisões de preservação da perspectiva do risco, não necessariamente com a metodologia completa do manual, mas pelo menos com as ideias fundamentais (ABC METHOD, 2016, p. 12 tradução livre)⁴⁶.

⁴⁶ The rest were created by considering how common preservation decisions can be considered from a risk-based approach. It is our hope that these examples inspire users to consider many preservation decisions from the risk perspective, not necessarily with the full methodology of the manual, but at least with the fundamental ideas.

A Figura 23 mostra o gráfico que representa o ciclo do gerenciamento de risco proposto pelo Método ABC aplicado ao patrimônio museológico, inicialmente encontrado na *Australian/New Zealand Standard for Risk Management (AS/NZS 4360:2004)* e posteriormente fazendo parte da *ISO 31000:2009 Standard for Risk Management*, nele está expressa a metodologia da gestão de riscos para os bens que estão sob proteção dos museus e instituições semelhantes.

Figura 23 - Representação gráfica do ciclo do gerenciamento de riscos



Fonte: The ABC Method, 2016, p. 20

O gerenciamento de riscos proposto pelo Método ABC é constituído pelas 5 etapas ou passos nos quais serão estabelecidos o contexto em que os riscos serão gerenciados: identificação; análise; avaliação e tratamento dos riscos, sempre pressupondo o monitoramento e retroalimentação do processo de forma contínua e cíclica. E dentro de cada passo, o manual fornece uma subseção sobre tarefas e outra de explicações.

Percebemos as características do método no programa de gerenciamento de riscos da Biblioteca Nacional que foi organizado por José Luiz Pedersoli Júnior e Jayme Spinelli no qual encontramos a presença dos cinco passos do método ABC já citados, que consistem em:

1. Estabelecimento do contexto em que os riscos serão gerenciados, significando explicitar os objetivos e valores da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à

organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá e os critérios para avaliação dos riscos; **2.** Identificação dos riscos de forma sistemática e abrangente; **3.** Análise dos riscos para quantificar sua magnitude, ou seja, a probabilidade de ocorrência e o impacto esperado; **4.** Avaliação dos riscos para decidir quais deles serão mitigados e com que prioridade; **5.** Tratamento dos riscos priorizados para eliminá-los ou reduzi-los a níveis aceitáveis (PEDERSOLI, 2010, p. 9).

A escala ABC, representada na Figura 24, que dá nome ao método consiste em uma análise quantitativa de riscos do patrimônio cultural criada por Stefan Michalski (*Canadian Conservation Institute – CCI*) e que foi adotada posteriormente pelo consórcio CCI – ICCROM – RCE. Nesta escala, cada letra possui uma pontuação que varia de 1 (taxa mínima) a 5 (taxa máxima), a letra A representa a frequência ou taxa estimada de ocorrência dos riscos, a letra B representa a perda de valor em cada item afetado e a letra C a fração do valor do acervo afetada pelo risco, a soma desses elementos constitui a magnitude do risco (MR).

Figura 24 - Representação gráfica do cálculo da magnitude do risco



Fonte: Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico, 2016, p. 89

Segundo Pedersoli, as escalas ABC são de ordem de magnitude também chamadas de escalas logarítmicas ou seja:

[...] cada unidade numérica na escala representa um fator de dez vezes. Este tipo de escala é utilizado para quantificar uma série de fenômenos cuja intensidade pode variar grandemente, ao longo de um intervalo de várias ordens de magnitude, como a escala Richter para terremotos (PEDERSOLI, 2012, p.274).

A magnitude de risco também recebe uma escala de pontuação que varia do número 5, representando uma minúscula perda de valor da fração dos itens do acervo, até o 15 que representa riscos catastróficos como podemos observar na Figura 25.

A partir do cálculo e análise da magnitude de risco a qual o acervo está exposto, o tratamento dos riscos é implementado do mais catastrófico para o menos catastrófico.

Figura 25 - Escala com valores de Magnitude de Risco de acordo com nível de prioridade

Grau de prioridade do risco	MR	Perda de valor esperada no acervo
13½ - 15 Prioridade catastrófica Todo ou quase todo o acervo sofrerá perda total em alguns poucos anos.	15	100% em 1 ano
	14½	30% ao ano
	14	10% ao ano = 100% em 10 anos
	13½	3% ao ano = 30% a cada 10 anos
11½ - 13 Prioridade extrema Danos significativos em todo o acervo ou perda total de uma fração significativa de seu valor em aproximadamente uma década. Perda total do acervo ou de uma grande parte de seu valor em aproximadamente um século.	13	10% a cada 10 anos = 100% em 100 anos
	12½	3% a cada 10 anos = 30% a cada 100 anos
	12	1% a cada 10 anos = 10% a cada 100 anos
	11½	0,3% a cada 10 anos = 3% a cada 100 anos
9½ - 11 Prioridade alta Perda de valor significativa numa pequena fração do acervo ou uma pequena perda de valor em parte significativa do acervo em aproximadamente um século.	11	1% a cada 100 anos
	10½	0,3% a cada 100 anos
	10	0,1% a cada 100 anos
	9½	0,03% a cada 100 anos
7½ - 9 Prioridade média Danos pequenos e similar perda de valor no acervo em muitos séculos. Perda significativa na maior parte do acervo no transcurso de vários milênios.	9	0,1% a cada 1.000 anos = 1% a cada 10.000 anos
	8½	
	8	0,01% a cada 1.000 anos = 0,1% a cada 10.000 anos
	7½	
7 e inferior Prioridade baixa Danos e perda de valor mínimos ou insignificantes para o acervo no transcurso de vários milênios.	7	0,001% a cada 1.000 anos = 0,01% a cada 10.000 anos
	6½	
	6	0,0001% a cada 1.000 anos = 0,001% a cada 10.000 anos
	5½	
	5	0,00001% a cada 1.000 anos = 0,0001% a cada 10.000 anos

Fonte: Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico, 2016, p. 97

Outro destaque que fazemos é o trabalho de Robert Waller no qual estabelece um modelo geral de análise de risco para as coleções do Museu Natural Canadense, segundo o autor:

a intenção do projeto é desenvolver uma metodologia de análise quantitativa de risco para estabelecer prioridades para pesquisa em preservação e conservação preventiva em coleções [...] que pode ser transferível para outras instituições e outras tipologias de patrimônio cultural (WALLER, 2003, p. 1, tradução livre)⁴⁷.

⁴⁷ The intent of the Project is to develop a quantitative risk analysis methodology for establishing priorities for collection preservation and preventive conservation research [...] that can be transferable to other institutions and to other types of cultural property.

Esse trabalho foi apresentado ao Programa em Pós-Graduação e Doutorado na Disciplina de Conservação da Universidade de Göteborg na Suécia, intitulado *Cultural Property Risk Analysis Model: Development and Application to Preventive Conservation at the Canadian Museum of Nature*.

Nesse modelo, também é feito o cálculo e avaliação da magnitude e hierarquização dos riscos. Waller adota o elenco de agentes de deterioração proposta por Michalski em 1990, sendo acrescido posteriormente o agente dissociação (WALLER, 2003).

Em seu estudo, Waller classifica os riscos, visualizados na Figura 26, em Tipo 1, aqueles considerados raros em frequência porém catastróficos em intensidade como um terremoto; Tipo 2, considerados esporádicos e severos; Tipo 3, considerados constantes e graduais, e define como riscos genéricos a combinação de um agente de deterioração e um tipo de risco que de acordo com Waller (2003, p. 52, tradução livre) “combinando dez agentes de deterioração e três tipos de riscos podem levar a um máximo de trinta riscos genéricos possíveis”.

Figura 26 - Representação gráfica da tipificação dos riscos quanto sua frequência e intensidade segundo Robert Waller

FREQUÊNCIA INTENSIDADE	CONSTANTE	ESPORÁDICO	RARO
CATASTRÓFICO		 TIPO 1
SEVERO	 TIPO 2	
GRADUAL/SUAVE TIPO 3		

Fonte: Adaptado: WALLER, Robert, 2003, p. 51

A partir dos riscos genéricos, Waller propõe a identificação dos riscos específicos como por exemplo “a quebra de objetos devido ao tombamento ou queda de prateleira durante um terremoto” (WALLER, 2003, p. 53, tradução livre)⁴⁸, sendo resultado de uma força física (agente de deterioração) mais um risco Tipo 1. A Figura 27 representa o cálculo do risco genérico.

⁴⁸ Breakage by toppling or falling from shelf during earthquake.

Figura 27 – Representação gráfica da formação do risco genérico por Robert Waller



Fonte: Adaptado: WALLER, Robert, 2015 p. 3

A quantificação da magnitude de risco adotada por Waller é traduzida pela fórmula apresentada a seguir na Figura 28:

Figura 28 - Representação gráfica da fórmula proposta por Robert Waller para a magnitude do risco



Fonte: WALLER, Robert, 2015, p. 6

A magnitude de risco (MR - Magnitude of Risk) é o produto da fração susceptível (FS – Fraction Susceptible), da perda de valor (LV – Loss in Value), da probabilidade de um evento acontecer em 100 anos (P – Probability), e da extensão dos danos (E – Extent).

Dois pontos merecem destaque quanto ao uso do gerenciamento de riscos voltado à preservação do patrimônio cultural, um seria “a colaboração intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar” (PEDERSOLI, 2010, p. 10), criando dessa forma entre vários atores institucionais e áreas do conhecimento cooperação com o objetivo de preservar o patrimônio de forma eficiente, ou seja, “pressupõe a implantação de um processo de gestão contínuo na organização e o apoio e envolvimento de todos os seus segmentos” (HOLLÓS; PEDERSOLI, 2009, p. 76). E dependerá significativamente do grau de participação e comunicação com as demais disciplinas e profissionais envolvidos no processo (HOLLÓS; PEDERSOLI, 2009, p. 79). O outro ponto seria a “priorização e tomada de decisões bem justificadas quanto ao uso dos recursos disponíveis tipicamente limitados” (PEDERSOLI, 2010, p. 10), recursos que vêm sofrendo cortes a cada alternância de governos principalmente no atual governo Bolsonaro que de forma sistemática vem desmontando tanto o setor ambiental quanto o cultural,

comprovada pela extinção do próprio Ministério da Cultura no primeiro ato desse governo em 2019 e segundo reportagem do site Farofafá (Carta Capital) o governo enviou para o congresso no dia 31 de agosto de 2020 uma proposta que previa a redução de recursos da ordem de R\$ 9 bilhões (de 11,6 bi em 2020 para 2,5 bi em 2021, mais de 80%) no orçamento do Ministério do Turismo, ao qual a Secretaria Especial da Cultura está vinculada (MEDEIROS, 2020, p. 1-2).

Diante das dificuldades pelas quais passam as instituições públicas que abrigam acervos de significância cultural como a Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife é que o estudo de gerenciamento de riscos oferece condições para preservação a partir de soluções que podem ser relativamente simples sem precisar de grandes despesas, mas que podem agregar bons resultados mediante estudos de probabilidade e a antecipação de riscos. A preservação desse acervo formado pelo suporte de transmissão e conservação da informação, o livro, para as futuras gerações, se faz importante e necessária. Apesar da existência de grande variedade e capacidade de armazenamento de mídias eletrônicas, o papel sobrevive até os dias atuais e o fato de os livros continuarem nas prateleiras, para Umberto Eco (2009, p. 1), “é uma garantia da memória para quando os fios dos instrumentos eletrônicos entrarem em curto”.

4.11 - O Gerenciamento de Riscos: soluções e propostas, o caso da Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito de Recife

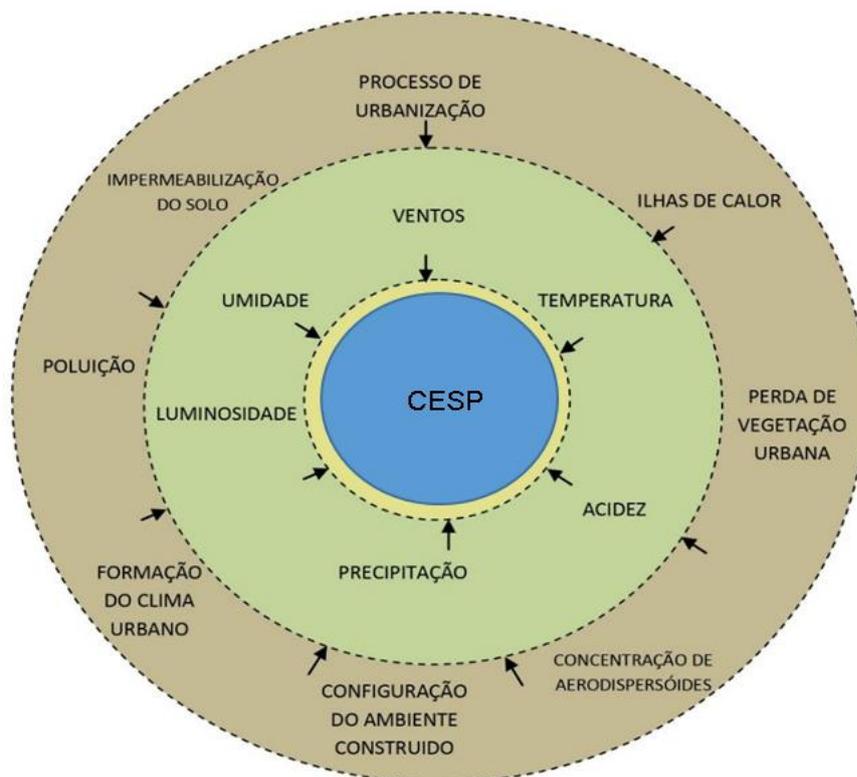
Considerando todo o conteúdo teórico presente na dissertação e baseando-se no modelo de estudo proposto por Stefan Michalski nos guiaremos para traçar um caminho que melhor se adapte às condições do acervo da Biblioteca da FDR, chamado de Coleção Especial – Obras Raras (CESP).

A metodologia proposta para o estudo teórico-prático em um contexto empírico concreto contou como subsídios um estudo do ambiente da CESP, de situações de riscos pelas quais a CESP têm passado, com as experiências dos funcionários envolvidos diretamente com a coleção, informações obtidas através de entrevistas realizadas por meio eletrônico, devido ao distanciamento social imposto pela pandemia do Covid 19, pela observação *in loco* dos espaços que envolvem o acervo, de mapas, plantas baixas, e do registro fotográfico, identificando os riscos, dados obtidos de pesquisas anteriores sobre o ambiente da CESP, soluções propostas e o que já foi realizado no controle dos riscos mostrando o antes e o depois.

4.11.1 – Estabelecendo o Contexto

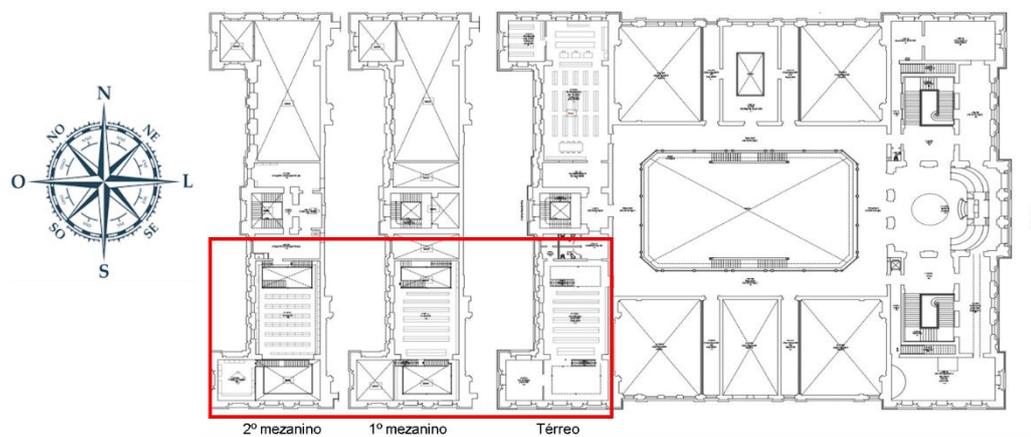
A CESP é um patrimônio centenário abrigado em um prédio igualmente centenário situado na ala sudoeste da fachada posterior da FDR, recebendo, portanto, a incidência dos raios solares de todo período vespertino, em uma região litorânea no centro da capital pernambucana, que teve seu crescimento urbano acelerado somado a outros fatores climáticos e fenômenos decorrentes que contribuíram para a formação de ilhas de calor que irão influenciar o clima local e, conseqüentemente, no prédio e no acervo como demonstrado nas Figuras 29 e 30.

Figura 29 – Representação gráfica dos fatores climáticos e fenômenos decorrentes influenciando na preservação do acervo da CESP



Fonte: Adaptado de Borges, 2017, p. 17

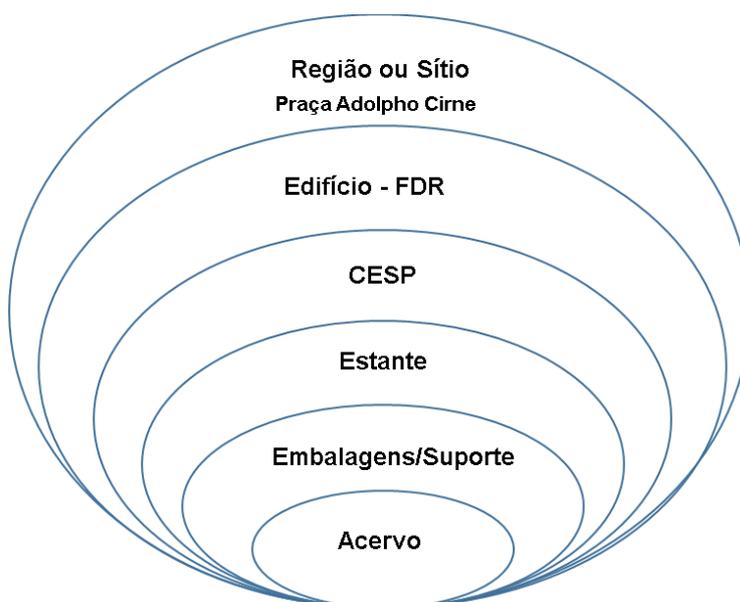
Figura 30 - Planta baixa da FDR em destaque os 3 pisos da CESP (térreo, 1º e 2º mezaninos)



Fonte: Empresa JME

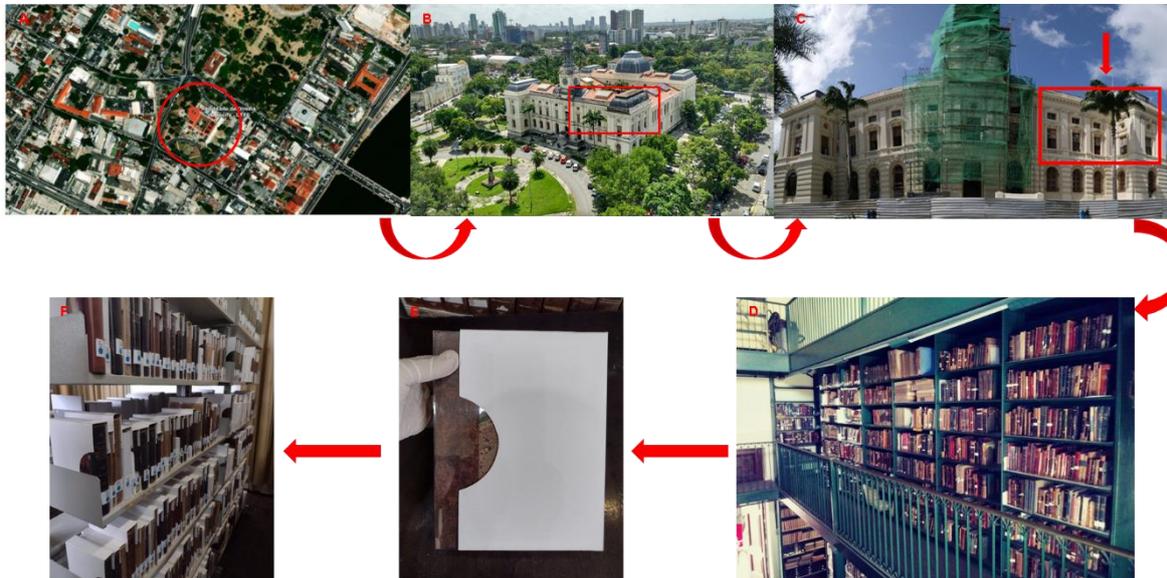
A relação entre os ambientes (interno e externo) que circundam o acervo constitui o que Michalski classifica de camadas envoltórias numeradas em seis, representada na Figura 31, e exemplificadas em fotos na Figura 32, determinando assim, a abrangência do processo de gerenciamento de riscos.

Figura 31 - Representação gráfica das camadas envoltórias



Fonte: Adaptado: Michalski, 2017, p.77

Figura 32 - (A, B, C, D, E, F). A(vista de satélite da localização da FDR); B(Vista aérea da FDR em destaque a localização da CESP); C(Fachada posterior da FDR em destaque a localização da CESP); D(Estantes na CESP); E(Acondicionamento de livro com material alcalino e jaqueta de poliéster); F(Acervo na CESP)



Fotos: A (satellite.map.gasur.com); B (BORGES, 2017, p .71); C, D,E ,F(Erinaldo Vilaça, 2021)

No âmbito institucional, a CESP está sob responsabilidade da Coordenação da Biblioteca que, por sua vez, está subordinada à direção do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPE, mais conhecido e preferencialmente chamado de FDR. Desta forma, a Faculdade de Direito do Recife está inserida em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) estando sujeita aos trâmites legais que regem as Universidades Federais.

4.11.2 – Identificação dos Riscos e Ações Emergenciais

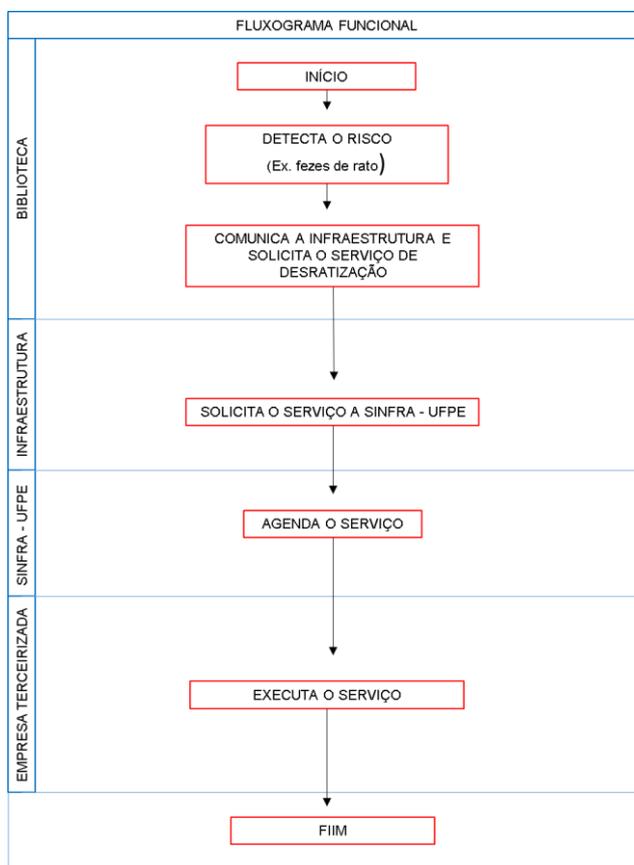
Identificamos de início que já existe uma prática consciente do combate aos agentes de deterioração do acervo no qual os atores envolvidos trocam informações e discutem soluções para os problemas apontados, dentro das possibilidades da instituição, porém não existe um plano formal escrito que estabeleça as diretrizes para a preservação da CESP. Nas palavras da entrevistada 2, “Não possui documento formal, mas segue na medida do possível as normas e critérios estabelecidos pelo “Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência da Biblioteca Nacional”, elaborado por Jayme Spinelli e José Luiz Pedersoli Jr”.

O setor responsável pela conservação, restauração e acondicionamento da Coleção Especial (CESP) da Biblioteca da FDR é o LABOR (Laboratório de Restauo). Nele, os procedimentos técnicos específicos são realizados por profissionais capacitados na área de restauro em suporte papel. Os riscos identificados pela Biblioteca que não podem ser

resolvidos diretamente pelos seus profissionais são comunicados e solicitados via correio eletrônico e pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC) da UFPE, formalizando as demandas entre os setores responsáveis e seguindo um fluxo funcional até a resolução do problema.

Os serviços de manutenção predial, limpeza, jardinagem, poda, segurança, dedetização, etc., são realizados por empresas terceirizadas que têm seus contratos sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa (PROGEST - UFPE), sendo elas consideradas partes integrantes e complementares no processo de gestão dos riscos.

Figura 33- Fluxo das ações tomadas no enfrentamento dos riscos na FDR



Fonte: Erinaldo Vilaça

Sabemos que os riscos podem atuar de forma individual ou associados, porém em nossa pesquisa os trataremos pontual e separadamente por questões didáticas. Contamos também com a experiência e olhares distintos dos profissionais que trabalham diretamente na CESP. Assim, foi formulada e distribuída entre eles uma planilha com os 10 agentes de deterioração e solicitamos que atribuíssem valores que variavam entre 1(mínimo) e 5 (máximo), onde eles também poderiam opinar sobre suas análises a respeito dos riscos

identificados na CESP e uma matriz swot pedindo que descrevessem as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da CESP, para dar início aos estudos dos riscos a partir das informações e análises recebidas. A Figura 34 mostra o resultado dessa matriz:

Figura 34 - Matriz SWOT. Análise sobre as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da CESP



Fonte: Erinaldo Vilaça, 2021

4.11.3 - O Risco Água

Entre os profissionais que trabalham na conservação da CESP este risco recebeu a pontuação 4, sendo considerado um risco grande e máximo de ocorrência. Identificamos que não existe a probabilidade do acervo ser atingido por enchentes, haja vista a CESP estar localizada no 1º andar do prédio. Porém, há tubulações de escoamento de águas pluviais e de água encanada proveniente de dois banheiros e de uma antiga copa que está desativada e que devem ser levados em consideração no monitoramento. A água também pode entrar por janelas deixadas abertas e pela tubulação de drenagem de aparelhos de ar condicionado em salas onde haja o controle climático, por isso é importante verificar diariamente as janelas

antes do encerramento do expediente e a manutenção preventiva dos equipamentos de ar condicionado.

A CESP, especificamente a sala Gláucio Veiga, conviveu por aproximadamente 4 anos com uma infiltração, identificada na Figura 32, provocada pelo desprendimento de peças de ardósias que recobrem a cúpula logo acima dessa sala. Além da especificidade do serviço não contemplado no contrato nº. 007/2021 (processo 23076.005389/2021-61) com a empresa CBL Construções e Incorporações Ltda, que executa a manutenção predial em toda UFPE, não havia outro ambiente que o acervo pudesse ser transferido. O risco causado por essa infiltração foi solucionado apenas com a reforma da 5ª etapa da FDR, onde toda cobertura da CESP foi contemplada como mostram as Figuras 35 e 36.

Figura 35 - Estantes com livros na CESP (Sala Gláucio Veiga) protegidas por lonas devido a infiltrações



Foto: Erinaldo Vilaça, 2018

Figura 36 - Sala Gláucio Veiga sem infiltrações após reparo em sua cúpula

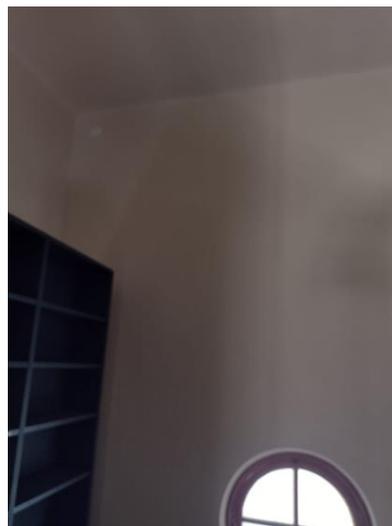
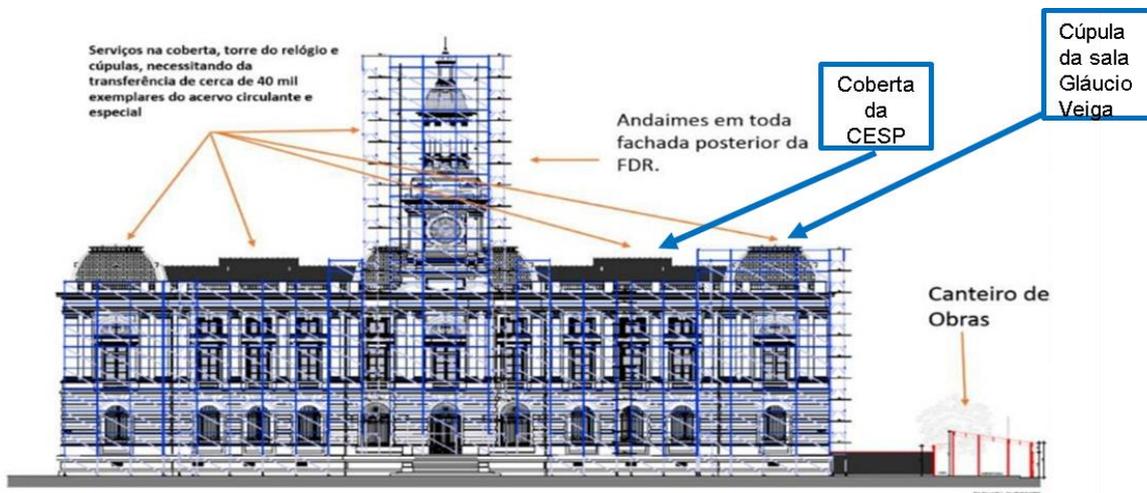


Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

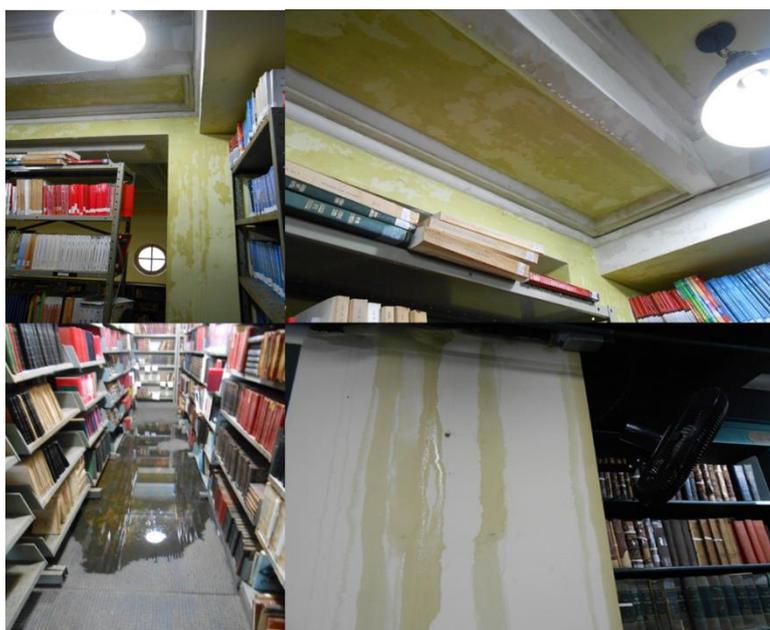
Figura 37 - Fachada posterior da FDR com andaimes montados para a obra da 5ª etapa



Fonte: Empresa JME

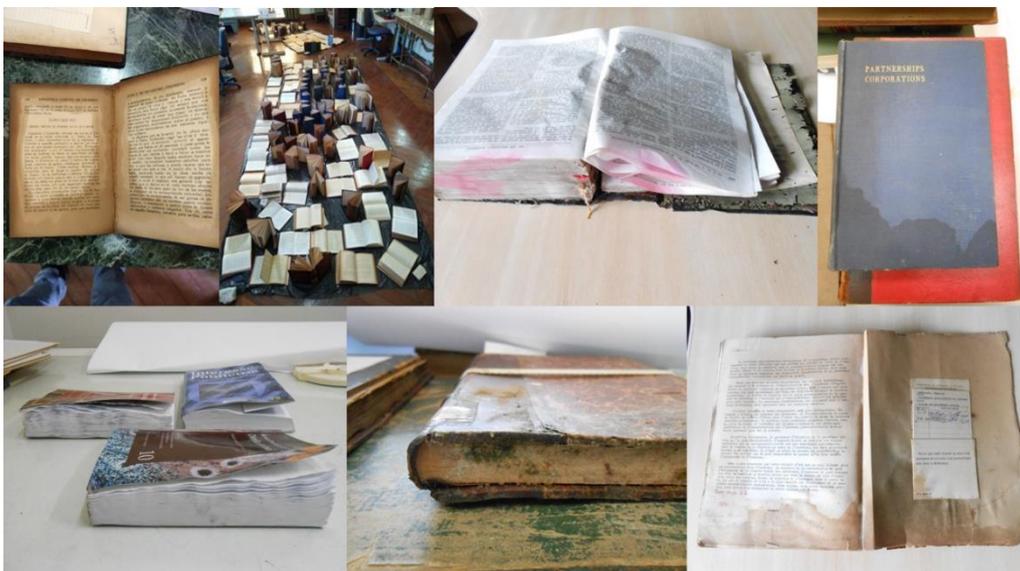
A cobertura é o maior fator de risco em relação a água, para os acervos, e sua manutenção deve estar sempre como prioridade nas ações da FDR. Questionada sobre se testemunhara algum evento envolvendo infiltrações na CESP a entrevistada 1 disse: “Estou na FDR há 14 anos. Já presenciei três sinistros envolvendo infiltração por água da chuva que danificou livros do acervo”, por consequência de goteiras, como demonstram as Figuras 38 e 39.

Figura 38 - Vazamentos e goteiras na CESP



Fotos: Angélica Borges, 2017

Figura 39 - Livros encharcados em consequência de vazamentos no telhado da CESP



Fotos: Angélica Borges, 2017

Outro problema identificado é o entupimento de calhas e tubulação de descida de água pluvial, por causa de galhos, folhas e frutos de árvores do entorno da FDR. Por isso a Coordenação de Infraestrutura da FDR programa anualmente o serviço de manutenção das árvores, através do serviço de poda e rebaixamento de copa que, em 2021, ocorreu entre os dias 24 de maio e 07 de abril, autorizado legalmente pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife, nº do processo 8037919621, executado pela empresa Engemaia e CIA Ltda (Processo 23076.053641/2019-05, Contrato 054/2019) a poda de 93 exemplares arbóreos que circundam os 18.502,12m² de área externa à Faculdade de Direito do Recife demonstradas respectivamente nas Figuras 40 e 41.

4.11.4 - O Risco Fogo

O risco fogo vem sendo considerado de grande preocupação e foi pontuado pelos funcionários entre os níveis 4 e 5 (grande e máximo riscos), haja vista a recorrente perda de bens culturais causada pelos incêndios em Bibliotecas e Museus no Brasil, como os ocorridos no Museu da Arte Moderna (08/07/1978); Instituto Butantan (15/05/2010); Memorial da América Latina (29/11/2013); Museu da Língua Portuguesa (21/12/2015); Biblioteca Central UFPE (27/02/2018); Museu Nacional da UFRJ (02/09/2018); Reserva Técnica do Museu de História Natural da UFMG (15/06/2020) e mais recentemente em galpões da Cinemateca Brasileira em São Paulo no dia 29 de julho deste ano (2021), mesmo local que sofreu um incêndio em 2016 a foi atingido por uma enchente em fevereiro de 2020 (g1.globo.com).

É espantoso as causas que deram início aos incêndios quando os laudos são divulgados e impressiona mais ainda quando sabemos que muito poderiam ser evitados. Fiações e instalações elétricas fora do padrão das normas técnicas são as principais causas de princípios de incêndio, um evento dessa modalidade pode causar prejuízos incalculáveis a acervos em museus, arquivos e bibliotecas que, além da perda dos bens, permanecem longos períodos fechados ao público enquanto se reconstrói o prédio, recupera-se ou restaura-se os objetos danificados pelo fogo, fumaça, fuligem ou pela água usada na extinção do incêndio.

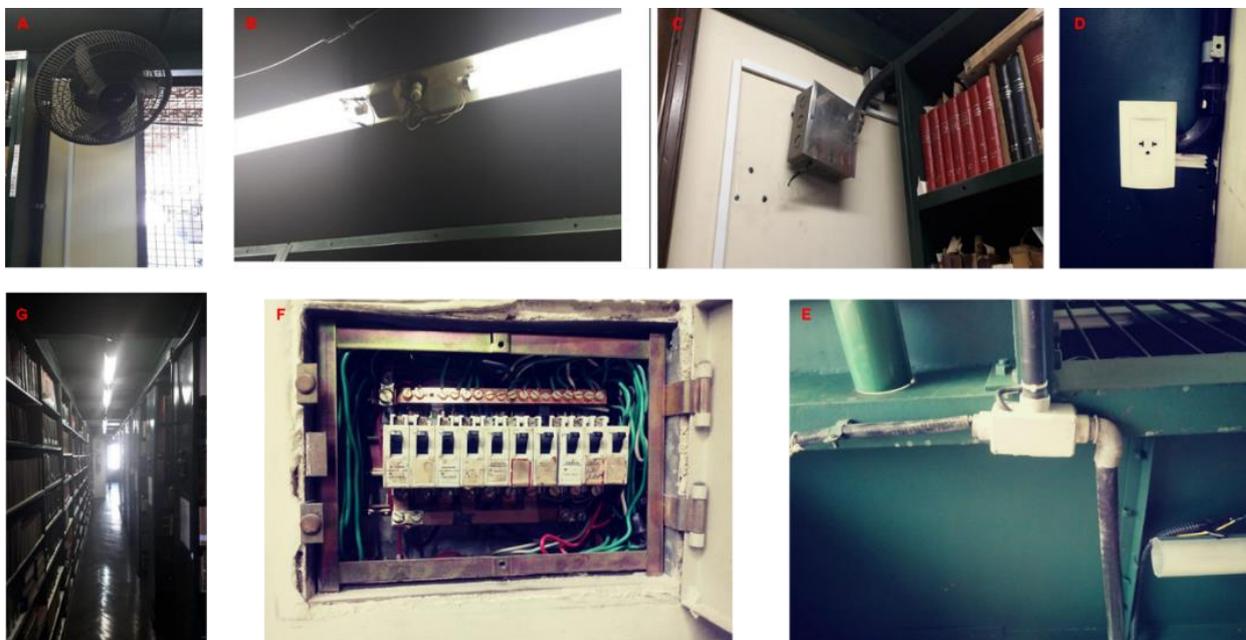
Durante o trabalho de coleta de informações, um laudo técnico emitido por profissional em eletrotécnica da Coordenação de Infraestrutura, comprovado por imagens fotográficas na CESP, permitiu identificar possíveis riscos de incêndio no sistema elétrico, como tomadas instaladas em locais inadequados, fora de padrão e com espelhos ressecados e quebradiços, quadros de distribuição sem espaço para acréscimo de circuitos ou para manutenções periódicas, com disjuntores antigos possivelmente no fim da vida útil e sem nenhum Dispositivo Residual Diferencial (DR). Identificamos também fiação exposta e sem proteção anti-chamas sobre o forro e sem cálculo de dimensionamento, com possibilidade de aquecimento.

Outro fator de aquecimento estava no fato das 93 lâmpadas fluorescentes instaladas no interior da CESP serem do tipo tubular em luminárias abertas, sem proteção no caso da lâmpada estourar, e necessitarem de reator do tipo partida rápida ou convencional, que são dispositivos necessários para produzir o impulso elétrico que faz com que a lâmpada acenda e mantém a corrente elétrica durante seu funcionamento, tanto a lâmpada fluorescente quanto o reator aquecem muito quando acionados.

Os eletrodutos do circuito estavam com capacidade nominal para o número de condutores comprometidos, aumentando, assim, o fator agrupamento e o fator temperatura, além de alguns estarem instalados nas estantes.

Identificamos ventiladores na parede próxima a estantes que, segundo estatísticas, são os maiores causadores de incêndios domésticos por falta de manutenção ou defeito de fábrica. Todas as irregularidades descritas estão representadas na Figura 42 a seguir.

Figura 42 - (A, B, C, D, E, F, G). A(Ventilador de parede próximo a estante de livros); B(Lâmpada fluorescente com reator e fiação exposta); C(Quadro de distribuição em local inadequado); D(Tomada instalada em estante de livros); E(Eletrodutos subdimensionados); F(Quadro de disjuntores ultrapassado); G(Luminárias sem proteção)



Fotos: Erinaldo Vilaça, 2019

As ações implementadas para mitigar os riscos elencados anteriormente foram a substituição de todas as lâmpadas fluorescentes por lâmpadas tubular de 18W tipo LED (Light Emitting Diode – Diodo Emissor de Luz), eliminando assim os reatores, bem como toda fiação, tomadas e quadros e a desinstalação dos ventiladores de parede como demonstra a Figura 43.

Figura 43 - (A, B, C, D). A (Quadros de disjuntores novos obedecendo a NR10); B (Disjuntores identificados e seus respectivos circuitos); C (Fiação e eletrodutos novos); D (Lâmpada tubular de



Fotos: Erinaldo Vilaça, 2021

No que diz respeito ao sistema elétrico da FDR, outras ações de manutenção preventiva são realizadas semestralmente como a verificação dos quadros de distribuição, tomadas e equipamentos como aparelhos de ar-condicionado, projetores, etc. No entanto, um risco que pode comprometer todo o funcionamento do edifício da FDR está no fato que sua subestação está trabalhando em seu limite de carga desde 2016. A construção de novas salas de aula e departamentos ao longo dos anos exigiu, por consequência, a instalação de equipamentos eletroeletrônicos sobrecarregando assim a subestação de 225KVA (Figura 44) instalada no subsolo da Faculdade em um ambiente confinado. Segundo laudo emitido pelo Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho (SESST – UFPE), através do ofício nº 71/2019, foi constatado que a subestação não obedece ao Anexo 01 ⁴⁹da Norma Regulamentadora 10

⁴⁹ Segundo a NR 10 a Zona de risco trata-se do “entorno de parte condutora energizada, não segregada, acessível inclusive acidentalmente, de dimensões estabelecidas de acordo com o nível de tensão, cuja aproximação só é permitida a profissionais autorizados e com adoção de técnicas e instrumentos apropriados de trabalho”; a Zona controlada trata-se do “entorno de parte condutora energizada, não segregada, acessível, de dimensões estabelecidas de acordo com o nível de tensão cuja aproximação só é permitida a profissionais autorizados”.

(NR10), que trata sobre Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, que estabelece os raios mínimos para delimitação das zonas de riscos e zonas controladas, onde a partir destas será constituída a zona livre, nem atende ao que a NBR 14039:2005⁵⁰ – Instalações elétricas de média tensão 1,0KV a 36,2KV, estabelece em seu item 9.2.1.11 sobre exposição de partes vivas de quadros elétricos.

A partir desse parecer, constituído de um documento formal, a Coordenação de Infraestrutura da FDR iniciou o processo nº 23076.050442/2016-94 para aquisição e instalação na área externa da Faculdade de uma subestação blindada abrigada de 500KVA e desta forma atender às atuais e futuras demandas energéticas.

Outra questão que merece atenção dentro do fator de risco fogo é a proteção contra descargas atmosféricas. O prédio da FDR ficou sem essa proteção desde 2014, quando foram furtados cerca de 25m de cabo de cobre nu de 35mm² ligados ao para-raios situado no topo da torre do relógio (INFRAESTRUTURA, 2014), até o ano de 2021 onde sua reinstalação e a construção de um novo sistema de aterramento foi incluído no escopo da obra da 5ª etapa.

Na CESP, assim como em toda FDR, conta-se apenas com sistema de extintores portáteis para o combate aos princípios de incêndio. Esses extintores recebem manutenção e recarga anualmente de acordo com a norma ABNT NBR 12962 pela empresa Prevenção Industrial Ltda – EPP (Processo: 23076. 006039/2017-17; Contrato: 087/2018).

Figura 44 – Subestação de 225 KVA localizada no subsolo da FDR



Fotos: Erinaldo Vilaça, 2021

⁵⁰ “todas as partes vivas acessíveis do lado normal de operação devem ser providas de anteparos suficientemente rígidos e incombustíveis, com proteção contra contatos acidentais”.

Antes dos extintores serem recolhidos para recarga, é feito um convite aos setores da FDR juntamente com os colaboradores terceirizados para um treinamento promovido pela SESST a convite da Coordenação de Infraestrutura, sobre os tipos de extintores, funcionamento e manuseio onde são feitas as descargas na área externa da FDR simulando a extinção do fogo, prática visualizada na Figura 45 a seguir.

Figura 45 - Treinamento em combate a princípios de incêndios com funcionários da FDR e terceirizados



Fotos: Erinaldo Vilaça, 2018

É consenso entre os entrevistados e em nossa opinião sobre a necessidade da instalação de dispositivos de alarme e detecção de incêndios, saídas de emergência, treinamento e orientação contra pânico, criação de brigada de incêndio, sinalização e plano de emergência, ou seja, todos os instrumentos que fazem parte do que se denomina segurança ativa, sendo um dos requisitos necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), haja vista a Faculdade de Direito do Recife ser um prédio tombado, aberto ao público, e que abriga um riquíssimo patrimônio cultural e está enquadrado no Art. 18 do Decreto-Lei 19644, de 13 março de 1997, e que regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o estado de Pernambuco (COSICIP) como Edificações Escolares (ALEPE, 1997) e por esse motivo deveria oferecer condições mínimas de segurança contra incêndio e pânico. A elaboração de um projeto seria o primeiro passo do processo de implantação desse sistema que, em seguida, receberia a apreciação do Corpo de Bombeiros seguindo para o crivo do IPHAN e cabendo a este órgão, através do Art. 2º da portaria nº 366 de 4 de setembro de 2018, analisar a preservação da integridade do bem e eventuais recomendações de alternativas às propostas específicas de prevenção e combate ao incêndio e pânico para reanálise do Corpo de Bombeiros (D.O.U., 2018, p. 24).

4.11.5 - O Risco Pragas

Entre os animais identificados na FDR, comumente encontrados em centros urbanos e que podem causar danos ao patrimônio além de transmitir doenças estão: ratos, morcegos e pombos. Entre os insetos identificados estão baratas, cupins, traças de livros e besouros. A pontuação dada a esse risco pelos funcionários foi 5 (máximo), devido à frequente identificação e convivência diária com esse tipo de agentes, que mostraremos a seguir.

Os pombos encontraram abrigo nas varandas das janelas da FDR, principalmente nas da CESP, e ali começaram a procriar, como mostra a Figura 43. Além de ser um transmissor de doenças, os pombos sujam as paredes com suas fezes, cuja composição propicia a interação com materiais diversos causando sua degradação.

Figura 46 - Ninhos de pombos no piso das varandas das janelas da CESP



Fotos: Erinaldo Vilaça, 2021

Uma solução encontrada foi a instalação de espículas nas paredes e fios de nylon no piso das varandas, como mostram as Figuras 47 e 48, evitando assim o pouso e a construção de ninhos pelas aves. No entanto, o problema foi resolvido parcialmente. Como é hábito desses animais procurarem outros ambientes quando ameaçados, outros espaços foram invadidos e novas barreiras físicas foram instaladas. Por isso, o monitoramento é uma ação importante no processo de gerenciamento de riscos para tomada de novas decisões.

Figura 47 - Espículas instaladas nas paredes das varandas das janelas da CESP



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

Figura 48 - Linhas de nylon instaladas no piso das varandas das janelas da CESP



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

Da mesma forma que os pombos, os morcegos estavam sujando as paredes de alguns corredores da FDR (Figura 49). Em busca de encontrar uma solução viável, prática e sustentável a então Coordenadora Administrativa Mani Galindo convidou para fazer uma visita técnica a FDR o professor associado ao Departamento de Zoologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Enrico Bernard⁵¹ especialista e presidente da Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros (SBEQ, 2019 – 2021) que, após uma análise, sugeriu a instalação de linhas de nylon paralelas entre as paredes dos referidos corredores (Figura 50) para evitar que os animais se acomodassem no teto desses ambientes, intervenção combinada com o fechamentos de portas durante a noite. Esta ação vem dando resultado positivo, mantendo os animais afastados onde as barreiras físicas foram instaladas.

⁵¹ Graduado em Ciências Biológicas pela FFCLRP USP, Mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Doutor em Biologia pela York University, Canada. Professor Associado ao Departamento de Zoologia da Universidade Federal de Pernambuco em Recife, onde coordena o Laboratório de Ciência Aplicada à Conservação da Biodiversidade. Orientador credenciado junto ao PPG em Biologia Animal/UFPE (Conceito 6 CAPES) e Bolsista de Produtividade Nível 2 do CNPq. Atua nas áreas de Zoologia e Ecologia, com ênfase em Chiroptera e Conservação de Biodiversidade. É Coordenador de Táxon para a Avaliação do Status de Conservação das Espécies de Morcegos do Brasil. Presidente da Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros (SBEQ), para o mandato de setembro de 2019 a setembro de 2021.

Durante o período da pandemia de COVID-19, no qual os Centros da UFPE permaneceram praticamente fechados, a falta de movimentação de pessoas propiciou o surgimento de ratos nas dependências internas da FDR. Alguns setores identificaram excrementos de roedores em salas e na CESP, a comunicação foi feita à Coordenação de Infraestrutura que solicitou o serviço de desratização nas áreas interna e externa da FDR.

Figura 49 - Parede de corredor da FDR suja por excrementos de morcegos



Foto: Erinaldo Vilaça, 2020

Figura 50 - Linhas de nylon instaladas paralelas em toda extensão do corredor



Foto: Erinaldo Vilaça, 2020

A UFPE conta com serviço terceirizado de dedetização fornecido pela empresa Eficaz Serviços e Terceirização (Processo: 23076.048171/2016-15; Contrato: 096/2017), onde oferece o controle de pragas de cupins, ratos e insetos rasteiros e voadores. A execução dos serviços é programada pela Coordenação de Infraestrutura da FDR, semestralmente (período de eficácia do produto), em toda área externa e interna do prédio ou quando são encontrados vestígios da ação de alguma praga, como no caso citado anteriormente.

Em relação aos ratos, um ponto negativo analisado é que uma vez ingerida a isca com o veneno, esses animais podem vir a morrer e apodrecer dentro do ambiente em que está a armadilha, como mostrado na Figura 51. Por esse motivo, o ideal é a obstrução (barreiras físicas) de qualquer acesso dos roedores em salas e acervos.

Figura 51 - (A, B). A (Rato encontrado morto na sala da Coordenação de Infraestrutura); B (Armadilha com isca no almoxarifado na Coordenação de Infraestrutura)



Fotos: Erinaldo Vilaça, 2021

Os animais citados tendem a se deslocarem para outros ambientes quando se sentem ameaçados e por esse motivo deve-se observar e monitorar esse comportamento para evitar sua acomodação em outros espaços.

Quanto aos insetos conhecidos como bibliófagos encontrados na CESP, foram identificadas as seguintes espécies:

Traça de livros – Na Figura 52 temos exemplos da *Lepisma saccharina*, conhecida como *silverfish* (peixinho de prata), que tem aproximadamente de 10 a 15mm de comprimento com o corpo coberto de escamas com três longos filamentos posteriores. Apresenta hábitos noturnos, não possui asas e se alimentam de goma, cola e fungos microscópicos (FELIX; COSTA, 2018).

Figura 52 - Exemplo de *Lepisma saccharina* conhecida como *silverfish* (peixinho de prata)



Fonte: lakenormanpest.com

Baratas - *Blattidae*, quaisquer que sejam seu tipo se alimentam de materiais orgânicos como papel, couro, colas, peles de animais, pelos e artefatos de lã, principalmente se o objeto estiver sujo de comida. Os danos causados por esse inseto, além da destruição das partes dos livros, são as manchas que suas fezes provocam no papel.

Cupins – Tanto o de madeira seca (*Cryptotermes*) quanto o subterrâneo (*Kaloterme*s), apresentados nas Figuras 53 e 54, são prejudiciais não só para o acervo, mas também para mobília, prateleiras e madeiras estruturais do edifício. Esses insetos constroem ninhos e colônias dentro de madeira e papel, podem chegar aos acervos através de tubulações, rodapés, batentes de portas e janelas e pela alvenaria, encontrando ambiente propício onde não há boa ventilação, falta de higienização, pouco manuseio de documentos e temperatura e umidade relativa altas (CASSARES, 2000).

Os ninhos desses insetos não precisam estar dentro dos ambientes para atacar os acervos, eles podem estar a vários metros no solo ou em árvores, e a grande quantidade de árvores que circundam a FDR propicia a infestação dessa praga podendo se alastrar para os ambientes dos acervos. Outro agravante identificado é o piso da CESP, do acervo circulante e de outros ambientes, construídos de madeira (taco) onde já foram encontrados caminhos de cupim, necessitando fazer a dedetização.

Figura 53 - Cupim de madeira seca (*Cryptotemes* e *Kalotemes*) constroem túneis e galerias em madeira, papel



Foto: ecoservicos.com.br

Figura: 54 - Cupim subterrâneo (*Reticulitermes*, *Captotemes* e *Macrotermes*) espalham-se para árvores e construções. Destroem completamente as partes internas de livros e arquivos



Foto: supersam.com.br

Besouros – Destacamos duas espécies de besouros bibliófagos analisados, com características físicas semelhantes e que estão entre os insetos identificados na CESP. As Figuras 55 e 56 exemplificam esses insetos. Ambos têm o mesmo tamanho, de aproximadamente 2 a 3mm, a mesma coloração castanho-avermelhada e corpo oval alongado, diferenciando apenas em suas antenas. São eles o *Stegobium paniceum*, também conhecido como besouro da farinha, e o *Lasioderma serricorne*, conhecido como besouro do fumo, sendo que este tem as antenas em formato serrilhado. As fases de desenvolvimento desses insetos mais prejudiciais são as larvas que fazem galerias circulares e espirais irregulares no papel comprimido e os adultos que quando emergem deixam furos de aproximadamente 2mm e fezes no interior do papel (FELIX; COSTA, 2018). A Figura 57 exibe imagens de *Stegobium paniceum*, cupins e seus excrementos.

Figura 55 - *Lasioderma serricone* (bastante semelhante ao *Stegobium paniceum* exceto pelas antenas serrilhadas)



Foto: ecoregistro.org

Figura 56 - *Stegobium paniceum* (possui coloração castanho avermelhado e corpo oval alongado)



Foto: species.wikimedia.org

Figura 57 - Amostras de *Stegobium paniceum*, cupins e seus excrementos encontrados na CESP



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

Segundo o entrevistado 2, um dos mecanismo específicos utilizado no LABOR para o combate de pragas, encontrados nos livros “é o método atóxico de tratamento “Atmosfera anóxica”, na câmara de desinfestação, esse equipamento é apropriado para realização desse procedimento, dessa forma, elimina a presença de insetos e ou fungos”. Esse tratamento consiste em colocar os livros em uma atmosfera de nitrogênio para matar os insetos, privando-os de oxigênio (FELIX; COSTA, 2018, p. 17).

Os fungos são também consideráveis ameaças a diversos substratos e são encontrados em diversos ambientes. São conhecidos mais de 100.000 diferentes tipos e no caso dos acervos de biblioteca e arquivos são mais comuns aqueles que vivem dos nutrientes encontrados nos documentos (CASSARES, 2000).

Fungos são microrganismos que em determinadas condições e circunstâncias ambientais se desenvolvem através de esporos reproduzindo-se de forma rápida e abundante. Tanto a temperatura quanto a umidade relativa inadequadas, com variações constantes de grande amplitude, contribuem para a proliferação dos fungos acarretando danos a certos materiais do patrimônio cultural (CASSARES, 2000; SPINELLI; PEDERSOLI JUNIOR, 2010).

No contexto dos acervos bibliográficos e arquivísticos, o suporte papel e outros materiais de origem orgânica presentes na fabricação e encadernação, como a cola, representam fontes de alimento desses microrganismos. Os fatores temperatura e umidade relativa inadequados somados à falta de higiene e de circulação do ar nos ambientes de bibliotecas e arquivos tornam-se condições físico químicas propícias para o metabolismo dos nutrientes encontrados no papel e para a proliferação das colônias de fungos.

A fragilização do suporte, a desfiguração e o surgimento de manchas com colorações diferentes e de difícil remoção são alguns dos resultados da ação dos fungos nos acervos de bibliotecas e arquivos. Para as pessoas que trabalham nesses espaços, a existência e o convívio com fungos podem trazer problemas de saúde como doenças pulmonares, infecções cutâneas e oculares, etc..

Baseando-se pelos estudos realizados em 2017 no ambiente da CESP pela pesquisadora Angélica Borges, onde foi utilizado o método de sedimentação espalhando-se 30 placas Petri pelas estantes da Biblioteca em pontos específicos contendo meio de cultura Ágar Sabouraud ⁵²4% com Cloranfenicol, constatou-se a presença de várias espécies de fungos.

As placas ficaram expostas por 20 minutos e, em seguida, mantidas a uma temperatura de 25°C durante sete dias, quando observou-se o crescimento de fungos em 14 placas. Entre os fungos encontrados no ambiente da CESP merecem destaque àqueles que tanto atacam o suporte papel quanto podem causar doenças aos seres humanos:

⁵² A função do meio com nutrientes Ágar Sabouraud é o cultivo e crescimento qualitativo de forma artificial de diversos microrganismos como filamentosos, leveduras, espécies de cândidas e fungos. O Ágar Sabouraud é um método extremamente seletivo, pois seu pH, levemente ácido, forma o crescimento de dermatófitos e inibe algumas espécies de bacterianas de interesse clínico, isso acontece devido a presença de cloranfenicol, um antibiótico de amplo espectro que age contra as bactérias gram negativas, gram positivas e riquetsias. O período de incubação do Ágar Sabouraud é de no mínimo 3 dias em temperatura de 25°C (laborclin.com.br).

- *Aspergillus terreus* Thom: causam manchas micelianas coloridas, degradação e acidificação do suporte e doenças pulmonares em humanos.
- *Chaetomium acropullum* X. Wei Wang: causam manchas pigmentadas nos tons creme e rosa, e acidificação do suporte, nos humanos causam infecções oculares e cutâneas.
- *Aspergillus sydowii* (Bainier & Sartory) Them & Church: no suporte papel causam manchas micelianas coloridas, degradação e acidificação, e nos humanos doenças pulmonares (BORGES, 2017).

Mostraremos mais adiante que a temperatura e a umidade relativa no ambiente da CESP estão além do ideal para a conservação do acervo e que esses fatores favorecem o surgimento de fungos e, dessa forma, reforçando a pontuação 5 de nível máximo dada pelos entrevistados.

4.11.6 - O Risco Furto

Esse risco foi pontuado com o nível 5 (máximo) pelos profissionais que trabalham na CESP, pois argumentam que a existência de um mercado ilícito e valioso de obras raras leva criminosos a investirem em acervos que abrigam essas obras, e o fato de que os valores de tais objetos normalmente se conservam ou aumentam, é pouco provável que os furtos diminuam (RESOURCE, 2003).

Nas palavras do procurador do Ministério Público Federal Carlos Aguiar, “sistemas de segurança falhos das bibliotecas, devido a orçamentos apertados, misturados com uma dose de desorganização das instituições” facilitam esses tipos de crime (BARROS, 2017).

Embora acontecimentos extraordinários possam receber cobertura da mídia internacional, não se deve esquecer que a atividade criminal em menor escala, que atrai muito menos publicidade, permanece uma constante ameaça.

Segundo Gauz, os ladrões de livros podem ser enquadrados nas seguintes categorias: o cleptomaníaco (sofre impulsos para roubar); o que rouba para posse e uso; o que rouba por ódio, para destruir; o casual (que rouba quando a situação se apresenta de forma conveniente); e aquele que rouba para obter lucro, este, talvez, o mais comum (GAUZ, 2013, p.1). Esses indivíduos podem atuar sozinhos, com ajuda de comparsas ou de funcionários das próprias instituições lesadas. Existe porém, uma cadeia composta por pessoas que auxiliam na comercialização indevida dos bens, como livreiros e colecionadores, e na descaracterização dos exemplares como a retirada de marcas, carimbos, assinaturas, *ex-libris* e outras, atividades atribuídas a um restaurador.

Para exemplificar essa prática, tomemos como exemplo o furto de cerca de 2200 livros entre os anos de 2011 e 2012 da Biblioteca Girolomini de Nápoles, onde se identificou o envolvimento de 14 pessoas de diferentes profissões e cidades, entre elas o próprio diretor da Biblioteca, Massino Marino de Caro (GAUZ, 2013).

No Brasil, o que foi considerado o maior furto de livros raros já registrado, ocorreu na Biblioteca Pedro Calmon da UFRJ, onde 303 exemplares raros foram roubados e após a execução do inventário percebeu-se a falta de mais 120 livros antigos. Desconfia-se que o furto ocorreu no ano de 2016, durante a reforma do prédio, na qual as estantes ficaram envolvidas por lonas plásticas sendo de fácil esconderijo para os bandidos trabalharem. Além do furto do exemplar propriamente, outra prática comum é o recorte de ilustrações utilizando navalha ou bisturi, como foi o caso dos 14 livros raros furtados do Museu Nacional pelo maior ladrão de livros no Brasil, Laéssio Rodrigues de Oliveira, condenado várias vezes por roubo e receptação de livros raros que tem em sua lista de vítimas a Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, a Fundação Oswaldo Cruz, a Biblioteca Pública do Paraná e o Palácio do Itamaraty (BRANDELISE; RIBEIRO, 2017).

Os furtos em museus, bibliotecas, arquivos ou instituições semelhantes devem sempre ser comunicados à polícia de forma completa em detalhes e também é importante a divulgação dos crimes e alerta a outras entidades que possuem acervos parecidos.

As informações sobre os crimes contribuem para configurar um quadro geral dos incidentes e permitem que padrões criminais sejam identificados fazendo com que outras instituições aprendam com a experiência alheia (RESOURCE, 2003).

Considerando as 6 camadas envoltórias denominadas por Michalski, a segurança deve começar no acesso ao estacionamento e a Praça Adolpho Cirne, até a sala da CESP. Para isso, o sistema de segurança da FDR, identificado na Figura 58, conta com um plantão de seguranças terceirizados armados da empresa TKS Segurança Privada Ltda (Processo: 23076.0073/45/2021-17; Contrato: 011/2021), que fazem a vigilância externa e interna da Faculdade, com sistema de vídeo monitoramento por câmeras distribuídas pelo perímetro da praça Adolpho Cirne, nos corredores internos e salão de leitura do acervo circulante da FDR. Também dispõe de controle de acesso de veículos no estacionamento utilizando a tecnologia RFID (*Radio Frequency Identification*) - identificação por radiofrequência - onde uma etiqueta (TAG) fixada no para-brisa dianteiro dos veículos dos servidores e alunos cadastrados no sistema faz a liberação automática das cancelas, assim restringindo a entrada de pessoas não autorizadas. Com relação à CESP, foi instalado um leitor biométrico com fechadura magnética (retirado para reforma das portas e esquadrias, mas que será reinstalado em breve) permitindo a entrada apenas de funcionários cadastrados no sistema.

As medidas de segurança empregadas pela FDR dentro das condições permitidas ainda precisam de ajustes e melhorias contínuas e, apesar de não haver registro sobre casos de furto na CESP, a entrevistada 2 afirma que “a Biblioteca Cesp necessita de equipe de segurança exclusivo para salvaguardar o acervo que conta com obras raras e valiosas. A coleção especial necessita de rigorosos procedimentos de segurança, que envolvem a identificação dos usuários e normas como a proibição de objetos e materiais que coloquem em risco o acervo e seus usuários, assim como a proibição de retirada de qualquer peça do acervo. Realizar controle rigoroso das chaves das portas e demais dispositivos de acesso (cartões magnéticos, etc.) ao interior do edifício. Considerar a possibilidade de substituir periodicamente as fechaduras a cada dois ou três anos”.

Figura 58 - (A, B, C, D, E). A (Seguranças armados da empresa TKS); B (Cancela automática de entrada dos servidores); C (Modelo de TAG que é instalada no para-brisa dos veículos); D(Dispositivo de leitura biométrica da CESP); E (Monitor na recepção da FDR com visualização das câmeras)



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

4.11.7 - O Risco Temperatura Inadequada

Esse risco foi apontado como nível 4 (grande), pois a temperatura na CESP não é adequada à conservação dos exemplares, exceto nas salas Gláucio Veiga e Rui Barbosa, onde existem o controle e monitoramento tanto da temperatura quanto da umidade através de *termo-higrômetros* e desumidificadores. Além disso, os volumes estão acondicionados individualmente, segundo o entrevistado 2, com materiais que oferecem proteção como o “filme de poliéster 100% cristal transparente, inerte e pH neutro de alta durabilidade e proteção UV, o papel Filifold Documenta – Acid Free + Reserva Alcalina e o Papel AlcaPlus com alta reserva de carbonato de cálcio (16 a 25%) livre de ácidos e impurezas, resistente a fungos, bactérias e intempéries”. O custo da implantação de um sistema de climatização de toda CESP implicaria em altos valores de investimento, manutenção constante para que não haja variações drásticas de temperaturas consideradas mais prejudiciais do que índices superiores aos considerados ideais, e alto consumo de energia elétrica, além de passar pelo crivo e análise do IPHAN para autorização de possíveis alterações de infraestrutura em sua área.

O clima da CESP varia de acordo com o clima da região e, segundo o entrevistado 1, os exemplares que estão depositados há muito tempo nesse ambiente já se adaptaram à temperatura e suas variações diárias. No entanto, com o aquecimento global causado principalmente por ações antrópicas, a tendência é que a cada ano a temperatura tenha acréscimo.

O estudo da pesquisadora Angélica Borges citado anteriormente no qual é analisado o ambiente da CESP, tem como tema principal o processo de urbanização no entorno da FDR e como esse crescimento urbano estaria afetando o acervo abrigado nesse espaço. Neste caso, foram feitas aferições onde constatou-se que a média anual em 2016, tanto de umidade relativa (72,11% no térreo da CESP e 73,75% no primeiro mezanino) quanto de temperatura (27,83°C no térreo da CESP e 28,22°C no primeiro mezanino), estaria muito além do ideal, que seria em torno de 20°C e 65% em determinados campos de aplicação; 27°C e 65% em países tropicais e de 23°C e 50% para atmosfera recomendada (ISO 554:1976; ISO 187:1990; TAPPI T 402 SP-2013), 20°C e 45% a 50% (CASSARES, 2018, p.15), comprovando os riscos pelos quais estava e continua estando exposto o acervo, pois a tendência é o aumento de temperatura em consequência das drásticas mudanças climáticas que o planeta vem sofrendo.

4.11. 8 - O Risco – Radiação Ultravioleta (UV) e Infravermelha (IV)

O espectro eletromagnético produzido pelas fontes de luz natural ou artificial emitem radiações visíveis e invisíveis que estão relacionadas ao comprimento de ondas eletromagnéticas, sendo calculado entre a distância de duas cristas sucessivas, variações nesse comprimento acarretam mudanças nas propriedades da radiações.

Esse comprimento é comumente aferido em nanômetro (nm)⁵³ nas três regiões do espectro, onde temos a radiação ultravioleta (entre 300-400nm), a luz ou radiação visível (entre 400-760nm) e a radiação infravermelha (além de 760nm) (THOMSON, 1986, p. 7, tradução nossa⁵⁴).

Essas radiações são perigosas a determinadas categorias de objetos como aqueles fabricados a partir de materiais orgânicos originados de animais e vegetais, que apresentam diferentes níveis de sensibilidade às radiações estando eles em museus, bibliotecas ou arquivos.

⁵³ Nanômetro é a milionésima parte do milímetro (LUX, 1979, p. 7 *apud* CHENIAUX, 1996, 118).

⁵⁴ *Ultraviolet radiation (300-400nm) , lighth or visible radiation (400-760nm) and infrared radiation (beyond 760nm).*

Segundo Thomson (1986, p. 2, tradução nossa⁵⁵), a luz só pode danificar o que atinge, sendo a maioria dos objetos opacos à luz, o principal efeito é a deterioração da superfície. O dano fotoquímico ou pela fotodegradação é o resultado da ação da radiação que age de forma cumulativa e “praticamente irreversível: por exemplo, objetos desbotados jamais recuperarão a sua cor original” (FELLER, 1964, p. 4 *apud* CHENIAUX, 1996, p. 119).

No caso do suporte papel, os danos causados pelas radiações o tornam frágil e quebradiço, amarelecido e escuro. As tintas desbotam ou mudam de cor, alterando a legibilidade dos documentos textuais, dos iconográficos e encadernações (CASSARES, 2000, p. 15). Por esse motivo, deve-se atentar para o tempo e a iluminância em que o acervo está exposto e traçar estratégias para conter e mitigar esse agente de deterioração. A iluminância segundo Thomson (1986, p. 178, tradução nossa⁵⁶), é simplesmente uma medida dos lúmens⁵⁷ incidindo sobre um metro quadrado, que são chamados de lux, ou melhor, a iluminância é a intensidade luminosa medida em lux (lx) por unidade de área (m²), sendo igual à quantidade de lúmen por metro quadrado (lx = lm/m²). O instrumento utilizado para medir essa intensidade luminosa em uma superfície (microwatts / lúmen) chama-se luxímetro.

Papel em geral, manuscritos e outros materiais sensíveis à luz se enquadram naqueles que podem ficar expostos ao nível máximo de iluminância de 50lux, uma exposição anual de 120.000lux em horas, não ultrapassando os 200.000lux/h. Outras opções podem ser 50 dias com 100lux por dia ou 50lux por 100 dias (THOMSON, 1986; MICHALSKI, 1990; CASSARES, 2003).

Em 2017, foram feitas 58 aferições no ambiente da CESP onde existiam lâmpadas incandescentes, no segundo mezanino, e fluorescentes, no térreo e no primeiro mezanino, utilizando um luxímetro digital Modelo LD 400 da marca Instrutherm. Considerando as prateleiras mais próximas às lâmpadas, os resultados demonstraram taxas bastantes elevadas de iluminância incidindo sobre o acervo: entre 397 e 1047lux (térreo), 277 e 1010lux (1º mezanino) e entre 250 e 462lux (2º mezanino) (BORGES, 2017).

A iluminação artificial da CESP só é acionada quando necessário, durante a noite não há expediente nos locais de guarda de acervo, por isso como a temperatura, a iluminação é feita pela luz natural que entra pelas janelas (Figura 59). Segundo o entrevistado 1 as películas de proteção que controlavam a infiltração dos raios solares foram removidas das portas e janelas durante a atual reforma, necessitando a reimplantação desse mecanismo de proteção.

⁵⁵ *Light can only damage what it reaches and since most objects are opaque to light its major effect is on surface deteriorations.*

⁵⁶ Luminance for this is simply a measure of the lumens falling on a square metre, which are called lux.

⁵⁷ Lúmen (lm) é a unidade internacional de medida adotada para aferir a quantidade total de luz visível pelo olho humano que uma fonte de iluminação é capaz de gerar. Em outras palavras, é a medida utilizada para mensurar um fluxo luminoso, seja ele natural ou não. Disponível em: portal.crosster.com.br. Acesso em: 1 out. 2021.

Esse risco foi pontuado em nível 4 (grande). Como já citado anteriormente, as lâmpadas fluorescentes foram substituídas pelas lâmpadas de LED que possuem considerável dissipação de calor e mínima emissão de raios UV e IR. Por esse motivo, um novo estudo deveria ser realizado e outras aferições executadas.

Figura 59 - Janelas abertas durante o dia, iluminando e ventilando a CESP

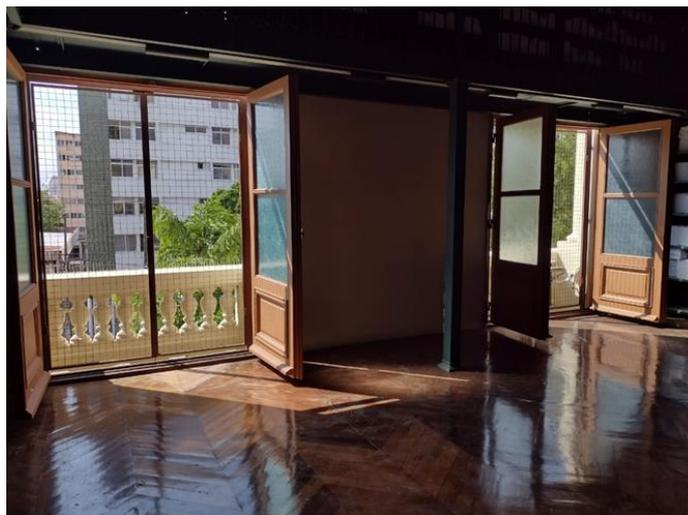


Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

4.11.9 - O Risco Poluentes

Os poluentes considerados fonte de riscos para acervos em museus, bibliotecas e arquivos podem ser em forma de gases, aerossóis, líquidos ou sólidos.

Entre esses poluentes destacam-se: o dióxido de enxofre (SO_2), o dióxido de nitrogênio (NO_2), o ozônio (O_3), o ácido acético (CH_3COOH), o ácido sulfúrico (H_2SO_4) e formaldeído (CH_2O) que atacam o patrimônio cultural causando corrosão, enfraquecimento, alteração estética, etc., aos objetos por meio de reações químicas (THOMSON, 1986; SPINELLI; PEDERSOLI JR, 2010). Observamos a presença do oxigênio em todos os elementos citados, que tem como característica uma elevada eletronegatividade, ou seja, atrai para si os elétrons de outros elementos químicos, tornando-o oxidante e, desta forma, atuando como um dos principais responsáveis pela deterioração de bens culturais.

A poluição do ar está associada à queima de lixo, à queima incompleta de combustíveis fósseis utilizados em automóveis, indústrias, usinas termelétricas e a particulados comumente chamados de poeira que, como os gases, podem transportar esporos de microrganismos e resíduos de fuligem e gordura. Além dos poluentes trazidos

para dentro das edificações, os poluentes podem ter sua origem dentro do local de guarda do acervo, como resíduos provenientes da execução de obras, substâncias indevidas utilizadas na higienização do espaço, de produtos inadequados usados nas ações de conservação e restauração, acidentes com produtos químicos, etc.

O mobiliário e o próprio material constituinte do acervo podem conter intrinsecamente o poluente. Quando tratamos do suporte papel, os agentes intrínsecos a esse tipo de material como os produtos químicos utilizados na sua produção contribuem em sua deterioração dependendo das características químicas dessas substâncias que podem apresentar incompatibilidade química entre si. As pessoas que circulam no ambiente dos acervos podem liberar fibras têxteis e fragmentos de pele, quimicamente inofensivos, mas que são biologicamente atraentes como fonte de alimento para microrganismos e insetos.

Para determinar a concentração de poluentes no ambiente da CESP foi feita uma análise pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) em 2017 na qual verificou-se a quantidade de dióxido de carbono (CO₂ em ppm) e aerodispersóides⁵⁸ (em µg/m³) utilizando-se o Valor Máximo de Referência (VMR ≤ 1000ppm para CO₂) e (VMR ≤ 80µg/m³ para aerodispersóides) baseado na resolução – RE ANVISA Nº 09, de 16 de janeiro de 2003. Apesar dessa resolução estar relacionada à ambientes climatizados, as leituras foram importantes para verificar as taxas de concentração de poluentes no ambiente da CESP que não dispõe de controle climático. As aferições foram realizadas através da técnica de leitura direta em 3 pontos distintos, próximos a janelas e ao acervo, e os resultados obtidos foram satisfatórios, com baixa concentração para os poluentes em suspensão (Ponto 01: 8,62; Ponto 02: 9,07; Ponto 03: 8,43µg/m³) e CO₂ (Ponto 01: 471; Ponto 02: 419; Ponto 03: 461ppm) (BORGES, 2017).

Igualmente à iluminação, a ventilação da CESP é feita de forma natural e para isso, algumas janelas ficam abertas durante o dia, acarretando a entrada de poeira e outras partículas trazidas pela corrente de ar. Esse tipo de risco foi pontuado pelos entrevistados como nível 4 (grande).

4.11.9.1 – Limpeza do espaço da CESP

De acordo com o entrevistado 2, “a limpeza do ambiente da Biblioteca Cesp é feita periodicamente e é realizada por equipe terceirizada treinada para proceder conforme os direcionamentos da conservação preventiva. Na limpeza da estante e do piso, deve ser

⁵⁸ Os aerodispersóides são partículas sólidas ou líquidas suspensas ou dispersas no ar. Os aerodispersóides são tratados como agentes químicos e recebem atenção especial na higiene ocupacional, pois dependendo de sua concentração e tamanho das partículas, eles representam sérios riscos à saúde dos trabalhadores. <https://www.analyticsbrasil.com.br>

evitado o uso de água; o piso deve ser limpo com aspirador de pó para não levantar poeira. No caso de alto grau de sujidade, pano úmido e bem torcido é utilizado no chão e nas estantes de metal é utilizado o álcool 70%. Dessa forma, se previne que os índices de umidade relativa do ar e temperatura sejam alterados por realizar a limpeza do ambiente de modo incorreto. As flanelas secas são indicadas para limpeza do mobiliário em aço, sendo que as de aço também podem ser limpas com aspirador de pó com proteção no bocal”.

. Hoje, a empresa Soluções Serviços Terceirizados (Processo: 23076.049740/2015-51; Contrato: 013/2021) é a responsável pela higienização e limpeza dos ambientes da UFPE, os colaboradores que fazem a higienização da CESP são treinados pelos técnicos do LABOR para proceder conforme as orientações da conservação preventiva.

4.11.9.2 – Higienização dos livros

Perguntado sobre os procedimentos de higienização dos exemplares, uso de EPI's e resíduos contaminantes, a entrevistada 2 respondeu que “a higienização dos livros é realizada por estagiário e ou equipe de funcionários conservadores- restauradores no laboratório, com auxílio de trincha macia em mesa de higienização. A limpeza deve ser um procedimento de rotina de 6 em 6 meses, para auxiliar na manutenção da higienização. Higienizar significa executar a limpeza da obra para retirada de poeira, excrementos de agentes biológicos e outras substâncias. Este procedimento é fundamental para garantir a longevidade da obra e antes de iniciá-lo devem ser retirados quaisquer materiais adicionais que possam estar presentes nas obras, como grampos, clips ou fitas adesivas; para isso é indicado o auxílio de instrumentos, como pinças, bisturis espátula térmica e solventes. A varrição da sujidade deve ser no sentido do centro para a extremidade”. Para o manuseio dos volumes, são utilizadas “luvas nitrílicas azuis, sem pó, livre de látex, máscaras descartáveis, batas de proteção e toucas descartáveis”, e “os resíduos contaminantes procedentes de produtos químicos utilizados nos procedimentos de restauração são mantidos em local seguro e depois destinados ao laboratório de química da UFRPE para neutralização e descarte adequado”.

4.11.10 - O Risco Umidade Relativa Inadequada

A umidade relativa do ar é a relação entre a quantidade de água que existe no ar, chamada de umidade absoluta, e a quantidade máxima de água que poderia existir na mesma temperatura, chamada de ponto de saturação.

Segundo Thompson, a escala de umidade relativa é expressa como uma porcentagem e pode ser definida de acordo com a fórmula apresentada a seguir.

$$UR = \frac{\text{Quantidade de água em uma determinada quantidade de ar}}{\text{Quantidade máxima de água que o ar pode reter a mesma temperatura}} \times 100\%$$

A água está ao nosso redor mesmo onde não podemos vê-la. Ela representa 65% do peso de nosso organismo e, uma vez que plantas e animais contêm uma representativa quantidade de água, os produtos fabricados a partir deles podem também reter umidade. Esses materiais, chamados de higroscópicos, tenderão a aumentar de forma ou dilatar-se, na medida em que absorvem, e contrair-se quando eliminam água.

Esse tipo de ocorrência em virtude das variações de umidade relativa tem como consequência deformações, fissuras, empenamentos, deterioração das fibras que compõem esses tipos de materiais, além de perda de resistência mecânica. E em condições de umidade relativa acima de 70%, o ambiente onde se encontram acervos proveniente de matéria prima de origem orgânica estará sujeito à biodeterioração causada pela infestação de fungos, microrganismos que, por consequência, atrairão insetos (SPINELLI & PEDERSOLI JR, 2010; TEIXEIRA & GHIZONI, 2012).

Em sistemas passivos de controle de umidade são utilizados grânulos de sílica gel conhecidos como gel de densidade regular ou tipo A. Outros produtos são utilizados como dessecantes, a saber: argila bentonita ou argila montmorilonita e zeólita. Quando existe a necessidade do controle de umidade em um nível específico de um ambiente, usa-se umidificadores e desumidificadores, neste caso classifica-se o sistema como ativo (TÉTREAUULT; BÉGIN, 2018).

Este risco foi pontuado em nível 4 (grande) e seu controle e monitoramento é feito de forma adequada apenas na sala Gláucio Veiga, igualmente a temperatura como citado anteriormente. No restante dos locais de guarda do acervo, faz-se o uso de sílica gel, mostrada na Figura 60, para absorver o excesso de umidade, e carvão ativado (Figura 61) para retirar possíveis odores.

⁵⁹ RH = amount of water in a given quantity of air / maximum amount of water which the air can hold at that temperature X 100%.

Figura 60 - Sílica em gel utilizada para absorver o excesso de umidade na CESP



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

Figura 61 - Carvão ativado usado nas estantes da CESP para retirar odores



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

4.11.11 - O Risco Forças Físicas

O risco de deterioração por forças físicas como manuseio, armazenagem, transporte e colisões foi classificado em nível 4 (grande). Esse risco pode ocorrer de forma acidental, ou infelizmente de forma proposital, alguns atos evidenciam danos aos livros causados pelas rasuras com caneta, lápis e marca texto, como também a retirada das próprias páginas.

A Coordenação da Biblioteca orienta tanto os bibliotecários e sobretudo os pesquisadores a respeito da forma de manusear os volumes na CESP e organiza exposições onde são mostrados livros danificados por usuários com o objetivo de educar e sensibilizar sobre a importância de manter conservado o patrimônio da FDR. A Figura 62 apresenta uma imagem dessas exposições.

Figura 62 - Exposição promovida pela Coordenação da Biblioteca da FDR mostrando livros danificados



Foto: Erinaldo Vilaça, 2018

O transporte ou traslado de livros necessita de cuidados e equipamentos específicos, por isso são utilizados embalagens e carrinhos apropriados (Figura 63) para minimizar qualquer tipo de dano. A partir do momento que um objeto é retirado de um ambiente seguro de uma biblioteca, museu ou arquivo, precisará de atenção ainda maior que a usual para que não seja danificado nem perdido.

Para proteger fisicamente tais objetos durante seu deslocamento dentro do próprio edifício, limites da cidade, intermunicipais e até internacionais, são necessárias além das embalagens adequadas, pessoas e empresas confiáveis para levar os objetos de um lugar para outro. Os veículos devem ser apropriados e convenientemente aparelhados com equipamentos de segurança e combate ao fogo. Medidas especiais de controle ambiental também podem ser necessárias e devem ser consideradas no momento do deslocamento dos bens (RESOURCE, 2003).

O transporte de mais de 40 mil volumes foi o desafio encarado pela Coordenação da Biblioteca antes do começo das obras nas dependências da CESP. Para isso, foi necessário o envolvimento de todas as partes interessadas para planejar e executar os procedimentos com segurança, tanto para os livros quanto para as pessoas.

Dada a complexidade no processo de movimentação desses acervos e a participação de atores distintos, montou-se uma força tarefa e criação de uma comissão interdisciplinar no dia 12 de dezembro de 2018 na qual participaram os setores de Coordenação de Infraestrutura e Biblioteca, o fiscal da obra e arquiteto Jorge Passos e os engenheiros da empresa JME (Figura 64), responsáveis pela obra, para traçar estratégias dentro das condições possíveis de transporte dos volumes que iriam para outros ambientes e acondicionamento para os que iriam ficar na CESP, de forma a minimizar maiores danos. Diante dessas demandas, foi contratada por dispensa de licitação a empresa A.L. Melo da Silva – ME através do processo: 23076.044788/2018-15 pelo valor de R\$14.900,00 para realizar o deslocamento do acervo de periódicos encontrados no último mezanino da CESP para o 2º andar do Bloco A do Anexo II da FDR, que passou anteriormente por uma avaliação do engenheiro calculista da UFPE sobre a carga das estantes nesse pavimento, do acervo circulante para as salas de aula 1 e 2 e os acervos das salas Gláucio Veiga e Rui Barbosa⁶⁰ para a sala 4.

⁶⁰ A sala Rui Barbosa também abriga obras raras que fazem parte do acervo da CESP em ambiente com controle e monitoramento de temperatura e umidade, no entanto, sua localização está no lado oposto da CESP e durante muito tempo permaneceu assim até a finalização da reforma. Acertadamente será feita uma permuta entre os espaços da sala que abriga esse acervo e sala da Coordenação da Biblioteca onde ficará permanentemente e concentrados na mesma área do edifício.

Figura 63 - Carrinhos utilizados na movimentação dos livros da FDR



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

Figura 64 - Reunião entre a Coordenação de Infraestrutura, Coordenação da Biblioteca, o arquiteto e fiscal da obra Jorge Passos e engenheiros da JME, empresa responsável pela reforma da FDR



Foto: Erinaldo Vilaça, 2019

O trabalho de higienização e acondicionamento dos volumes que permaneceriam na CESP durante a reforma, inicialmente, estaria a cargo de 12 estagiários do curso de biblioteconomia e áreas afins da UFPE que ficariam sob a orientação dos servidores da Biblioteca. Com a chegada da pandemia, essa contratação foi interrompida e o serviço foi executado por uma equipe de funcionários da empresa terceirizada de serviços gerais LISERVE como mostra a Figura 65 a seguir.

Figura 65 - Funcionários do LABOR e equipe da LISERVE responsáveis pela higienização e acondicionamento dos livros da CESP finalizando os trabalhos



Foto: Angélica Borges, 2021

4.11.12 - O Risco Dissociação

O risco dissociação está ligado à perda de informações e dados, objetos do acervo e perda da capacidade de recuperá-los. Como causas, temos a perda de rótulos e etiquetas, falta de *backups*, catalogação e inventário. Existe ainda o fato da saída de funcionários decorrente de aposentadoria levando consigo informações e conhecimentos relevantes e a obsolescência de equipamentos e programas de informática (SPINELLI; PEDERSOLI JR, 2010).

Esse risco foi pontuado como nível 3 (pequeno) e segundo o entrevistado 1 está mais além do âmbito das mídias digitais. O manuseio adequado dos exemplares ajuda em sua conservação e com isso evita a perda do suporte e informação. A catalogação ajuda com o inventário, descrição dos documentos e seu conteúdo informacional, porém ainda segundo o entrevistado 1, o acervo da CESP não está totalmente catalogado e estaria entre as principais prioridades “inventariar a coleção de periódicos, investir em maquinário e pessoal para ampliar a quantidade de itens digitalizados e restaurar obras em péssimo estado de conservação como os primeiros inventários da Biblioteca”.

Ainda sobre o processo de digitalização a entrevistada 1 afirmou que “a Biblioteca possui regimento para o serviço de digitalização. Nesse regimento há informações sobre o que deve ser digitalizado, como e o porquê. O Laboratório de Digitalização ainda não está equipado como deveria, mas já é possível digitalizar e disponibilizar as obras *on-line*”, através do *scanner* planetário (*overhead book scanner*) (Figura 66) responsável pela digitalização de livros, jornais e documentos de grande formato como certificados, desenhos, mapas, etc.

Figura 66 - *Scanner* planetário da Biblioteca, utilizado para digitalização dos livros



Foto: Erinaldo Vilaça, 2021

Resumimos os resultados sobre a avaliação dos 10 agentes de deterioração que podem causar danos ao acervo da CESP na Tabela Nº 1, onde foram atribuídos valores aos níveis dos riscos pelos entrevistados, mostramos as ações executadas para mitigar ou sanar os possíveis riscos, os resultados conseguidos a partir dessas ações e se elas foram totalmente, parcialmente eficazes ou que não surtiram efeito.

4.12 - Resumo das Análises dos Riscos e Ações Desenvolvidas

A Coleção Especial – Obras Raras – da Faculdade de Direito do Recife e o estudo dos riscos que podem causar danos a esse acervo foi o tema principal de nossa pesquisa. Identificar, analisar, tratar, monitorar e revisar significam gerenciar esses riscos afim de evitá-

los, mitigá-los ou estabilizá-los e assim manter o patrimônio cultural da FDR preservado e acessível às presentes e futuras gerações.

A partir da síntese encontrada na Tabela 1, traremos nossa avaliação e considerações a respeito dos estudos aqui realizados.

Síntese das Análises dos Riscos - Agentes de Deterioração do Acervo da CESP							
Riscos	Valor de nível atribuído		Ações	Resultados	Nível de Serviço		
	Entrevistado 1	Entrevistado 2			Ineficaz	Parcialment e Eficaz	Eficaz
Água	4	4	<p>Conserto da cobertura,</p> <p>Desativação de copa próxima a CESP, Revisão de canaletas, calhas e tubulação da água pluvial,</p> <p>Manutenção de ares condicionados,</p> <p>Serviço de poda,</p> <p>Fechamento de portas e janelas após o expediente</p>	As infiltrações na CESP foram solucionadas			X
Fogo	4	4	<p>Manutenção e recarga de extintores,</p> <p>Treinamento contra princípios de incêndios,</p> <p>Substituição do sistema elétrico da CESP,</p> <p>substituição das lâmpadas fluorescentes por LED, Instalação de cabo do para-raios,</p> <p>Desinstalação de ventiladores das paredes da CESP</p>	As ações implementadas diminuem os possíveis riscos de incêndios			X
Pragas	5	5	<p>Serviço de dedetização para combater ratos, cupins e insetos rasteiros e voadores,</p> <p>Instalação de barreiras físicas contra pombos e morcegos</p>	O resultado positivo está condicionado ao monitoramento constante e ações pontuais preventivas e corretivas. A presença de fungos é resultado de outros riscos associados		X	
Furto	5	5	<p>Implementação de controle do estacionamento por meio de cancelas automáticas,</p> <p>Controle biométrico de acesso à CESP,</p> <p>Vídeo monitoramento,</p> <p>Controle de chaves, Segurança armada da áreas internas e externas da FDR</p>	Diante da inexistência de ocorrência de furto no ambiente da CESP os resultados até o momento está sendo positivo			X

Temperatura inadequada	4	4	Desinstalação de equipamentos e substituição de lâmpadas fluorescentes e reatores com baixo índice de dissipação de calor. Iluminação e ventilação natural com abertura de janelas durante o expediente	As ações implementadas contribuem para a redução de temperatura, porém existe a necessidade de novas aferições e dimensionar efetivamente o risco		X	
Radiação Ultravioleta (UV) e Infravermelha (IF)	4	4	Substituição das lâmpadas fluorescente por LED	O resultado do índice de iluminância depende de novas aferições. Considerando os últimos resultados e a retirada das películas de proteção contra os raios solares, o acervo continua sob alto índice de iluminância		X	
Poluentes	4	4	Nenhuma ação preventiva que evite a entrada de poluentes. Limpeza e higienização do ambiente e estantes periodicamente. Livros são higienizados de 6 em 6 meses	O resultado não é o ideal na medida que não evita a entrada de poluentes no ambiente		X	
Umidade Relativa (UR) inadequada	4	4	Uso de desumidificadores e sílica em gel	De acordo com as últimas aferições o ambiente possui umidade relativa alta. Necessitando de novas aferições. As ações implementadas não garantem um ambiente ideal para a conservação do acervo		X	
Forças Físicas	5	4	Uso de EPI's para manuseio dos volumes, Acondicionamento dos volumes nas estantes de acordo com padrão recomendado, Transporte com carrinhos apropriados, Treinamento de pessoal	Consideramos que as ações implementadas diminuem o risco			X

Dissociação	3	4	Manuseio adequado dos livros, Catalogação, Inventário e Digitalização são medidas que diminuem a incidência de perda de informações e até elementos do acervo	As ações executadas pela Coordenação da Biblioteca vem contribuindo para a organização do acervo diminuindo o risco		X
-------------	---	---	---	---	--	---

Diante das análises e dados coletados constatamos que alguns riscos estão em níveis mais baixos que outros, entre eles, o furto e as forças físicas, aos quais atribuímos o nível 3 (pequeno) devido às ações executadas consideradas eficazes. O risco dissociação também consideramos de nível 3 porém, uma observação merece destaque que seria a catalogação de parte do acervo da CESP que ainda espera por essa ação. No entanto, o monitoramento e revisão de forma contínua retroalimentada se fazem necessários para a melhoria do processo de gerenciamento dos riscos.

Devido à gravidade dos danos provocados e dos vários incidentes envolvendo incêndios, consideramos o risco fogo em nível 5 (máximo). As ações implementadas reduziram a probabilidade de princípios de incêndio, porém, sugerimos que estudos técnicos devem ser realizados com o objetivo de futuramente serem instalados dispositivos de alarme e detectores de fumaça, haja vista a Coleção dispor de duas salas climatizadas que mantêm seus aparelhos de ar condicionado ligados ininterruptamente. Sugerimos também a constituição de brigada de incêndio, elaboração de plano de emergência e instalação de sinalização de emergência.

Os eventos que deixaram dezenas de livros encharcados e os danos causados nos mesmos devido a vazamentos na cobertura, além da proximidade com calhas e tubulações de descida de água pluvial, alertaram para o risco água que classificamos também como nível 5 - máximo. As especificidades do edifício da Faculdade de Direito do Recife demandam serviços diferenciados de manutenção de telhado, limpeza de calhas, canaletas e poda de árvores para evitar entupimentos e transbordamentos de água da chuva.

Com conserto da cobertura e as desativações de ambientes que dispunham de torneiras próximos à CESP, a probabilidade de ocorrência de algum evento diminuiu, fazendo com que as ações aplicadas funcionassem de forma eficaz. Alertamos porém, que somente o monitoramento e a manutenção preventiva podem dar continuidade a essa condição de segurança para o acervo.

Em relação aos poluentes, os dados e informações coletados indicam uma baixa concentração de CO₂ e aerodispersóides no ambiente da CESP. Observamos contudo, que a FDR está situada em um centro urbano, estando o acervo exposto aos mais variados materiais particulados introduzidos nos ambientes pela corrente de ar que adentra as janelas, abertas, com o objetivo proporcionar a ventilação do espaço durante o período de expediente. Considerando que os poluentes podem acarretar danos ao acervo de forma acumulativa depositando-se nos volumes, classificamos como risco 4 (grande).

A higienização do acervo é uma medida eficaz que já se faz entre as práticas de conservação na CESP para diminuir os riscos que os poluentes podem acarretar, porém são necessárias outras medidas como a instalação de material filtrante nas estantes e janelas.

O risco das radiações infravermelha e ultravioleta que manifestam-se sobre o acervo da CESP, de acordo com os dados coletados, está acima do ideal para evitar a sua degradação. Por essa razão, consideramos o risco em nível 5 (máximo) até que uma nova aferição do índice de iluminância seja realizada e a possibilidade de aplicação de barreiras físicas, como películas de proteção e cortinas nas janelas, possam filtrar ou barrar a incidência dos raios solares. Em relação à iluminação artificial da Biblioteca, a substituição das lâmpadas fluorescentes por LED pode ter levado à diminuição da incidência dos raios UV e IV, além do fato que o ambiente permanece a maior parte do expediente com as luzes desligadas justificando uma nova avaliação.

Temperatura e umidade elevadas comprovadas pelas aferições em 2017 representam um risco máximo e por isso consideramos de nível 5, pois esses fatores além de ocasionar danos ao patrimônio cultural tornam o ambiente favorável ao surgimento de fungos que, por sua vez, proporcionam fonte de alimentos para insetos bibliófagos como a *Lepisma saccharina*.

Existe a possibilidade de que as medidas tomadas para a diminuição desses riscos, como o uso de sílica gel e desumidificadores, possam não estar surtindo o efeito desejado, contudo, seriam necessárias novas análises para termos respostas mais concretas e podermos revisar e propor novas ações.

A variedade de animais que constituem o universo de pragas que podem danificar o patrimônio cultural em especial o acervo da CESP e as formas específicas de combate a cada uma delas representa um grande desafio para os profissionais responsáveis pela sua conservação. Consideramos o nível 5 (máximo) igualmente a pontuação atribuída pelos entrevistados e reforçamos a importância do constante monitoramento e o estudo de formas sustentáveis, inovadoras e até criativas que afastem o risco que as pragas constituem para o patrimônio cultural da FDR.

Baseando-se nas análises feitas a respeito dos riscos relacionados à degradação do acervo da CESP, verificamos que alguns vem sendo controlados dentro das condições financeiras, legais e respeitando as especificidades que envolve o prédio da FDR e consequentemente o ambiente que abriga o acervo em questão.

Observamos que o monitoramento e novas aferições devem ser realizadas seguindo os padrões recomendados para a conservação do patrimônio cultural objetivando a geração de subsídios para a tomada de decisões.

Orientamos a realização periódica de reuniões entre os setores envolvidos para traçar estratégias ao combate dos riscos aqui estudados e planejar o início de um plano de gerenciamento de riscos próprio para a Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, desejando que a concretização desse projeto se replique para outras unidades da UFPE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta dissertação, tratamos, de forma breve, sobre a evolução pela qual passaram os suportes da linguagem escrita. Evolução que se deu também com o termo patrimônio cultural, onde buscamos apresentar diversas interpretações de autores e instituições através dos documentos patrimoniais, entre os quais as Convenções, as Recomendações e as Cartas Patrimoniais que, além de conceituar, assumem papel importante e estratégico na preservação do patrimônio, na medida que articulam e sugerem propostas e respaldam sua importância sob vários aspectos: histórico, econômico, cultural, político, religioso, social, afetivo, etc.

A partir do conceito de Patrimônio Cultural contido nesses documentos, buscamos identificar aquilo que foi o objeto de nosso estudo como parte integrante das realizações intelectuais do passado, os acervos bibliográficos, considerados produto e testemunho de diversas civilizações, legado deixado para as presentes e futuras gerações. A preservação desse tipo de acervo foi o que nos motivou a pesquisar sobre os estudos promovidos por autores como Garry Thomson, Robert Waller, Stefan Michalski e Luiz Pedersoli Jr., especialistas envolvidos na área da Conservação Preventiva de bens culturais em museus, bibliotecas, arquivos e instituições semelhantes, onde buscamos entender o funcionamento macro e micro dos ambientes que abrigavam os bens culturais, quais as causas que levavam à sua degradação e quais ações foram realizadas para conter os agentes que causavam danos aos acervos.

Apresentamos um breve histórico em ordem cronológica sobre a evolução e trajetória dos estudos da Conservação Preventiva no âmbito nacional e internacional, com o objetivo de mostrar que os mecanismos e ações para a conservação de bens culturais há muito tempo faziam parte de discussões em meio acadêmico e organizacional. No Brasil, destacaram-se o primeiro curso de Museologia e o primeiro laboratório específico de conservação preventiva NUPRECON, ambos no Rio de Janeiro, representando pioneirismo nesta área.

Observamos que a Conservação Preventiva dialogava com outras Ciências como a Museologia, Química, Física, Engenharias, Ciência da Computação; as Ciências Biológicas – Biologia, Botânica, Ecologia e as Ciências Ambientais; as Ciências Humanas – Filosofia, História, Ciências Sociais, Antropologia, Etnologia, Arqueologia, Arquitetura, Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação, Artes, Conservação-Restauração, e por isso fazia parte de um universo multi, trans e interdisciplinar, onde profissionais de áreas distintas de conhecimento contribuem de forma integrada com um objetivo comum que é manter os bens culturais conservados pelo maior tempo possível e prolongar suas vidas. Para complementar e somar esforços surge o Gerenciamento de Riscos, ferramenta da área

administrativa que expandiu-se e pôde ser adaptado em outras atividades, representando o tema principal de nossa pesquisa, onde buscamos analisar a utilização desta metodologia por entidades de cunho patrimonial e museológico em âmbito nacional, como o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e a Biblioteca Nacional - BN, e internacional, como o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*/Centro Internacional para Estudos de Preservação e Restauração de Bens Culturais – ICCROM e o *Canadian Conservation Institute*/Instituto Canadense de Conservação – CCI, além da norma AS/NZS 4360:2004, Australiana e Neozelandesa, da ISO 31000: 2009 e do método ABC e, a partir das análises feitas, direcionamos as ações de controle dos riscos para a Coleção Especial da FDR onde observamos, identificamos, avaliamos e propomos medidas com o objetivo de mitigar, conter ou sanar os riscos representados pelos agentes de deterioração que constituíam ameaças ao acervo, respeitando, contudo, as características específicas das camadas que o envolvem e das condições em termos de recursos disponíveis e alocados.

O Gerenciamento de Riscos tem características peculiares, conta com múltiplas formas, estratégias e surge para somar esforços a outras formas de intervenção com objetivos comuns. É uma tarefa complexa, porém não é impossível de ser implementado um plano que envolva com segurança o valioso acervo da FDR. É uma modalidade coletiva que deve ser praticada em conjunto por pessoas com práticas e conhecimentos distintos.

De acordo com o que foi observado, existia uma prática de prevenção, conservação e restauro do acervo dentro das condições possíveis da FDR, seguindo padrões reconhecidos nacional e internacionalmente, porém não havia nada documentado, como um manual próprio da instituição que estabelecesse procedimentos e orientações que visassem a preservação do patrimônio cultural da FDR. Assim, com as informações obtidas e dados coletados, iniciamos a análise dos riscos que ameaçavam o acervo, utilizando como base o ciclo de gerenciamento de riscos proposto no método ABC.

Sabendo-se que os agentes de deterioração podem agir de forma isolada ou combinada, optamos pela análise de cada risco separadamente, por questão didática. Buscamos informações sobre cada fator de degradação através de literatura especializada, trabalhos acadêmicos e normas técnicas, para entendermos os parâmetros utilizados na conservação de acervos bibliográficos. Coletamos informações importantes sobre o funcionamento, organização e trabalhos de conservação e restauro desenvolvidos na CESP, em conjunto com o LABOR, e a ocorrência de eventos que acarretaram danos ao acervo.

Classificamos os riscos em níveis e pedimos para que duas profissionais entrevistadas os pontuassem e opinassem sobre quais mereciam mais atenção e emergência na aplicação de ações preventivas. Os riscos que consideramos com alto nível de probabilidade de

ocorrência e de destruição do acervo se aproximaram dos níveis pontuados pelas entrevistadas, merecendo destaque **o fogo**, responsável principal pelo desaparecimento de bens culturais. Diante do histórico de perdas de acervos de museus e bibliotecas no mundo e no Brasil, causados principalmente por incêndios, percebe-se, tardiamente, após os resultados das perícias, que tais eventos poderiam ter sido evitados. As perícias, quando comprovadas, relacionam como causa dos incêndios o sub dimensionamento na rede elétrica e a instalação e uso de equipamentos inadequados nos ambientes. Somam-se a esses, negligência, falta de manutenção preventiva e falta de treinamento para as pessoas que atuam nesses locais.

Observamos que no ambiente da CESP estavam claramente visíveis situações que representavam risco de incêndio como fiação exposta, tomadas instaladas nas estantes, ventiladores de parede próximos a estantes, lâmpadas fluorescentes com reatores, quadros de disjuntores ultrapassados e eletrodutos subdimensionados. Felizmente, por conta da obra de reforma da 5ª etapa iniciada no ano de 2019 e concluída em 2021 na FDR, todo o sistema elétrico na CESP foi contemplado e substituído, deixando dentro dos padrões exigidos para circuitos elétrico prediais. As lâmpadas já haviam sido substituídas por lâmpadas de LED por ações implementadas pela Coordenação de Infraestrutura.

Verificamos que toda a edificação da FDR dispunha apenas de extintores portáteis para combater princípios de incêndios e por causa das especificidades que envolvem uma edificação tombada, seria importante a busca por soluções como equipamentos adequados e sistemas de combate a incêndio que não interferissem nas características estruturais e arquitetônicas dos ambientes e que, ao mesmo tempo, fossem eficientes.

Merecedor também de destaque foi o risco **água**, observamos esse agente com forte probabilidade de se manifestar em eventos como já ocorreu e danificou dezenas de livros, devido a vazamentos no telhado da CESP, pela proximidade do ambiente com tubulações de escoamento de águas pluviais e pelas infiltrações em pontos específicos que ocasionaram o surgimento de mofo nas paredes que, conseqüentemente, poderiam levar à proliferação de fungos aos volumes. Esse foi mais um problema resolvido com a obra da FDR, onde toda cobertura da CESP foi reformada e como complemento verificamos as ações de manutenção de calhas e poda de árvores implementadas pela Coordenação de Infraestrutura para evitar transbordamentos durante as chuvas.

O convívio diário com o risco **praga**, tanto por parte dos profissionais que trabalham na CESP quanto do próprio acervo, evidenciou a necessidade de monitoramento constante para conter os diferentes tipos de animais com hábitos específicos que encontraram morada nas dependências da FDR, além de outros relacionados a instabilidade ambiental e falta de

limpeza nos espaços. Como medidas preventivas, foram instaladas barreiras físicas onde algumas surtiram efeitos positivos e outras foram parcialmente eficazes, de acordo com a praga combatida, e outras corretivas utilizando-se substâncias químicas.

Em relação aos riscos **umidade relativa, temperatura, radiações ultravioleta e infravermelha**, tomamos como base as aferições realizadas em 2017 pela pesquisadora Angélica Borges em sua dissertação de mestrado, onde foi constatado nesses agentes de deterioração níveis muito além dos padrões recomendados para a conservação de acervo bibliográfico e que até então não houve um efetivo tratamento para a redução desses níveis, a não ser medidas paliativas.

Não sabemos hoje se esses níveis aumentaram ou permaneceram os mesmos, por isso, sugerimos novos estudos para que, de posse de novos dados, fossem buscadas decisões que melhor atendessem à CESP. Até lá, propomos a instalação de barreiras físicas nas janelas para conter a incidência das radiações, equipamentos e produtos que diminuíssem a umidade e a continuidade da ventilação natural, única disponível, com exceção das salas Gláucio Veiga e Rui Barbosa, para reduzir a temperatura.

A respeito do risco **poluentes**, o estudo de 2017 citado anteriormente, revelou níveis baixos sobre os aerodispersóides e o CO₂ no ambiente da CESP, onde não havia controle climático e por isso as janelas ficavam abertas durante o expediente de trabalho. Apesar dessa constatação e da higienização periódica do acervo, recomendamos a instalação de elementos filtrantes nas janelas.

Os demais riscos, **furto, forças físicas e dissociação**, consideramos em níveis aceitáveis e bem controlados, bastando o monitoramento e buscando caminhos para a melhoria contínua.

Os resultados de nossa pesquisa confirmaram que ações de conservação preventiva vinham sendo praticadas no espaço de guarda da Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. No entanto, estas vêm sendo limitadas pelos contínuos cortes de orçamento na educação, durante consecutivos governos, constituindo uma realidade das Bibliotecas que estão abrigadas em prédios históricos centenários e tombados que tem sua administração sob responsabilidade de uma universidade federal.

Essas ações não seguiam um manual ou cartilha própria da FDR, ou seja, não havia um plano formal de gerenciamento de riscos para a CESP. Desta forma, recomendamos a necessidade futura de um planejamento que tratasse da possibilidade da construção de um modelo de gerenciamento de risco para esse acervo e que servisse de exemplo para ser replicado para outras bibliotecas setoriais da UFPE.

Concluímos essa pesquisa em uma nova condição, mais desafiadora, que vai muito além de administrar uma edificação pública centenária e tombada. Agora, sob a ótica da Museologia, inserindo-se a conservação no âmbito deste campo do conhecimento, estaremos daqui em diante ligados profissional e emocionalmente ao acervo da Coleção Especial – Obras Raras – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, e a outros espaços considerados “lugares de memória” como o Museu Rui Barbosa, a Hemeroteca e o Arquivo da FDR, com responsabilidades civis, administrativas e penais.

Nossa pesquisa representou apenas o início de um desafio que demandará empenho coletivo das partes interessadas na preservação do acervo da CESP e será mais uma contribuição que complementarará novos estudos sobre a Coleção Especial – Livros Raros – da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000**: Gestão de Riscos: Princípios e diretrizes. Rio de Janeiro, 2009.

ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores e Bens Culturais. **Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível**. Boletim eletrônico da ABRACOR: n. 1, jun. 2010.

ABREU, Regina. **Memória, História e Coleção**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, p. 37-64, 1996.

AFONSO, M. M ; CALDAS, K. V. ; SERRES, J. C. P. Situações de emergência: A importância da gestão de riscos para museus localizados em áreas remotas. In: Simpósio Científico ICOMOS Brasil, 2017, Belo Horizonte. **Anais ...** Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60717.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

AMAT OLAZÁVAL, Hernán. El pasado y la gestión del patrimonio cultural. **Investigaciones sociales**. Lima, v. 16, n. 29, p. 267-282, 2012.

ANAIS do Museu Histórico Nacional: história e patrimônio, Rio de Janeiro, v. 39, p. 1-536, 2007. Disponível em: <https://anaimhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/49/Anais%20do%20Museu%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%2C%20v.%2039%2C%20ano%202007>. Acesso em: 23 jul. 2021.

APPELBAUM, Barbara. **Conservation Treatment Methodology**. New York (USA): Barbara Appelbaum Books, 2010. 437 p.

AUSTRALIAN/NEW ZEALAND STANDARD. **AS/NZS 4360:2004: RISK MANAGEMENT**: Joint Standards Australia/Standards New Zealand Committee 08-007. Sydney/Wellington: AS/NZS 4360, 2004.

ARAÚJO, Bruno Melo de; GRANATO, Marcus. ENTRE O ESQUECER E O PRESERVAR: a musealização do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia. In: GRANATO, M. ; RIBEIRO, E. S. ; ARAÚJO, B. M. de (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia**: instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: MAST, 2017. cap. 10, p. 231-253.

AVRAMI, Erica C.; RANDALL, Mason ; TORRE, De la Marta. 2000. Valores e Conservação do Patrimônio: Relatório de Pesquisa. Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute. Disponível em: http://hdl.handle.net/10020/gci_pubs/values_heritage_research_report. Acesso em: 20 ago. 2021.

BARBOSA, Virgínia. Igreja do Divino Espírito Santo, Recife, PE. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 29 dez. 2020.

BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.

BISPO, Mariana Nascimento. Políticas Públicas e o Patrimônio Histórico: das primeiras ações a economia da cultura. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 1-14, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/1253>. Acesso em: 01 out. 2020.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel**: produção de um glossário para profissionais em formação. Orientador: Francisca Ferreira Michelin. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BORBA, Rubens. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 249 p.

BORGES, Angélica Mello de Seixas. **Um patrimônio em risco**: a influência do processo de urbanização sobre a preservação do acervo de obras raras da Faculdade de Direito do Recife. Angélica Mello de Seixas Borges. – Recife, 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2018.

BOSZCZOWSKI, Anna Karina. **O Engajamento de Stakeholders como Elemento Chave para a Estratégia de Sustentabilidade Corporativa**. Orientador: Prof. Dr. Acyr Seleme. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BOSA, Cláudia Regina. (2018). Análise de Riscos Ambientais. [Material de apoio à disciplina Gerenciamento de Riscos, lecionada na UNINTER]. <https://univirtus.uninter.com/ava/web/>

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos). Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

BRANDALISE, Hugo Vitor; RIBEIRO, Bruno. UFRJ sofre o maior furto de livros raros do Brasil. **Estadão**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://brasil.estado.com.br/noticias/rio-de-janeiro,ufrj-sofre-o-maior-furto-de-livros-raros-do-brasil,70001757824#:~:text=A%20antiga%20Biblioteca%20Central%20da,um%20espanto%3A%20o%20maior%20furto>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASILIANO, Antonio Celso Ribeiro. **Gestão e Análise de Riscos Corporativos Para a Segurança Empresarial**. 1.ed. São Paulo: Sicurezza, 2003. 124 p

BULLOCK, Veronica M. Valoração como forma de priorizar o salvamento. In: Ensaio do Seminário Oficina em Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico. 2011, Brasília: **Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura**, Programa Ibermuseus, 2014, p. 20-28. Disponível em: <http://www.iber museos.org/pt/recursos/publicacoes/ensaios-do-seminario-oficina-em-valoracao-de-acervos-museologicos/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BULLOCK, Veronica M. Um levantamento de ferramentas e métodos de avaliação de significância. In: Ensaio do Seminário Oficina em Valoração de Acervos Museológicos. 2012, Bogotá: **Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura**, Programa Ibermuseus, 2012, p. 224-238. Disponível em: http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2014/09/PATR.RIESGO_Valoracao-de-Acervos-Museologicos-2012_WEB-reduzido.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

CARVALHO, Ana Paula Corrêa de. **O Curso de Especialização em Conservação de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFRJ**: Contribuição para a preservação do patrimônio. Orientador: Ivan Coelho de Sá. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARVALHO, Lucas Silvestre de. **Análise de Stakeholders com Estratégia de Relacionamento Externo**: Estudo de caso de uma empresa de mineração em Minas Gerais. Orientador: Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

CARVALHO, Maria José de; AMAZONAS, Maria Bernadete Lopes de Almeida; Marques, Denise Cristina. **Obras Raras e Valiosas da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife**: repertório bibliográfico dos séculos XVI ao XX/Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife – FDR – Recife: Gráfica Liceu, 2011.

CASSARES, Norma Ciaflone; PETRELLA, Yara Lúcia Mello Moreira. **Influência da radiação de luz sobre acervos museológicos**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 2003.

CASTALDI, Monica Martelli; CUECO, David Aguilera; HUTCHINGS, Jeremy; ECCO (Confederação Europeia de Organizações de Conservadores-Restauradores. Uma recomendação europeia para a conservação-restauração do patrimônio cultural. **CeROArt**. Micheroux, n. 9, 1-8, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ceroart.3751>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Carta do Restauo de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da Documentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 2 n. 2, p. 29-47, 1994. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>. Acesso em 05 out. 2020.

CHAGAS, Mário de Souza. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/19>. Acesso em: 4 fev. 2021.

CHENIAUX, Violeta. Luz – Subsídios Técnicos para a Conservação Preventiva. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 117-132, 1996.

CHOAY, Françoise, **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2014.

CLARA, Landim; KRÜGER, Eduardo; CARVALHO, Silmara Küster de Paula. História do Papel: panorama evolutivo das técnicas de produção e implicações para sua preservação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**. Brasília, v. 9, n. 2, p. 475-502, jul./dez. 2016

Código de Ética do Conservador-Restaurador. Disponível em: <https://document.onl/documents/codigo-de-etica-do-conservador-restaurador.html>. Acesso em: 6 jan. 2021.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1, 1931, Atenas. Carta de Atenas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2, 1964, Veneza. Carta de Veneza. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 603-613, out. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0603-0613.pdf.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS – ICOM (2006). Código de Deontologia para os museus. Paris: Conselho Internacional de Museus (ICOM). Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=30. Acesso em: 12 abr. 2021.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Políticas Públicas Culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.48, n.5, p. 1-13, set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122014000500002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 out. 2020.

DAVALLON, Jean. Nouvelle Muséologie vs Muséologie?, palestra proferida durante o XVII Conferência do ICOM. Stavanger, Noruega, julho de 1995. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofofom/pdf/ISS%2025%20%281995%29.pdf. Acesso em: 9 jan. 2021.

DAZA, David Cohen; REGUERA, Mario Omar Fernández. Valoração: implicações para a gestão de riscos, a conservação e o manejo das coleções. In: Ensaio do Seminário Oficina em Valoração de Acervos Museológicos. Bogotá: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Programa Ibermuseum, 2012, p. 242-249. Disponível em: http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/09/PATR.RIESGO_Valoracao-de-Acervos-Museologicos-2012_WEB-reduzido.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos – chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 2013. 100 p.

ECO, Umberto. Sobre a transitoriedade dos suportes. **The New York Times**. Nova York. 2009. Disponível em: <https://mundobibliotecario.com.br/index.php/2009/05/15/sobre-a-transitoriedade-dos-suportes/>. Acesso em: 06 set. 2021.

Especial da Faculdade de Direito do Recife: relato de experiência. In: Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória, 3, 2015, Recife. **Anais...** Recife: Editora Universitária, 2015. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/ctcm2015/anais-ctcm2015.pdf>. Acesso em: 29. ago. 2019.

Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Disponível em: https://satellite-map.gosur.com/?gclid=Cj0KCQjw4eaJBhDMARIsANhrQACwAB-4EyAu19BygVFZ1RZjRfzideP_wu3fGtraLM2_NWd6LJ0JEcEaAn4iEALw_wcB&ll=-8.058428543807707,-34.88129213134829&z=16.522916118572624&t=satellite. Acesso em: 09 set. 2021.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Didática e Interdisciplinaridade. São Paulo: Papyrus, 1998. Resenha de: GALVÃO, Sarah Fantin de O. Leite; PASQUALUCCI, Luciana; SILVA, Gilson. Didática e Interdisciplinaridade: uma resenha. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, n. 4, p. 71-80, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/issue/view/1226>. Acesso em: 1 nov. 2020.

FONSECA, Zureique Maria Goldstein Costa. **Gestão do Patrimônio Cultural da Faculdade de Direito do Recife (1980-2012)**. Recife, CCSA - UFPE, Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, 2013. 125 p.

FRONER, Yacy-Ara. **A Conservação Preventiva e patrimônio arqueológico: ética, conceitos e critérios**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 5: 291-301.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GARCÍA FERNÁNDEZ, I. M. **Historia de la conservación preventiva - Parte 1. Ge-conservación**, n. 5, p. 27 – 41, 2013.

GARCÍA FERNÁNDEZ, I. M. **Historia de la conservación preventiva - Parte 2. Ge-conservación**, n. 6, p. 5 – 18, 2014.

GAUZ, Valeria. Da Itália Para O Mundo: o roubo de livros da Biblioteca Girolamini. **INFOhome**, 2013. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=802. Acesso em: 09 abr. 2020.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211 – 228, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000100211&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 01 out. 2020.

GUERRA, Gustavo. Reforma promove melhorias na FDR. **Revalorizar: O Direito passa por aqui**. 2010.

GRANATO, Marcus. **Restauração de Instrumentos Científicos Históricos**. Orientador: Luiz Roberto Martins de Miranda. 2003. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia Metalúrgica e de Materiais) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. **MIDAS**. Évora, n. 1, 1-14, abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.131>. Acesso em: 10 jul. 2021.

HANNESCH, Ozana; GRANATO, Marcus. A Conservação-Restauração de Documentos Arquivísticos: Reflexões sobre a tarefa de avaliação e priorização. In: Museologia e Patrimônio. **MAST 30 anos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2015. p. 204-242.

HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI JR, José Luiz. Gerenciamento de Riscos: uma abordagem interdisciplinar. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314>. Acesso em: 10 mar. 2021.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUMBERTO FILHO, J. C. et al. **Acesso à Cultura e Preservação de Lugares de Memória na Faculdade de Direito do Recife**. Expressa Extensão, v. 24, n.1, p. 06-24, jan-abr, 2019. ICOMOS. Folheto Informativo. 2010. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/icomos-folheto.pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.

ICOMOS. Declaração de Deschambault de 1982. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/191-la-declaration-de-deschambault>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ICOMOS. Folheto Informativo. 2010. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/icomos-folheto.pdf>. Acesso: 8 set. 2020. <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/intradorso#:~:text=Superf%C3%ADcie%20interior%20de%20um%20arco%20ou%20ab%C3%B3bada>.

INPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 29 ago. 2019.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA MP/CGU N o 01, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Art. 1o Os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33947>. Acesso em: 6 maio 2021.

ISO – International Organization for Standardization. ISO 187. Paper, board and pulps – Standard atmosphere for conditioning and testing and procedure for monitoring the atmosphere and conditioning of samples. Switzerland, 1990.

ISO – International Organization for Standardization. ISO 554. Standard atmosphere for conditioning and/or testing – Specifications. Switzerland, 1976.

LEÃO, Luciana de Souza. Sylvio Loreto e a última reforma da FDR. **IN Campus**, 2007, n. 115.

LEÃO, Luciana de Souza. Prefeitura investe na manutenção do Campus Recife. **IN Campus**, 2007, n. 117.

LEIPNITZ, Fernando. **Gerenciamento de Risco na Preservação de Acervos Bibliográficos**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Departamento de Ciência da Informação - Curso de Biblioteconomia, 2009. 77 p.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança Cultural (re)interpretada ou a Memória Social e a instituição Museu: releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST**. Rio de Janeiro, PPG-PMUS UNIRIO/MAST, v. 1, n. 1, 2008, p. 33-43. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4/2>. Texto

baseado em paper (1997) apresentado no Simpósio ICOFOM (ICOM) Museologia e Memória. Acesso em 09 set. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter) ativo. VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (VIII ENANCIB); **Anais...** p. 1-16, 2007. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/860/DMP--060.pdf?sequence=1>. Acesso em 09 set. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: 'tematizando' Bourdieu para um convite à reflexão. **Museologia & Interdisciplinaridade, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**. Brasília, PPGCI UnB, v. 2, n. 4, p. 48-61, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/16363/14651>. Acesso em: 09 set. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio**, Belém, MPEG. v. 7, n. 1, p. 31-50, jan/abr, 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf e também [http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia\(lima\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia(lima).pdf). Acesso em: 09 set. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Patrimonialização-Musealização: a longa trajetória para a categoria Patrimônio Cultural Imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.9, n.2, p.1-23, set./dez. 2016. Edição com melhores trabalhos eleitos nos Grupos de Trabalho da ANCIB indicados no XVII ENANCIB, 2016. Disponível em: http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3464/2016_GT9-CO_04.pdf?sequence=1. Acesso em 09 set. 2020.

LOSS, Miriam Moema. **Valoração de Acervo Bibliográfico**: estudo de preservação do patrimônio histórico, cultural e científico de uma biblioteca universitária. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p.91, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198704/001099725.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2020.

MACHADO, Bruna Pereira. **A importância do diagnóstico de conservação para nortear as ações de preservação em arquivos, bibliotecas e museus**. Orientador: Silmara Küster de Paula Carvalho. 2015. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MEDEIROS, Jotabê. Bolsonaro corta 80% da verba para a cultura em 2021. Disponível em: <https://farofafa.com.br/2020/08/31/bolsonaro-corta-78-da-verba-para-a-cultura-em-2021/>. Acesso em: 06 maio 2021.

MELO, K. B.; LINDA, C. F.; C. L. A. S. Ferramentas de diagnósticos para gerenciamento de risco: Aplicação experimental da ABC SCALE no acervo do museu regional de Caeté. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO, 1; JORNADA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, 8, 2009. Buenos Ayres. **Anais ...** Disponível em: https://digital.cic.gba.gob.ar/bitstream/handle/11746/1578/11746_1578.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 ago. 2019.

MENA, Ana Sofia Moreira. **Escultura em Metal no Século XX**: Poéticas, Métodos e Procedimentos. Orientador: José Manoel da Silva Teixeira. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em

Belas Artes, na especialidade de Escultura) – Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MICHALSKI, Stefan. Conservação e preservação do acervo. In: UNESCO/ICOM. **Como gerir um museu**: manual prático. França: ICOM, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MICHALSKI, Stefan; PEDERSOLI JUNIOR. **The ABC Method**: a risk management approach to the preservation of cultural heritage. Ottawa: Canadian Conservation Institute, 2016.

MICHALSKI Stefan . **Towards Specific Lighting Guidelines**. Preprints of THE 9TH TRIENNIAL MEETING, DRESDEN , GERMANY (LOS ANGELES ICOM COMMITTEE FOR CONSERVATION 1990) : vol II Working Group #17 Lighting and Climate Control , p. 583-588. Reprinted by permission of the author.

MORAES, Rubens Borba de. O Bibliófilo Aprendiz/Rubens Borba de Moraes. 5ª ed. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018. 296p.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2005, 205p.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, PUC – SP, n. 10, 1993, p. 7 – 28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 01 out. 2020.

NIST – National Institute of Standards and Technology. **Guide for Conducting Risk Assessments – Information Security**, Special Publication 800-30 Revision 1, September 2012. Disponível em: <https://www.nist.gov/publications/guide-conducting-risk-assessments>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. SPE, p. 59-79, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a05v14nspe.pdf>. Acesso em 05 out. 2020.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre, théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro, teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.

O'LEARY, Zina. **Como Fazer seu Projeto de Pesquisa**: guia prático. Ricardo A. Rosenbush. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p.; il. 19 cm (Coleção Estudos Museológicos, v.2).

PEDERSOLI JÚNIOR, José Luiz. Modelando a perda de valor na análise quantitativa de riscos a acervos museológicos. In: Ensaio do Seminário Oficina em Valoração de Acervos Museológicos. Bogotá: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Programa Ibermuseus, 2012, p. 270-277. Disponível em:

http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/PATR.RIESGO_Valoracao-de-Acervos-Museologicos-2012_WEB-reduzido.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021

PERSOLI JÚNIOR, José Luiz. Entrevista com José Luiz Pedersoli. In: *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. v. 23, n. 2, jul/dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Cultura. **Inventários e registros**. Disponível em <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/inventarios-e-registros-2/>. Acesso em 05 out. 2020.

PINHEIRO, L. V. R.; GRANATO, M. **Para pensar a interdisciplinaridade na preservação**: algumas questões preliminares. In: SILVA, RRG. , org. *Preservação documental: uma mensagem para o futuro [on line]*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 23 – 40. ISBN 978 -85 -232 – 1221 – 6. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-04.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro Raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen C.; BARROS, Maria Helena T. C. de (Org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009.p. 31-44.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

POULOT, Dominique. A Compreensão do Patrimônio Contemporâneo e seus Limites. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 36, IPHAN 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

PUTT, Neal; SLADE, Sarah. **Teamwork for Preventive Conservation**. 1. ed. Rome: ICCROM, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2013.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In: OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro, teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. p xi-xxvii.

RESOURCE: The Council of Museums, Archives and Libraries / *Segurança de Museus*; tradução Maurício O. Santos, Patrícia Ceshi. São Paulo: Vitae, 2003 – (Série Museologia: roteiros práticos; 4).

Revista Brasileira de Arqueometria Restauração Conservação. Olinda: AERPA, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13994425-Comite-organizador-do-iii-simposio.html>. Acesso em: 19 mar. 2021.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: e outros ensaios estéticos. Lisboa: Edições 70, 2016.

RIO DE JANEIRO. **Política de Segurança para Arquivos, Biblioteca e museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006. 122 p.

RODRIGUES, Lígia Santos da Silva. **MEMÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**: Formação do acervo bibliográfico (1828-1835). Orientador: Gilda Maria Whitaker Verri. 2017.

Tese (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

RUSSELL, R.; WINKWORTH, K. Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections, Commonwealth of Australia, 2009, Canberra. Disponível em: https://www.arts.gov.au/sites/default/files/significance-2.0.pdf?acsf_files_redirect. Acesso em: 17 mar. 2021.

SÁ, Ivan Coelho de. Subsídio para a história da preservação no Brasil. A formação no Curso de Museologia da UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.42, p. 11-37, 2012.

Sá, Ivan. Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 26, n. 2, p. 31-58, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41933>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN a UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.39, p. 10-42, 2007.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **O Papel dos Museus na Construção de uma “Identidade Nacional”**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, p. 21-36, 1996.

SANTOS, Fernando Batista dos. **Stakeholders e Sustentabilidade Patrimonial Universitária**: uma análise da gestão da Faculdade de Direito do Recife a partir de 2007. Recife, CCSA – UFPE, Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, 2016. 208 p.

SANTOS, Cláudia Penha dos; GRANATO, Marcus. O Caráter Técnico da Documentação de Acervos Científicos e Tecnológicos: uma abordagem a partir dos manuais. In: XIX ENANCIB, 2018, Londrina. **Anais do XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2018, v. 1. p. 5847-5865.

SANTOS, Cláudia Penha dos; GRANATO, Marcus. A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E AS COLEÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: IDENTIFICANDO ESPECIFICIDADES. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2016. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2016. v. 1. p. 1-20.

SANTOS, Cláudia Penha dos; GRANATO, Marcus. A Documentação dos Acervos Científicos e Tecnológico e o MAST: uma história a partir das memórias. In: Marcus Granato. (Org). **Museologia e Patrimônio**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAST, 2015, v. 1. P. 141-176.

SANTOS, Cláudia Penha dos. A coleção de objetos de ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins: reflexões sobre a documentação museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia N. M. (Org). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2010, v. 1, p.162-178.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 52-66, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>. Acesso em 05 out. 2020.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, M; SANTOS, C.P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (Org.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-22. (MAST Colloquia, v. 10).

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; FRONER, Yacy-Ara. **Reconhecimento de materiais que compõem acervos**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SPHAN. Novos tombamentos: Direito do Recife e Mucugê, **Boletim SPHAN**, Brasília, jul./ago. 1980a. p.15-16. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_07.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

SPHAN. Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória, **Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n.31, Brasília, 1980b. 143 p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 29 ago.2019.

SPINELLI, J.; PEDERSOLI, J. L. Jr. **Biblioteca Nacional**. Plano de gerenciamento de risco: salvaguarda e emergência. 22.ed.rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. O objeto da Museologia. Sborník materiálu prvého muzeologického sympozia [Anais do primeiro simpósio museológico]. Brno: Museu da Morávia, 1965. p. 30-33. In: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo. **Stránský: uma ponte Brno-Brasil**. Anais do III Ciclo de Debates da Escola de Museologia da UNIRIO. Paris: ICOFOM, 2017. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/images/Icofom_Stransky_couv_cahierFINAL.pdf. Acesso em 01 jun 2020.

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos. Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil e o Papel Social do Bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentações**, São Paulo, v.15, n.2, p. 1-27, maio 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1155>. Acesso em: 01 out. 2020.

TÉTREAUULT, Jean; BÉGIN, Paul. Silica Gel: Passive Control of Relative Humidity. **Technical Bulletin 33**. Canadian Conservation Institute (CCI). Ottawa, 2018.

TEIXEIRA, L. C.; GHIZONI, V. R. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC – Edições, 2012. 76 p. (Coleções Estudos Museológicos, v. 1). Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimônio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2351-col-estudos-mus-v1-conservacao-preventiva-de-acervos>. Acesso em: 02 out. 2020.

TAPPI – Technical Association of the Pulp and Paper Industry. TAPPI 402 SP. Standard Conditioning and Testing Atmosphere for Paper, Board, Pulp Handsheets and Related Products, USA, 2013.

THOMSON, Garry. **The Museum Environment**. 2. ed. London: Butterworth – Heinemam Ltd, 1986.

UNESCO (1978): Recomendação sobre a Proteção dos Bens Culturais Móveis, Paris, 28 de novembro. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13137&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 26 mar. 2021.

VILELA, Karine Gomes Falcão; LÍGIA, Santos da Silva Rodrigues; CARVALHO, Maria José de; VIDAL, Maria Marinês Gomes. **Obras Raras e Valiosas**: critérios adotados pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, 90p.

VILELA, K. G. F ; RODRIGUES, L.S.S; SIEBRA, S. A. Curadoria da Coleção Especial da Faculdade de Direito do Recife: relato de experiência. *In*: Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória, 3, 2015, Recife. **Anais...** Recife: Editora Universitária, 2015. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/ctcm2015/anais-ctcm2015.pdf>. Acesso em: 29. ago. 2019.

VILELA, Karine et al. Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife: um lugar de memórias. **Estudos Universitários**, Recife, v. 1, p. 73-83, 2011.

VIÑAS MUÑOZ, Salvador . **Contemporary Theory of Conservation**. 1. ed. Oxford: Elsevier, 2005.

WALLER, R. Robert. **Cultural Property Risk Analysis Model**: Development and Application to Preventive Conservation of The Canadian Museum of Nature. Mentor: Dr. Jan Rosvall. 2003. Programme in Postgraduate and Doctoral Studies in the Discipline of Conservation Dissertation for the Doctor of Philosophy Degree – Institute of Conservation, Göteborg University, Göteborg, 2003.

WALLER, R. Robert. Cultural Property Risk Analysis Model (CPRAM): A very brief introduction to key concepts. **Protect Heritage**. 2015. Disponível em: https://www.iiconservation.org/sites/default/files/news/attachments/6652-iic-itcc_2015_notes_quick_summary_of_cpram_robert_waller.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

WARD, Philip. **La conservación del patrimonio**: carrera contra reloj. 2. ed. California: Enero, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 01

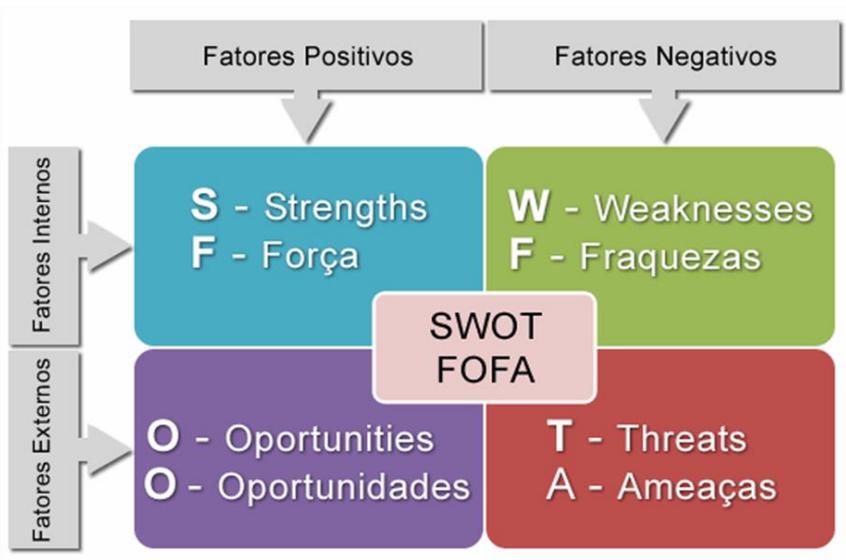
MODELO DE MATRIZ SWOT PARA ANÁLISE DAS ENTREVISTADAS

MATRIZ SWOT

A matriz swot tem em seus principais objetivos : analisar e sintetizar informações internas e externas da instituição, atividade e processo; identificar os pontos que podem ajudar nos diversos processos de gestão; realizar um levantamento dos riscos e problemas que deverão ser resolvidos de forma prioritária; listar os pontos fortes, fracos e aqueles que devem ser fortalecidos; mostrar o espaço que a atividade em questão tem no mercado; identificar internamente as forças e fraquezas e indicar formas eficazes de trabalhá-las positivamente no ambiente interno, junto com os colaboradores; listar as ameaças e oportunidades externas e lançar um plano de gestão que permita utilizar essas informações em favor do desenvolvimento da instituição.

Levando em consideração a CESP/FDR analise os aspectos propostos pela matriz SWOT:

Figura 19 – Exemplo de matriz SWOT



Fonte: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

APÊNDICE 02

Análise da Matriz SWOT pela Entrevistada 1

ANÁLISE MATRIZ SWOT – COLEÇÃO ESPECIAL DA BIBLIOTECA DE DIREITO

FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FORÇA	FRAQUEZAS
1. Equipe comprometida	1.Segurança
2. Laboratório de Restauro	2.Redução da equipes de assistentes
3. Digitalização de documentos	3.Rotatividade dos bolsistas
4. Apoio Institucional	4.Ausência de plano de contingência
5. Acervo	5.Falta de monitoramento das coleções (acompanhamento de entrada e saída de servidores e outros nas dependências do acervo)
6. Restrição de acesso ao acervo	6.Ausência de inventário completo do acervo
	7. Ausência de organização dos protocolos para as atividades técnicas de catalogação, conservação e organização dos livros
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1. Investimento em equipamentos e software para digitalização e curadoria digital de documentos históricos	1.Furtos
2. Salvaguarda das coleções (prática de cuidados físicos e digitais na conservação das obras)	2.Sinistro por fogo e água
3. Capacitação da equipe de servidores (bibliotecários e restauradores) – cursos e pós-graduação	3.Ação de insetos, fungos, clima (umidade e temperatura) e o manuseio incorreto dos volumes
4. Instalação de sistema de segurança (câmeras, alarme contra incêndio, reativar biometria)	4.Dificuldades na aquisição de materiais de conservação
5. Treinamento da equipe em combate contra incêndio e capacitação para cuidados com o acervo	5.Desconhecimento de tudo o que há por falta da catalogação de todo acervo
6. Diagnóstico do acervo (preservação e gestão documental)	

APÊNDICE 03

Análise da Matriz SWOT pela Entrevistada 2

ANÁLISE MATRIZ SWOT – COLEÇÃO ESPECIAL DA BIBLIOTECA DE DIREITO

FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FORÇA	FRAQUEZAS
1. Trabalho em equipe para amenizar e administrar os danos causados por fatores intrínsecos e extrínsecos que degradam o acervo	1. Maior dificuldade para adaptar um ambiente favorável para preservação e conservação do acervo, tendo em vista que a edificação onde é localizada a biblioteca é tombada e assim possui várias restrições
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1. Abertura e incentivo da instituição para o corpo funcional realizar cursos de aperfeiçoamento que contribuam para preservação e conservação do acervo	1. Ausência de uma segurança eficaz para o acervo que é considerado raro, valioso e especial

APÊNDICE 04

Entrevista com a Entrevistada 01

Erinaldo: Há quanto tempo você está na FDR, e durante esse período já presenciou algum sinistro na CESP? Explique por favor.

E1: Estou na FDR há 14 anos. Já presenciei três sinistros envolvendo infiltração por água da chuva que danificou livros do acervo.

Er: O acervo da CESP é aberto ao público?

E1: Sim. Tanto o acesso as estantes quanto ao conteúdo dos livros é franqueado a todo cidadão. No entanto, por questão de segurança, esse acesso é agendado e monitorado e o local de guarda dos livros fica reservado apenas ao servidores que trabalham com o acervo.

Er: Como você vê o interesse das direções que passaram pelo CCJ a respeito da CESP?

E1: Sempre apoiaram e incentivaram os projetos e iniciativas que envolvem as coleções da CESP. Ajudaram a cooptar recurso para a realização de projetos.

Er: Que tipo de trabalho pode ser feito para divulgar o acervo da CESP?

E1: Ampliar a quantidade de itens digitalizados.

Er: Qual a representatividade da CESP no âmbito histórico cultural?

E1: Esse acervo reúne obras da área jurídica e de outras áreas cujos títulos estão esgotados, ou são edições limitadas, com dedicatória de pessoas ilustres, obras identificadas como raras, obras valiosas para o estudo e ensino jurídico. Nele há manuscritos, obras com encadernações de época, além de títulos relevantes para a História do Livro. A CESP também é importante por conservar a memória histórico bibliográfica da formação da Biblioteca do Curso Jurídico.

Er: Existe uma equipe treinada para o tratamento na conservação preventiva na CESP?

E1: Sim. Há dois restauradores na equipe da Biblioteca. Além deles, os bibliotecários que lidam com a CESP possuem noções de conservação.

Er: A Coleção Especial é constituída por quantos volumes e estão dispostos em quantas estantes?

E1: São aproximadamente 32.250 volumes de livros que estão no prédio sede, além dos periódicos (revistas) que estão na Hemeroteca (anexo 2) da Faculdade.

Er: A Biblioteca possui um programa de digitalização? Se sim explique o processo?

E1: A Biblioteca possui regimento para o serviço de digitalização. Nesse regimento há informações sobre o que deve ser digitalizado, como e o porquê. O Laboratório de Digitalização ainda não está equipado como deveria, mas já é possível digitalizar e disponibilizar as obras on-line.

Er: O quadro de funcionário atual é suficiente para atender às demandas da CESP?

E1: Não.

Er: Na sua opinião qual seria a prioridade da CESP hoje?

E1: São três: Inventariar a coleção de periódicos, investir em maquinário e pessoal para ampliar a quantidade de itens digitalizados e restaurar obras em péssimo estado de conservação como os primeiros inventários da Biblioteca.

APÊNDICE 05

Entrevista com a Entrevistada 02

Erinaldo: Há quanto tempo você está na FDR e em que setor trabalha?

E2: Trabalho na Universidade Federal de Pernambuco desde 2009 e na Faculdade de Direito do Recife desde 2013, onde atuo como conservadora-restauradora no Laboratório de Conservação e Restauração da Biblioteca FDR.

Er: Quais atividades são executadas no LABOR?

E2: Procedimentos de preservação, conservação, restauração e acondicionamento do acervo especial da Biblioteca FDR. Trabalhos de consultoria e laudos técnicos de conservação nas bibliotecas setoriais do Campus UFPE, visando a conservação dos bens documentais desta instituição.

O Laboratório oferece espaço para realização de estágio supervisionado e práticas curriculares dos cursos de Direito, Museologia, História e Biblioteconomia; proporciona a prática das principais teorias sobre conservação e preservação de acervos bibliográficos e de sua efetiva aplicação em determinados contextos; desenvolve a capacidade de entendimento e de reflexão na área da preservação do patrimônio cultural, entre docentes, técnicos administrativos e discentes vinculados a UFPE, levando em consideração todos os aspectos relativos à conservação preventiva.

Er: O LABOR tem algum documento escrito que formalize os procedimentos que devem ser realizados para combater os riscos aos quais o acervo da CESP está exposto?

E2: Não possui documento formal, mas segue na medida do possível as normas e critérios estabelecidos pelo “Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência da Biblioteca Nacional”, elaborado por Jayme Spinelli e José Luiz Pedersoli Jr.

Er: Quais mecanismos/ações são utilizados para o controle do meio ambiente da CESP?

E2: Aparelhos para aferir os elementos climáticos ambientais (temperatura e a umidade relativa do ar): Datalogger USB, AK172, da marca ASKO, o aparelho Luxímetro digital modelo: LD-400, da marca: Instrutherm, o aparelho medidor de luz ultravioleta digital, com sonda foto sensora, modelo: MRU-201 Cod. 03076 da marca: Instrutherm.

Er: Que tipos de pragas vem sendo combatidas na CESP, e de que forma?

E2: As pragas (coleópteros, insetos e fungos) encontradas nos livros da Cesp são combatidas pelo método atóxico de tratamento “Atmosfera anóxica”, na câmara de

desinfestação, esse equipamento é apropriado para realização desse procedimento, dessa forma, eliminar a presença de insetos e ou fungos.

Er: Quais os materiais usados na proteção individual dos volumes?

E2: - Filme de poliéster, 100% cristal, transparente, inerte e pH neutro. Alta durabilidade e proteção UV;

- Papel Filifold Documenta - Acid Free + Reserva Alcalina;

- Papel AlcaPlus com alta reserva de carbonato de cálcio (16 a 25%). Livre de ácidos e impurezas, resistente a fungos, bactérias e intempéries.

Er:Quais EPI's são utilizados no manuseio dos volumes da CESP?

E2: - Luva nitrílica sem pó azul, livre de látex;

- Máscaras descartáveis;

- Bata de proteção pessoal;

- Touca descartável.

Er: Você tem conhecimento de furto de algum exemplar da CESP?

E2: Não tenho conhecimento.

Er: Com relação aos contaminantes, como é tratado esse risco na CESP?

E2: Os resíduos contaminantes provenientes de produtos químicos utilizados nos procedimentos de restauração são mantidos em local seguro e depois destinados para laboratório de química da UFRPE para neutralização e descarte adequado.

Er: Quem faz, como e com que frequência é feita a limpeza na CESP?

E2: - A limpeza do ambiente da Biblioteca Cesp é feita periodicamente e é realizada por equipe terceirizada treinada para proceder conforme os direcionamentos da conservação preventiva. Na limpeza da estante e do piso, deve ser evitado o uso de água; o piso deve ser limpo com aspirador de pó para não levantar poeira. No caso de alto grau de sujeira, pano úmido e bem torcido é utilizado no chão e nas estantes de metal é utilizado o álcool 70%. Dessa forma, se previne que os índices de umidade relativa do ar e temperatura sejam alterados por realizar a limpeza do ambiente de modo incorreto. As flanelas secas são indicadas para limpeza do mobiliário em aço, sendo que as de aço também podem ser limpas com aspirador de pó com proteção no bocal.

- A higienização dos livros é realizada por estagiário e ou equipe de funcionários conservadores- restauradores no laboratório, com auxílio de trincha macia em mesa de higienização. A limpeza deve ser um procedimento de rotina de 6 em 6 meses, para auxiliar na manutenção da higienização. Higienizar significa executar a limpeza da obra para retirada de poeira, excrementos de agentes biológicos e outras substâncias. Este

procedimento é fundamental para garantir a longevidade da obra e antes de iniciá-lo devem ser retirados quaisquer materiais adicionais que possam estar presentes nas obras, como grampos, clips ou fitas adesivas; para isso é indicado o auxílio de instrumentos, como pinças, bisturis espátula térmica e solventes. A varrição da sujidade deve ser no sentido do centro para a extremidade.

Er: Hoje, qual prioridade deveria ser dada a CESP?

E2: - A Biblioteca Cesp necessita de equipe de segurança exclusivo para salvaguardar o acervo que conta com obras raras e valiosas. A coleção especial necessita de rigorosos procedimentos de segurança, que envolvem a identificação dos usuários e normas como a proibição de objetos e materiais que coloquem em risco o acervo e seus usuários, assim como a proibição de retirada de qualquer peça do acervo. Realizar controle rigoroso das chaves das portas e demais dispositivos de acesso (cartões magnéticos, etc.) ao interior do edifício. Considerar a possibilidade de substituir periodicamente as fechaduras a cada dois ou três anos.

- Recomenda-se o treinamento da equipe e a elaboração de um projeto de sinalização de segurança e de orientação contra pânico, além de utilização de elementos cromáticos e figurativos, bem como a instalação de dispositivos de alarme, detecção de incêndio e de saídas de emergência, haja vista que os acervos de grande valor histórico se forem destruídos pelo fogo não poderão ser substituídos.

- Instalação de aparelhos interligados para o controle ambiental dos parâmetros de temperatura e umidade relativa em toda área da Biblioteca, através do sistema SITRAD (software de gerenciamento a distância desenvolvido pelo Full Gauge Control para utilização em instalações de climatização), nesse sistema os dados são captados por sensores em seguida, são processados pelo programa. Dessa forma, é possível criar relatórios a partir dos dados registrados pelos sensores.